



BOLETIM OFICIAL

S U P L E M E N T O

ÍNDICE

CONSELHO DE MINISTROS:

Resolução n° 26/2014:

Aprova o documento de Estratégia de Crescimentos e Redução da Pobreza III (DECRP III). 2

CONSELHO DE MINISTROS

Resolução n.º 26/2014

de 19 de Março

O Documento de Estratégia de Crescimento e Redução da Pobreza (DECRP) enquadra-se no âmbito do planeamento estratégico que tem vindo a ser prosseguido por Cabo Verde enquanto principal instrumento de planeamento de médio prazo, cujos objectivos precípuos abrangem o combate à pobreza a fim de abreviar as desigualdades sociais, e o estímulo ao desenvolvimento sustentável do país.

O DECRP estabelece as linhas orientadoras das intervenções, tanto do país como dos parceiros internacionais, no sentido do aperfeiçoamento constante e gradativo das decisões do Governo no tocante a:

- Utilização e distribuição dos recursos financeiros e o respectivo processo de programação das acções públicas;
- Consistência do programa de investimento público e das despesas correntes com o cenário macroeconómico;
- Conformidade entre as metas do Programa do Governo e os impactos e efeitos dos programas públicos sectoriais, e a correspondente despesa pública;
- Provimento de fundos aos sectores, com os quais possam contar a médio e longo prazo, e os quais lhes permitam uma melhor gestão das acções e determinação das respectivas prioridades.

Além de definir os principais objectivos da estratégia do Governo, o DECRP constitui o quadro de referências para a adopção do modelo “Ajuda Orçamental” na alocação de recursos internos e externos, uma vez que consiste numa descrição dos programas sectoriais e políticas macroeconómicas, estruturais e sociais do país a serem adoptados num período de médio prazo, incluindo as necessidades e as principais fontes de financiamento dos programas apresentados.

Cabo Verde começou a utilizar o Documento de Estratégia de Crescimento e Redução da Pobreza enquanto instrumento de gestão do desenvolvimento em 2002, com a produção do Documento Interino de Estratégia de Redução da Pobreza (iPRSP - *Interim Poverty Reduction Strategy Paper*). O iPRSP identificou a pobreza como um fenómeno que subsistia apesar do progresso socioeconómico de Cabo Verde pós-independência. O documento qualificou a pobreza do país como um problema “marcadamente estrutural”, potencializado por diversos constrangimentos, dentre os quais, a falta de chuva, a geografia insular, e a escassez de recursos, e advertiu que a luta contra a pobreza deveria sempre integrar a agenda do desenvolvimento nacional.

A este, seguiu-se o Primeiro Documento de Estratégia de Crescimento e Redução da Pobreza (DECRP I), preparado em 2004 para orientar a nação até 2007, o qual teve o cuidado de incorporar as principais medidas de intervenção nas áreas do crescimento económico e de redução da pobreza. O DECRP I continuou a destacar

o combate à pobreza como um elemento primordial no processo de desenvolvimento do país; clarificou os papéis a serem desempenhados pelo Estado e pelo sector privado; e ainda, afirmou-se sobre os seguintes pilares estratégicos: fomentar a boa governação, reforçando a eficácia e garantindo a equidade; promover a competitividade, visando o crescimento da economia e a criação de empregos; fortalecer e modernizar o capital humano; desenvolver infra-estruturas, estimular o ordenamento do território e a protecção ambiental; e melhorar a eficácia e a sustentabilidade do sistema de segurança social.

O Documento de Estratégia de Crescimento e Redução da Pobreza (DECRP II), vigente entre 2008 e 2011, destacou alguns ganhos alcançados até à data. Entretanto, ao contrário do DECRP I, a segunda edição adaptou ao Programa do Governo e à Agenda de Transformação enquanto visão para o desenvolvimento a longo prazo e como o percurso para alcançar o crescimento sustentado e a expansão da economia, com a finalidade de minorar a pobreza e a desigualdade social, o que implicou reformas significativas em diversos sectores. Destarte, o DECRP II focou-se, essencialmente nas fragilidades e desafios que permaneciam, quais sejam: continuação das reformas de boa governação, que se tornaram uma marca de Cabo Verde; desenvolvimento do capital humano do país tendo em conta a qualidade e o alinhamento com as necessidades do mercado; reforço da competitividade do país; construção e melhoria das infra-estruturas do país; e garantia da coesão social.

Não obstante tenha registado progressos em todas as frentes, os desafios subsistem à medida que o país avança. E considerando estes desafios, principalmente no contexto da graduação de Cabo Verde a País de Desenvolvimento Médio e da persistente crise internacional, é que se apresenta o Documento de Estratégia de Crescimento e Redução da Pobreza (DECRP III), o qual traduz o conjunto de prioridades a implementar, e expressa a forma como o Governo deve materializar a sua Agenda de Transformação durante o seu período de execução de 2012 a 2016.

Assim:

Nos termos do n.º 2 do artigo 265.º da Constituição da República, o Governo aprova a seguinte Resolução:

Artigo 1.º

Aprovação

A presente Resolução aprova o Documento de Estratégia de Crescimento e Redução da Pobreza III (DECRP III), que se publica em anexo e que dela faz parte integrante.

Artigo 2.º

Seguimento e Avaliação

O membro do Governo responsável pela área das Finanças, através da Direcção Nacional do Planeamento, mantém o Sistema de Seguimento e Avaliação do DECRP III.

Artigo 3.º

Entrada em vigor

A presente Resolução entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Aprovada em Conselho de Ministros de 1 de Agosto de 2013.

O Primeiro-Ministro, *José Maria Pereira Neves*

ANEXO

**ESTRATÉGIA DE CRESCIMENTO
E DE REDUÇÃO DA POBREZA III (2012 – 2016)****1. Introdução ao DECRP III****1.1 Do iPRSP ao DECRP III**

O Governo de Cabo Verde aprovou pela primeira vez o Documento de Estratégia de Redução da Pobreza (DECRP) como principal instrumento de planeamento de médio prazo em 2002, aquando da preparação do Documento Interino de Estratégia para a Redução da Pobreza (iPRSP). O iPRSP identificou a pobreza como um fenómeno que permanecia um flagelo apesar do progresso que Cabo Verde registou no desenvolvimento socioeconómico desde a independência. O documento caracterizou a pobreza do país como um problema “marcadamente estrutural” que é ampliado pela variedade de fragilidades tais como pouca precipitação, fragmentação geográfica, e falta de recursos. Por conseguinte, o iPRSP recomendou que o combate à pobreza deveria manter-se sempre como uma parte integral da agenda do desenvolvimento.

A orientação para o combate à pobreza não era toda-
via nova e surgiu na continuação de diversas políticas seguidas pelo Governo após a independência em 1975. As abordagens iniciais foram através de planos nacionais de desenvolvimento que foram elaborados com alguma regularidade durante os primeiros 15 anos pós-independência. As medidas de políticas-chave para enfrentar a pobreza foram a generalização da educação, extensão dos cuidados primários de saúde, programas sociais de promoção de emprego através da construção de estradas e reforestação, entre outros. O Programa Nacional de Luta Contra a Pobreza (PNLP), criado em 1987, pretendeu também dar maior ímpeto à redução da pobreza e manteve-se como uma aposta reforçada do Governo na legislatura de 2001-2005.

No quadro do Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) de 2002 a 2005 e na sequência do Programa do Governo da VI Legislatura (2001-2006) foi aprovado no início de 2002 pela Assembleia Nacional um novo instrumento – Grandes Opções do Plano – que coloca a redução da pobreza como uma questão central do desenvolvimento e um dos objectivos principais para a legislatura. A pobreza foi abordada numa perspectiva de longo prazo num enquadramento de sustentabilidade social, económica e de desenvolvimento humano. O foco de políticas tornou-se a promoção de um crescimento económico robusto e sustentável, a revitalização da economia por forma a criar oportunidades para os mais pobres, a melhoria das condições de vida da população e o reforço da produtividade e da coesão social.

Seguiu-se o DECRP I, que abrangeu o período de 2004 a 2007 e teve a missão de integrar as medidas de intervenção nas áreas do crescimento económico e de redução da pobreza. O DECRP I continuou a enfatizar a redução da pobreza como um elemento integrante no processo de desenvolvimento, ao mesmo tempo que clarificou os papéis a serem desempenhados pelo Estado e pelo sector privado. O documento versou sobre cinco pilares estratégicos:

- Promover a boa governação, reforçando a eficácia e garantindo a equidade;

- Promover a competitividade para fomentar o crescimento da economia e a criação de empregos;
- Desenvolvimento e modernização do capital humano;
- Desenvolvimento de infra-estruturas, promoção do ordenamento do território e protecção do ambiente; e
- Melhorar a eficácia e a sustentabilidade do sistema de segurança social.

Enquanto os eixos supramencionados proporcionaram as áreas estratégicas de foco, o DECRP I também identificou áreas cruciais para intervenções de políticas para facilitar o crescimento e a redução da pobreza. Entre estas destacam-se: (i) crescimento e estabilidade macroeconómica; (ii) descentralização; (iii) emprego; (iv) agricultura; (v) sectores produtivos com alto efeito multiplicador na geração de emprego; (vi) redistribuição e protecção social; e (vii) meio ambiente.

A edição seguinte, DECRP II, foi publicada em 2008 e abrangeu o período de 2008 a 2011. Para além dos ganhos alcançados até à data – estabilidade macroeconómica, melhor gestão das finanças públicas, redução progressiva do desemprego e da pobreza, aumento do IDE, aumento das receitas do turismo, e o bom desempenho nos sectores da educação e da saúde - o DECRP II destacou também alguns dos pontos fracos que permaneceram:

- Falta de diversificação económica e base económica limitada;
- Alto custo de serviços base (água, energia, transportes, telecomunicações);
- Necessidade de melhorar a qualidade da educação e formação profissional e de trabalhar o respectivo alinhamento com as necessidades do mercado de trabalho;
- Mercado de trabalho rígido;
- Sistema financeiro incipiente e por vezes subdesenvolvido;
- Sistema regulatório débil baseado apenas em aspectos financeiros/económicos e na conformidade de procedimentos e não na qualidade; e
- Existência de barreiras e entraves administrativos ao investimento.

O DECRP II procurou construir sobre os sucessos do passado enquanto focava os desafios crónicos que permaneciam. Ao contrário do DECRP I, a segunda edição apropriou a Agenda de Transformação enquanto visão para o desenvolvimento a longo prazo e como o caminho para potenciar o crescimento sustentado e expansão da economia com o fim de reduzir a pobreza e a desigualdade. Isto implicou reformas significativas em diversos sectores. O DECRP II centrou-se, por isso, em cinco domínios estratégicos fundamentais:

- Continuação das reformas de boa governação que se tornaram uma marca de Cabo Verde;

- Desenvolvimento do capital humano do país tendo em conta a qualidade e o alinhamento com as necessidades do mercado;
- Reforço da competitividade do país;
- Construção e melhoria das infra-estruturas do país; e
- Garantir a coesão social.

Cabo Verde continua a registar progressos em todas as frentes. No entanto, os desafios críticos permanecem à medida que o país sobe a escada do desenvolvimento e tem de confiar cada vez mais em capacidades endógenas para competir num mercado global. A concepção da terceira edição do DECRP assumiu o desafio crítico para o novo período de 2012 a 2016. Mais do que nunca, o DECRP torna-se crucial como instrumento estratégico para traduzir a Agenda de Transformação económica e o Programa do Governo para a VIII Legislatura (2011-2016) em acções concretas que promovam o crescimento e o desenvolvimento económico sustentado por um lado e a redução substancial da pobreza e das desigualdades por outro.

1.2 Preparação do DECRP III

Tendo em conta os desafios que Cabo Verde terá de enfrentar nos próximos anos no contexto da graduação a País de Rendimento Médio (PRM) e da persistente crise internacional, cedo tornou-se evidente que a concepção do DECRP III teria que alcançar o propósito de conseguir traduzir de forma eficaz e clara um conjunto de prioridades a implementar num período de 5 anos. Com o fim de alcançar uma abordagem estratégica mais incisiva e beneficiar da maior contribuição possível de todos stakeholders, um grupo de trabalho multidisciplinar, liderado pela Direcção Nacional do Planeamento do Ministério das Finanças e Planeamento, foi criado e encarregue de coordenar a concepção da estratégia.

O desafio de conceber o DECRP III abarcou avanços em dois domínios fundamentais. O primeiro diz respeito ao plano operacional sobre como efectivamente implementar, monitorar e avaliar a estratégia. Tendo em conta as conclusões e recomendações da avaliação da implementação do DECRP II (2008-2011), uma série de reformas estão agora a ser operacionalizadas com vista a introduzir uma maior eficácia e eficiência na despesa pública e evoluir para uma lógica de gestão com base em resultados. É possível destacar resumidamente neste âmbito as seguintes reformas (descritas em maior profundidade nos capítulos 4 e 5): (i) a orçamentação com base em programas no Orçamento Geral do Estado; (ii) o alinhamento e a coerência dos diferentes instrumentos (Programa do Governo, DECRP III, QDMP, OGE) por forma a articular o planeamento de médio e curto prazo utilizando os mesmos programas; (iii) a introdução da gestão com base em resultados através de quadros lógicos para seguimento e avaliação nos programas finalísticos e de investimento; e (iv) introdução de um modelo de equilíbrio geral macroeconómico dinâmico e computável no Ministério das Finanças e Planeamento¹, desenvolvido internamente com o suporte de uma assistência técnica,

que servirá de apoio à programação no âmbito do Cenário Orçamental de Médio Prazo (COMP) e que permitirá adicionalmente a criação e teste de diferentes cenários de implementação para o DECRP III. Este modelo foi desenvolvido e alimentado com informações das entidades oficiais de produção de estatísticas de Cabo Verde.

Tendo em conta a complexidade e a profundidade das reformas, a DNP criou um manual de elaboração do DECRP III para apoiar todos os sectores do Governo e fornecer a orientação necessária sobre as novas metodologias operacionais. Os parceiros de desenvolvimento foram também determinantes no provimento e financiamento de assistências técnicas cirúrgicas, especialmente em apoiar os diferentes sectores na identificação de indicadores SMART para os quadros lógicos dos diferentes programas da estratégia.

No que diz respeito ao segundo plano de intervenção - a tradução das prioridades do Programa de Governo em acções - o MFP racionalizou as prioridades estratégicas em torno de uma matriz apresentando os sete clusters motrizes da competitividade - economia marítima, aero negócios, tecnologia de informação e comunicação, serviços financeiros, economias criativas, turismo e agronegócios - e os cinco eixos de intervenção do Programa do Governo - infra-estrutura, capital humano, boa governação, sector privado e nação global. A DNP iniciou também um processo de consulta participativo com o envolvimento de um vasto leque de stakeholders da administração central, local, sector privado e sociedade civil. Foram realizados três Fóruns Consultivos em 2012 nos dias 18 de Abril, 14 de Setembro e 12 de Novembro e nesse âmbito foram formados grupos temáticos por áreas de competitividades - nomeadamente os sete clusters dinamizadores de competitividade/produktividade da agenda de transformação. Os grupos temáticos, formados por diversas contrapartes do sector público, privado e sociedade civil, foram convidados a responder a uma série de questões destinadas a diagnosticar a situação actual e fornecer recomendações sobre como superar as limitações para edificação de cada "cluster". Especificamente as perguntas colocadas a cada grupo foram:

1. Onde é que estamos - Qual é o estado do cluster hoje?
2. Que oportunidades existem para Cabo Verde?
3. Quais são os principais constrangimentos e desafios que estão a dificultar e podem afectar o crescimento do cluster?
4. Como é que poderemos aproveitar as oportunidades e minimizar/resolver os constrangimentos?
5. Qual deve ser a visão para o sector?
6. Quais devem ser os nossos objectivos para os próximos 5 anos?
7. Que acções realizar para concretizar os objectivos a 5 anos? Para cada cluster deveremos responder a duas questões para cada um dos 5 eixos:
 - ♦ Que políticas e reformas para alcançar os objectivos (que vão facilitar o crescimento e reduzir a pobreza)?
 - ♦ Que programas, projectos e investimentos para alcançar os objectivos (que vão facilitar o crescimento e reduzir a pobreza)?

¹Descrição pormenorizada do modelo disponível no Anexo I

Os grupos temáticos realizaram várias reuniões e os resultados, com supervisão da equipa técnica da DNP, foram apresentados sob a forma de memorandos (sumarizados no capítulo 4) que constituíram inputs importantes para articular a parte estratégica do DECRP III. Outra actividade importante realizada com a assistência dos parceiros de desenvolvimento em coordenação com INE foi a actualização do perfil de pobreza utilizando uma metodologia do Banco Mundial conhecida como Mapa da Pobreza que possibilita a estimativa de pobreza por área geográfica (Poverty Map). A informação resultante é importante na concepção e/ou actualização dos programas actuais de modo a aumentar a respectiva eficiência no combate à pobreza e tendo em vista o cumprimento de todos os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio até 2015.

1.3 DECRP III

O DECRP III foca a forma como Cabo Verde pode concretizar a Agenda de Transformação, cumprindo o objectivo de assegurar uma economia competitiva e sustentável com vista a reduzir de forma significativa a pobreza durante o período de implementação, 2012-2016. O documento encontra-se estruturado em 7 capítulos. Os capítulos 2 e 3 realizam uma síntese da situação actual. O capítulo 2 fornece uma retrospectiva de dez anos sobre o crescimento e a redução da pobreza em Cabo Verde. A análise histórica revê os resultados dos últimos dez anos, destacando os desafios que dificultam o crescimento e a redução da pobreza. O capítulo 3 prossegue com a análise da situação actual, mas com o foco na análise do contexto macroeconómico nacional recente, e uma atenção especial às implicações dos constrangimentos económicos e financeiros da economia mundial num contexto de crise.

Os capítulos 4 e 5 iniciam a apresentação de “o quê?” e do “como?”. O capítulo 4 prevê uma agenda estratégica para o período 2012-2016, incluindo a visão, as estratégias, e as prioridades no que respeita à agenda nacional de reformas. O capítulo 5 inicia a apresentação da implementação do DECRP III, incluindo uma síntese dos principais programas da estratégia e também os indicadores e metas globais e por eixo que se pretendem atingir. Os resultados deste capítulo são complementados com um exercício de planeamento levado a cabo, paralelamente, pelos sectores e que culminou na apresentação da totalidade dos quadros lógicos dos programas finalísticos e de investimento que compõem a estratégia e cujos indicadores e metas medem os avanços na implementação de políticas. É também apresentada neste capítulo a descrição do enquadramento macroeconómico e respectivos cenários de implementação para o DECRP III – nomeadamente o cenário base e alternativo.

O capítulo 6 versa sobre um desafio crucial, dadas as realidades globais emergentes e as circunstâncias de Cabo Verde como um País de Desenvolvimento Médio, que é o financiamento do próprio DECRP III. O capítulo apresenta o quadro orçamental de médio prazo e providencia recomendações sobre os principais desafios, tais como mobilização de receitas fiscais, mobilização de parceiros tradicionais e novos num ambiente de ajuda decrescente, e aumento do IDE, sobretudo a partir da diáspora. A capacidade de Cabo Verde de diversificar as

fontes de financiamento e conseguir mobilizar fundos é crucial para a implementação da estratégia. O capítulo 7 aborda as várias questões ligada à implementação, incluindo o seguimento e avaliação e outros riscos críticos e factores de mitigação associados.

2. Análise da Situação Actual: Retrospectiva de 10 anos sobre a Pobreza e Crescimento

2.1 Crescimento e Pobreza em Cabo Verde

Este capítulo procede à retrospectiva de dez anos – 2002/2011 – a respeito da evolução do crescimento económico e da pobreza em Cabo Verde. O objectivo é a revisão, através de dados socioeconómicos, do impacto do crescimento económico em Cabo Verde sobre a pobreza nos últimos dez anos. Não se procura no entanto remeter para o debate académico sobre a relação entre o crescimento e a pobreza². Entre os economistas, há quem defenda que o crescimento económico é o condutor principal da redução de pobreza. Esta escola considera que a forma mais eficaz para reduzir a pobreza é concentrar em políticas que promovam o crescimento. Outro espectro do debate económico considera por sua vez que a abordagem do crescimento leva demasiado tempo a demonstrar resultados e recomendam antes o foco em políticas de redistribuição, especialmente em países com altos níveis de desigualdade.

Este tipo de debates levantam questões importantes para os criadores de políticas tendo em conta as realidades concretas da governação. Devem os governantes centrar-se em políticas de crescimento, ou promover antes políticas de redistribuição que possibilitem que os mais pobres possam beneficiar do crescimento? O desafio torna-se ainda mais complexo quando se toma em conta a dimensão de como o crescimento impacta sobre a desigualdade, como a desigualdade existente afecta o impacto do crescimento sobre a pobreza, e como a desigualdade afecta o crescimento³. A falta de consenso sobre qualquer uma destas questões complica a tarefa dos governantes políticos. As autoridades cabo-verdianas, face às incertezas das diferentes opiniões/visões, optaram por uma abordagem miscelânea. A filosofia de governação em Cabo Verde pode ser examinada nos documentos de estratégia e programas governamentais e a abordagem pode ser resumida como “o crescimento económico é crucial e necessário mas não suficiente para reduções substanciais da pobreza”. É reconhecido que há uma elevada percentagem da população que, sem intervenções adicionais, em muitos casos é incapaz de aproveitar as oportunidades providenciadas pelo crescimento.

A abordagem de Cabo Verde é por isso justificada tendo em conta a necessidade urgente de abordar os níveis de pobreza registados no país. Efectivamente registou-se a necessidade de fazer duas coisas simultaneamente e rapidamente: promover o crescimento da economia e reverter a situação de pobreza crescente. Exemplos de outras regiões demonstram que o crescimento do PIB

²Ebba Dohlman and Mikael Soderback. “Economic growth versus poverty reduction: A ‘hollow debate’?” *OECD Observer*. Nº 260, March 2007. Fonte: http://www.oecdobserver.org/news/fullstory.php/aid/2173/Economic_growth_versus_poverty_reduction:_A_93hollow_debate_94_.html

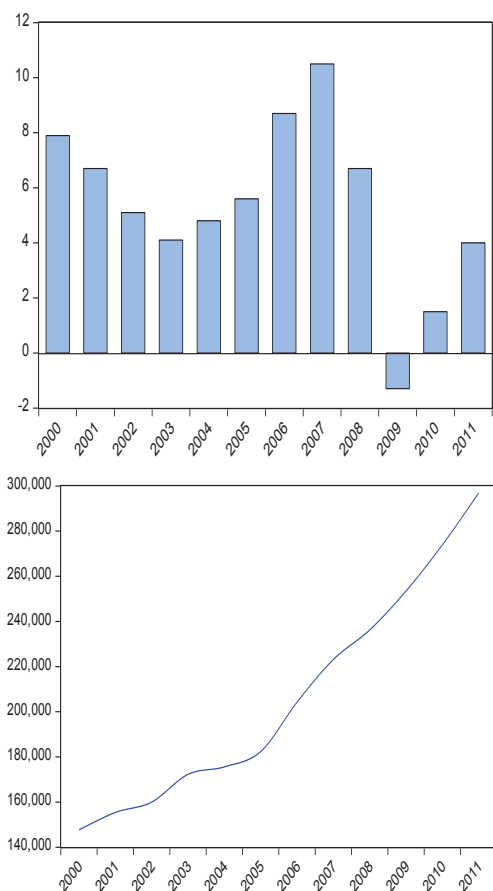
³J. Humberto Lopez (2004). *Pro-poor growth: a review of what we know (and of what we don't)*. Paper Prepared in “Pro-poor Growth” programa patrocinado pelo PREM Poverty Group do Banco Mundial. *World Bank Mimeo*, Washington, DC

ocorre muitas vezes sem transformação social, económica ou política. Além disso, subsiste o paradoxo que tem sido observado como, por exemplo, altos níveis de pobreza absoluta em novos países de rendimento médio (e nos restantes países de rendimento baixo) apesar das elevadas taxas de crescimento⁴. Quais foram os resultados da abordagem eleita por Cabo Verde para o crescimento e redução da pobreza? A próxima secção analisa esta questão ao apresentar dados históricos do crescimento em Cabo Verde.

2.2 Crescimento em Cabo Verde (2002–2011)

A economia de Cabo Verde registou um bom desempenho de 2002 a 2011 apesar das fragilidades e vulnerabilidades. É perceptível um crescimento robusto do PIB que, em valor nominal, passou de cerca de 678,8 milhões de USD em 2002 para 1865,9 milhões de USD em 2011 (efectivamente mais que duplicou num período de 10 anos). O crescimento médio do PIB real durante o período de 2002 a 2011 foi de cerca de 5 por cento (Figura 2.1). Esta taxa omite no entanto alguma volatilidade no crescimento ao longo do período e o facto de que o crescimento abrandou consideravelmente nos últimos anos decorrente dos efeitos da crise financeira mundial. Contudo, o crescimento teve um impacto directo no rendimento per capita. De facto, o rendimento per capita tem registado uma subida constante desde a década de 1980 mas entre 2002 a 2011 registou um aumento significativo (Figura 2.2).

Figura 2.1 – Crescimento do PIB (%)



Fonte: INE e modelo DECRP III - MFP/DNP⁵

⁴Montek S. Ahluwalia, Nicholas G. Carter and Hollis B. Chenery. *Journal of Development Economics*. 6 (1979) 299-341.

⁵Modelo desenvolvido pela DNP/Ministério das Finanças com dados providenciados pelo INE - IDRF I, IDRF II e QUIBB 2007 – ver anexo I.

A explicação para o crescimento advém de vários factores: i) forte investimento em educação e saúde na era da pós-independência; ii) processo de abertura da economia que iniciou no final de década de 1980; iii) reformas de mercado e privatizações na década de 1990; e iv) reformas profundas que foram executadas na primeira década do século XXI. Entre estas reformas incluem-se a agenda da reforma do Estado, o foco em manter um ambiente macroeconómico estável, e as diversas reformas administrativas para melhorar o ambiente de negócios. Acresce ainda referir diversos factores adicionais de relevância como sejam o apoio da Diáspora, os esforços para ganhar a confiança dos doadores a partir de 2001, o investimento em infra-estrutura ao longo da última década, a consolidação da democracia, e o aumento do Investimento Directo Estangeiro. De facto, um estudo recente comissionado pelo Banco Africano de Desenvolvimento apontou 4 grandes razões para o sucesso de Cabo Verde desde a independência em 1975⁶. São estas:

- Investimento consistente em capital humano;
- Boa governação e gestão do Estado e da economia;
- Estabilidade político-social; e
- Generosidade da comunidade internacional e os laços fortes com a diáspora global de Cabo Verde.

O crescimento do PIB também trouxe alterações à composição da economia. Todos os sectores – primário, secundário e terciário – cresceram substancialmente destacando-se no entanto o terciário. Neste sector e ao longo da última década, sob a Agenda de Transformação, Cabo Verde desenvolveu com sucesso um sector de turismo que é agora o principal motor da economia, representando cerca de 20% do PIB. O turismo também teve um papel catalisador em outros sectores-chave como a construção civil, imobiliário, transportes e comércio.

O impacto do aumento do crescimento da última década teve importantes implicações e providenciou os meios para o Governo poder implementar medidas anticíclicas de combate à pobreza para contrariar alguns dos efeitos do abrandamento global. Acresce realçar que os dados sugerem que o crescimento aportou melhorias significativas no volume e distribuição de rendimentos para a população assim como na redução da pobreza.

2.3 Pobreza em Cabo Verde (2002-2011)

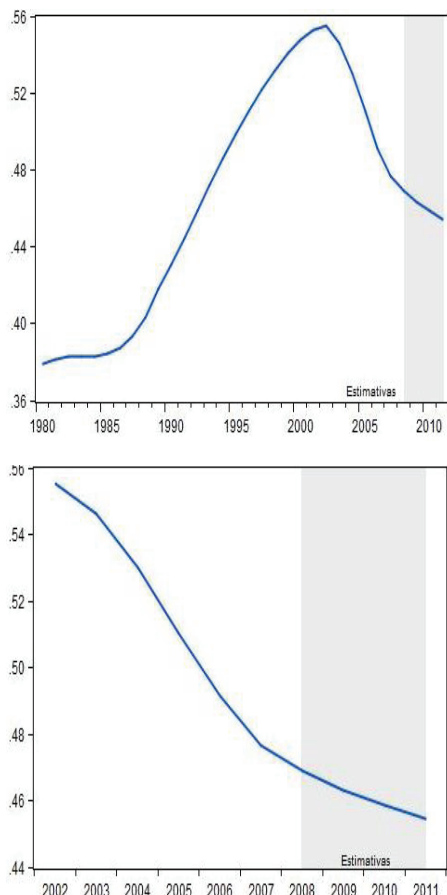
Cabo Verde realizou um progresso notável desde a época da independência. O espectro da seca e da fome que marcaram a história do país com impactos significativos na demografia são agora largamente memórias para os livros de história. A economia em expansão aportou, através de esforços e políticas deliberadas, uma redução significativa da pobreza e facilitou o desenvolvimento social em larga escala. O esforço deliberado para promover o crescimento da economia e para reduzir a pobreza através de emprego e programas sociais está a demonstrar resultados.

A distribuição do rendimento melhorou. O coeficiente de Gini para Cabo Verde subiu durante grande parte da década de 1980 com um agravamento substancial dos

⁶Banco Africano de Desenvolvimento, *Cape Verde: A Success Story*

anos 90 até ao ano de 2002. No entanto, a partir de 2002, estima-se que o coeficiente tenha caído de forma acelerada até 2008 quando o ritmo de decréscimo abrandou mantendo-se no entanto alto apesar das melhorias contínuas na distribuição do rendimento desde 2002. Numa escala de 100, onde 100 representa a desigualdade plena e 0 a igualdade plena, o Gini de Cabo Verde situava-se em cerca de 55 em 2002 tendo entretanto decrescido para 48 em 2010 (Figura 2.3).

Figura 2.3 – Coeficiente de Gini



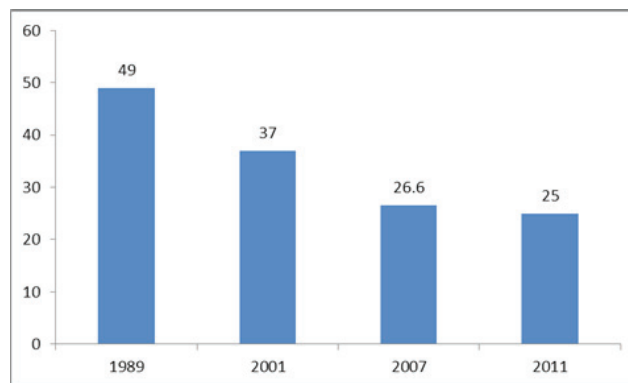
Estimativa, 2008 a 2011 – Fonte: Modelo DECRP III - MFP/DNP

A evolução registada demonstra que Cabo Verde tem sido capaz, de 2002 a 2011, de reduzir a desigualdade (conforme medida pelo índice de Gini) em simultâneo com a pobreza. O alto nível de desigualdade, contudo, mantém-se uma preocupação uma vez que altos de níveis de desigualdade inicial podem afectar a eficácia do crescimento na redução da pobreza. Conforme sugerido por Martin Ravallion, a desigualdade não é bom para os pobres⁷, uma vez que “quanto mais alta a desigualdade inicial num país, menos ganhos do crescimento os pobres vão partilhar”⁸. Essencialmente, o crescimento económico reduz a desigualdade mais rapidamente em países com distribuições de rendimento mais favoráveis do que em países onde a desigualdade é alta.

O decréscimo da pobreza ao longo dos últimos 20 anos tem sido constante. Segundo dados do INE, nos vários estudos com base nos indicadores de bem-estar, a percentagem da população a viver abaixo do limiar da pobreza decresceu de 49% em 1988/89 para 37% em

2001/2002 e depois para 26,6% em 2007. Estimativas preliminares realizadas a partir de informações de um estudo encomendado ao Banco Mundial pela DNP e realizado em articulação com o INE (Mapa da Pobreza)⁹ apontam que a pobreza continua a decrescer em Cabo Verde. O ritmo de decréscimo registou no entanto um abrandamento tendo em conta os impactos da crise mundial, estimando-se que actualmente cerca de 25% da população seja pobre (Figura 2.4).

Figura 2.4 – Taxa de Pobreza (%)



Fonte: INE de 1989 até 2007; estudo preliminar Mapa da Pobreza MFP/BM para 2011

A percentagem de população em pobreza extrema também reduziu significativamente em 2002. Esta taxa é estimada, de acordo com o modelo do DECRP III, em cerca de 12% para 2011 e indica progressos significativos desde 2002 (em que a taxa oficial era de 20,5%) sinalizando a continuação de uma tendência decrescente. Contudo, o contexto de crise enaltece a necessidade de manter a vigilância e não reverter os ganhos até a data. O sucesso em reduzir a pobreza indica que Cabo Verde poderá atingir o ODM1 relativo à redução, para metade, da taxa de pobreza monetária entre 1990 e 2015.

A respeito dos diferentes impactos em cada grupo populacional, a pobreza em Cabo Verde tem sido um problema histórico tendo em conta as fragilidades e as vulnerabilidades enfrentadas pela nação. A pobreza tende a ser rural e uma proporção maior de mulheres do que homens são pobres. O mesmo acontece para agregados familiares liderados por mulheres em relação aos liderados por homens. A pobreza em Cabo Verde pode por isso ser caracterizada como rural e feminina. Os dados desagregados de pobreza do QUIBB de 2007 demonstram claramente a concentração de pobreza nas áreas rurais, notando ao mesmo tempo que a redução mais profunda da pobreza ocorreu nas zonas urbanas. Entre 2002 e 2007, por exemplo, a pobreza em zonas urbanas caiu de 25% para 13.2% sendo que para as zonas rurais a redução de pobreza para o mesmo período foi de 51.1% para 44.3% (Figura 2.5). A versão preliminar do estudo do Mapa da Pobreza realizado em 2012 que utilizou dados do QUIBB de 2007 e do Censo de 2010 demonstra também que a pobreza continua a ser um fenómeno rural.¹⁰

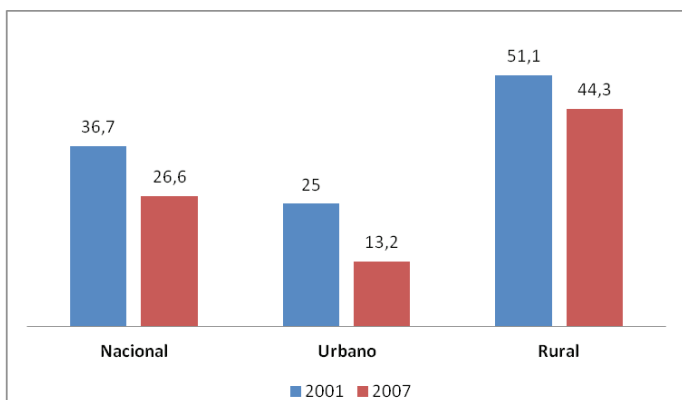
⁷Martin Ravallion (2005). “Inequality is Bad for the Poor.” *Policy Research Working Paper Series*, Number 3677, World Bank, Washington, DC.

⁸Martin Ravallion. Inequality is Bad for the Poor

⁹Erica G. Rascon-Ramirez with Thomas Ieuan Martin (2012).

¹⁰Erica G. Rascon-Ramirez with Thomas Ieuan Martin (2012).

Figura 2.5 – Evolução da pobreza rural e urbana (%) - 2001 e 2007



Fonte: INE, IDRF 2001 e QUIBB 2007

Em Cabo Verde, um problema persistente são as oportunidades limitadas para emprego formal em sectores não-agrícolas nas zonas rurais. Existe uma dependência forte da agricultura de subsistência e da pesca artesanal na população rural. A agricultura de subsistência é um desafio para os pobres tendo em conta as condições edafoclimáticas e considerando que apenas 10% da superfície do país é arável. Também, o terreno montanhoso com encostas íngremes representa um constrangimento à produção mecanizada e de larga escala. Outro constrangimento chave prende-se com a aleatoriedade e as características do regime pluviométrico mal repartido no tempo e no espaço e com períodos cíclicos de seca. Adicionalmente, a organização dos terrenos é fragmentada com prevalência de pequenas propriedades do tipo minifúndios. Há no entanto perspectivas de mudança de paradigma tendo em conta investimentos crescentes no sector e as expectativas de que a agricultura se torne num sector prioritário considerando o impacto potencial na criação de emprego e redução da pobreza.

2.4 Outras Dimensões da Pobreza

Cabo Verde realizou progressos na luta contra pobreza embora permaneçam ainda desafios. A pobreza é um fenómeno multidimensional e não é limitado ao rendimento. Trata-se de de um conceito dinâmico que abrange uma série de questões incluindo saúde, mortalidade, segurança e acesso a serviços básicos tais como água, saneamento e electricidade que podem não estar correlacionados com medidas convencionais de pobreza.¹¹ Qual é o desempenho de Cabo Verde no que diz respeito à pobreza não monetária?

Resulta que Cabo Verde registou um bom desempenho em diversas medidas de pobreza não associadas ao rendimento incluindo o desenvolvimento de capacidades e consolidação de liberdades.¹² O período de 2002 a 2011 foi utilizado pelo Governo para realizar investimentos em infra-estruturas básicas de cariz socio-económico – construção de escolas, extensão da rede de cuidados primários de saúde, e expansão do acesso à electricidade, água potável e saneamento.

O país regista também um bom desempenho quando comparado com outros países subsaarianos e de rendi-

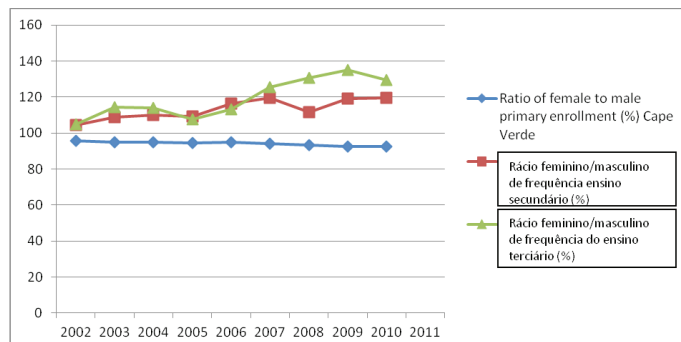
¹¹Guillermo E. Perry, et al (2006). *Poverty Reduction and Growth: Virtuous and Vicious Circles*. World Bank, Washington, DC.

¹²A. Sen (199). *Development as Freedom*. Oxford University Press, Oxford, Reino Unido.

mento médio baixo em vários indicadores de desenvolvimento humano. No Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da UNDP, por exemplo, Cabo Verde registou o quinto IDH mais alto da África Subsaariana em 2011 e encontra-se significativamente acima da média regional de 0.463¹³. O país está ainda em condições de conseguir todos os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, tendo já alcançado cerca de metade das metas preconizadas. Cabo Verde encontra-se também bem posicionado em matéria de médias regionais de esperança de vida, taxas de literacia adulta e índice de educação. O desempenho é também bom em matéria de liberdades cívicas com salvaguarda dos direitos básicos dos cidadãos e da liberdade de imprensa. No ranking de estados democráticos do mundo compilado pelo Economist, Cabo Verde encontra-se em 26º lugar, melhor classificado do que a maioria dos países africanos e outros como a França, Itália e Portugal¹⁴. No Índice de Boa Governança Mo Ibrahim, Cabo Verde encontra-se em segundo (superado apenas pelas Maurícias).¹⁵

Assim, os dados demonstram que na maioria dos indicadores não relativos ao rendimento, registam-se melhorias firmes de Cabo Verde. A frequência do ensino básico continua com uma taxa bruta de escolarização superior a 100% (111,6% em 2010¹⁶). Todavia, há alguma disparidade no que toca ao género, com os rapazes a terem alguma vantagem. Esta vantagem muda a favor das raparigas na educação secundária e terciária (Figura 2.6).

Figura 2.6 – Rátios de frequência (género): Educação Primária, Secundária e Terciária



Fonte: Indicadores Banco Mundial

No que diz respeito ao saneamento a percentagem de população com acesso a instalações sanitárias melhoradas¹⁷ aumentou de 38,1% em 2000 para 62,8% em 2010. Pese embora se tenham registado aumentos significativos quer no meio rural quer no meio urbano, com a percentagem de população rural com acesso a instalações sanitárias a aumentar de 18,1% para 42,2% e a da população urbana de 53,3% para 75,6%, subsistem ainda grandes disparidades entre ambos os meios. As disparidades são menos vincadas no que respeita ao acesso a uma fonte de água melhorada¹⁸. A nível nacional a percentagem de população com acesso a uma fonte melhorada de água

¹³Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (PNUD), *Human Development Report 2011*. De notar que os dados do IDH foram revistos em 2010 com base em mudanças metodológicas adoptadas pelo PNUD.

¹⁴*The Economist, The Economist Intelligence Unit, Democracy Index, 2010*.

¹⁵Fundação Mo Ibrahim, *Ibrahim Index, 2011*

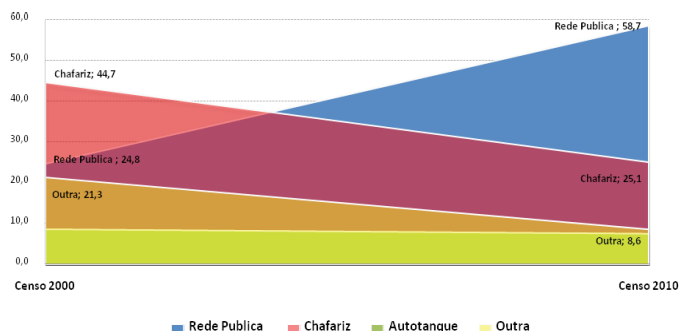
¹⁶Principais Indicadores da Educação 2010/2011, Ministério da Educação e Desporto de Cabo Verde, Setembro de 2011.

¹⁷População com acesso a instalações sanitárias- sanitas/retretes

¹⁸Para o efeito considera-se fonte melhorada a rede pública e os chafarizes.

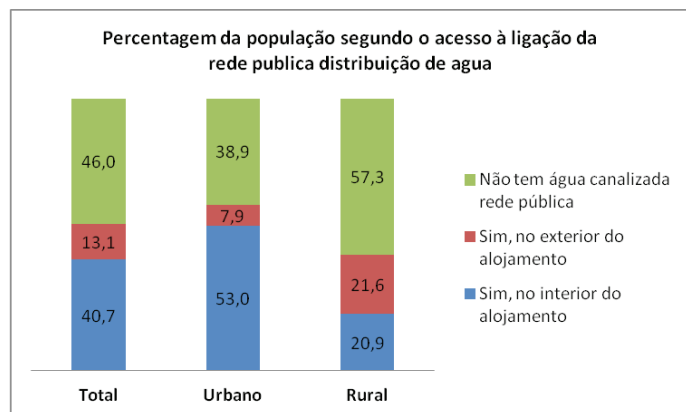
aumentou de 69,2% em 2000 para 82,6%¹⁹ em 2010, com maior relevância para o acesso a água da rede pública que aumenta de 23,2% para 56,6%. No mesmo período, a percentagem de acesso a uma fonte melhorada de água aumenta de 77% para 90,3% no meio urbano e de 60,2% para 70% no meio rural. Em suma, entre 2000 e 2010 reduz-se para metade a percentagem de população sem acesso a uma fonte melhorada de água.

Figura 2.7 – Fontes de Água (%)



A melhoria dos indicadores de água e saneamento omite no entanto alguns problemas críticos subjacentes. Conforme já foi mencionado, há um enviesamento a favor dos centros urbanos. Os custos são altos e os sectores são afectados por ineficiências significativas. Registam-se cortes frequentes no fornecimento de água. A qualidade é suspeita e a quantidade é insuficiente. De facto, o consumo de água per capita em Cabo Verde é baixo e não cumpre o standard global recomendado. Na cidade capital da Praia, a distribuição é enviesada, com os pobres e mais vulneráveis da população a receberem uma quantidade muito limitada por dia. Adicionalmente, a forma de acesso a uma fonte de água sustentável não é semelhante para todos. As zonas peri-urbanas e rurais tendem a depender muito de soluções fora da rede tais como fontanários públicos e auto tanques (Figuras 2.7). Estas fontes são mais dispendiosas, tanto em tempo como preço, uma vez que o processo de recolha leva as famílias a dispendir uma quantidade significativa de tempo para recolher água – tarefa cuja responsabilidade tende a caber desproporcionadamente a mulheres e crianças, especialmente raparigas jovens, tendo por isso um impacto na equidade do género.

Figura 2.7



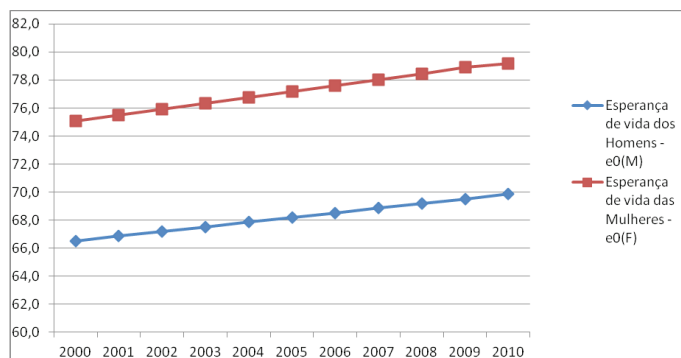
Fonte: INE Censo 2010

¹⁹Inclui, em 2010, a percentagem da população cuja fonte de água seja da rede pública mas da casa dos vizinhos.

Estes problemas nos sectores de água e saneamento são reforçados pela fraca qualidade de governação uma vez que o ambiente institucional não permite uma gestão e governação eficientes. Subsistem vácuos significativos e também duplicação de funções entre diversas entidades sem demarcação clara. No sector da água, por exemplo, oito agências/ministérios estão envolvidos em gerir o sector. Por sua vez, a gestão operacional é executada maioritariamente através de 22 Municípios para um país com população de 491,575 em 2010. Esta fragmentação é um problema e resulta em falta de coordenação e gestão, fiscalização e regulação insuficientes, e ineficiências com taxas de perdas altas e empresas do sector financeiramente insustentáveis. No que toca ao tratamento de águas residuais e de áreas de escoamento, verifica-se também uma falta de apropriação e liderança institucional. Prevalece portanto um vácuo. Todavia, recentemente, o Governo apresentou uma nova visão sobre a governação e gestão dos sectores de água e saneamento ²⁰ e encontra-se actualmente a implementar a necessária reforma através da criação da Comissão de Reforma para água e saneamento.

Outro impacto chave do progresso de Cabo Verde tem sido o aumento da esperança média de vida que atingiu 74 anos em 2010 marcando um aumento de cerca de 3.5 anos desde 2002 (70.5). A esperança média de vida à nascença para homens é no entanto menor – 66.5 e 70 anos em 2002 e 2010 respectivamente. Para mulheres, os números são 75 e 78 para o mesmo período (Figura 2.8). Apesar do desequilíbrio de género a favor das mulheres, os homens também registaram um aumento da esperança média de vida embora o ritmo de crescimento tenha abrandado para ambos. Um dos factores ligados ao aumento da esperança média de vida é a melhoria dos cuidados de saúde que levaram a uma queda substancial da mortalidade infantil de 44 por cada 1000 nascimentos em 2002 para 36 por 1000 em 2010 (Figura 2.9). A taxa de imunização também melhorou. No que toca ao sarampo, a taxa de imunização entre as crianças de 12 a 23 meses aumentou de 89% em 2002 para 96% em 2010. A imunização pela vacina da tríplice bacteriana (difteria, tétano e coqueluche) subiu de 91% para 99% para o mesmo grupo etário no mesmo período (Figura 2.10).

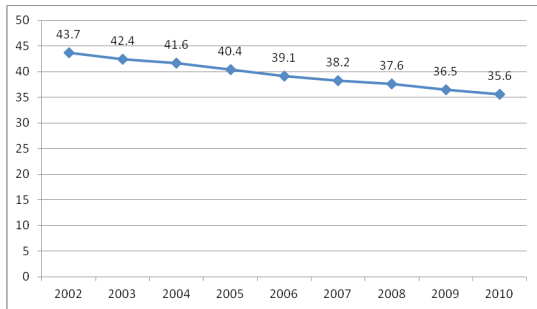
Figura 2.8 – Esperança Média de Vida



Fonte: INE

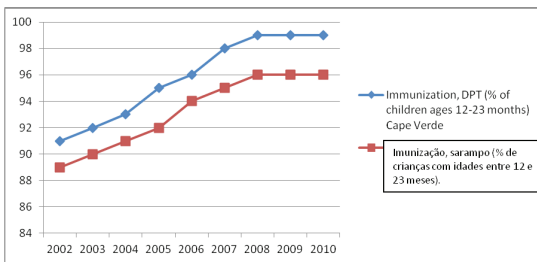
²⁰Government of Cape Verde (2011). *New Institutional Direction for the Water and Sanitation Sectors. A policy Letter*. Praia, Cape Verde. 19 August 2011.

Figura 2.9 – Taxa de mortalidade para menores de 5 anos (por 1000 nascimentos)



Fonte: Indicadores Banco Mundial

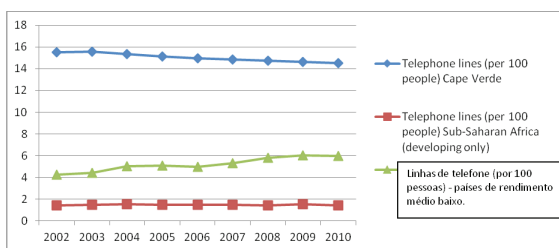
Figura 2.10 – Imunizações (Vacina tripla bacteriana e sarampo)



Fonte: Indicadores Banco Mundial

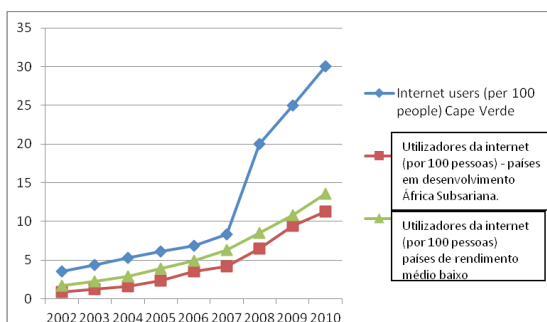
O acesso às comunicações também aumentou de forma geral, embora subsistam ainda necessidades de melhorias significativas nas áreas de qualidade, custos e regulamentações. Tal como outros serviços como água e electricidade, os custos das telecomunicações são relativamente altos. Cabo Verde tem no entanto um desempenho bom quando comparado com outros países em desenvolvimento na África Subsaariana e outros países de baixo rendimento médio em indicadores específicos tais como o número de linhas telefónicas por 100 pessoas. Embora este indicador tenha descrecido ligeiramente e estagnado desde 2006, o declínio é devido ao surgimento e popularização dos telemóveis. Cabo Verde está também em vantagem quando comparado com os mesmos dois grupos de países no que toca a utilizadores de internet por 100 pessoas (Figuras 2.11 e 2.12).

Figura 2.11 – Linhas de telefone por 100 pessoas



Fonte: Indicadores do Banco Mundial

Figura 2.12 – Utilizadores de internet por cada 100 pessoas



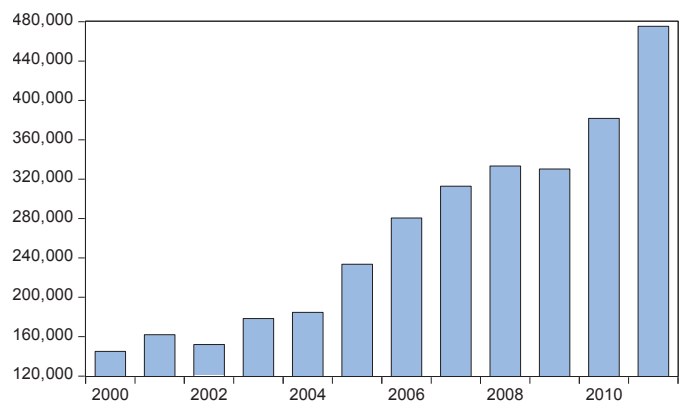
Fonte: Indicadores de Banco Mundial.

2.5 Explicando o Progresso de Cabo Verde no combate à Pobreza

Qual a explicação para o sucesso na redução da pobreza ao longo dos últimos 10 anos? De forma breve, os ingredientes para o progresso no combate à pobreza têm sido: (i) crescimento económico robusto; (ii) investimento em agricultura; (iii) investimento em programas sociais; e (iv) formação. Estes ingredientes representam os principais elementos embora se identifiquem outros factores. Os quatro factores mencionados são agora abordados em mais detalhe.

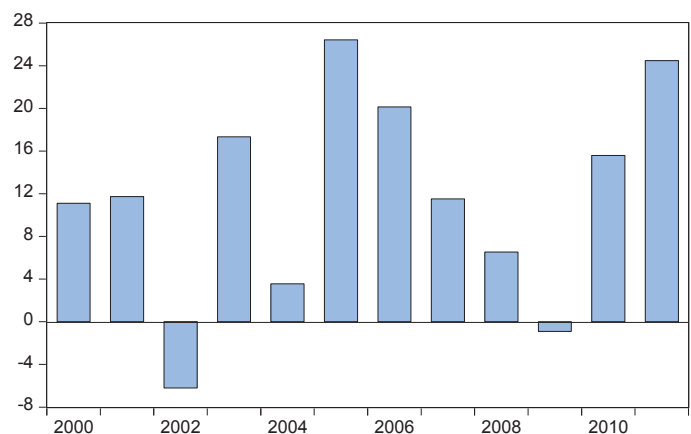
Cabo Verde conseguiu um bom nível de crescimento ao longo dos últimos 10 anos conforme sublinhado nas secções anteriores. A economia não só cresceu como também assistiu ao desenvolvimento de sectores críticos como turismo, construção e imobiliário. Turismo, por exemplo, cresceu a uma taxa de cerca de 10 % em média anual, com o número de chegadas de turistas a triplicar de 2002 e 2011 (Figuras 2.13 e 2.14). O sucesso do sector, apesar do abrandamento económico mundial e das várias crises, tem sido espectacular. O Governo contribuiu para este crescimento com uma série de reformas e através de investimento substancial em infra-estruturas (estradas, portos e aeroportos) e atracção de IDE. Um dos resultados deste crescimento foi a criação líquida de empregos principalmente no sector terciário - S3 (Figura 2.15).

Figura 2.13 – Número de Turistas



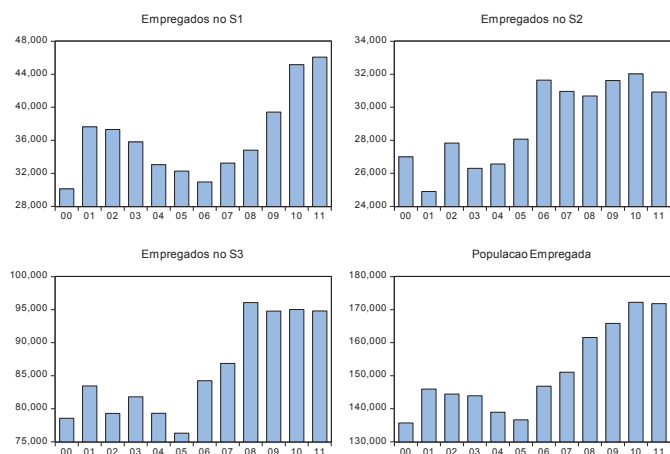
Fonte: INE

Figura 2.14 – Variação anual no número de turistas (%)



Fonte: INE

**Figura 2.15 – Emprego por sector
(primário – S1, secundário – S2, terciário – S3)**



Fonte: Modelo DECRP III - MFP/DNP

Os investimentos no sector agrícola - mobilização de água, facilitação do acesso dos agricultores ao crédito através de microfinança, promoção da irrigação gota a gota e apoio à extensão rural - desempenharam um papel substancial na redução da pobreza e crescimento dos outputs e rendimentos agrícolas, embora a taxa de pobreza continue mais alta nas áreas rurais. Em ilhas como Santiago, a produção agrícola cresceu e os preços de alguns géneros alimentícios produzidos localmente reduziram. A construção de estradas de acesso e de pontes facilitou o transporte de produtos agrícolas para os mercados. Estas medidas contribuíram conjuntamente para o benefício das zonas rurais e para a redução da pobreza. Embora o progresso seja notável, permanecem alguns problemas que afectam a produtividade do sector - a maioria das explorações são de pequena dimensão e em regime de sequeiro com grande variabilidade de produtividade em função das condições climáticas.

O Governo embarcou também numa série de reformas no sistema de segurança social e de pensões. Entre as reformas que tiveram um impacto bastante positivo sobre a redução da pobreza destaca-se a extensão da pensão social mínima a novas classes de pensionistas e a extensão do sistema do INPS a novas categorias de trabalhadores tais como profissionais independentes e empregadas/os domésticas/os. O sistema já proporciona também seguro de saúde amplo a muitas pessoas, facilitando o acesso a cuidados de saúde. A expansão da pensão social mínima proporcionou às camadas mais desfavorecidas uma rede de segurança social e condições para uma melhor qualidade de vida.

O quarto ingrediente é educação, especialmente formação técnico-profissional. Embora seja necessário conseguir mais avanços neste plano, os esforços para reformar e melhorar a formação técnico-profissional estão a gerar resultados. O investimento no sector pelo Governo e parceiros de desenvolvimento está a aumentar a empregabilidade dos recém-formados no mercado de trabalho.

Em suma, Cabo Verde alcançou ganhos significativos contra a pobreza em várias dimensões não somente ligadas ao nível de rendimento. Isto não deverá no entanto esconder os desafios subjacentes que permanecem. A pobreza continua a ser um desafio significativo no país. Adicionalmente, a dicotomia urbano-rural e do género são assuntos que devem ser tomados em conta por forma a continuar a realizar progressos no combate à pobreza.

3. Análise da Situação Actual: O Cenário Macroeconómico

3.1 Introdução

Este capítulo prossegue com a análise da situação actual iniciada no anterior mas com um foco acrescido nas realidades emergentes. O capítulo anterior focou em fornecer uma retrospectiva sobre o crescimento e a pobreza e o actual inicia o processo de explorar o potencial para o futuro e para o período de implementação do DECRP III. A estratégia por natureza trata de construir e criar um melhor futuro – combina “o que” (a visão) com o “como” (as acções) para criar o futuro desejado. Neste caso, o propósito é claro: melhorar significativamente o desempenho de crescimento da economia e reduzir drasticamente a pobreza – não somente no plano do rendimento como também em outras vertentes. Quais são as hipóteses? Pode Cabo Verde superar o desempenho ocorrido na última década tendo em conta o ambiente externo mais desafiante e o crescimento moderado da economia global?

A economia cabo-verdiana é aberta e altamente integrada na economia global, muito dependente do comércio internacional e de fluxos de capital. Cada vez mais, deve ser uma economia capaz de competir nos mercados globais e deve por isso expandir a base produtiva por forma a crescer. No entanto, a capacidade de competir é limitada tendo em conta os desafios que surgem das fragilidades enquanto pequena economia aberta e altamente susceptível a choques externos, com preocupações acrescidas decorrentes do abrandamento global.

As tendências económicas na Europa são particularmente importantes tendo em conta que o ciclo de crescimento do país está cada vez mais sincronizado com o dos países Europeus²¹. O remanescente do capítulo procurará focar nas perspectivas futuras, explorando o cenário macroeconómico e iniciando com a análise da importância da relação com a Europa.

3.2 O ambiente macroeconómico de Cabo Verde

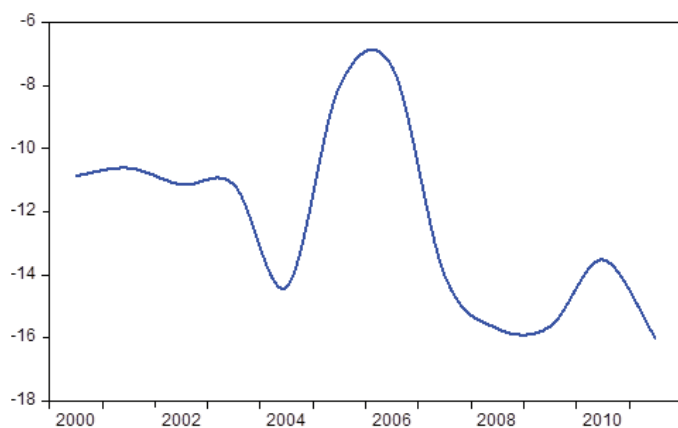
Ao longo da última década, o turismo tornou-se no sector que mais contribui para o PIB de Cabo Verde ao mesmo tempo que a pesca dominou as exportações de bens. Em 2009, por exemplo, a pesca representou cerca de dois terços da exportação total de bens de Cabo Verde ao mesmo tempo que o turismo representou cerca de 20% do PIB. Para continuar com o crescimento da economia, o Governo está a apostar na agenda de transformação económica que tem como objectivo principal transformar Cabo Verde numa plataforma internacional de prestação de serviços de alto valor acrescentado baseados em sete clusters de competitividade: turismo, economia marítima, serviços financeiros, tecnologia de informação e comunicação, agro-negócios, serviços financeiros, economia criativa e aero negócios.

O ambiente externo é particularmente importante para Cabo Verde tendo em conta que quase todo o financiamento do capital e tecnologia é adquirido através de comércio internacional. As contas externas de Cabo Verde demonstram de forma clara as vulnerabilidades

²¹IMF. Cape Verde: Selected Issues. 9 June 2008. Washington, DC. Fonte: www.imf.org

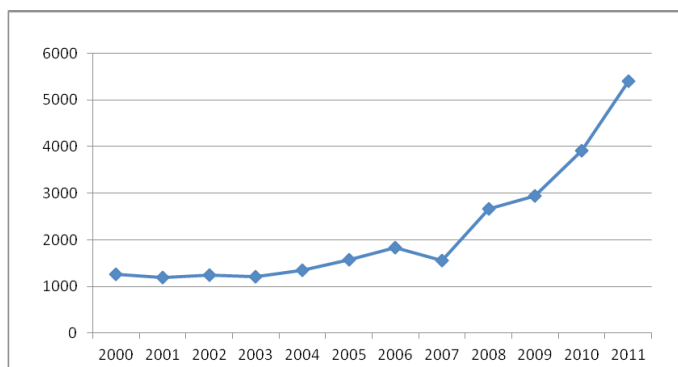
do país, notavelmente a dependência de fluxos externos como ajuda pública ao desenvolvimento (APD), remessas de emigrantes e Investimento Directo Estrangeiro. Na ausência de uma base exportadora, a balança corrente está estruturalmente em défice (Figura 3.1). Todavia as exportações de bens demonstram um crescimento desde 2000 (segundo dados do INE) - a taxa de crescimento atingiu um pico em 2008 na sequência do decréscimo verificado em 2007 mas o crescimento manteve-se até 2011 (Figura 3.2).

Figura 3.1 – Déficit da Conta Corrente (% do PIB nominal)



Fonte: Modelo DECRP III - MFP/DNP

Figura 3.2 – Exportações de bens (milhões de CVE)

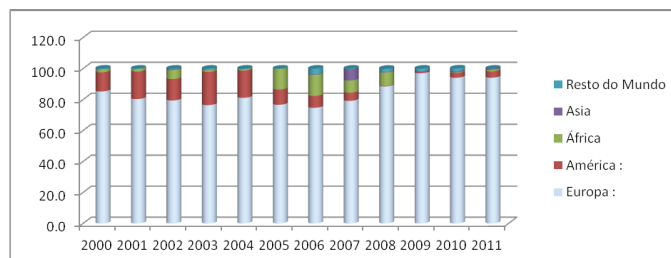


Fonte: INE, Evolução do Comércio Externo, por principais países de destino, 2000 a 2011.

No que respeita às exportações destacam-se duas grandes preocupações: a pequena dimensão da base exportadora de Cabo Verde e a pouca diversificação de destinos para exportação. A economia do país parece ter especializado em duas exportações: turismo e pesca, quase sempre com a Europa como cliente. As exportações de bens são dominadas por produtos da pesca – que correspondem a mais de 60% do total em 2009²². Tendo em conta a crise económica que ainda persiste nos principais parceiros comerciais de Cabo Verde, facilmente se pode conceber um cenário de abrandamento na procura externa para entender um dos principais riscos à implementação do DECRP III. Entre 2000 e 2011, não se registou nenhum ano em que a Europa não recebesse uma quota menor do que 70% das exportações de Cabo Verde. De facto, a quota mais baixa registou-se em 2006 e correspondeu a 75% sendo que a mais alta foi em 2009 com cerca de 97% (Figura 3.3). Acresce referir que as exportações para a Europa são destinadas principalmente a Portugal e Es-

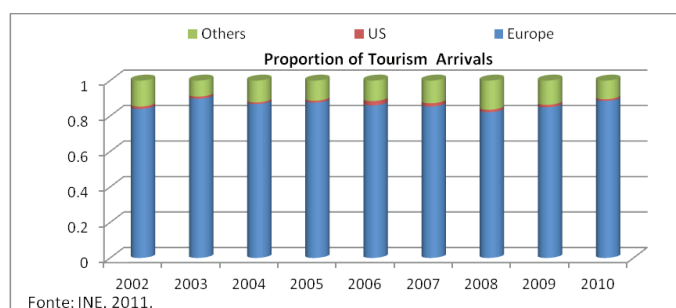
panha, que recebem mais de 70% do total das exportações do país. Cabo Verde é também fortemente dependente da Europa na perspectiva de mercado emissor de turistas uma vez que os nacionais deste continente representam cerca de 80% das chegadas (Figura 3.4).

Figura 3.3 – Proporção de exportações de Cabo Verde por região



Fonte: INE, Evolução do Comércio Externo, por principais países de destino, 2000 a 2011.

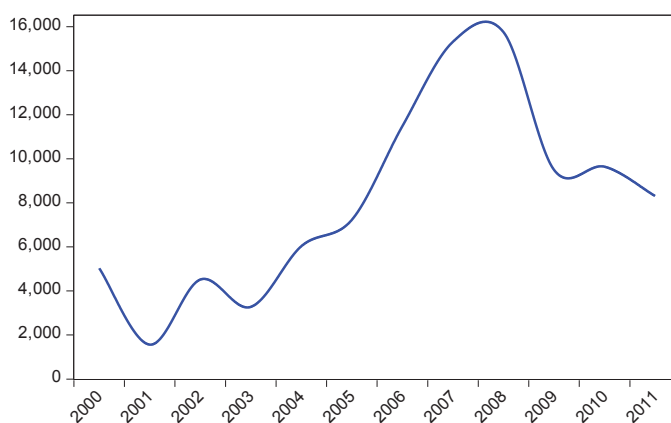
Figura 3.4 – Proporção de chegadas de turistas por região



Fonte: INE, 2011.

O sucesso de Cabo Verde desde a independência deve-se também em parte à generosa assistência por parte dos parceiros de desenvolvimento, remessas da Diáspora e IDE. Os fluxos de capitais privados, na forma de IDE e remessas, estão entre as principais fontes de financiamento da economia caboverdiana. As remessas de emigrantes, embora em decréscimo em proporção do PIB na economia – já representaram cerca de 20% do PIB mas entre 2001 e 2011 corresponderam em média a 10% do PIB -, continuam a desempenhar um importante papel no financiamento da economia. O Investimento Directo Estrangeiro assumiu um papel relevante desde meados da década de 90, com a maior fatia a ter como destino o sector do turismo, e com um crescimento substancial entre 2002 e 2008 tendo a partir de 2009 registado um decréscimo acentuado e alguma volatilidade desde então (Figura 3.5).

Figura 3.5 – Investimento Directo Estrangeiro – milhões de CVE



Fonte: Modelo DECRP III - MFP/DNP

²²Constraints Analysis, 2010, Ministério das Finanças de Cabo Verde

Estes factores desempenharam um papel crucial na trajetória de crescimento do país. A contribuição da Europa a este respeito é fundamental. A título de exemplo, Cabo Verde recebeu cerca de USD218.5 milhões em APD líquida de todos os doadores em 2010, com mais de metade proveniente de países Europeus (Figura 3.6). Em 2008, cerca de 30% de todas as remessas vieram de Portugal, seguido pela França, EUA e Países Baixos. No total, mais de 80% das remessas são provenientes de residentes da Diáspora na Europa (Figura 3.7). O IDE tornou-se um grande factor impulsionador do crescimento desde meados da década de 90, com os países Europeus a fornecerem a maior parte do investimento, 45% do IDE é proveniente de quatro países europeus, nomeadamente Espanha, Portugal, Reino Unido e Itália. (Figura 3.8).

Figura 3.6 – APD líquida por doador (2010) (USD milhões)

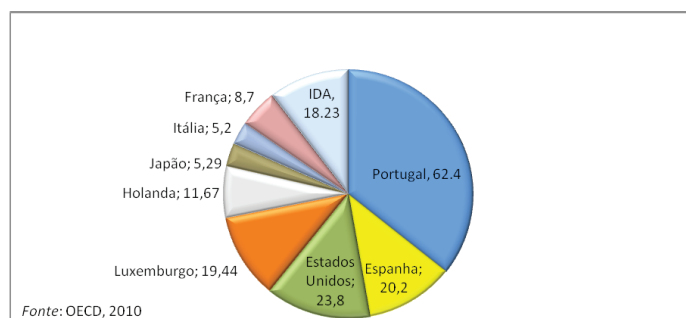


Figura 3.7 – Remessas por país (2008) (%)

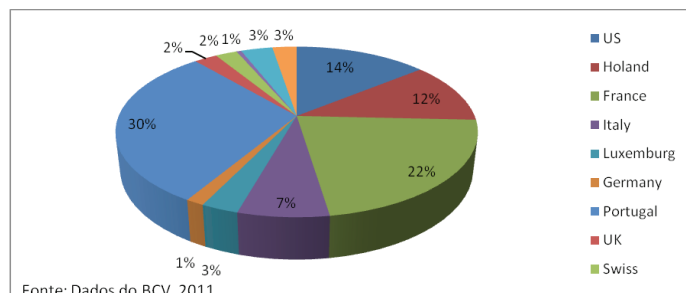
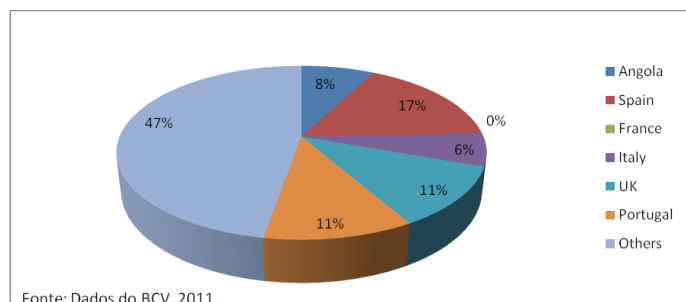


Figura 3.8 – Fluxos de IDE por país



Subentende-se então que as perspectivas de crescimento para Cabo Verde estão interligadas com o cenário económico da Europa. A proximidade com a Europa não é por isso apenas geográfica mas também económica, cultural e diplomática. Acresce o facto de que Cabo Verde é o único país da CEDEAO que tem um acordo de Parceria Especial com a União Europeia.

O desafio que se identifica é que as perspectivas de crescimento económico na Europa não são animadoras como resultado dos choques globais e da escalada da crise da dívida soberana na Zona Euro que, de acordo com o FMI, “está a ter um efeito amplo no consumo doméstico,

uma vez que o choque de confiança se propaga dos países periféricos para os consumidores, bancos e investidores dos países da Zona.”²³ A expectativa do FMI é de uma “convergência geral em direcção a um crescimento mais moderado, medidas mais severas de austeridade orçamental (do lado das receitas e despesas), desalavancagem acentuada no endividamento dos agentes económicos privados, e desemprego estrutural mais severo. Constituem constrangimentos adicionais à situação sensível verificada em alguns países Europeus as taxas de juro mais altas na dívida soberana, um ajuste pesado das contas públicas e tensões acrescidas no sector bancário”.²⁴

A possibilidade de uma recuperação contínua mas anémica na Europa coloca desafios estratégicos para Cabo Verde e reforça a urgência de acelerar a agenda de transformação económica. Isto vai exigir o desenvolvimento de novas capacidades e o aumento da competitividade das empresas nacionais para competir no mercado global. As prioridades críticas são a diversificação das exportações por produto e destino, a construção de novas parcerias, e a procura de novas fontes de financiamento.

3.3 As perspectivas e desafios para Cabo Verde

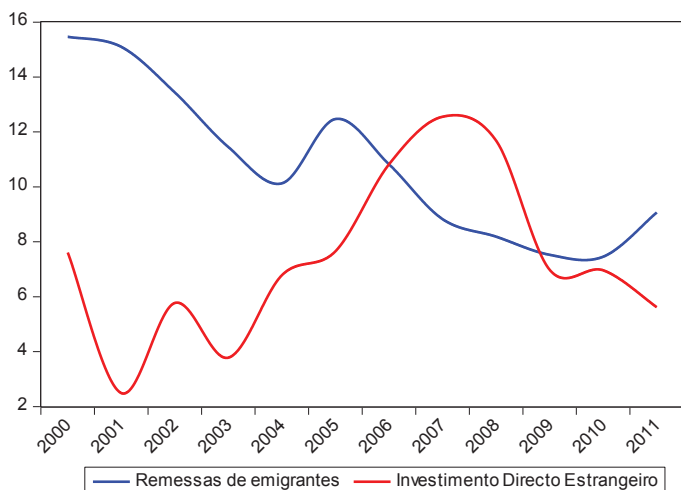
Cabo Verde manteve um crescimento razoável em anos recentes apesar de ter sido confrontado com um ambiente externo em deterioração. Em 2011 a taxa de crescimento foi de 4% e está estimado à volta de 3.4% em 2012 e 3.1 2013. O abrandamento no crescimento reflecte o ambiente externo adverso mas o crescimento mantém-se devido à dinâmica do turismo, exportações de pesca, remessas e investimento público. O Governo realizou um importante esforço em termos de investimento em anos recentes como forma de contrariar os impactos do abrandamento global na procura e no investimento nacional. Tendo em conta a janela de oportunidade de empréstimos concessionais que se encontra disponível até que Cabo Verde complete o processo de transição de País Menos Avançado para País de Desenvolvimento Médio, o Governo colocou um importante pacote de investimento em curso com o objectivo de debelar alguns dos constrangimentos de crescimento de longo prazo já identificados, principalmente no que toca a infraestruturas económicas. Este esforço aumentou o nível de dívida que no entanto, tendo em conta o compromisso do Governo em manter a estabilidade macroeconómica como condição sine qua non, permanece em níveis sustentáveis de acordo com as análises regulares de sustentabilidade da dívida (Debt Sustainability Analysis) conduzidas pelo Fundo Monetário Internacional²⁵. Persistem todavia riscos acrescidos que advêm de um abrandamento contínuo no sector da construção, aprofundar da crise financeira na Europa, e o aumento rápido no preço de matérias-primas que podem afectar o nível de crescimento económico necessário para manutenção da estabilidade a curto prazo. Acrescido de um potencial abrandamento do IDE e remessas, estes factores podem aumentar a vulnerabilidade de Cabo Verde (Figura 3.9).

²³FMI (2011). “Europe. Navigating Stormy Waters.” *Regional Economic Outlook*, FMI, Outubro de 2011.

²⁴ibid, FMI (2011)

²⁵Country Report do Fundo Monetário Internacional para Cabo Verde No. 12/29, Fevereiro 2012

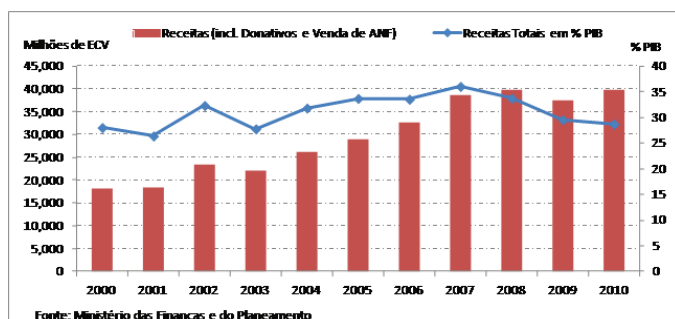
Figura 3.9 – Remessas e IDE em percentagem do PIB



Fonte: Modelo DECRP III - MFP/DNP

Por forma a mitigar em parte os riscos advindos do cenário externo, torna-se fundamental a mobilização das capacidades endógenas de financiamento do processo de desenvolvimento. Tendo em conta a necessidade de manter o nível de endividamento interno em níveis compatíveis com o regime cambial de paridade fixa com o euro, uma área chave é a melhoria na colecta da receita interna, principalmente impostos. Uma série de reformas tributárias entre 1995 e 2009, assim como esforços para aumentar a capacidade de colecta, levaram a um aumento contínuo da receita durante o período. Todavia, a cobrança de receita em percentagem do PIB decresceu um pouco em 2009 e 2010 (Figura 3.9). Existe espaço para melhorar significativamente a eficiência e eficácia da administração tributária tendo em conta que as questões de falta de capacidade e de recursos permanecem constrangimentos. O Governo está a desenvolver uma proposta, como parte da reforma do Estado, para transformar o departamento de impostos numa agência ou autoridade de receitas capacitada com os devidos meios e recursos. Além de melhorar a administração tributária, Cabo Verde terá também que examinar o regime de incentivos fiscais e empreender as reformas necessárias de racionalização nessa frente.

Figura 3.10 – Receita do Governo



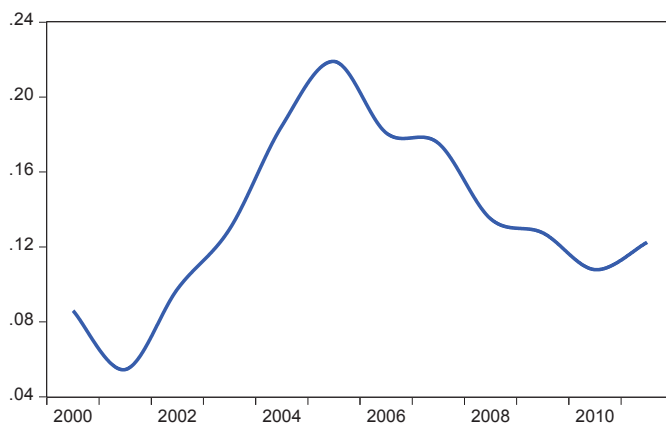
Fonte: Ministério das Finanças e do Planeamento

O desafio a enfrentar é a necessidade de construir uma economia com nível de crescimento sustentável e inclusivo no sentido de superar as condicionantes chave – vulnerabilidade estrutural, dependência externa, desemprego (especialmente nas camadas mais jovens), pobreza, desigualdade na distribuição do rendimento, oportunidades reduzidas de emigração e consequente queda de remessas.

A dinâmica de crescimento da última década gerou um volume considerável de emprego principalmente no sector de serviços e construção, e isto, conforme indicado na secção anterior, contribuiu para a redução expressiva da pobreza. Todavia, o número de desempregados continua alto com uma taxa de desemprego acima dos 10% (Figura 3.11).

O desemprego em Cabo Verde não afecta apenas os menos escolarizados. Apesar de a maioria dos desempregados serem poucos qualificados, existe também uma proporção de desempregados com maiores níveis de qualificação, principalmente entre os jovens. Dados sugerem que as competências adquiridas na escola não estão em sintonia com as necessidades do mercado. Adicionalmente, os custos do trabalho (sector formal) são muito elevados. Cabo Verde terá que fazer mais para garantir o crescimento inclusivo e a diversificação económica como forma de debelar a problemática do desemprego.

Figura 3.11 – Taxa de desemprego

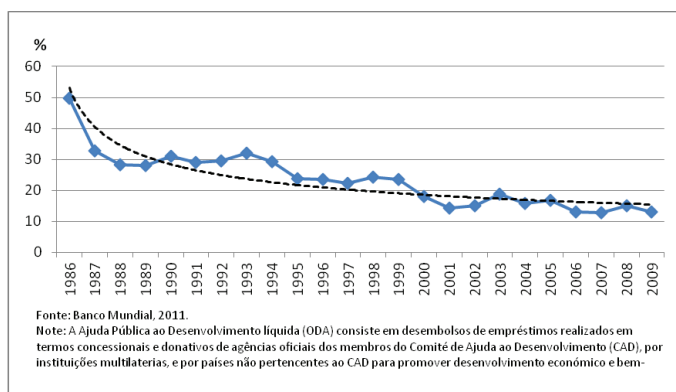


Fonte: INE

Cabo Verde continua a registar uma forte dependência da APD. Os actuais desafios económicos globais, a graduação de Cabo Verde da categoria de PMA e a percepção emergente de que Cabo Verde não é mais uma nação pobre, podem com o tempo levar à redução substancial dos fluxos de APD. Embora a APD líquida relativa ao PIB, principalmente donativos, tenha decrescido recentemente, uma redução contínua e drástica pode expor Cabo Verde a sérios riscos especialmente tendo em conta o alto rácio dívida/PIB e também o nível de reservas internacionais relativamente baixo (Figura 3.10).²⁶ As remessas em proporção do PIB também têm decrescido conforme demonstrado na Figura 3.9. Com o tempo, as ligações ao país de origem vão reduzindo uma vez que os residentes da Diáspora se tornam de segunda e terceira geração e as oportunidades de emigração vão diminuindo com o endurecimento das legislações nos países de destino. O foco actual tem de ser como engajar a Diáspora na Agenda de Transformação – seja como investidores ou como agentes para a transferência de know-how e conhecimento em várias áreas.

²⁶Organização para Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), Africa Economic Outlook 2009.OECD, Paris.

Figura 3.12 – APD líquida (em % do PNB)



Associada a esta realidade emergente está a vulnerabilidade contínua de Cabo Verde. De facto, a graduação de Cabo Verde da lista dos PMA foi garantida através do alcance de dois dos três critérios – rendimento per capita e índice de desenvolvimento humano sendo que o critério associado à vulnerabilidade económica não foi atingido. O país continua a ser muito vulnerável e susceptível a choques externos, sejam estes económicos ou naturais. As fontes de vulnerabilidades incluem desafios ambientais e agrícolas, sobredependência de importações, custos crescentes de insularidade e fragmentação, sobredependência de transferência externas, assim como também ameaças crescentes de segurança global e crime transnacional.²⁷

Estes factores representam desafios estruturais que podem afectar o crescimento e o processo de desenvolvimento económico. A resposta de Cabo Verde tem sido o desenvolvimento de uma Agenda de Transformação que tem providenciado uma orientação ampla para as acções do Governo ao longo da última década. A continuação da implementação da Agenda de Transformação como forma de acelerar o crescimento e reduzir a pobreza é o foco do DECRP III conforme abordado no capítulo 4 que se segue.

4. DECRP III: Agenda Estratégica

4.1 A Agenda Nacional e a Visão de Cabo Verde

A gestão do processo de desenvolvimento de Cabo Verde tem sido norteadada pela agenda de transformação económica. A agenda providenciou a visão de longo prazo que orientou as políticas e acções do Governo durante a maior parte do novo século até agora e que aponta para uma economia transformada, ancorada em aproveitar a localização geoestratégica de Cabo Verde para desenvolver o país como uma plataforma internacional para serviços de alto valor acrescentado. Especificamente, a agenda aponta para construção de uma economia diversificada e produtiva através do desenvolvimento de clusters de competitividade baseados num modelo de crescimento sustentado pela dinâmica do sector privado, e que possibilite a transformação das vantagens comparativas em vantagens competitivas. Neste quadro apontam-se as seguintes áreas como de forte potencial para Cabo Verde tendo em conta a localização nas rotas do comércio entre os três continentes (África, Europa e Américas):

- Turismo: promoção de turismo de alto valor acrescentado;

- Economia Marítima: construção de uma economia marítima orientada para as pescas, transbordo de mercadorias e serviços marítimos;
- Aero Negócios: transformar Cabo Verde num hub regional para carga aérea, comércio de zona franca e serviços para companhias aéreas;
- Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC): promover Cabo Verde como uma ilha de cariz tecnológico avançado e especificamente atraindo empresas da indústria TIC para utilizarem o país como base para realização de negócios principalmente com a subregião;
- Finanças: transformar Cabo Verde num centro para serviços financeiros e de investimento;
- Economia Criativa: construir uma indústria de serviços baseada na cultura cabo-verdiana orientada para as exportações e promoção da marca Cabo Verde; e
- Agro-negócios: desenvolver as actividades e empresas de agró-negócios com vista a promover um acréscimo de produção de qualidade que explore o potencial de substituição de importações, incluindo a ligação com a cadeia de valor do turismo, e que crie uma base de exportação para determinados nichos de produtos mais competitivos.

A agenda de transformação coloca uma visão compreensiva de longo prazo para o desenvolvimento de Cabo Verde tendo em conta o potencial para a capitalização de poucas vantagens comparativas e naturais de Cabo Verde – oceano amplo, localização geoestratégica, e um clima tropical. A agenda procura a transformação do país rumo a uma economia moderna, de alto nível de rendimento e baseada em serviços. Para esse efeito é necessário o desenvolvimento de novos sectores de actividade como motores de crescimento tendo em conta a actual base produtiva limitada e pequena. Tem sido realizado algum progresso mas o desafio passa por acelerar o processo de transformação e reforma por forma a permitir o surgimento dos novos factores de competitividade que permitam a estruturação dos clusters.

O Programa de Governo para a VIII Legislatura 2011-2016²⁸, além dos requisitos constitucionais, foi formulado com o objectivo de acelerar a agenda de transformação do país. A visão do desenvolvimento do país apresentada no quadro do programa é “uma nação inclusiva, justa e próspera, com oportunidades para todos” e o objectivo para a VIII Legislatura é “construir uma economia dinâmica, competitiva e inovadora, com prosperidade partilhada por todos”. Para alcançar este objectivo o Governo identifica sete desafios estratégicos a serem resolvidos durante a Legislatura:

- Como construir uma economia dinâmica, competitiva e inovadora, com prosperidade partilhada por todos;
- Fomentar o crescimento do sector privado, do investimento e da produtividade;

²⁷UNDP (2001). Vulnerability Study, Action Plan for 2001-2010, March 2001. Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas, Nova Iorque.

²⁸Programa do Governo Para a VIII Legislatura 2011 – 2016, publicado no Boletim Oficial nº20, I Série, Suplemento, República de Cabo Verde, 14 de Junho de 2011

- Promover o desenvolvimento e a coesão social e facilitar o acesso aos serviços básicos;
- Capacitar os recursos humanos e produzir conhecimento que propicie o crescimento económico;
- Consolidar a Democracia, aprofundar as Liberdades e reforçar a Boa Governação;
- Modernizar e estender as infra-estruturas; e
- Afirmar a Nação Global e desenvolver parcerias para a competitividade.

A resolução dos desafios supracitados não pode ser meramente uma intenção do Governo mas antes um compromisso para toda a sociedade caboverdiana tendo em conta o ambiente interno e externo globalmente adverso. É neste quadro que o DECRP III se insere com a estruturação de medidas de política e programas que visam enfrentar os desafios identificados pelo Governo como condicionantes para a implementação da visão de desenvolvimento.

Acresce também referir a importância de aspectos transversais como uma boa governação ambiental. É fundamental que se acautelem aspectos de sustentabilidade ambiental nos programas e projectos de infra-estruturas, energia e urbanização; que se promova uma melhor gestão de recursos naturais, incluindo terrenos, água, recursos piscatórios e florestas; e que se construa uma resiliência económica, social e física a desastres naturais e a fenómenos de mudanças climáticas por forma a mitigar os riscos associados.

Cabo Verde tem demonstrado vontade política para a implementação de uma economia “verde”, conforme demonstrado por exemplo na aposta forte em energias renováveis, mas também enfrenta desafios importantes, muitos relacionados com a escassez de água, serviços de energia ineficientes e o alcance de um equilíbrio entre a conservação de recursos naturais e o processo de desenvolvimento do país. A aposta num enquadramento para o crescimento ambientalmente sustentável já merece actualmente o apoio próximo de diversos parceiros de desenvolvimento, destacando-se a Espanha, Nações Unidas e Banco Africano de Desenvolvimento.

Dada a forte dependência do exterior do país e num mercado global e concorrencial, a atracção de investimentos pela via de incentivos fiscais aduaneiros não basta, ganhando cada vez mais importância os chamados novos elementos de competitividade, tais como: o acesso aos mercados de exportação; o conhecimento/formação; a existência de capacidades nacionais (sectores público e privado) nas áreas de políticas e negociações internacionais; as infraestruturas de comunicação e transportes (rodoviário, marítimo e aéreo) a preços acessíveis; o crédito; o desenvolvimento de plataformas de informação e comunicação viáveis e a custos acessíveis; bem como a disponibilidade de fatores de produção, sobretudo energia e água. Estes factores convertem-se assim em elementos determinantes da competitividade da economia.

No Programa do Governo preconiza-se um comércio que valorize a produção nacional. Os projectos e as

atividades previstos no sector do comércio no âmbito do DECRP III vão então no sentido de melhorar o ambiente legal e institucional, visando criar um ambiente favorável ao desenvolvimento das actividades comerciais, à modernização do sector, ao reforço da competitividade externa das empresas e produtos nacionais nas áreas supracitadas, à diversificação dos mercados e à dinamização das trocas comerciais, designadamente, com a Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO).

4.2 Estratégia do Crescimento e da Redução da Pobreza III

A estratégia de crescimento e redução da pobreza é um instrumento que dá continuidade à implementação da Agenda de Transformação ao estruturar, num quadro plurianual, medidas e acções para o cumprimento dos objectivos estipulados no Programa do Governo para a VIII legislatura. O objectivo principal da Agenda e do Programa é de promover um crescimento económico inclusivo com oportunidades para todos como factor preponderante para a redução da pobreza e das desigualdades. Neste quadro, a geração de emprego é crucial e o sector privado deverá ser o principal propulsor da economia, restando ao sector público um papel de catalisador e facilitador criando um ambiente favorável ao investimento e aos negócios.

Apesar de esforços significativos ao longo dos anos, a pobreza e o desemprego continuam a colocar sérios desafios a Cabo Verde. É particularmente importante que abordagens novas e mais eficazes sejam identificadas para acelerar o crescimento e reduzir a pobreza. Neste âmbito, a estratégia deve apresentar prioridades claras e focalizadas que versam nos objectivos de crescimento económico, da redução da pobreza e do desemprego. Contudo, o ambiente interno e externo vivenciado é significativamente diferente. Os recursos, incluindo o acesso a empréstimos concessionais e donativos, não vão estar tão prontamente disponíveis como no passado. De facto, a APD decresceu em 2011 e as perspectivas para um declínio maior são bastantes altas. Acresce referir que os espaços macroeconómicos e sociais internos são actualmente bastante menores, e para alcançar o sucesso será necessário uma abordagem robusta e inovadora com ênfase em prioridades claras.

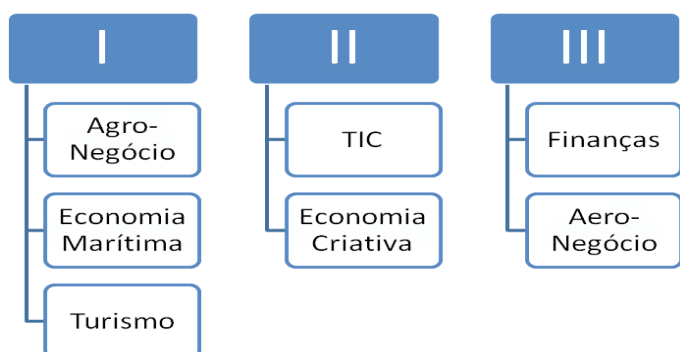
A estratégia de Cabo Verde para redução da pobreza continuará a caracterizar-se por um compromisso não exclusivamente concentrado no crescimento ou na redistribuição. A focalização somente em crescimento não irá funcionar tão rápido e poderá simplesmente não funcionar de todo, por outro lado uma abordagem que foque somente a redistribuição numa economia pequena como Cabo Verde é também insustentável. Significa isto que o ênfase deve ser colocado em: (i) programas e políticas que promovam crescimento dentro dos clusters; (ii) programas e políticas a serem implementados para capacitar os mais pobres e aumentar a respectiva produtividade e participação na economia, e (iii) programas sociais direccionados aos mais vulneráveis.

Em articulação com uma abordagem de crescimento e de redistribuição, Cabo Verde vai embarcar numa

estratégia de três níveis para o desenvolvimento da Agenda de Transformação. Isto irá significar a definição de prioridades em diversos planos, inicialmente entre os clusters e posteriormente dentro dos próprios clusters. Este exercício é necessário para identificar as cadeias de valor nos clusters onde Cabo Verde tem já alguma vocação e que podem ser rapidamente alavancados para gerar crescimento. Ao definir prioridades entre os clusters e dentro dos mesmos, o factor de arbitragem será o potencial que o cluster ou acção tem para promover crescimento inclusivo através da criação de negócios e geração de emprego.

Os clusters estão divididos em três grupos tendo em conta a capacidade actual do país, o contexto internacional e o potencial do sector privado cabo-verdiano para possibilitar o reforço do Produto Nacional Bruto. Desde logo, os clusters não devem ser pensados numa perspectiva estritamente académica, mas antes numa abordagem pragmática de geração de oportunidades de negócio que criem valor na economia. O agro-negócio, turismo e economia marítima surgem no topo devido ao impacto que estes clusters poderão ter na redução de pobreza e geração de crescimento. Seguidamente, o segundo grupo é constituído pelos clusters TIC e economia criativa e o terceiro agrega os clusters de serviços financeiros e aero-negócios (Figura 4.2).

Figura 4.1 – Classificação dos Clusters



Devido aos recursos escassos, a priorização dos investimentos nos agró-negócios e economia marítima é fulcral para a concretização das metas da estratégia. O objectivo é focar em áreas onde haja maior impacto ao mesmo tempo que se desenvolvem as fundações para construir os restantes clusters no longo prazo. Em norma, a transformação ou desenvolvimento de um cluster é um processo que demora pelo menos cinco anos e por vezes uma geração ou mais. Embora o Governo se focalize em investimentos para aumentar a capacidade nacional, é o sector privado quem deverá criar e implementar os clusters. O Governo poderá facilitar parcerias público-privadas onde estas sejam viáveis, apoiar o desenvolvimento do sector privado e implementar políticas e criar os necessários incentivos, mas o papel de liderança para o desenvolvimento de negócios e cadeias de valor dentro dos clusters deverá caber ao sector privado.

4.2.1 Agenda Nacional de Reformas

O sector privado não estará no entanto apto a desempenhar o papel de liderança, nem Cabo Verde estará em condições de melhorar a sua competitividade global,

se determinadas reformas substanciais não forem realizadas para melhorar o ambiente de negócios e resolver determinados constrangimentos transversais. Cabo Verde enfrenta hoje novas realidades e desafios que são também consequências directas do sucesso da última década. A necessidade de reformas é urgente tendo em conta os desafios que vislumbram no horizonte e as aspirações do país.

A graduação de Cabo Verde da lista de PMA das Nações Unidas é um ganho importante tendo em conta que foi um dos dois países de África a alguma vez graduar desta lista – o outro foi o Botswana que tem no entanto recursos naturais substanciais, principalmente diamantes. A graduação significa que Cabo Verde terá menos condições para mobilizar financiamento concessional e aceder a donativos que tendem a favorecer países mais pobres. A entrada na OMC, apesar de ser um sucesso, significa que Cabo Verde deverá abrir os seus mercados e depender mais da capacidade endógena para competir.

Outro progresso crucial ao longo da última década foi o crescimento substancial do sector do turismo que representa agora cerca de um quarto do PIB com mais de 60% das exportações. O impacto do turismo na economia é mais significativo se determinados sectores associados como a construção civil e imobiliário forem tomados em conta. O sector do turismo também recebe cerca de 90% do IDE destinado a Cabo Verde e tem sido o principal impulsionador do crescimento económico e um factor crítico na geração de emprego. O sucesso, todavia, criou uma sobredependência de um único sector e aumentou a exposição de Cabo Verde a choques externos. Qualquer redução que se verifique na procura do turismo, seja devido a choques externos ou a desafios internos, pode ter um impacto grande sobre o desempenho económico do país.

Cabo Verde não se pode dar ao luxo de ser arrastado para alguma inércia em resultado do desempenho globalmente positivo registado ao longo da última década. A crise financeira da Zona Euro, a recuperação anémica da economia global e os desafios que emergem dos sucessos de Cabo Verde demonstram a necessidade de acelerar a implementação da Agenda de Transformação e construir uma economia mais resiliente e diversificada que cresça de forma sustentável e inclusiva. O aumento da produtividade é um aspecto fundamental que exige acções rápidas.

O DECRP III providencia a oportunidade para Cabo Verde actualizar a sua estratégia. O objectivo para o período de implementação é transformar Cabo Verde num centro internacional de serviços, com uma base produtiva subjacente, por forma a acelerar o processo de transformação. Esta visão requer que Cabo Verde acelere, aprofunde e expanda as reformas e estas devem estender-se a todos níveis de administração pública, incluindo Municípios, agências e empresas públicas, com o objectivo de construir um Estado eficiente, eficaz e orientado para assistir o sector privado na criação de riqueza.

A Agenda de Reformas do Estado necessita de ser revisitada, intensificada e generalizada para o país se preparar para responder aos desafios emergentes. Até

agora Cabo Verde tem desempenhado relativamente bem como um reformador conforme notado no ranking Doing Business – subiu da posição 143 em 2009 para a posição 119 em 2012. Para renovar e manter o ímpeto das reformas, os esforços devem ser direccionados para aprender e construir a partir de experiências de outros pequenos Estados insulares cujo desempenho tem estabelecido o benchmark. As reformas devem estar orientadas essencialmente para a promoção da produtividade e competitividade.

A nova agenda de reforma deverá responder ao desafio de garantir maiores taxas de crescimento e uma maior diversificação económica. Identificam-se desde logo quatro áreas de reformas prioritárias:

- Manutenção da estabilidade macroeconómica e reforma da gestão das finanças públicas;
- Flexibilizar o mercado laboral e promover um acréscimo de produtividade;
- Melhoria da qualidade e relevância da educação e formação como forma de combater o desemprego; e
- Melhoria da qualidade da infra-estrutura e serviços.

4.2.2.1 Manutenção da Estabilidade Macroeconómica e Reforma da Gestão das Finanças Públicas

O sucesso de Cabo Verde até à data não teria acontecido sem a decisão política de priorizar a manutenção da estabilidade macroeconómica como factor principal da boa governação. As várias reformas associadas permitiram ao Estado aumentar a colecta de receita e conseguir uma maior dependência de recursos internos. Todavia, subsistem importantes desafios no horizonte. A decisão de utilizar a janela de oportunidade, enquanto Cabo Verde ainda é elegível, para mobilizar recursos concessionais no sentido de financiar infra-estruturas, tem contribuído para o desempenho de crescimento e também providenciou uma medida contra-cíclica num ambiente de abrandamento económico global. A consequência actual é que a capacidade de endividamento do país é menor. Também, a APD e o IDE que Cabo Verde recebe principalmente da Europa estão a decrescer e podem ter efeitos negativos na implementação da agenda de transformação.

O compromisso do Governo em manter a estabilidade macroeconómica permanece – conforme comprovado pelas sucessivas avaliações positivas do Fundo Monetário Internacional, Grupo de Apoio ao Orçamento²⁹ e agências de notação de rating³⁰ - mas Cabo Verde irá enfrentar desafios novos. A nova vaga de reformas tributárias irá ser empreendida no sentido de modificar o regime fiscal de uma forma que permita racionalizar e harmonizar as diversas normas em linha com as melhores práticas e procurando assim otimizar a base tributária. A melhoria da eficiência da administração tributária na colecta e fiscalização do pagamento de impostos é também crucial

para que o Governo consiga colher os recursos necessários para o financiamento do processo de desenvolvimento, e também para gerar os fluxos necessários para remunerar e amortizar os créditos contratados. As reformas nesta frente têm a assessoria do Fundo Monetário Internacional e vão incidir, essencialmente, no plano institucional, reforço da capacidade, e adopção de tecnologias de informação que facilitem o uso de meios desmaterializados.

Em simultâneo com as reformas que vão garantir que o Estado melhore a capacidade de colecta de receita, outra frente será garantir que o uso de recursos seja significativamente mais eficiente. O Estado terá que adoptar sistemas de gestão que garantam a possibilidade de “fazer mais com menos”. A ideia é a de construir um Estado frugal que seja capaz de gerir e priorizar de forma eficiente os recursos e investimentos. Neste quadro, uma mudança de paradigma para uma gestão com base em resultados é fundamental.

De forma mais detalhada, as reformas da gestão das finanças públicas e implementação do Sistema Nacional de Planeamento (SNP), fruto das acções realizadas ao abrigo do respectivo Plano de Acção para a Reforma da Gestão das Finanças Públicas (2009-2012) que colheu as recomendações da avaliação PEFA³¹ concluído em 2008, registaram avanços em diversas frentes. Destacam-se nesse âmbito as grandes reformas actualmente em estado avançado de implementação: i) bancarização do tesouro – que aponta a concretizar um sistema integrado e desmaterializado de procedimentos para colecta de receita e execução de despesa em toda a administração central; ii) a desconcentração da execução orçamental – que já dotou diversos sectores da administração central, através do sistema de integrado de execução orçamental e financeira (SIGOF), de autonomia na execução do respectivo orçamento e na programação plurianual da despesa em concordância com as prioridades do sector (elaboração dos Quadros de Despesa de Médio Prazo); iii) reforma na gestão da dívida pública - que aponta a ganhos de eficiência na gestão da dívida pública, principalmente doméstica, no sentido de evoluir para a criação de um mercado secundário líquido e transaccionável de títulos de dívida pública para todos os agentes económicos interessados; iv) implementação de um sistema integrado de seguimento e avaliação – pilar fundamental do SNP e que procura ligar a execução física de projectos à respectiva execução financeira e assim evoluir para um paradigma de gestão com base em resultados e que permita uma maior mitigação dos riscos de derrapagem orçamental dos projectos; v) implementação do sistema nacional de aquisições públicas de acordo com as melhores práticas internacionais – reforma que incorpora diversos avanços na frente de regulação através da criação e capacitação da ARAP, a reforma do enquadramento legislativo de aquisições públicas, a criação de unidades de gestão de aquisições em diversos sectores, a implementação de uma plataforma de e-procurement, e o inventário e melhoria da gestão dos activos do Estado; vi) melhoria da gestão orçamental e financeira dos Municípios através do desenvolvimento e disseminação do Sistema de Informação

²⁹O Grupo de Apoio ao Orçamento foi constituído em 2006 e é formado por parceiros de desenvolvimento que utilizam a modalidade de apoio directo financeiro ao Orçamento Geral de Estado de Cabo Verde. Em 2012 os membros parceiros eram o Banco Africano de Desenvolvimento, Banco Mundial, Espanha, Luxemburgo, Portugal e União Europeia.

³⁰Standard & Poors e Fitch Ratings

³¹Avaliação da Gestão da Despesa Pública em Cabo Verde, Aplicação da Metodologia PEFA – Despesa Pública e Responsabilidade Financeira, Dezembro 2008, revisão financiada pela Comissão Europeia.

Municipal; vii) reforma da gestão das participadas estatais – que aponta a mitigar os riscos financeiros contingentes que advêm destas entidades e também melhorar a respectiva prestação de serviços no plano da qualidade e alinhamento dos planos de negócios com as prioridades do DECRP III (no que respeita a esta vertente, as acções preconizadas serão abordadas mais adiante em detalhe na subsecção de reforma da governação do sector empresarial do Estado); e viii) introdução de um modelo macroeconómico de equilíbrio geral computável – tal instrumento constitui uma contribuição essencial para reforçar a capacidade endógena de gerar projecções macroeconómicas e também de testar diferentes cenários para a implementação do DECRP III.

As reformas acima descritas proporcionam também o mote para a implementação de um Sistema Nacional de Investimento enquanto pilar integrante do Sistema Nacional de Planeamento (SNP). O propósito deste sistema será o de melhorar a avaliação ex-ante da despesa de investimento no que toca à avaliação técnica de projectos, e especificamente através da implementação de um ciclo de avaliação de projectos que analise e selecione as melhores alternativas à luz de critérios de rentabilidade socioeconómica e de sustentabilidade ambiental. Procurar-se-á também avaliar as propostas de acordo com a capacidade que as contrapartes públicas têm de apropriar e gerir os activos de forma sustentável. No que respeita a um outro pilar do SNP – o Sistema Estatístico Nacional – o alinhamento da Agenda Estatística nacional, liderada pelo Instituto Nacional de Estatística, com o DECRP III aponta para o reforço do SEN através da capacitação dos órgãos oficiais produtores de estatísticas, principalmente este Instituto. O objectivo será prover de forma regular e atempada – via novos produtos tais como o inquérito multi-objectivos – informação sobre o contexto socioeconómico do país, procurando informar todos as contrapartes públicas, privadas e da sociedade civil com informação fundamental para a tomada de decisões. Estas informações também irão permitir o seguimento dos indicadores de efeito e impacto do próprio DECRP III.

O Plano de Acção de Reforma de Gestão das Finanças Públicas está em fase final de actualização tendo em conta as recomendações do diagnóstico PEMFAR³² realizado ao longo de 2011 e 2012 com o apoio de vários parceiros de desenvolvimento. A nova edição do plano apontará a concluir as iniciativas supramencionadas. Procurar-se-á também expandir as reformas para áreas que denotam ainda constrangimentos, nomeadamente a melhoria contínua da gestão financeira e orçamental dos Municípios e também a melhoria da eficiência do controlo externo e interno. A importância destas reformas para a implementação e seguimento e avaliação dos objectivos do DECRP III é fundamental. A monitoria do avanço das acções preconizadas no plano de acção de reforma da gestão das finanças públicas, assim como o relatório de seguimento e avaliação da implementação do DECRP III, ambos a serem feitos numa base anual, constituem condições sine qua non para o desembolso financeiro de todos os parceiros que praticam ajuda orçamental. Acresce ainda referir a expectável avaliação de meio percurso do DECRP III a ser realizada indicativamente em 2014.

³²Public Expenditure Management and Financial Accountability Review, Maio de 2012, revisão financiada pelo Banco Mundial, União Europeia, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento e Banco Africano de Desenvolvimento.

4.2.2.1.1. Reforma da Governação do Sector Empresarial do Estados

As opções propostas para consolidar a administração das empresas estatais incidem em duas vertentes: o Estado como proprietário e o Estado como supervisor e fiscalizador. O conjunto de medidas preconizadas podem ter um impacto positivo na capacidade do Estado de gerir adequadamente as empresas estatais, elaborar decisões estratégicas, gerir melhor o risco orçamental agregado, e seguir o desempenho na prestação de serviços.

O Governo irá consolidar uma série de contratos de gestão com os conselhos de administração das empresas para exercer de forma mais eficaz a função de accionista. Nas actividades ligadas a essa função, incluem-se:

- Desenvolvimento de políticas e directrizes de tutela;
- Desenvolvimento de políticas para a aprovação das principais decisões corporativas;
- Nomeação de conselhos de administração das empresas estatais;
- Estabelecimento de incentivos para o bom desempenho; e
- Promoção de boas práticas de administração nas empresas estatais, incluindo a transparência e divulgação de informação.

As melhores práticas mundiais apontam para a criação de um modelo centralizado de propriedade. Há uma tendência crescente para centralizar as funções do Estado como proprietário numa entidade que deverá ter algum nível de independência da Administração Central. A abordagem centralizada delimita claramente as funções de proprietário e torna-as mais distintas e transparentes separando a função do Estado como proprietário da elaboração de políticas e funções regulatórias. Por fim, delega as funções de proprietário a uma determinada entidade própria. É uma abordagem cada vez mais vista como a forma de melhorar o desempenho e a eficácia das empresas estatais. A centralização tem vários objectivos:

- Conferir maior clareza aos objectivos das empresas estatais, separando os objectivos comerciais dos não comerciais;
- Gerir os activos do Estado de forma a proteger o valor accionista (OCDE 2010) 33 num quadro de recursos escassos, para minimizar a interferência política e trazer maior profissionalismo através de uma mobilização de capacidades especializadas;
- Promover uma maior coerência e consistência no exercício do papel do Estado como proprietário;
- Alcançar uma maior transparência e responsabilização nas operações das empresas estatais através de um melhor sistema de seguimento e avaliação de desempenho.

³³A protecção do valor dos accionistas é apresentada com o objectivo principal da tutela do Estado em muitos países ao invés de outros em que os objectivos são de cariz social. A inclusão como um objectivo é apontada a providenciar um critério simples para conduzir a tomada de decisão e avaliar o desempenho da entidade de tutela no Governo. Mais especificamente, o objectivo é melhorar o desempenho das empresas estatais no sentido de aumentar o valor correspondente das acções enquanto se reduz o risco fiscal associado.

No curto prazo o Governo irá reforçar o sistema existente de forma a melhorar a função de proprietário enquanto as mudanças mais estruturais de médio prazo são planeadas com vista a caminhar para um sistema cada vez mais centralizado. As etapas apresentadas na Tabela 4.1 podem, progressivamente, levar a um melhor desempenho do Estado enquanto proprietário.

Tab. 4.1 Etapas possíveis para consolidar a função de proprietário do Estado nas empresas estatais em Cabo Verde

Etapas	Objectivos
1) Consolidar a capacidade da actual Unidade de empresas estatais (Direcção de Serviço de Participadas Estatais parte da Direcção Geral do Tesouro) no MFP	<p>Desenvolver e implementar um plano estratégico para a Unidade, baseado nas necessidades institucionais e capacidades exigidas para uma função de propriedade efectiva. As actividades a serem implementadas podem incluir:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Facultar formação intensiva, aos funcionários, em auditoria, análise financeira, e direito comercial; • Aumentar a exposição às tendências internacionais e criar um fórum para troca regular de experiências; • Recrutar quadros experientes e confiar em especialistas financeiros e técnicos para apoiar a unidade; • Desenvolver directrizes e metodologia de trabalho para estruturar melhor a Unidade; • Estabelecer um portal de internet que permita à Unidade de publicar documentos e relatórios.
2) Consolidar ou implementar actividades fundamentais de supervisão e de tutela através da Unidade das empresas estatais.	<p>Objectivos das actividades onde a Unidade poderia fornecer consultoria e serviços para o Ministério das Finanças e Planeamento:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Apoiar no desenvolvimento de políticas e directrizes de tutela; • Auxiliar no processo de nomeação dos membros do conselho das empresas estatais; • Apoiar a concepção e implementação de sistemas de seguimento e avaliação (desenvolver ferramentas internas de seguimento, desenvolver indicadores de desempenho financeiro e não financeiro, etc.); • Apoiar a preparação e negociação de contratos de desempenho com cada empresa estatal; • Analisar os relatórios de auditoria e relatórios de monitoria externa; • Preparar informação fiável e exhaustiva sobre as empresas estatais para efeitos de gestão e publicação regular.
3) Iniciar uma consulta sobre novos acordos de tutela	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolver o intercâmbio de conhecimento com parceiros e instituições análogas sobre a força e as fraquezas dos convénios existentes. • Iniciar uma consulta no âmbito do Governo sobre a consolidação sustentável das funções de tutela em Cabo Verde.

4) Estabelecer acordos institucionais sustentáveis de consolidação da propriedade.	<p>Os acordos institucionais seleccionados teriam que:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Garantir alto nível de apoio político e atenção da opinião pública; • Proporcionar um mandato claro e focado, com um alto grau de autonomia; • Habilitar a Unidade ou uma potencial nova Direcção-Geral ou instituição para ser a referência reconhecida na fiscalização e propriedade das empresas estatais; • Habilitar a entidade para proporcionar consultoria estratégica para o Governo sobre as empresas estatais; • Presumivelmente, funcionários da Unidade das empresas estatais seriam transferidos para uma potencial nova instituição de propriedade.
--	---

Um aspecto adicional é relativo à estratégia de comunicação que pode aumentar a responsabilização das empresas estatais para com o Estado, outros proprietários, e público. Submetendo as empresas estatais ao escrutínio externo poderá reforçar a reputação e percepção pública sobre a actividade destas empresas e poderá também contribuir para melhorar o desempenho. Além disso, quando os problemas são revelados, a divulgação pode ajudar a criar um maior ímpeto de mudança. As informações divulgadas pelas empresas estatais devem incluir demonstrações financeiras auditadas e relatórios não financeiros, incluindo a divulgação de políticas e de objectivos sociais.

A publicação anual dos relatórios de auditoria externa das demonstrações financeiras das empresas estatais é um factor fundamental para uma boa administração. As auditorias financeiras são essenciais para oferecer segurança para o proprietário e para o público uma vez que representam, adequadamente, a respectiva situação financeira e operacional das empresas. A publicação também é um forte factor de responsabilização.

Claramente, a responsabilização da gestão das empresas estatais seria significativamente melhorada através de uma maior transparência. As principais medidas que o Governo conta implementar incluem:

- Execução atempada e publicação de auditorias financeiras externas anuais para cada empresa estatal;
- A criação, pela Unidade de empresas estatais do MFP, de um portal temático sobre empresas públicas para publicar informações relevantes sobre aspectos jurídicos; informação financeira; governação; desempenho e aspectos não financeiros;
- Elaboração e publicação de um relatório anual consolidado sobre o portfolio das empresas estatais.

4.2.2.2 Flexibilização do Mercado Laboral

Cabo Verde realizou progressos substanciais na redução do desemprego na última década em resultado da implementação da agenda de transformação. A taxa de desemprego actual é estimada pelo INE em cerca de

12,2% (relativa a 2011). Há no entanto variações entre ilhas com população mais rural que enfrentam níveis mais altos de desemprego.

Identificam-se diversos factores que contribuem para a persistência de desemprego relativamente alto em Cabo Verde. As condições macroeconómicas desempenham um papel chave e entre os factores cruciais contam-se a produtividade total de factores negativa, deterioração dos termos de comércio, e procura negativa de emprego.

Conforme concluído num estudo recente do Banco Mundial³⁴, Cabo Verde tem um mercado formal de emprego com características alternadas mas todavia, em média, a legislação laboral pode ser considerada rígida e inibidora do investimento e, conseqüentemente, do emprego. Ainda segundo este estudo, Cabo Verde regista um mau desempenho no Índice de Eficiência do Mercado Laboral (“Labor Market Efficiency Index”) do Banco Mundial que mede a capacidade que as companhias têm de flexibilizar e gerir a força de trabalho. O índice é derivado dos seguintes indicadores: (a) cooperação na relação empregador-trabalhador; (b) flexibilidade da determinação do salário; (c) rigidez do emprego; (d) práticas de contratação e despedimento; (e) custos de despedimento; (f) salário e produtividade; (g) dependência da gestão profissional; (h) fuga de cérebros (“brain drain”), e (h) participação feminina na força laboral. Cabo Verde está entre os piores classificados quando comparado com os países da África Subsaariana, a notação atribuída ao país é de 3.75 num máximo de 7 e está classificado em 30º de 35 países.

Tomando em conta dois dos indicadores como exemplos – a rigidez do emprego e os custos de redundância em semanas de salário – Cabo Verde necessita de reformas significativas do mercado laboral. A rigidez do emprego é calculada a partir da média de três sub-índices: dificuldade de contratação, rigidez de horários e dificuldade de despedimento. Neste indicador Cabo Verde classifica em 43º lugar de 57 países. O custo de redundância em semanas de salários toma em conta os requerimentos de pré-aviso, as indemnizações de rescisão, e as penalidades a pagar a um trabalhador redundante, expressas em semanas de salário. Cabo Verde é um dos países com maiores custos de redundância. O valor do índice de Cabo Verde é 93 – o que representa quase dez vezes mais do que países como a Argélia, Tunísia, Uganda e Maurícias.

Conclui-se então que Cabo Verde tem actualmente uma das legislações laborais mais restritivas do mundo. Embora o objectivo seja proteger os trabalhadores, a regulamentação excessiva promove a informalidade e incentiva a contratação de trabalhadores estrangeiros que representam actualmente uma parte substancial da força de trabalho total nas indústrias do turismo e construção. Adicionalmente, as normas demasiado rígidas reduzem a atractividade de Cabo Verde para investidores e inibem a criação de emprego por parte de firmas domésticas.

O país necessitará de empreender reformas significativas no plano do mercado laboral no sentido de fomentar

a procura de emprego, reduzir o desemprego e tornar o mercado laboral mais fluido. Estas reformas são cruciais na medida em que, atendendo à estrutura demográfica do país, a força laboral deverá continuar a crescer com mais pessoas a entrarem na população activa. Todavia, as reformas necessárias não serão fáceis. Há necessidade de um diálogo nacional através de um processo de consulta entre Governo, sindicatos, sector privado e partidos políticos no sentido de encontrar um consenso que possibilite o suporte necessário para a formulação e implementação de uma agenda de reforma do mercado laboral em Cabo Verde.

4.2.2.3 Melhoria da qualidade e relevância da educação e formação como factor de combate ao desemprego

Associadas à questão do mercado laboral e do emprego estão as questões da educação, formação e produtividade. Um dos grandes ganhos de Cabo Verde tem sido inquestionavelmente a aposta na educação. Nos primeiros anos pós-independência, Cabo Verde apostou na democratização do acesso à educação primária e secundária. O país também investiu em formação técnico-profissional. Assistiu-se ao surgimento de mais oferta de formação universitária e maior acesso a cursos deste nível. A educação a todos os níveis desde primária até técnica e superior é actualmente amplamente disponível e acessível.

O sucesso em generalizar o acesso à educação criou novos desafios: qualidade e relevância. Melhorar a qualidade da educação a todos os níveis e aumentar a respectiva relevância é crucial para a realização da agenda de transformação. O crescimento célere alcançado por Cabo Verde tem sido largamente devido a acumulação de capital à semelhança de outros países que também alcançaram estes níveis de crescimento. Para manter os níveis de crescimento e para diversificar a economia aumentando a competitividade, é necessário que o país aumente a produtividade. A construção de uma nova economia baseada na expansão da base produtiva e em serviços de valor acrescentado, conforme objectivado na agenda de transformação, só pode ser alcançada se Cabo Verde conseguir fornecer um capital humano altamente qualificado e produtivo.

Todavia, o rápido crescimento na oferta educativa pode colocar em causa a qualidade do sistema educativo. O sistema de controlo da qualidade e respectivos standards apenas agora começa a surgir e não foi criado antes da expansão das instituições educacionais. O processo de certificação é fraco e permitiu a instalação de instituições com diferentes graus de qualidade. Ligado a este desafio surge a questão da relevância. A falta de coordenação dos diferentes currículos e da oferta de cursos em relação às necessidades do mercado da agenda de transformação criou um desalinhamento entre a oferta educativa e as necessidades do mercado.

O resultado é que as empresas de Cabo Verde estão cada vez mais a identificar as qualificações laborais como um grande constrangimento. Em 2009, 49.2% das firmas responderam num inquérito que a força de trabalho pouco adequada é um grande constrangimento ao aumento da produtividade. Cabo Verde tem um desempenho pobre

³⁴Oliver Azuara and Rita Almeida. *Fostering Skills, Employability and Productivity To Promote Competitiveness In Cape Verde*. Banco Mundial, Maio de 2012. Estudo de enquadramento preparado para o processo DECRP III pelo Banco Mundial.

e encontra-se mal colocado em termos de médias da África Subsaariana e globais, onde as percentagens de empresas que apontam as qualificações laborais como um constrangimento são 22.2 e 27.1, respectivamente.³⁵

A falta de mão-de-obra qualificada é um constrangimento para investir em Cabo Verde uma vez que as empresas não têm incentivos para investir em países onde há escassez de trabalhadores com nível adequado de formação.³⁶ Para além de constrangir investimentos e perspectivas de crescimento, a mão-de-obra pouco qualificada tende a ser empregue em tarefas de baixa produtividade e também de auto-emprego sendo que não estão presentes as necessárias competências de gestão para o empreendedorismo de sucesso. Estas condições não são por isso favoráveis à agenda de transformação.

É necessária uma agenda de reforma, já corporizada no Plano Estratégico Integrado de Ensino Técnico e Profissional e Emprego actualmente em fase de conclusão, para o desenvolvimento de competências especialmente ao nível do ensino técnico-profissional com a necessária revisão de currículos e certificações. O Governo iniciou também esforços para colocar em funcionamento um sistema para rever o modelo de ensino superior. Estes esforços devem no entanto ser realizados de forma célere e estendidos a todo o sistema educacional. A necessidade de maior qualidade é premente desde o pré-primário até às universidades. A aposta passa também por garantir que a formação e programas a serem oferecidos pelo sistema educacional estejam alinhados com as necessidades do mercado e da agenda de transformação. Para esse efeito, o Governo promoverá a colaboração com o sector privado e irá modificar os mecanismos de financiamento para garantir o devido alinhamento entre a procura e oferta e garantir a sustentabilidade do sistema. Diversas medidas de política devem ser tomadas para enfrentar a problemática do desemprego, essencialmente orientadas para:

- Promoção de programas de desenvolvimento de competências especialmente para os grupos mais vulneráveis. Para promover a empregabilidade e criar uma força de trabalho mais produtiva, é importante iniciar o desenvolvimento de competências antes da entrada no mercado de trabalho através de currículos educativos mais relevantes, estruturas de governação adequadas, e financiamentos sustentáveis para programas de formação técnico-profissional;
- Reforçando a ideia de secções anteriores, reformar a regulação do mercado de trabalho para promover a procura de trabalho e tornar o mercado mais fluído/flexível no sentido de produzir melhores resultados na criação de emprego, especialmente para os mais vulneráveis;
- Reforçar os programas que promovam a empregabilidade dos mais vulneráveis através de políticas activas melhor focalizadas, incluindo serviços de emprego, intermediação

e apoio ao empreendedorismo. Enquanto algumas intervenções, como a intermediação de trabalho e apoio ao empreendedorismo, requerem acção imediata, outras, incluindo o desenvolvimento de competências através da educação técnica e profissional (ETP), on-job-training e reformas na protecção dos trabalhadores, requerem a introdução de sistemas de avaliação de mérito de longo prazo e planeamento estratégico.

O Governo tenciona também expandir os programas que promovam a educação e formação para o empreendedorismo, especialmente para os mais jovens, tendo em conta que este é um dos principais factores para a promoção da inovação e criação de valor na economia.

4.2.2.4 Melhorar a qualidade das infra-estruturas e serviços

Os constrangimentos naturais de Cabo Verde emanam da insularidade, fragmentação e descontinuidade territorial. A fragmentação limita a capacidade de desenvolver um mercado unificado e aumenta o custo de factores exponencialmente. Um exemplo claro é a necessidade de investir em infra-estrutura de base em nove ilhas habitadas. O Governo investiu uma quantidade substancial de recursos durante a última década em infra-estruturas de transportes, energia e água. O país tem investido mais de USD147 milhões anualmente em infra-estrutura o que corresponde a 15% do PIB – entre os rácios mais altos continente.³⁷ A cobertura nacional aumentou substancialmente para todas as infra-estruturas desde água, electricidade, telecomunicações e transporte.

O investimento na construção de estradas, aeroportos, portos, extensão da rede de água, barragens, escolas, centros de saúde, hospitais e outra infra-estrutura necessária levou a um progresso socioeconómico significativo. Todavia, os constrangimentos relacionados com as infra-estruturas persistem. Em 2009, por exemplo, a percentagem de empresas que consideraram que o transporte e energia são grandes constrangimentos, de acordo com o inquérito de empresas do Banco Mundial, foi de 24 e 53.1, respectivamente.³⁸ Embora subsista a necessidade de mais investimentos para o desenvolvimento de infra-estruturas, um dos desafios cruciais nesta etapa é a gestão e governação regulatória para promover eficiências, aumentar a qualidade e reduzir custos.

No sector de transportes Cabo Verde realizou ganhos consideráveis. Todavia, há ainda muito a fazer para garantir que o sistema de transporte funcione de forma a reduzir assimetrias, facilitar a integração territorial e a movimentação de bens e pessoas. A necessidade de melhorias na governação e regulação é também premente. As regulamentações técnicas e económicas são débeis. Há uma ausência de coordenação a respeito da intermodalidade e uma falta de coordenação de horários entre o transporte aéreo e marítimo. A gestão e desempenho dos portos necessitam também de melhorias. No plano

³⁵World Enterprise Surveys do Banco Mundial, 2009 é o último ano com dados sobre Cape Verde. Fonte: <http://www.enterprisesurveys.org/Data/ExploreEconomies/2009/cape-verde#workforce>

³⁶Oliver Azuara and Rita Almeida (2012).

³⁷Cecilia M. Briceño-Garmendia and Daniel Alberto Benitez (2011). *Cape Verde's Infrastructure: A Continental Perspective*. Africa Region, World Bank

³⁸World Bank. *Enterprise Survey 2009*. Source: <http://www.enterprisesurveys.org/Data/ExploreEconomies/2009/cape-verde#infrastructure>

dos fornecedores de transporte marítimo, muitos são simplesmente demasiado pequenos, têm pouca capacidade e uma gestão insatisfatória. A maioria das empresas no transporte marítimo e aéreo enfrenta uma situação financeira precária. Há uma necessidade de investir em aumento de capacidade e de esforços deliberados no sentido de reestruturar e reorganizar o sector de uma forma que possibilite o surgimento de melhores operadores.

O Governo propõe-se a reestruturar a governação do sector com um plano de acção concreto para o desenvolvimento do transporte inter-ilhas (actualmente em fase de conclusão). O plano aponta a reformas profundas de políticas estruturais e regulatórias de forma a reduzir a burocracia e os encargos do sector dos transportes, fomentar a qualidade de serviço e proteger melhor os utentes. Estas melhorias procuram também agilizar a programação entre os distintos meios de transporte, alavancar um aumento da procura e consequentemente o número de frequências. Alcançar um sistema de transportes que garanta níveis de acessibilidade interna e externa é uma condição necessária para a viabilização de um modelo de especialização da economia em serviços, nomeadamente turismo, e também para garantir a coesão social e territorial num quadro de desenvolvimento sustentável.

De forma similar, no sector energético há necessidade de melhorar a qualidade e fiabilidade dos serviços e reduzir o respectivo custo. Isto irá incluir o fortalecimento do principal operador – Electra - e a melhoria do ambiente regulatório técnico e económico. O investimento em energias renováveis e em novas linhas de distribuição para reduzir os custos e perdas deverá continuar. Estes esforços devem no entanto ser acompanhados de mais melhorias na gestão e capacidade do sector para que as reformas actuais e futuras possam ser devidamente apropriadas e geridas.

Os mesmos desafios de gestão e de regulação são também enfrentados no sector das telecomunicações, incluindo telefones e internet. Cabo Verde tem realizado progresso em expandir o acesso a telefones, telemóveis e internet. Os custos têm reduzido substancialmente em anos recentes mas, tal como no fornecimento de água e energia, continuam entre os mais altos do mundo.

O tipo de decisão estratégica que foi tomada pelo Governo para reestruturar a gestão e regulação do sector da água e saneamento deverá ser tomada igualmente para a maior parte dos subsectores de infra-estruturas. Foi proposta uma agenda de reforma para o sector de água e saneamento para melhorar a eficiência, terminar com o papel muitas vezes duplicado entre diversas agências e instituições, garantir que a água é gerida como um recurso por uma agência capacitada com os devidos recursos, e garantir que todo o sector é regulado por uma única entidade. A reforma proposta também aponta a terminar com a fragmentação e promover a criação de sociedades intermunicipais provedoras de serviços de água e saneamento que tenham uma gestão tipo empresarial. O Governo estabeleceu uma Comissão de Reforma que lidera os esforços e está a planear o uso de cerca de dois terços dos recursos do segundo compacto do Millennium Challenge Corporation para as reformas neste sector.

O modelo de reformas do sector de água e saneamento deve servir como exemplo para revisões estratégicas similares na gestão e regulação de outros subsectores de infra-estruturas.

4.2.2 Acelerar o crescimento através da diversificação económica

Associada às grandes reformas transversais mencionadas, é fundamental diversificar a economia com o desenvolvimento de clusters económicos. O país aponta a tornar-se um fornecedor de serviços de alto valor acrescentado no plano global. O DECRP III é uma oportunidade para definir a visão para os clusters, definir os objectivos de médio prazo (2012-2016) e propor uma agenda estratégica para os clusters baseada na revisão do contexto de desenvolvimento e da análise situacional. O remanescente desde capítulo apresenta uma síntese estratégica para cada um dos clusters, fruto do trabalho realizado pelos grupos temáticos criados no quadro da concepção do DECRP III segundo os clusters de competitividade identificados.

4.2.2.1 Agro-negócios

Análise da Situação Actual

A agricultura permanece o núcleo da economia rural e a chave para a redução da pobreza em Cabo Verde. Uma porção significativa da redução da pobreza em Cabo Verde resultou de investimentos no sector agrícola. O modelo de equilíbrio geral computável do Ministério das Finanças e do Planeamento demonstra claramente que o cluster agro-negócios tem o maior potencial de impacto na redução da pobreza quando comparado com os restantes clusters.

Os problemas e constrangimentos que enfrentam o cluster são multidimensionais e interrelacionados. Nem todos podem ser resolvidos em simultâneo ou no horizonte de implementação do DECRP III, no entanto intervenções focadas podem desenvolver áreas específicas com o potencial de promover a produtividade e o crescimento nas zonas rurais. Os investimentos no sector agrícola da última década resultaram em ganhos de produção e produtividade. Os esforços incidiram na gestão de irrigação, construção de barragens e reservatórios de água, expansão da irrigação gota-a-gota, introdução de novas tecnologias, serviços de extensão rural, construção de estradas rurais e aumento do acesso à microfinança.

Os resultados têm sido um aumento da produção agrícola em pequena escala e a expansão da irrigação gota-a-gota com orientação comercial. O subsector hortícola, por exemplo, tem registado grande evolução, com ganhos visíveis no aumento da produção e da produtividade, motivando uma mudança gradual na estrutura do sector primário. A introdução de novas tecnologias na fileira hortofrutícola, designadamente, novas espécies e variedades mais produtivas, mais resistentes às pragas e melhor adaptadas às condições climáticas assim como a massificação de técnicas de micro-irrigação, culturas protegidas e hidropónicas permitiu ao subsector um aumento na produção em geral e nos rendimentos associados. Dados estimados pela DGPOG do Ministério

de Desenvolvimento Rural (MDR), com assistência da FAO, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do INE referem que, em 2010, a produção total de hortícolas foi de 26.283 ton, destacando-se as produções de tomate (12.144 ton), cenoura (4.358 ton) e cebola (3.180 ton), representando no seu conjunto cerca de 75% da produção total de hortícolas. No que toca às raízes e tubérculos, segundo a mesma fonte, a produção em 2010 foi de 12.592 ton. A produção de raízes cobre todo o mercado interno, e a de tubérculos e batata comum satisfaz apenas cerca de 30% das necessidades de consumo. A fruticultura, segundo os dados mais recentes disponibilizados também pela DGPOG, assegura anualmente cerca de 10.363 ton de frutas, destacando-se as produções de banana, manga e papaia que representam cerca de 9.830 ton. Esta produção é considerada fraca, devido à predominância do regime de sequeiro para a maioria das fruteiras, com excepção da bananeira, papaieira e alguma mangueira.

Apesar do crescimento no sector, Cabo Verde produz hoje apenas 20 a 30 por cento do consumo interno de alimentos, importando o restante. Existe margem para expandir significativamente a produção do sector agrícola e garantir ligações com outros sectores para facilitar o desenvolvimento da economia rural. Um desses sectores é o turismo, onde o potencial de ligação com a cadeia de abastecimento agrícola pode ter um impacto decisivo no sector em Cabo Verde. Por exemplo, apesar de um aumento perceptível de produtos locais nos mercados, os ganhos recentes não se traduziram em empresas de serviços de alto valor acrescentado que envolvam o processamento, serviços de transporte inter-ilhas, ou ligações evidentes às grandes cadeias de turismo. Há potencial para aumentar a produção para consumo local, sector turístico e exportações, especialmente em determinados produtos de nicho.

Embora se identifique um tecto na capacidade do país produzir a uma escala que satisfaça as necessidades de consumo interno ou as necessidades do sector de turismo, há um potencial substancial no sector para a expansão da produção de algumas cadeias de valor (e.g. queijo de cabra, café, vinho e bebidas espirituosas, frutos e hortícolas, entre outros) para que este se torne uma fonte significativa de emprego, aumento de rendimento, inovação e de criação de empresas baseadas no meio rural. Em alguns casos, o problema não é somente o nível de produção. Há também questões ligadas ao transporte de produtos para os mercados – questões estas que envolvem uma miríade de variáveis tais como altos custos de transporte, falta de capacidade armazenamento em frio e outras formas de conservação, ausência de capacidade de processamento, assimetria de informação nos mercados, standards fracos de controlo de qualidade, e falta de certificação.

A realidade é que o sector agrícola continua constrangido. A taxa de adopção de irrigação gota-a-gota é ainda baixa. De facto, o número de hectares sob irrigação é limitado com a maioria dos agricultores a depender das chuvas. O acesso ao crédito continua a ser um constrangimento tal como em outros sectores da economia de Cabo Verde e o acesso aos mercados pelos agricultores é também um problema devido a: i) ineficiências no fluxo

de produtos em resultado de estradas em mau estado; ii) transporte pouco fiável e de alto custo; iii) ineficiências nos sistemas de logística para movimentar os produtos para o mercado. A fraca capacidade institucional e humana no sector afecta a gestão da água, a extensão rural e a pesquisa e desenvolvimento. As fraquezas dificultaram o desenvolvimento de cadeias de valor e, especialmente, o crescimento de subsectores chave tais como criação de gado. A fraca capacidade institucional impacta também na possibilidade de ter certificação (qualidade e origem), de promover a transformação da agricultura num negócio, e de penetrar no sector do turismo através do fornecimento às grandes cadeias de hotéis presentes no país. O acesso ao mercado doméstico e aos operadores no sector de turismo é um pré-requisito para garantir que a agricultura se torna um sector chave para o crescimento. Em suma, o sector enfrenta diversos constrangimentos (Tabela 4.2).

Tabela 4.2 – Análise SWOT Agro-negócios

Forças	Fraquezas
<ul style="list-style-type: none"> Abundância das águas superficiais; o potencial estimado em 181 milhões de metros cúbicos é três vezes maior do que o potencial explorável das águas subterrâneas; Recursos humanos jovens e qualificados; capacidades de formação profissional para agricultura, <i>know-how</i> e conhecimento dos agricultores. Emergência de organizações rurais e federativas. Existência de institutos de pesquisa (INIDA) e de formação (Universidades, Escola Nacional de Hidroponia); tecnologias de captação e conservação da água; técnicas agro-florestais e silvo pastoris; apoios técnicos privados. Existência de instituições financeiras, incluindo micro finanças. Emergência do sector privado a montante e a jusante da produção. Expansão das infra-estruturas rurais para o acesso aos recursos e aos mercados; barragens/reservatórios; centros de inspecção e conservação de produtos agrícolas. Processo de descentralização; vontade de reforçar a cooperação regional, sub-regional e internacional (recursos, formação, etc.). 	<ul style="list-style-type: none"> Fraqueza de recursos naturais (hídricos, fundiários e de biodiversidade) e da respectiva gestão sustentável. Insularidade, pressão demográfica Fraca organização dos produtores/agricultores. Falta de tecnologias adaptadas aos sistemas de produção específicos das zonas agro-ecológicas. Existência insuficiente de animais de raças melhoradas e, predomínio da tecnologia tradicional neste subsector. Fraca valorização dos produtos, inadequação e limitações de acesso ao crédito rural, fraca diversificação das actividades e rendimentos. Fraqueza dos serviços de investigação agrária e de extensão rural - carência de assistência técnica aos agricultores. Baixo nível de formação e escolaridade dos produtores. Irregularidade de ligações nos transportes marítimos. Inexistência da cadeia de frio. Deficiente manutenção, gestão e exploração dos perímetros florestais. Fraca articulação inter e intra institucional. Falta de pesquisa e desenvolvimento. Ausência de uma política fundiária eficiente. Ausência de uma política de crédito para o financiamento de actividades agrícolas rentáveis e dificuldades de acesso ao capital financeiro por actores do sector agrícola. Falta de seguimento dos mercados e pesquisa de mercado (<i>market research</i>).

Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> • Mercado de turismo em forte expansão. • Existência de um mercado da diáspora que oferece grandes oportunidades de negócios devido ao valor atribuído aos produtos "di terra" / "niche". • Cabo Verde como membro da OMC. • Situação geo-estratégica de Cabo Verde. 	<ul style="list-style-type: none"> • Mudanças climáticas; secas/inundações. • Surgimento de novas pragas e doenças. • Conjuntura económica internacional. • Dificuldades na mobilização de fundos necessários.

Visão para o cluster Agro-negócios

A agricultura é o meio de subsistência para muitas pessoas a viver no meio rural. O sector é chave para alcançar a visão nacional de construir “uma nação inclusiva, justa e próspera para todos”. Sem um sector agrícola robusto e modernizado, uma alta percentagem da população residente nas zonas rurais será deixada à margem da economia, a pobreza irá crescer, a desigualdade irá subir e Cabo Verde não atingirá a visão proposta.

O cluster de agonegócios é por isso um elemento crucial para a realização da visão de desenvolvimento de longo prazo e tendo em conta este facto, Cabo Verde aponta a construir um sector agrícola moderno e robusto que seja capaz de aumentar a produtividade e competir no mercado interno e global focando as exportações em determinados produtos de nicho. A visão para o sector é modernizar a agricultura por forma a possibilitar sustentabilidade e segurança alimentar assim como o empowerment dos produtores. Isto inclui a construção de um cluster que seja cada vez mais apto a responder e contribuir para o crescimento económico.

Agenda Estratégica para Agro-Negócios

Há uma necessidade de intervenções incisivas orientadas para o desenvolvimento de cadeias de valor de determinados produtos e para o provimento de uma estrutura holística e integrada de apoio. A pesquisa aplicada e serviços de extensão rural, o desenvolvimento de sistemas transaccionais de mercados e o apoio ao desenvolvimento da fase pós-colheita vão ser áreas chave de intervenção em conjunto com acções para explorar o potencial do turismo nas áreas rurais. Ao longo do período de implementação do DECRP III procurar-se-á aprofundar os programas actuais e implementar novas acções orientadas para o mercado de forma a enfrentar as fraquezas já apontadas.

A estratégia deve incluir: (i) reformas de políticas e institucionais; (ii) acelerar a implementação do Programa Nacional de Investimento na Agricultura (PNIA); e (iii) acções para promover a competitividade e a criação de uma nova classe empresarial no sector.

Cabo Verde realizou investimentos substanciais na última década em infra-estruturas agrícolas. A prioridade actual é como melhor rentabilizar os investimentos já existentes – condição necessária para facilitar o desenvolvimento célere do sector de agricultura. As reformas de política e institucionais vão incluir:

- Reforço das organizações de agricultores e promoção de cooperativas;

- Desenvolvimento de serviços financeiros adaptados ao investimento na agricultura;
- Melhoria das estruturas e da organização dos mercados;
- Reestruturação e reforço da investigação aplicada e especialização dos serviços de extensão rural;
- Reforço da produção, análise e difusão das estatísticas sectoriais.

Outro elemento chave da agenda estratégica é o desenvolvimento do sector agrícola através da implementação e operacionalização rápida do programa nacional de investimento agrícola (PNIA). Alguns elementos chave do programa que podem ser acelerados durante o período de 2012-2016 incluem: mobilização da água e promoção da irrigação; desenvolvimento das fileiras agrícolas; gestão de outros recursos naturais (pecuária, florestas e pescas); pesquisa desenvolvimento e difusão de novas tecnologias de produção; gestão das crises alimentares e outras catástrofes naturais; e reforço institucional.

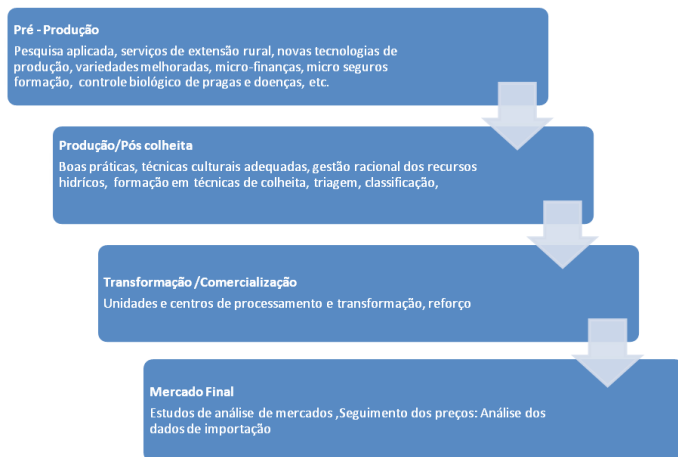
Estas acções não podem ser implementadas sem programas focados na construção do cluster agró-negócios. O desafio que está a emergir actualmente é como lidar com a variabilidade de produção por parte de alguns agricultores tendo em conta que a logística (armazenamento em frio, processamento e transporte) é inadequada. No período do Verão de 2012 voltaram a verificar-se situações de colheitas abundantes (cebolas e bananas) que foram deixadas a apodrecer tendo em conta a saturação do mercado na ilha onde foram produzidas. Resolver estes problemas em simultâneo com o aumento da produtividade requer um programa estratégico de acesso ao mercado que inclua o desenvolvimento e implementação de medidas para enfrentar os desafios da conservação pós-colheita, controlo de qualidade e logística. É também crucial que o programa assista os agricultores em empreender tarefas de pesquisa de mercado para conhecer quais os produtos que o mercado está a necessitar no momento.

Os agricultores não podem ser deixados sem assistência perante a variabilidade dos mercados. Há necessidade de actividades de apoio que identifiquem quais os produtos a produzir no sentido de enfrentar a questão da logística e da cadeia de valor e também os desafios do controlo de qualidade e certificação, processamento, marketing e vendas. Simplesmente providenciar acesso a mais água e inputs para aumentar a produtividade não é suficiente, é necessária uma iniciativa integrada de competitividade do mercado de agro-negócios que envolva as instituições do sector (MDR, ADEI, Municípios, etc) e focalize os agricultores no aumento da produtividade, promova uma base produtiva mais ampla e salvegarde o acesso ao mercado.

Uma abordagem integrada de competitividade vai requerer colaboração e coordenação institucional focadas em actividades orientadas para o mercado e que facilitem a organização em cluster enquanto abordagem para aumentar a competitividade, permitindo a difusão/adopção de inovações, ganhos de escala (cooperativas, associações de produtores) e desenvolvimento de empresas conexas de distribuição, transporte e comércio. Devem ser analisados

os segmentos de mercado e produtos que eventualmente poderiam beneficiar do processo de aglomeração. Para esse efeito, as fileiras identificadas devem ser objecto de avaliação para determinar os segmentos onde as vantagens em termos de competitividade justificariam a implantação de um cluster. O objectivo será o de seleccionar vários produtos e trabalhar com os agricultores na pré-produção, produção/pós colheita, transformação/comercialização, e mercado final (Figura 4.3).

Figura 4.3 – Cadeia de valor de agro-negócios



4.2.2.2 Turismo

Análise da Situação Actual

O turismo é o motor do crescimento económico em Cabo Verde. Ao longo da última década, conforme sublinhado em secções prévias, tornou-se no sector mais importante da economia representando cerca de 60% das exportações totais, 20% do PIB e cerca de 90% do IDE em 2011. É também um dos principais geradores de emprego tal como os sectores associados de construção e imobiliário. O objectivo actual passa por manter o crescimento, diversificar a oferta e a origem dos turistas, aumentar os benefícios locais da cadeia de valor e gradualmente promover um turismo de valor acrescentado. O sector tem um grande impacto no crescimento e a formação técnica associada poderá gerar mais oportunidades de emprego a vários níveis.

Dados do INE de 2011 indicam que existem 195 estabelecimentos hoteleiros, 7901 quartos e 14076 camas. No mesmo ano cerca de 475 mil turistas visitaram Cabo Verde, com a ilha da Boa Vista a receber cerca de 39%, a ilha do Sal cerca de 35% e a ilha de Santiago cerca de 13%. No que toca à estrutura de gastos de turismo, aproximadamente 57% são efectuados em Cabo Verde e os restantes na origem. De acordo com o Inquérito aos Gastos e Satisfação dos Turistas de 2011 (INE), a avaliação geral de Cabo Verde pelos turistas foi positiva com cerca de 34,1% a classificar a estadia como muito boa, 48,9% a classificar como boa, 15,5% como razoável, 1,3% como má e 0,2% como muito má.

Cabo Verde encontra-se entre os mercados turísticos que mais cresceram no mundo. Os benefícios económicos e impactos foram significativos. Todavia, há margem para melhorias. O crescimento tem ocorrido apesar dos desafios enfrentados e entre estes destaca-se a gestão e planeamento do sector. O planeamento e implementação

de estratégias sectoriais são fragmentados entre diversos stakeholders - CInvestimentos, Câmaras de Comércio, Direcção Geral de Turismo, Sociedade de Desenvolvimento Turístico da Boa Vista e do Maio (SDTIBM). A articulação entre os sectores público e privado é bastante fraca e o papel da administração local no sector não é claro. Esta realidade tem levado a fragmentação e não tem favorecido uma gestão integrada resultando assim em ineficiências.

A fraca gestão do sector tem sido um factor de ineficiências dado que a capacidade de formular e implementar a estratégia é menor do que a necessária nesta fase de desenvolvimento. A capacidade inadequada transparece na promoção e marketing, processamento de dados e análises associadas que suportem a tomada de decisões, fraca capacidade de regulação e falta de diversificação e oferta de produtos. A questão de diversificação surge a vários níveis: (i) a oferta parece demasiado focada no produto sol e praia nas ilhas do Sal e Boa Vista apesar das potenciais alternativas; (ii) a participação de pequenos operadores locais no sector tem sido limitada; (iii) existe uma excessiva concentração do sector tendo em conta que mais de 70% das chegadas de turistas são responsabilidade de apenas dois operadores que têm uma forte integração vertical; (iv) a concentração também é verificada a respeito dos países de origem dos turistas que visitam Cabo Verde.

Por outro lado, a gestão do ciclo de investimento estrangeiro e os trâmites associados constituem um processo burocrático, pouco eficiente e moroso. O custo de serviços chave como fornecimento de água, energia e transportes continua significativamente alto e a qualidade é débil em comparação com países competidores. O sistema de transportes é um exemplo desta realidade uma vez que o transporte aéreo inter-ilhas é dispendioso e as ligações por transporte marítimo continuam a exigir grandes melhorias, facto que constrange o movimento de turistas de uma ilha para a outra e tornam difícil e oneroso o transporte de bens no mercado doméstico.

Outros elementos do ambiente de negócios com implicações significativas no sector de turismo incluem o processo de registo e notariado que não é célere, a dificuldade no acesso ao crédito especialmente por parte de operadores nacionais, e o mercado laboral rígido com efeitos directos nos custos e produtividade. O desafio é amplificado pelos recursos humanos com poucas qualificações e por um sistema de educação/formação que não está optimizado para introduzir as competências necessárias para uma indústria de serviços como o turismo. De forma semelhante, serviços sociais inadequados colocam um problema nas principais ilhas turísticas. A falta de oferta de serviços de saúde e habitação condigna é visível nas ilhas do Sal e Boa Vista tendo em conta o influxo de migrantes de outras ilhas e emigrantes da costa oeste de África para trabalhar no sector.

Visão para o Cluster do Turismo

O turismo vai continuar a ser o principal motor de crescimento e o objectivo da agenda para a transformação e do Programa de Governo para a VIII Legislatura é promover um turismo de alto valor acrescentado. O objectivo

passa por transformar de forma célere o sector no sentido de o integrar de melhor forma com a envolvente local e garantir a transmissão de benefícios para a economia e população.

No médio e longo prazo a visão é de construir “Um turismo competitivo e sustentável de alto valor acrescentado, centrado no segmento médio/alto, e ancorado nas indústrias e serviços produzidos localmente”. A visão é traduzida em objectivos específicos para o horizonte de planeamento do DECRP III (2012-2016).

Agenda Estratégica para o Turismo

É esperado que o sector do turismo continue a crescer apesar dos desafios colocados pelo abrandamento económico global e a crise financeira da Zona Euro. Os objectivos de política para o período de planeamento (2012-2016) são de acelerar a taxa de crescimento e melhorar a qualidade e resiliência do sector do turismo. Isto inclui a aposta na diversificação, aumento substancial dos benefícios para a economia e população, expansão da ligação com outros sectores, e mitigação e minimização dos impactos sociais e ambientais. Realizar estes objectivos de política requer uma agenda estratégica robusta.

O DECRP III propõe-se a implementar uma agenda estratégica de oito pontos para transformar o sector de turismo:

- Gestão e governação do sector;
- Mercado e diversificação do produto;
- Marketing e promoção;
- Melhoria dos serviços de infra-estruturas;
- Educação: sensibilização e competências relevantes;
- Vistos de entrada e financiamento do sector;
- Acesso ao crédito; e
- Protecção social e ambiental.

Gestão e Governação do Sector

A gestão e governação do turismo enfrentam diversos desafios. Não existe um líder designado entre todos os que intervêm no sector. Há necessidade de uma agenda de reforma que procure racionalizar o enquadramento institucional e realizar uma reorganização fundamental para concretizar a visão e os objectivos desenhados para o sector. Tal agenda de reforma deve facilitar a melhoria da gestão do sector, incluindo a formulação e implementação de políticas e deve também melhorar a capacidade de gerir e governar eficientemente em simultâneo com a reforma e melhoria do ambiente regulatório.

Para efeitos desta reorganização, que mobilize também o sector privado, a reestruturação deverá ser precedida de uma perícia especializada que possa diagnosticar quais as fraquezas do sistema actual e avançar uma proposta sólida para a remodelação em que conste um plano de implementação. Poderá ser privilegiada uma lógica de “gestor de negócio” que retire a fragmentação e unifique o maior número de competências numa só agência ou autoridade que responda efectivamente por diversas responsabilidades. Este modelo é semelhante à organização

do sector do turismo em muitos outros países onde existe uma agência de desenvolvimento do turismo encarregue do desenvolvimento e gestão integrada da actividade.

Existe todavia o reconhecimento que a gestão política do turismo deverá permanecer no Ministério da tutela e deverá pautar-se por uma coordenação constante com outros níveis pertinentes à governação da actividade, nomeadamente os Municípios e sector privado. Há necessidade de resolver a ambiguidade entre regulação técnica e fiscalização (e respectivos intervenientes) nomeadamente no que toca à gestão ex post da conformidade dos investimentos à luz do projecto proposto e aprovado. Algumas medidas associadas podem ser a implementação de um código de conduta e o necessário reforço da fiscalização.

Este tipo de gestão e governação integrada do sector podem facilitar a efectiva regulamentação da actividade turística, a criação de uma ponte com o sector privado e a colaboração e coordenação acrescida entre todos os stakeholders, incluindo Municípios. Adicionalmente, a reforma da governação e gestão do sector do turismo deve apontar a promover:

- Um Balcão Único de Investimentos para potenciais investidores, com apoio garantido desde o início e durante toda a gestão do investimento;
- Redução substancial do tempo e burocracia para os investidores;
- Transparência no processo de investimento/aprovação de projectos de uma forma que os stakeholders possam seguir os processos do início até ao final de forma interactiva com recurso a tecnologias de informação;
- Capacidade institucional de formulação e implementação de políticas, gestão e regulação do sector, e para empreender uma promoção global utilizando abordagens inovadoras e ferramentas mais eficientes a nível de custos; e
- Mais recursos através de uma fonte dedicada de receitas para desenvolvimento do sector.

A reforma institucional deve também incluir a racionalização dos incentivos e o desenvolvimento de um mecanismo para a respectiva gestão, com regras claras para os direitos e responsabilidades dos investidores. As reformas devem também promover a celeridade e uniformidade de resposta a nível nacional e local - a criação do Balcão Único de Investimento com o devido ênfase em tecnologias de informação e comunicação pode ser um passo firme nesse sentido. As TIC apresentam-se aliás como uma oportunidade para implementar um sistema que prime pela integração, transparência e celeridade.

Diversificação do Produto

Cabo Verde está a tornar-se por definição num destino de sol e praia com ênfase no modelo de all-inclusive. Este mercado necessita de ser consolidado e explorado, mas há necessidade de desenvolver diferentes produtos e nichos

para diversificar o produto turístico do país através de uma estratégia assertiva de consolidação e diversificação, assente em premissas pragmáticas que activem os factores de vantagem comparativa e competitiva de Cabo Verde e que tenham em conta a devida segmentação da procura de turismo em Cabo Verde. Os novos segmentos de mercado a focar podem incluir (i) jovens (tipicamente acompanhando as famílias, apresentam excelente potencial de regresso ao país no futuro); (ii) as famílias (clientes tipo dos pacotes sol e praia nos resorts); (iii) os seniores (apetência por produtos alternativos e com fortes requisitos a níveis de serviços de saúde e acessibilidades); e (iv) os turistas temáticos (turismo cultural, de natureza, desportivo, e rural).

A estratégia para ampliar o mercado e diversificar os produtos irá ter em conta três elementos chave. O primeiro é a consolidação do produto turístico actual de sol e praia. A abordagem será o aumento do valor acrescentado dos serviços actuais através da promoção de actividades complementares (e.g. náuticas, desportivas, etc). O segundo irá focar-se no reforço da componente cultural de Cabo Verde no produto turístico. As acções convergem muito com iniciativas propostas ao abrigo do cluster de economia criativa e podem incluir medidas como a definição clara do produto actual e potencial. É necessário também apostar em mecanismos de controlo da qualidade e regularidade do produto turístico e na qualificação dos agentes envolvidos na oferta turística. Afigura-se importante uma agenda para a “empresarialização” da cultura e de um novo enquadramento para a lei do Mecenato. O terceiro elemento é a diversificação para novos nichos através de uma abordagem pró-activa para mobilização de parcerias e investimentos em áreas de alto potencial de acordo com o perfil dos segmentos de procura. As áreas possíveis incluem o turismo de natureza, cultural, de cruzeiro, e turismo de saúde (e.g. oferta de talassoterapia para atletas de alta competição, turismo para seniores).

Como parte da estratégia de diversificação há necessidade de explorar o continente africano e outros mercados novos tendo em conta o potencial grande no continente que agora emerge. Cabo Verde pode apontar a esse potencial através do desenvolvimento de estratégias específicas de marketing em países africanos com uma população substancial da classe média. A CEDEAO e o mercado luso-africano podem nesse sentido constituir uma boa aposta. Afigura-se interessante ter também alguma promoção com vista à Ásia (tendo em conta a população e o respectivo peso na economia global) e América do Sul (tendo em conta a proximidade e laços históricos).

Promoção e Marketing

A diversificação com sucesso no mercado requer marketing e promoção extensa. Cabo Verde necessitará de implementar uma nova estratégia para a promoção e comercialização dos produtos turísticos. A marca nacional que foi criada em anos recentes não é suficiente, terá que ser um processo mais inclusivo e compreensivo com a devida análise do respectivo impacto.

O marketing actual e os esforços de promoção necessitam de melhorias e podem beneficiar de recursos adi-

cionais e uso intensivo de novos meios, incluindo redes sociais. Tal estratégia e abordagem podem beneficiar de uma lógica de estratégias de baixo custo e alto impacto recorrendo às tecnologias de informação. Uma iniciativa possível seria um showroom virtual de Cabo Verde) que reflectisse a promoção do produto turístico de uma forma integrada não dividindo entre mercado interno e externo entre entidades diferentes e providenciasse um ponto de referência online de informação sobre Cabo Verde.

Garantir o sucesso da estratégia de marketing e promoção requer também esforços para diversificar e diluir a concentração excessiva de domínio de mercado por poucos operadores. Isto poderá ser conseguido por exemplo através da promoção de um tour operator nacional de referência em moldes de parceria público privada. Tal operador poderia contribuir para reforçar a cadeia de valor do turismo de oferta nacional, através de um espaço de divulgação e reservas para operadores turísticos nacionais. Este operador poderia também apostar fortemente em tecnologias de informação (e.g. visualização virtual do quartos e instalações dos estabelecimentos); e em promover linkages com outros clusters nacionais (e.g. transporte, cultura, agricultura, pescas, desportos, artesanato e entretenimento).

O marketing e a promoção do país como um destino turístico devem engajar e envolver a diplomacia do país. O facto é que Cabo Verde não deve continuar a executar a diplomacia tradicional, antes pode e deve utilizar os postos diplomáticos como instituições de suporte no marketing e promoção do país como destino turístico ou para investimentos. A diplomacia económica deve tornar-se uma prioridade central para os diplomatas cabo-verdianos e neste sentido será necessário a promoção de adidos económicos e comerciais em alguns dos mercados chave. As embaixadas com este papel devem trabalhar em estreita coordenação com o gestor de negócio do turismo no sentido de promover abordagem integrada.

Por último, há necessidade de garantir uma oferta de qualidade para fortalecer a marca. Neste sentido, há necessidade de desenvolver e implementar programas de apoio à certificação de empresas e produtos de origem Cabo Verde. Tais programas poderiam estar alicerçados no futuro Instituto de Gestão da Qualidade com forte participação de outros stakeholders como a ADEI. A Parceria Especial com a União Europeia, especificamente o dossier respeitante à convergência técnico-normativa, é um input fundamental para diagnóstico e implementação dos próximos passos.

Custo e qualidade dos inputs

Um factor crucial na competitividade do sector é o custo dos inputs. O Governo realizou investimentos substanciais ao longo da última década para expandir a cobertura da infra-estrutura e melhorar a respectiva fiabilidade. Todavia, subsiste uma inadequação especialmente no que toca à gestão, custo e qualidade. A energia, água e saneamento e transporte continuam a ser inadequados e dispendiosos reduzindo assim a competitividade do país.

Um dos grandes desafios é o transporte que afecta toda a actividade económica em Cabo Verde e é um con-

strangimento ao desenvolvimento de um mercado nacional integrado. Será importante aumentar a eficiência dos portos e promover um transporte marítimo inter-ilhas fiável e complementar às ligações aéreas. Será também importante melhorar o acesso internacional a Cabo Verde e implementar as condições para concorrência livre e total no mercado de transporte aéreo especialmente em determinadas rotas actualmente em lógica de duopólio. Um dos objectivos cruciais será trazer novos operadores aéreos a Cabo Verde que consigam dinamizar o tráfego internacional para os aeroportos internacionais do país. Nesse sentido é importante dinamizar a companhia aérea nacional e ligar o respectivo business plan com as prioridades do plano de desenvolvimento do turismo.

A questão da logística é também um dos importantes desafios com implicações na ligação entre o turismo e outros sectores da economia. Não há companhias de logística de referência em Cabo Verde que possam facilitar e providenciar ligações entre produtores e consumidores e nesse sentido será importante a promoção de uma empresa de logística e distribuição que facilite o armazenamento e distribuição em escala da produção de sectores como agrícola, pesca e pecuário. Isto é, uma empresa de logística e distribuição que marque a participação inicial e efectiva do Estado em promover uma solução para a questão da falta de escala e alto custo de logística em Cabo Verde.

Educação: competências e sensibilização pública

Apesar dos investimentos e reformas, há necessidade de reforçar a qualidade e diversidade da oferta educativa de uma forma integrada e logo desde a escola primária. As carreiras do ensino convencional e profissionalizante devem colocar maior ênfase na criação de competências, incluindo as línguas estrangeiras, TICs, e história. Afigura-se fundamental a aposta em inglês e francês nos currículos escolares e o reforço de competências em tecnologias de informação é também uma condição necessária a uma mão-de-obra competitiva e versátil. O ensino da História é fundamental à vertente de qualificação da oferta cultural do país. A via profissionalizante deve surgir como clara opção aos alunos e deverá existir uma atenção à sensibilização dos formandos quanto à realidade económica da ilha em que se encontram para promover, também do lado para procura, o alinhamento com as oportunidades económicas existentes.

A juntar ao desenvolvimento de competências, identifica-se também a necessidade de sensibilizar a população em geral para a importância do turismo na economia e construir uma consciência cívica de boas práticas nos serviços associados ao sector e respectivo acolhimento dos visitantes.

Acesso ao Crédito

O acesso ao crédito é reconhecidamente um constrangimento em Cabo Verde e transversal a todos os sectores. Tendo em conta a importância do turismo em Cabo Verde, há necessidade para implementar uma nova estratégia de financiamento. O Estado deverá ter um papel decisivo

e agressivo em facilitar e reduzir o custo de acesso ao capital para pequenas iniciativas ligadas ao sector do turismo. Tal abordagem deverá incluir:

- Criação de veículos de financiamento, especificamente um Fundo, que procure criar uma massa crítica de todas as fontes possíveis de financiamento para projectos de turismo de PME's nacionais – bancos, fundos, instituições financeiras e fundações, fundos soberanos;
- Criação de capacidade institucional que consiga fazer a ponte entre os grandes “pools” financeiros institucionais internacionais para o sector privado e os projectos turísticos nacionais;
- Criação de mecanismos de garantia para créditos (e.g. através da criação de um potencial fundo de garantia de acesso ao investimento privado);
- Acomodar mecanismos de contingência que permitam às PME's do sector o acesso a mecanismos de emergência como linhas de crédito e/ou garantias para enfrentar eventuais choques (internos e externos).

Vistos e Financiamento do Sector

O processo de emissão de vistos e os respectivos requerimentos devem ser harmonizados. Actualmente, os custos de obtenção de um visto através das missões diplomáticas de Cabo Verde e nos aeroportos e pontos de entrada não são harmonizados. O processo não é ágil para muitas nacionalidades uma vez que o número de países nos quais há missões diplomáticas do país é limitado. Este facto cria custos adicionais para quem tem que candidatar-se através de correio e nos aeroportos o problema principal é a celeridade do serviço. Em alguns casos, leva horas, especialmente se houver demasiadas pessoas a chegar no mesmo voo com necessidade de requisitar um visto.

O processo de vistos pode ser revisto especialmente para turistas. Os requerimentos podem ser alterados e o processo pode ser simplificado e desmaterializado. Os turistas podem ter autorização de entrada sem visto e pagar a respectiva taxa no hotel ou até via electrónica com um certificado digital como prova de pagamento.

O sistema proposto pode reduzir o custo de administrar um visto. As receitas do custo do visto menos os custos de colecta podem ser consignadas ao desenvolvimento do sector e atribuídos a uma instituição líder a cargo do desenvolvimento do turismo. Uma fracção importante deste valor poderia ser afecto especificamente a actividades ligadas às estratégias de promoção.

Protecção Social e Ambiental

O turismo aporta impactos sociais e ambientais significativos e nesse âmbito é importante apostar em programas focados na mitigação de fenómenos sociais negativos gerados pela actividade. A problemática deverá ser devidamente acautelada na estratégia sectorial

do turismo e ter a contribuição e aporte de diversos programas sectoriais (e.g. Programa Turismo Seguro; Programa Casa para Todos; promoção de estratégias de responsabilidade social junto dos grandes operadores turísticos). Uma outra área chave é a sustentabilidade ambiental. O Governo deve continuar a implementar um programa transversal de governação ambiental na gestão dos equilíbrios ambientais e de biodiversidade de forma a promover a conservação da natureza e uma boa gestão dos recursos naturais. É necessário também salvaguardar os serviços sociais e de suporte através da promoção de empreendimentos de habitação de interesse social em ilhas cuja capacidade de absorção de novos trabalhadores para a indústria não é suficiente. Neste sentido, é importante envolver os operadores privados para que activem e implementem estratégias de responsabilidade social de intervenção activa na comunidade em colaboração com os Municípios. Outro exemplo é a provisão de serviços de saúde. Deverá ser reforçada a oferta de cuidados de saúde primários nas ilhas com massa crítica significativa de turismo, principalmente Sal e Boa Vista.

4.2.2.3 Economia Marítima

Análise da Situação Actual

O cluster marítimo é referido de forma comum com o hiper cluster tendo em conta a aglomeração de diversas actividades. Este cluster inclui: (i) registo e desembarço de navios; (ii) transbordo de contentores; (iii) tranbordo de pescados; (iv) pescas; e (v) bunkering. A agenda de Cabo Verde para desenvolver actividades baseadas no mar é alimentada pelo facto básico que o oceano é o único recurso que existe em abundância e tendo em conta a localização estratégica, o objectivo é transformar o oceano numa vantagem competitiva e usá-lo para o desenvolvimento de uma série de actividades económicas.

O cluster tem ganho importância no tecido económico visto que actualmente as pescas representam a mais importante base de bens transaccionáveis para exportação do país. O bunkering tem registado um crescimento contínuo ao longo da última década apesar do facto de que os produtos petrolíferos são mais caros em Cabo Verde quando comparados com competidores mais próximos (e.g. Las Palmas). Os portos de Cabo Verde têm também registado um crescimento substancial em tráfego. Entre 1998 e 2011, o ritmo anual de crescimento foi de 17% para o movimento de contentores e 9% em termos de volumes processados. O movimento de passageiros entre 1998 e 2011 cresceu em média cerca de 7% ao ano.

O volume de tráfego internacional de contentores cresceu de 27% em 1998 para 40% em 2011. Em percentagem do total, o tráfego de contentores cresceu de 16% para 24% no mesmo período. A mudança no sentido da “contentorização” ocorreu principalmente desde 2003. Os dois principais portos (Praia e Mindelo) recebem cerca de 75% do tráfego e Cabo Verde começou também a participar embora de uma forma ténue no transbordo de mercadorias.

Em termos de produtividade, os portos de Cabo Verde estão em desvantagem contra competidores directos e muitos outros portos na África Subsaariana. Por exem-

plo, o tempo de retenção para um contentor é 15 dias em Cabo Verde quando comparado com os 7 dias de Dakar. A taxa de retenção de Cabo Verde está entre a mais alta dos principais portos na África Subsaariana. A produtividade média é de 6 toneladas processadas por hora e isto é cerca de 60% abaixo da média dos principais portos da mesma região. A baixa produtividade afecta todos os subsectores do cluster de economia marítima.

Outro desafio comum enfrentado pelos vários subclusters da economia marítima é o fraco ambiente institucional que, incluindo políticas e capacidade regulatória, é considerado fragmentado e débil. Há demasiados actores com papéis pouco claros e o resultado é duplicação e burocracia excessiva com instituições que não estão aptas a coordenar e articular uma visão, formular uma estratégia robusta e desenhar um plano de acção para desenvolver o cluster. Outros desafios institucionais enfrentados pelo cluster de economia marítima são:

- Inexistência de coordenação/articulação permanente de políticas públicas ligadas ao “cluster”;
- Insuficiência de processos dinâmicos promotores da produtividade (comunicação, cultura organizacional, gestão de negócio, avaliação de desempenho);
- Mecanismo inadequado de financiamento das instituições públicas;
- Excessiva centralização/concentração de competências/poderes administrativos na administração central;
- Administração pública com deficiente enfoque na perspectiva de negócio (e focada em procedimentos formatados);
- Fraca aproximação entre a administração pública/utentes/donos do negócio; e
- Défice de formação, regulação e inspecção da actividade de mergulho no plano nacional.

Subsistem também fraquezas significativas no que respeita às tripulações, frota, reparação e construção naval, e mercadorias. No que respeita ao registo e desembarço de navios há também constrangimentos, incluindo:

- Registo convencional de navios deficiente;
- Número de representantes da autoridade à chegada é elevado;
- Pouca clareza das regras na aplicação das taxas cobradas no policiamento;
- Todos os navios são sujeitos a um mesmo policiamento;
- Procedimentos deficientes em termos de prioridade de atracagem e incumprimento da legislação em vigor;
- Ausência de Duty Free/Refund; e
- Deficiente cumprimento da regulamentação em vigor sobre atracagem e desatracagem por limitação das autoridades e meios.

Os vários sub-clusters (pescas, bunkering, transbordo de pescado e transbordo de contentores) também enfrentam desafios particulares. Estes são apresentados na tabela 4.4.

Tabela 4.4 – Desafios do subclusters de Economia Marítima

<p>Pescas</p> <ul style="list-style-type: none"> • Ausência de um Plano Estratégico de Desenvolvimento; • Custo do combustível elevado para a pesca; • Frota industrial e artesanal inadaptada; • Fraca capacidade de armazenagem em frio; • Dificuldades no escoamento dos produtos da pesca; • Pacote legislativo incompleto; • Necessidade de Modernização das infra-estruturas de apoio a pesca; • Inexistência de cais de pescas na maior parte das ilhas; • Inexistência de entreposto frigorífico (pesca artesanal e industrial); • Deficiente qualificação dos operadores da pesca; • A estruturação dos serviços públicos não responde as necessidades e demandas actuais do sector; • Inexistência de representações do INDP e DGP nalgumas ilhas; • Deficiente fiscalização no sector das pescas; • Falta de implementação das áreas marinhas protegidas; • Necessidade de uma actualização da Estratégia de Investigação; • Inexistência de cota para exploração de algumas espécies; 	<p>Bunkering</p> <ul style="list-style-type: none"> • Custo de Combustível; • Excesso de Burocracia Associada; • Défice de Entendimento do Negócio; • Deficiente Articulação entre os Intervenientes do Negócio; • Baixo Nível de Serviços do Porto (Fracas Oferta/Diversidade); • Falta de Regulamentação Ligada ao Negócio; • Falta de um Plano Nacional de Contingência contra a Poluição; • Falta de Capacidade de Recolha de Resíduos Poluentes; • Inadequada Tarificação do BUNKERING (Serviços Marítimos e Portuários); • Ambiente de Negócio Desfavorável
	<p>Transbordo de Pescado</p> <ul style="list-style-type: none"> • Fraca Capacidade de Frio; • Equipamentos Portuários Insuficientes /Inadequados; • Insuficiente Capacidade de Fornecimento de Electricidade; • Baixa Produtividade de Mão-de-Obra; • Custo Elevado de Electricidade
	<p>Transbordo de Contentores</p> <ul style="list-style-type: none"> • Tarifas Elevadas por TEU; • Profundidade restrito nos Portos; • Equipamentos Portuários Insuficientes e/ou Inadequados; • Fraca Articulação entre os ciclos de bordo e terra; • Inexistência de serviços de reparação e manutenção de contentores.

Visão para o Cluster de Economia Marítima

O objectivo de longo prazo de Cabo Verde é tornar-se um entreposto económico marítimo no Atlântico e utilizar o mar como uma base para o crescimento e redução da pobreza. O cluster é endógeno devido ao facto do mar ser o único recurso primário que Cabo Verde tem em abundância e que constitui a maior parte do território.

A economia marítima é essencial para transformar Cabo Verde num fornecedor de serviços para o mundo e tem implicações directas na agenda de transformação. A visão de médio e longo prazo é a de desenvolver um cluster que possa servir de base para a transformação económica do país, um cluster marítimo que possa fundamentar a emergência de uma nova economia diversificada, altamente produtiva e globalmente competitiva. Os objectivos específicos são o de facilitar o crescimento contínuo das pescas, bunkering e transbordo ao mesmo tempo que se prepara o desenvolvimento dos outros subclusters.

Agenda Estratégica para o Cluster de Economia Marítima

A construção de um cluster de economia marítima globalmente competitivo que contribua de forma significativa para a criação de riqueza nacional irá exigir algum tempo tendo em conta as competências e os recursos necessários. Também, será necessário um sector privado capaz e investimentos substanciais em infra-estruturas a uma escala que não foi ainda empreendida em Cabo Verde.

A agenda estratégica para o sector inclui por isso três áreas:

- Reformas de desenvolvimento da capacidade institucional;
- Investimento em desenvolvimento das infra-estruturas e equipamento;
- Desenvolvimento dos recursos humanos.

Fica claro que Cabo Verde não tem ainda uma capacidade institucional capaz de construir um cluster marítimo competitivo. Subsistem várias questões em diversos planos, o ambiente legal é inadequado e em alguns casos as instituições certas não existem ou quando existem há problemas de falta de capacidade. Em outras situações todavia há demasiados intervenientes e cada um tem as suas necessidades burocráticas com evidente sobreposição e duplicação de responsabilidades. Um dos exemplos sintómicos é o facto de que são necessárias sete entidades diferentes para inspeccionar um navio que pára em Cabo Verde para aquisição de combustível. Há também o caso do registo de navios onde o enquadramento legal do sector é incompleto e o ambiente regulatório não é claro.

Há necessidade de durante o período de implementação do DECRP III formular políticas e estratégias para o cluster e subclusters que possam guiar os esforços de desenvolvimento. É também importante empreender uma auditoria exaustiva, incluindo ambiente legal e organizacional. Isto poderá facilitar uma reestruturação institucional e a actualização de um programa de reforma que possa facilitar a governação efectiva e eficiente da economia marítima. O objectivo é garantir que haja um enquadramento legal, regulatório, e de supervisão com mecanismos de coordenação robustos para o planeamento e gestão.

O desenvolvimento de uma economia marítima em Cabo Verde inicia-se com a actualização da infra-estrutura e aquisição de equipamento. Há neste âmbito necessidade de melhorar os portos, investir em mais equipamentos, melhorar a reparação naval e os centros de serviços a navios, e construir parques de equipamento.

As reformas institucionais e desenvolvimento das infra-estruturas só vão gerar resultados se for reforçada a capacidade humana. Há necessidade de empreender uma avaliação de competências, desenvolver uma estratégia e um mapa para desenvolvimento de capacidades no sector e o respectivo plano de implementação. A extensão do gap de competências é grande e há necessidade de uma

estratégia clara e robusta que tome em consideração a visão para o sector, o gap a nível de competências e os constrangimentos chave tais como recursos financeiros e as fraquezas institucionais no que respeita à educação e formação em Cabo Verde. Algumas acções específicas para cada um dos subclusters são apresentadas na tabela 4.4:

Tabela 4.4 – Acções do cluster Economia Marítima

<p>Pescas</p> <ul style="list-style-type: none"> · Promover a competitividade das empresas; · Promover a modernização das embarcações e a adaptação da capacidade da frota; · Promover o financiamento da modernização das embarcações de pesca; · Realizar ensaios em espécies autóctones e de novas técnicas produtivas; · Criar um quadro incentivador da utilização de processo de certificação do produto e do processo produtivo; · Apostar na diversificação de espécies, na oferta de novos produtos e na prospecção de novos recursos; · Promover a formação profissional dirigida às necessidades específicas do sector; · Fomentar um ambiente favorável ao investimento em novas unidades e reconversão ou expansão das existentes. · Incentivar as marcas ou rotulagem de qualidade. 	<p>Reparação e Construção Naval</p> <ul style="list-style-type: none"> · Criar condições favoráveis à instalação de armadores de pesca e outros em S.V.; · Criar condições para instalação de indústrias de frio e transformação de pescado e transbordo de mercadorias. · Desenvolver parcerias para o aproveitamento das oportunidades no subsector da construção naval. · Criação/desenvolvimento de uma zona franca que satisfaça as necessidades das frotas e tripulações. · Privatização. · Investimentos de recuperação/expansão. · Incrementar a formação e ajustar os RH actuais aos novos desafios. · Facilitar o “spin off” de algumas actividades. · Incentivo à criação de pequenas unidades prestadoras de serviços.
<p>Registo de Navios</p> <ul style="list-style-type: none"> · Retomar o Processo de Registo Institucional de navios. · Criação de agências especializadas em Gestão de pessoal marítimo afecto a companhias internacionais; 	<p>Frota</p> <ul style="list-style-type: none"> · Tornar os produtos financeiros mais atractivos; · Oferecer formação qualificada; · Criar um Fundo de Risco; · Incentivar a Reparação Subaquática
<p>Reforma Institucional</p> <ul style="list-style-type: none"> · Revisão, simplificação e informatização dos procedimentos. · Institucionalização do Serviço de Pilotagem. · Criação da Escola Superior especializada para os assuntos e negócios do Mar; · O impulso à criação de um Centro Internacional de Pesquisa e Desenvolvimento Oceanográfico; · Necessidade criação de Agencias Especializadas em Gestão de Pessoal Marítimo afecto à Companhias Internacionais; · Reforçar a Capacidade Institucional do I.M.P. · Necessidade de Criação do Núcleo Operacional do Cluster do Mar; 	<p>Mercadorias</p> <ul style="list-style-type: none"> · Renovar o parque de equipamentos portuários; · Promover uma cultura de logística · Disponibilizar zonas de logística; · Promoção de serviços de valor acrescentado à mercadoria (etiquetagem, embalagem, pesagem, desconsolidação, consolidação, distribuição,..etc.) · Disciplina e redefinição de processo de trabalho entre o dono da carga, navio, agente de navegação e porto;

<p>Tripulação</p> <ul style="list-style-type: none"> · Investir na criação de Centros de Formação para o pessoal marítimo; · Estabelecer parcerias nacionais e internacionais; · Bolsas para estágios; · Dotar o centro dos meios necessários para responder as exigências internacionais. · Institucionalização do Serviço de Mão de Obra Marítima 	<p>Passageiros / Tripulantes</p> <ul style="list-style-type: none"> · Melhorar facilidades portuárias para navios Ro-Ro; · Construção de terminais dedicados para navios cruzeiros; · Instalação de Pontões flutuantes de desembarque/embarque de passageiros; · Desenvolvimento de zonas urbano-portuárias e melhorar a interacção porto/cidade (bares, restaurantes, discotecas, lazer, comunicação, ...etc.) · Envolvimento da Comunidade Portuária e da Comunidade Cabo-verdiana de Cruzeiros nos assuntos de estratégia, meios, programas e projectos que melhorem o destino turístico; · Criação de um ambiente cidadão mais atractivo para passageiros; · Promoção de um ambiente nocturno mais atractivo para tripulantes; · Instalação de zonas e lojas francas comerciais.
---	---

4.2.2.4 Cluster TIC

Análise da Situação Actual

As tecnologias de informação e comunicação (TIC) têm vindo a ser um elemento importante na agenda de transformação de Cabo Verde na medida em que o país aponta a um modelo no qual as TIC suportam as reformas necessárias para potenciar a implementação dos clusters, surgindo neste quadro como um cluster por si só. O país tem realizado um esforço significativo de desenvolvimento das TIC, sendo os resultados reconhecidos a nível internacional. O sector foi assumido como um dos pilares da boa governação com um forte efeito indutor no empreendedorismo e desenvolvimento empresarial. Para avançar a respectiva agenda, um plano nacional - Plano Estratégico para a Sociedade de Informação (PESI) - foi publicado em 2005. O plano estratégico prevê o desenvolvimento da sociedade de informação em Cabo Verde e fornece uma agenda estratégica com foco em nove pilares:

- Acessibilidade para todos;
- Uma governação mais próxima dos cidadãos;
- Novas oportunidades económicas;
- Incremento da qualidade de vida;
- Capacitar para inovar;
- Um contexto estimulante;
- Liderança na acção;
- Investir para crescer; e
- Medir para desenvolver.

O Governo tem feito investimentos substanciais no desenvolvimento da sociedade de informação e no crescimento do sector das TIC. O PESI foi desdobrado

em iniciativas e planos de acção dos quais que se destacam: o PAGE – Plano de Acção para a Governação Electrónica; o “KONEKTA” – plano de acesso à Internet e ao conhecimento; e o “Mundu Novu” plano para a educação. Os resultados do programa de governação têm sido impressionantes tendo em conta que instrumentos de governação electrónica têm sido desenvolvidos internamente. Destaca-se o sistema integrado de gestão de orçamental e financeira do governo (SIGOF) assim como o sistema de gestão da administração local (SIM).

A utilização das TICs em Cabo Verde como um instrumento para facilitar a implementação da agenda de reformas tem tido um papel fundamental na melhoria do ambiente de negócios. O desenvolvimento da Casa do Cidadão proporcionando vários serviços como o registo de negócios em um dia, o governo móvel para fornecer serviços em áreas rurais, e o acesso à informação civil tem facilitado a qualidade dos serviços públicos para os cidadãos e empresas e contribuíram assim para a aproximação do Estado à população.

Cabo Verde tem ganho um reconhecimento mundial em TICs com a implementação bem-sucedida da governação electrónica que tem demonstrado uma melhoria contínua desde o início do arranque do PESI. Para além do progresso na governação electrónica, as TICs estão agora bem integradas nas escolas e no sistema educacional em resultado do Programa Mundu Novu. Alguns resultados do programa são:

- 18 Escolas e centros de formação com o acesso à Internet consolidado;
- 11 Escolas com ligação à rede do estado;
- Rede de antenas Wimax instalada em todo o país;
- Kit Sala de Aula em 433 salas das 29 escolas piloto, representando 94% do total de salas;
- Disciplina TIC inserida no programa curricular;
- Universidades de Cabo Verde leccionam cursos ligados às novas Tecnologias da Informação;
- Alunos da Universidade de Cabo Verde com acesso a bibliotecas digitais;
- SIGE concebido, mas implementado apenas nas duas escolas piloto; e
- SIGAE implementado.

O desenvolvimento do cluster TIC é, no entanto, dependente da criação e desenvolvimento de soluções, pelas empresas, que possam ser utilizadas localmente e/ou exportadas. Existem agora mais empresas na área - comparado com 2005, o número de empresas no sector cresceu para o dobro. Algumas começaram a desenvolver aplicações não somente para o mercado nacional mas também para a exportação. O acesso à internet também cresceu de forma exponencial, a introdução da ADSL banda larga e do serviço sem fios 3G conduziu a um rápido aumento na penetração da Internet em Cabo Verde. Entre 2007 e 2011, a penetração da Internet cresceu de 8% para 30%³⁹. O alto crescimento da penetração da Internet foi

apoiado pelas 35 praças digitais do programa Konekta. A concorrência crescente no sector das telecomunicações também contribuiu para a redução dos preços e aumento da captação.

Persistem no entanto alguns obstáculos. Entre estes destaca-se o elevado custo das telecomunicações. Num estudo de benchmark realizado em 15 países, foi possível concluir que o peso do preço das telecomunicações no rendimento médio de cada cabo-verdiano é 3 vezes superior ao da população das Seicheles, 8 vezes superior aos cidadãos de Portugal e 18 vezes superior aos nacionais dos EUA. Estes resultados tornam-se mais evidentes quando são analisados os sub-componentes de telefonia móvel, que tem um peso no rendimento médio dos cabo-verdianos de 16,6%, e da banda larga fixa, com um peso de 12,6% do rendimento médio mensal per capita. Existe também uma escassez de trabalhadores especializados no sector. A qualidade das formações pode ser aperfeiçoada e os certificados internacionais não estão generalizados. A maior parte das empresas no sector são pequenas e com capacidade limitada. O sector é constrangido pela falta de acesso ao capital de risco e o custo salarial comparado com potenciais concorrentes é bastante elevado. O desafio agora é saber se o sector privado pode construir capacidades para competir de forma sustentável uma vez que a inovação no sector vem sendo muito conduzida pela agência governamental NOSI.

Tabela 4.5 – Análise SWOT do cluster TIC

<p>Forças:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Bom estado de desenvolvimento do sector TIC; • Boas infra-estruturas de telecomunicações; • Bom nível de alinhamento e envolvimento político no sector TIC; • Boa taxa de penetração da telefonia móvel. 	<p>Fraquezas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Elevados custos de Telecomunicações; • Reduzida participação das empresas nacionais no sector TIC; • Reduzido número de conteúdos digitais; • Falta de incentivos à Investigação e Desenvolvimento; • Reduzido investimento na promoção do empreendedorismo tecnológico. • Investimento insuficiente na formação em TIC e na língua inglesa e francesa; • Manutenção do monopólio nas ligações de internet internacionais; • Inexistência de uma política nacional de incentivo à criação de empresas tecnológicas; • Escassez de profissionais certificados internacionalmente. • Small size firms
<p>Oportunidades:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Consolidação e exportação do sector de Governação Electrónica; • Posicionamento de Cabo Verde como Gateway to Africa no que diz respeito às TIC; • Potencias para o desenvolvimento de conteúdos digitais para a Governação Electrónica; • Fortalecimento da ligação entre o sector das TIC e a Educação. 	<p>Ameaças:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Competição intensa • Natureza dominante dos grandes players mundiais • Mercado em rápida mudança.

³⁹www.itu.int, 2011

Ao longo da última década, Cabo Verde conseguiu grandes avanços na governação electrónica sob a liderança do NOSI. A oportunidade imediata que existe é saber como transformar o que foi concebido num produto nacional de governação electrónica (incluindo os instrumentos para facilitar a interacção entre os cidadãos e o Governo) para que este seja comercializado em outros países. Existem também potencialidades no desenvolvimento de conteúdo digital para a governação e educação electrónica no sentido de contribuir para o desenvolvimento de um sector dinâmico e apto a criar emprego.

Visão para o Cluster TIC

O cluster TIC em Cabo Verde está ainda na fase inicial, as inovações sob a tutela do NOSi têm tido um impacto e um efeito de lançamento. Todavia, é evidente a necessidade de construir um sector privado forte que possa conceptualizar, projectar e construir produtos inovadores para o mercado lusófono e mundial. Cabo Verde deverá assumir-se como centro internacional de prestação de serviços, potenciando a respectiva posição geoestratégica e apoiando na imagem de estabilidade e credibilidade no sentido de posicionar-se como gateway/plataforma segura para o lançamento de negócios na África Ocidental e nos PALOP. Assumem-se as seguintes funções do sector TIC, conducentes à visão preconizada:

- Negócio gerador de receitas, devendo todo o esforço ser direccionado para fomentar a capacidade de exportação uma vez que o mercado nacional é limitado;
- Instrumento para os restantes clusters de desenvolvimento do país – sobretudo mar, aero negócios, serviços financeiros e turismo – no sentido de promover a melhoria da eficiência dos sectores privado e público;
- Dinamizador de Investimento Directo Estrangeiro (IDE), atraindo empresas de mercados desenvolvidos que queiram lançar a base em África e num país de elevada estabilidade política e social, com uma cultura ocidental; e
- Lançar as bases de estruturação de uma forte parceria para o desenvolvimento de uma economia e sociedade de conhecimento, que garanta maior acesso a informação, soberania e segurança tecnológica, participação das populações no processo de desenvolvimento, fomento de empreendedorismo e realização dos Direitos Fundamentais dos cidadãos na óptica do cumprimento dos objectivos do Milénio.

Para o período de implementação do DECRP III, os objectivos do Cluster TIC são: fazer com que Cabo Verde seja reconhecido como uma referência em alguns nichos centrais de mercados que incluam a governação e educação electrónica e a telecomunicação móvel. O segundo objectivo é que cluster TIC contribua para a melhoria da produtividade de outros sectores de actividade, em particular no desenvolvimento de outros clusters.

Agenda Estratégica para o cluster TIC

Existem oportunidades para Cabo Verde no mercado global das TICs e o cluster, embora esteja na sua fase embrionária em termos de actividade comercial, pode vir com o tempo a ser um elemento chave na transformação económica de Cabo Verde. Avanços como o balcão único para vários serviços públicos e a informatização do processo eleitoral, cujos resultados podem agora ser anunciados em cerca de duas horas depois da conclusão da votação, podem ser transformados em produtos exportáveis. O sector privado terá um papel importante mas necessitará de fortalecer-se para ter o suporte de serviços que podem garantir a capacidade de concorrência no mercado global.

No longo prazo, Cabo Verde terá de:

- Promover a penetração das TIC na sociedade, através do incentivo à aquisição de equipamentos e de subscrição de serviços de internet;
- Reduzir os custos das telecomunicações que impedem o desenvolvimento mais acelerado do acesso e utilização das TIC através de:
 - o Contratação de serviços de tráfego de dados internacionais a outros provedores desse serviço;
 - o Revisão dos quadros legal e regulatório actuais, através da imposição de condições detalhadas que assegurem a disponibilização de um preço grossista de forma a criar as condições para um ambiente competitivo mais exigente;
- Apoiar a oferta de cursos profissionalizantes e programas formativos específicos sobre o sector TIC, introduzir as TIC em todos os níveis de escolaridade e realizar exames de certificação profissional (e.g. Microsoft). O apoio pode assumir a forma de políticas públicas de promoção e de bolsas de estudo;
- Criar condições para o desenvolvimento de uma cultura de inovação que auxilie os empreendedores na formulação e desenvolvimento de ideias e projectos no sector TIC; e
- Negociar com grandes empresas internacionais do sector para que se estabeleçam em Cabo Verde.

A respeito de acções específicas no curto e médio prazo para facilitar o desenvolvimento do Cluster TIC, destacam-se as seguintes:

Criação de uma entidade gestora do negócio TIC

A entidade poderá assumir um cariz de parceria público-privada cujo principal objectivo será a afirmação, promoção, organização e funcionamento da rede nacional e sistema de parcerias para o desenvolvimento do cluster. A entidade gestora deve também contar com um maior envolvimento da sociedade civil, universidades, sector privado e uma maior disseminação das TIC, pela via do acesso à informação, do ensino, da capacitação profissional e tecnológica e da iniciativa do sector privado.

Construir um parque tecnológico

Encontra-se actualmente em fase de estudo a construção de um parque tecnológico. Caso se comprove a sua viabilidade, o parque poderá ser o indutor da criação de um ecossistema de inovação e empreendedorismo, suportado pela presença de players internacionais, incubadoras tecnológicas, universidades e centros de formação certificada e investigação, entre outros stakeholders. O parque tecnológico poderá posicionar Cabo Verde como um país de inovação e de referência regional na economia do conhecimento e fomentar a criação de empresas de base tecnológica.

Realizar uma revisão legislativa nas áreas relevantes ao sector TIC

Afigura-se fundamental realizar uma revisão legislativa nas áreas relevantes ao sector TIC garantindo as condições favoráveis ao estabelecimento de multinacionais e permitindo criar um ambiente concorrencial saudável propício ao crescimento do cluster. Deve-se igualmente desenvolver um quadro legal eficiente no que respeita à implementação da sociedade de informação nomeadamente através de legislação sobre política de acesso público à informação e sobre a protecção e segurança de dados pessoais. Neste sentido, Cabo Verde poderá garantir a existência de leis de protecção de dados e de protecção da propriedade intelectual, favorecendo um ambiente propício aos negócios tecnológicos. Deverá também reforçar a regulação, possibilitando a criação de um tecido empresarial competitivo e a prática de preços de comunicações mais incentivadores à utilização de tecnologia de informação e comunicação.

Capacitar adequadamente os recursos humanos para o sector

De pouco servirá fomentar o crescimento de um cluster de base tecnológica sem a correspondente capacitação dos profissionais que o vão desenvolver. Assim, face à escassez de recursos devidamente capacitados para desenvolver actividade no sector, torna-se fundamental implementar acções que permitam inverter esta situação. Essas acções poderão vir a englobar as seguintes propostas: (i) fomentar a educação em TIC desde os anos escolares iniciais, criando apetência pela utilização de ferramentas tecnológicas (expansão do programa Mundu Novu); (ii) consolidar a oferta formativa de nível superior em áreas TIC, abrindo o número de vagas suficiente ao crescimento do sector, bem como a oferta formativa de cariz técnico-profissional; (iii) reforçar nos referenciais curriculares as seguintes competências: línguas (inglês e francês), gestão e marketing; (iv) criar cursos de formação especializada em tecnologias de ponta e em parceria com alguns players de referência internacional, de forma a garantir a certificação de profissionais.

Incentivar a criação de instrumentos financeiros adequados de suporte ao investimento

O Governo deverá assegurar a criação de mecanismos de financiamento favoráveis ao investimento e ao empreendedorismo nacional no sentido de evitar que boas oportunidades não se desenvolvam o suficiente ou percam

o time to market. Assim, devem ser criados instrumentos financeiros adequados, tais como fundos de investimento que possibilitem o matching entre recursos financeiros e boas ideias, promovendo o arranque e expansão de projectos. O grupo de financiadores a dinamizar inclui entidades financeiras, nacionais ou internacionais, parceiros bilaterais de Cabo Verde e a Diáspora e outros agentes interessados no sector.

Criar uma rede nacional de incubadoras

Cada incubadora deve garantir boas condições de acompanhamento de projectos através de serviços de mentoring, apoio em planeamento de negócios e gestão corrente, e acelerando a colocação de serviços no mercado. Paralelamente, deve também promover-se o networking com cidadãos da Diáspora com ligações a empresas TIC, seja como consultores de negócio, empreendedores e/ou eventualmente como financiadores de projectos.

4.2.2.5 Economia Criativa

Análise da Situação Actual

Cabo Verde é conhecido por todo o mundo pela sua música mas no entanto não é este o único elemento da cultura crioula do país. Trata-se de uma das primeiras culturas crioulas do mundo e emergiu largamente das interações entre culturas africanas e europeias. A poesia, dança, celebrações religiosas, artes, teatro e carnaval são exemplos da cultura de Cabo Verde que quando comparados com a música são menos conhecidos. A nação tem um cenário cultural vibrante, um povo altamente criativo e muitas actividades como festivais e festas populares de cariz religioso.

O desafio todavia é que a actividade cultural não levou a um grande sector económico que possa contribuir significativamente para o crescimento e redução da pobreza em Cabo Verde. Em muitas outras áreas do mundo a cultura tornou-se um elemento crucial do PIB, providenciando emprego e sustento a milhões. Estima-se que o impacto económico da cultura em Cabo Verde, embora não tenha sido medido com precisão, não seja significativo. Mesmo a música, arte pela qual Cabo Verde é melhor conhecido, beneficia principalmente outros países. As grandes estrelas musicais são geridas fora do país e em muitos casos, os produtos culturais do país são produzidos fora e posteriormente reimportados.

As economias criativas abrangem todos os sectores que envolvem criação (artística ou intelectual), assim como os produtos e serviços ligados à fruição e difusão. Para além dos sectores artísticos (música, audiovisual, artes cénicas performativas, artes visuais), estão incluídos: telecomunicações e radiodifusão, editorial (livros e imprensa), artesanato e arte popular, festas populares e de romarias, património histórico material e imaterial (formas de utilização e difusão), software de lazer, design, moda, arquitectura, gastronomia e propaganda. O impacto destes sectores na economia nacional só será sentido se forem otimizados dentro de uma estratégia de cluster tomando este conceito como um sistema para colocar em rede ou entrelaçar unidades independentes de funcionamento. Isso otimiza as funções e as potencialidades das unidades individuais, em vez de apenas as explorar.

A construção de uma economia criativa que ajude a valorizar o turismo e que possa tornar-se num contribuidor para o PIB irá requerir enfrentar numerosos desafios. Destacam-se:

- Integração inadequada da cultura nas políticas económicas, tecnológica e social;
- Legislação e regulamentação inadequadas;
- Fraca capacidade institucional de articulação, implementação, seguimento e avaliação de políticas, estratégias, programas e projectos;
- Fraca capacidade de financiamento tanto no sector público como no privado;
- Excessiva dependência do Governo por parte dos agentes culturais e trabalhadores criativos;
- O sector das economias criativas carece de organização;
- Inexistência de associações nacionais de profissionais em várias áreas culturais;
- Ausência de uma classe empresarial forte actuando na intermediação como managers, produtores, técnicos, agentes ou gestores culturais;
- Sazonalidade na produção do artesanato e insuficiência da oferta para a procura que advém do turismo;
- Défice quanto a instituições de formação, promoção, exportação e distribuição;
- Carência de tecnicidade a nível municipal e local.

Os diferentes sectores das economias criativas sofrem de problemas de isolamento: a música não está ligada ao cinema, a moda não está ligada com o artesanato, a edição não está ligada às feiras do livro, o artesanato não está ligado ao turismo. Verifica-se ainda uma sobreposição de funções actualmente na cadeia de valor do cluster entre o trabalho do turismo e da cultura e da promoção do país. Há sobreposição nas intervenções sociais juntos dos bairros e entre os Municípios e o poder central na definição de uma política cultural orientada para o desenvolvimento.

Visão para o cluster de economia cultural

O período do DECRP III irá ser crítico para iniciar uma indústria cultural de futuro que esteja apta a competir globalmente e a fazer contribuições significativas para o crescimento e redução da pobreza. O sector cultural pode desempenhar um papel significativo de apoio ao cluster de turismo. A movimentação em direcção ao alto valor acrescentado e a um modelo de mercado turístico mais diversificado, que não seja concentrado excessivamente no turismo de massas, vai depender significativamente da capacidade de orientar os produtos culturais do país para o enriquecimento do turismo. A visão de longo prazo é a construção de um cluster da economia criativa que seja globalmente competitivo e uma componente crítica da economia nacional.

Agenda Estratégica para o cluster da Economia Criativa

O desenvolvimento do cluster da economia criativa requer acções que coloquem as bases para o crescimento do sector. Entre as acções estratégicas a serem tomadas constam:

- Regulamentação da actuação da administração pública na promoção da cultura;
- Introdução de eventos culturais em cerimónias públicas;
- Regulamentar o exercício da actividade económica dos agentes culturais;
- Capacitação dos agentes culturais em diversas áreas para constituição de sociedades comerciais e empresas na área da cultura;
- Aprovação do pacote de leis sobre a economia da cultura, nos quais os incentivos fiscais e parcerias público-privadas podem constar;
- Certificação das empresas e empresários na área das economias criativas;
- Criação de programas de incentivos à empresariização cultural e gestão de contrapartidas;
- Promoção de feiras nacionais e internacionais de negócios.
- Facilitar a ligação entre a cultura e turismo através de uma melhor coordenação e planeamento institucional;
- Promoção de eventos turísticos à volta de actividades culturais e festivais;
- Suportar as artes e o artesanato;
- Suportar os meios de comunicação social instaurando quotas para produções locais;
- Suportar a exportação da cultura através da internacionalização dos festivais e feiras locais;
- Facilitar a formação profissional e especializada;
- Instalar um enquadramento robusto que garanta os direitos de propriedade intelectual

Do curto ao médio prazo há projectos específicos que o Governo irá implementar. As áreas alvo em que os projectos vão ser implementados são:

- Banco de Cultura;
- Bairro Criativo e Casas de Cultura;
- RENDA (Rede Nacional de Distribuição do Artesanato);
- RNSALAS (Rede Nacional de Salas);
- MUSEUS (Um Museu para Cada Município);

- Exportação da Cultura (Export Bureau);
- Reforma Institucional (Nova Orgânica);
- Sistemas de Bibliotecas e Arquivos;
- Orquestra e Ballet Nacionais;
- Sistema Nacional de Educação Artística; e
- Classificações Patrimoniais.

4.2.2.6 Cluster Financeiro

Análise da Situação Actual

O sector financeiro de Cabo Verde, quando comparado com os mercados emergentes, é relativamente pequeno. Todavia, o sector começa agora a emergir e vai ter um papel crucial a desempenhar na agenda de transformação, principalmente no apoio aos outros sectores. Ao mesmo tempo, o cluster financeiro também pode ser desenvolvido também numa vertente de fornecimento de serviços para exportação.

As reformas realizadas na última década conduziram à liberalização do mercado financeiro, incluindo o surgimento bancos offshore. Actualmente, o sector financeiro é relativamente bem regulado e o ambiente de mercado está a melhorar. Cabo Verde tem agora cinco bancos comerciais, duas firmas seguradoras e uma bolsa de valores. Conta também um número importante de bancos offshore, um fundo de segurança social (INPS) e instituições para-bancárias tais como a SISP e a Promotora. A SISP gere a rede de máquinas automáticas e providencia soluções de pagamento e a Promotora é uma firma de capital de risco.

As reformas realizadas pelo Governo levaram a um forte crescimento do sector. A base de activos está a aumentar. O rácio de activos/PIB é alto comparado com outros países na região. De facto, apesar das preocupações crescentes no que respeita a problemas de acesso ao crédito, os inquéritos realizados pelo Banco Mundial indicam que o nível de intermediação financeira é relativamente elevado e muito melhor do que em muitos países na região. Contudo, o crédito a PME's é severamente limitado em Cabo Verde.⁴⁰ Um dos factos associados é que o sector bancário é altamente concentrado e dominado por dois bancos – Banco Comercial do Atlântico e Caixa Económica. A estrutura de chefia e de comando não promove a competição e o ambiente regulatório não foca os assuntos de competitividade. Um ambiente competitivo restrito não tem encorajado a inovação nos mercados financeiros de Cabo Verde. Os líderes de mercado não têm incentivos para inovar e para encontrar formas criativas de responder às necessidades dos clientes. O mercado de acções por outro lado é relativamente novo e pequeno e não constitui ainda uma forma alternativa de financiamento das PME's. O capital de risco por outro lado é muito escasso e há apenas uma firma a operar nesse segmento. Estas realidades indicam que há desafios chave que devem ser abordados para garantir que o sector financeiro pode desempenhar o papel de apoio para os outros clusters e tornar-se um cluster competitivo de forma individual (Tabela 4.5).

Tabela 4.5 – Análise SWOT do sector financeiro

Forças	Fraquezas
<ul style="list-style-type: none"> • Cultura aberta • Estabilidade política • Rede de telecomunicação • Credibilidade internacional do sistema financeiro; • Facilidade na criação de negócios financeiros • Infra-estruturação financeira forte • Índice de bancarização • Posicionamento geoestratégico 	<ul style="list-style-type: none"> • Serviços backup • Serviços especializados (Jurídicos - Morosidade acção judicial – execução das garantias dos bancos; financeiros, negócios, etc.) • Sistemas de garantias • Transferência de know-how fraca • Custos factores (custos telecomunicações, proibitivo; electricidade) • Dimensão (Bancos - fundos próprios limitados) • Reduzida visão global dos sistemas financeiros • Deficiência/inadequação/insuficiências. Problemas de regulação, supervisão e dinamização • Marketing financeiro • Mercado pouco inovador • Dificuldade de acesso à dívida pública • Fraca diplomacia económica Cultura financeira • Exposição ao risco financeiro • Risco país/provisões • Falta de visão estratégia Global de desenvolvimento do sector; • Falta de incentivos fiscais à actividade financeira geral
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> • Internacionalização (Costa Africana) • Diversificação produtos financeiros (Fundos) • Estimular uma competição pelo preço, promover o aumento da capacidade dos bancos; • Inovação de serviços de Suporte financeiros (Backup) • Formação e especialização • Criação de um mercado dívida soberana • Desenvolvimento de um mercado de micro-finanças • Inexistência de cluster financeiro no plano regional • Actualização do corpo normativo do sector financeiro; Adaptação as necessidades do sector ex: regulamento leasing) • Desenvolvimento do mercado de capitais 	<ul style="list-style-type: none"> • Sentimento de insegurança • Condições de investimento • Vulnerabilidade (crises, conjunturas, dependência, etc.) • Crime organizado transnacional.

Visão para o Cluster Finanças

Nenhum dos clusters pode alcançar o potencial pleno sem um sector financeiro robusto. É por isso fundamental a construção de um sector competitivo que seja capaz de providenciar um mercado financeiro local que seja compatível com o crescimento e desenvolvimento. Também, é um sector que é bastante competitivo globalmente com diversas praças financeiras bem estabelecidas tais como Nova Iorque, Londres e Luxemburgo. Há também muitos competidores que estão a emergir no mercado continental tais como as Maurícias, Gana, África do Sul, que registam já um progresso considerável. O período do DECRP III será dedicado a iniciar as reformas necessárias para o bom funcionamento dos mercados financeiros em simultâneo com uma agenda para competir num mercado global, a começar na própria região.

A visão de longo prazo é por isso a de tornar Cabo Verde numa praça financeira competitiva no plano in-

⁴⁰Ministério das Finanças de Cabo Verde (2010), Constraints Analysis.

ternacional, sobretudo no continente africano. No curto e médio prazo, o objectivo é facilitar uma maior estruturação, eficácia e eficiência, bem como segurança do sistema financeiro como base para a promoção do cluster financeiro. O objectivo é posicionar Cabo Verde como um dos mercados financeiros mais seguros e de rápido de crescimento entre os CPLP e na região da África do Oeste.

Agenda Estratégica para o Cluster Financeiro

O Governo irá embarcar numa estratégia para construir o sistema financeiro e para apoiar a realização de uma agenda de transformação para a criação de um cluster globalmente competitivo. O foco será nas políticas e acções nas áreas monetária, banca, seguros e finanças ao mesmo tempo que se irá enfrentar desafios de desenvolvimento do mercado de capital (Tabela 4.6).

Tabela 4.6 – Plano de Acção

Política monetária, banco, seguros e finanças	Desenvolvimento do mercado de capitais
<ul style="list-style-type: none"> • Aumentar o uso dos instrumentos da política financeira de forma a manter a estabilidade dos preços e crescimento económico equilibrado. • Reforço das instituições financeiras e ampliar e aprofundar o sector financeiro • Melhorar a eficiência na regulação financeira 	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento contínuo do mercado de capitais; • Assegurar a efectiva regulação do mercado de capitais; • Melhoria da protecção dos investidores; • Aumentar e promover oportunidades diversificadas para investimentos

4.2.2.7 Cluster de Aero Negócios

Análise da Situação Actual

O cluster de aero negócios pertence ao mesmo grupo que finanças e tem um papel importante a desempenhar em facilitar a diversificação da economia e a realização da agenda de transformação. Tal como a economia criativa, o sector aero negócios está muito ligado ao turismo embora esteja também ligado a outros clusters. O crescimento do turismo ao longo da última década tem facilitado o rápido desenvolvimento do sector aeronáutico e não é possível desenvolver um sector do turismo que seja globalmente competitivo sem um bom sistema de transporte aéreo, com serviços fiáveis e de qualidade.

Registaram-se cerca de 1,9 milhões de movimentos de passageiros nos aeroportos de Cabo Verde em 2011. Isto representa um aumento de cerca de 11% em relação a 2010 e de 27% relativamente a 2008. Dos 1,9 milhões, cerca de 903.909 foram passageiros internacionais e 877.363 passageiros domésticos. A carga internacional atingiu 1,704 toneladas em 2011 (um aumento de 22% face a 2010) ao mesmo tempo que a carga doméstica atingiu 2,292 toneladas (um crescimento de 2% face a 2010). Há 19 operadores internacionais e 3 nacionais a operar em Cabo Verde com 9 aviões registados.

Cabo Verde investiu uma quantidade substancial de recursos ao longo da última década em infra-estruturas aeroportuárias. O país dispõe agora de quatro aeroportos internacionais (Sal, Praia, Boa Vista e São Vicente) e três aeroportos nacionais (Fogo, São Nicolau e Maio) e é um dos poucos países da África Subsaariana com um rating de Categoria 1 por parte das autoridades de aviação dos Estados Unidos da América. Cabo Verde tem também um espaço aéreo significativo que explora através do fornecimento de serviços de navegação às companhias aéreas.

Para além do rating de Categoria 1 das autoridades americanas, o número crescente de turistas, uma companhia aérea com diversas rotas, uma agência de aviação civil com capacidade regulatória e uma autoridade de aeroportos operacional e com a gestão de todos os aeroportos, o país tem poucas outras vantagens. Há desafios significativos que devem ser superados, incluindo a reestruturação da TACV, reformas no sector, e a construção de uma base de capital humano devidamente capacitado (Tabela 4.7).

Tabela 4.7 – Análise SWOT Aero Negócios

Forças:	Fraquezas:
<ul style="list-style-type: none"> • Boas infra-estruturas aeronáuticas (aerop; nav. aérea; aeronaves); • Situação geográfica privilegiada; • Clima atractivo e ameno; • Estabilidade política; • Bom sistema regulatório de segurança; • Status Cat 1; • Diversidade de acordos aéreos; • Experiência no sector; • Amplo espaço aéreo (FIR); • Rede de ligações aéreas com o mundo; • Tráfego aéreo doméstico e internacional em crescimento. 	<ul style="list-style-type: none"> • Défice de centros de formação; défice de recursos humanos qualificados/especializados; e deficiente planeamento de recursos humanos; • Pequena dimensão do mercado doméstico; • Situação económica e financeira crítica dos operadores aéreos; • Deficiente regulação do transporte aéreo; • Deficiente serviço de segurança aeroportuária (screening, fronteira); • Falta de estratégias e políticas para o sector; • Deficiente integração de estratégias sectoriais (turismo, ordenamento território, ambiente, segurança); • Sistema de aviação pouco eficiente; • Oferta deficiente de serviços (preço, taxas, ligações, equipamento, qualidade de serviço, frequência; horários; pontualidade; regularidade); • Dificuldades de acesso ao financiamento pelo sector privado; • Ambiente de concorrência desequilibrado nas operações domésticas; • Fraco domínio da língua inglesa; • Fraca cultura empresarial; • Ambiente laboral pouco propício à produtividade e competitividade.
Oportunidades:	Ameaças:
<ul style="list-style-type: none"> • Sector turístico em crescimento; • Integração regional no continente Africano; • Mercado africano liberalizado pela Decisão de Yamassoukro • Parceria estratégica com a União Europeia; • Ligações aéreas com EUA, Brasil, Europa e África; • Mercado potencial de transporte aéreo expressivo (África, Europa, Brasil, EUA); • Fraco nível de desenvolvimento da aviação na CEDAO; • Instabilidade política no Magreb 	<ul style="list-style-type: none"> • Terrorismo internacional; • Concorrência de países vizinhos; • Conjuntura internacional difícil; • Fuga de quadros qualificados; • Instabilidade política na região

Visão para o cluster Aero Negócios

O objectivo de longo prazo para o cluster aero negócios é o de transformar Cabo Verde num hub para o transporte aéreo, passageiros e carga. Outros serviços associados vão incluir handling, manutenção de aeronaves, formação e catering para companhias a operar via Cabo Verde e também providenciar serviços a companhias a partir do arquipélago. Os objectivos específicos são identificados nas principais áreas de negócio descritas na Tabela 4.8.

Tabela 4.8 – Objectivos do Cluster Aero Negócios

Área de Negócio	Objectivos
Transporte Aéreo	- Quadruplicar o tráfego internacional de passageiros no horizonte de uma década - Duplicar o tráfego doméstico de passageiros no horizonte de uma década
Carga Aérea	- Desenvolver o negócio de carga aérea para satisfazer a procura do sector turístico e da economia nacional.
Aeroportos	- Projectar o desenvolvimento das infra-estruturas e operações aeroportuárias para responder à procura do transporte aéreo de passageiros, carga e actividades conexas (aviação geral, desportiva, trabalho aéreo, manutenção/reparação aeronáutica, formação, militares e afins e outras não aeronáuticas).
Navegação Aérea	- Desenvolver o sistema de navegação aérea para responder à demanda crescente das actividades, assegurar a competitividade do serviço e a segurança do espaço aéreo em alinhamento com os melhores <i>standards</i> de referência.
Handling	- Assegurar a prestação de um serviço de handling de qualidade e competitivo, num ambiente de demanda acrescida resultante da dinâmica de crescimento do transporte aéreo.
Manutenção e Reparação Aeronáutica	- Aumentar a capacidade de prestação de serviços de manutenção e reparação aeronáutica para responder à demanda do crescimento do transporte aéreo e satisfazer a demanda regional.
Formação	Desenvolver e estruturar o sector da formação aeronáutica, visando a disponibilidade de uma força de trabalho suficiente e qualificada para responder à demanda de um sector de aviação eficiente e competitivo.

Agenda Estratégica para o Cluster Aero Negócios

Durante o período do DECRP III, os esforços vão focar em reformar o sector e iniciar o processo de criação de massa crítica de serviços ligados às transportadoras aéreas. O objectivo é aumentar a capacidade do sector de modo a facilitar a realização da agenda de desenvolvimento de Cabo Verde. Para atingir a visão e os objectivos preconizados, o cluster dos aero negócios será construído sobre três pilares:

- Um ambiente de negócios atractivo e competitivo;
- Formação de recursos humanos qualificados;
- Iniciativa privada como o verdadeiro motor do aero negócio.

Algumas acções a serem tomadas, organizadas por eixo, são apresentadas na Tabela 4.9:

Tabela 4.9 – Plano de acção para o desenvolvimento do cluster aero negócios

<p>INFRA-ESTRUTURAS:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Assumir a concepção, edificação ou reestruturação de infra-estruturas aeronáuticas relevantes com base em princípios de necessidade, segurança e sustentabilidade económica e ambiental. • Assegurar a reserva de áreas de expansão e/ou realocização aeroportuária em resposta aos objectivos de desenvolvimento da aviação civil. • Instituir a obrigatoriedade de aprovação do plano director aeroportuário para todos os aeródromos de acordo com requisitos e especificações estabelecidas. • Orientar a adopção das tecnologias de navegação que favoreçam maior precisão e segurança da navegação e propiciem maior regularidade e eficiência das operações aéreas <p>BOA GOVERNAÇÃO:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Formular e publicitar políticas governamentais para o sector da aviação favorecendo a transparência e a previsibilidade dos actos administrativos. • Promover a eficiência e a qualidade do serviço de transporte aéreo pela adopção de mecanismos de monitorização de indicadores de desempenho. • Liberalizar e regulamentar a actividade de handling, visando a prestação de um serviço competitivo e de qualidade. • Operacionalizar o Conselho Consultivo da aviação civil como um fórum de coordenação e consulta no domínio da aviação civil envolvendo o Governo, o regulador, os agentes económicos e os utentes do sistema. • Adoptar o princípio da audição pública e da análise dos impactes no processo de produção legislativa e regulamentar. • Adoptar o princípio de estabelecimento de prazos no processamento dos pedidos da indústria pela administração. • Definir os princípios de estabelecimento de taxas, com critérios de transparência, justiça e equidade. • Suprimir a exigência de vistos de entrada para passageiros de origens especificadas, visando o aumento do tráfego. • Promover a regulação/regulamentação/inspeção das actividades industriais, comerciais, etc. para assegurar a qualidade do investimento, da produção de bens e da prestação de serviços. • Prosseguir a instalação do sistema nacional da qualidade, para promover a segurança, economia, a eficiência e a competitividade. • Promover o estabelecimento de uma taxa que financie o sistema de segurança da aviação civil. • Promover um ambiente legal e laboral propício a promoção do investimento, da produtividade e da competitividade. 	<p>CAPITAL HUMANO:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Promover a excelência na gestão de pessoas, valorizando as competências profissionais, a responsabilização e a orientação para resultados. • Promover os valores de rigor, autoridade, responsabilidade e <i>accountability</i>, para maximizar a cultura da qualidade e eficiência na prestação dos serviços e na melhoria da competitividade do país. • Promover a identificação das necessidades de formação e qualificação dos recursos humanos na aviação civil e a orientação e sensibilização dos jovens para as profissões do sector através da coordenação intra-sectorial e inter-sectorial. • Incentivar a qualificação e especialização estruturada dos recursos humanos nos vários sectores da aviação civil, promovendo a excelência do conhecimento. • Orientar os programas de formação e qualificação dos recursos humanos para a aquisição de competências profissionais. • Apostar fortemente no domínio da língua inglesa como ferramenta privilegiada de trabalho e veículo de acesso ao conhecimento e às tecnologias. • Promover a formação profissional de base em áreas afins, facilitando a qualificação específica no domínio da aviação, e.g. bombeiros, pessoal de cabine, etc. • Promover o aproveitamento sistematizado das oportunidades de formação <i>online</i>, maximizando a oferta e reduzindo os custos.
---	--

<p>BOA GOVERNAÇÃO:</p> <ul style="list-style-type: none"> · Formular e publicitar políticas governamentais para o sector da aviação favorecendo a transparência e a previsibilidade dos actos administrativos. · Promover a eficiência e a qualidade do serviço de transporte aéreo pela adopção de mecanismos de monitorização de indicadores de desempenho. · Liberalizar e regulamentar a actividade de handling, visando a prestação de um serviço competitivo e de qualidade. · Operacionalizar o Conselho Consultivo da aviação civil como um fórum de coordenação e consulta no domínio da aviação civil envolvendo o Governo, o regulador, os agentes económicos e os utentes do sistema. · Adoptar o princípio da audição pública e da análise dos impactos no processo de produção legislativa e regulamentar. · Adoptar o princípio de estabelecimento de prazos no processamento dos pedidos da indústria pela administração. · Suprimir a exigência de vistos de entrada para passageiros de origens especificadas, visando o aumento do tráfego. · Promover a regulação/regulamentação/inspecção das actividades industriais, comerciais, etc., para assegurar a qualidade do investimento, da produção de bens e da prestação de serviços. · Prosseguir a instalação do sistema nacional da qualidade, para promover a segurança, economia, a eficiência e a competitividade. · Promover o estabelecimento de uma taxa que financie o sistema de segurança da aviação civil. · Promover um ambiente legal e laboral propício a competitividade 	<p>SECTOR PRIVADO:</p> <ul style="list-style-type: none"> · Incentivar o desenvolvimento do negócio de carga aérea. · Identificar oportunidades de financiamento do negócio da aviação civil. · Assegurar a manutenção e reforço dos mecanismos de redução de risco no acesso ao crédito, nomeadamente através da ratificação de acordos internacionais (v.g., Convenção de Cape Town) e que beneficiam o reconhecimento da capacidade do Estado de supervisionar a segurança da aviação civil. · Promover a redução dos custos de mão-de-obra especializada e a melhoria da produtividade através da formação e qualificação do pessoal. · Estabelecer mecanismos de acompanhamento das novidades e avanços no domínio das tecnologias, metodologias e soluções, com vista à modernização e evolução contínua da aviação civil. · Promover o aproveitamento das vantagens do conhecimento, experiência e recursos disponibilizados através da participação nas organizações associativas da aviação civil internacional, designadamente a IATA, a ACI, a CANSO e a IFALPA. · Promover o estabelecimento de parcerias para a melhoria da eficiência e da competitividade das empresas do sector.
<p>NAÇÃO GLOBAL:</p> <ul style="list-style-type: none"> · Promover a aplicação de um regime de obrigações de serviço público no transporte aéreo doméstico de passageiros. · Promover e desenvolver as relações de proximidade com os países vizinhos africanos, a nível institucional, através da CEDEAO e do Grupo do Acordo de Banjul, favorecendo um ambiente propício à actividade dos operadores nacionais no mercado africano de aviação civil. · Maximizar a ligação de Cabo Verde à Europa, África e às Américas, expandindo a presença dos operadores aéreos nacionais e explorando oportunidades de acesso a esses mercados. · Reforçar a diplomacia económica para apoiar a penetração e extensão das actividades comerciais dos operadores da aviação civil nos mercados europeu e americanos. · Incentivar a participação dos nacionais, residentes e na diáspora, nos aeronégócios. · Promover a imagem de Cabo Verde para atrair negócios. 	

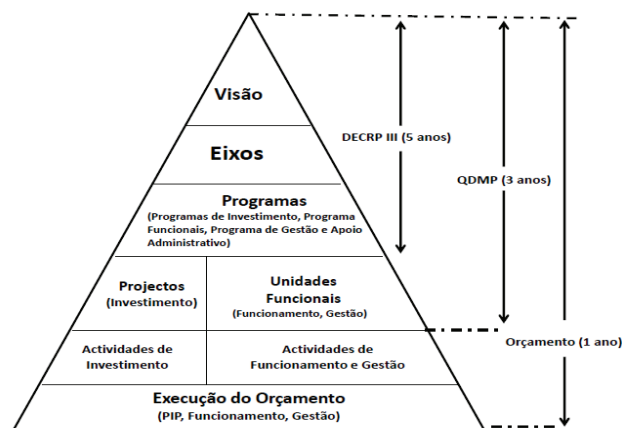
5 – Implementação e Programas do DECRP III

5.1 – Implementação do DECRP III

O DECRP III parte das experiências que já haviam sido implementadas em Cabo Verde na abordagem do orçamento de investimentos baseado em programas. A nova abordagem no entanto expande a metodologia do orçamento programático a todo o perímetro da despesa pública (funcionamento e investimento), e por conseguinte a arquitectura do DECRP III encontra-se baseada numa óptica programática total no intuito de enquadrar e otimizar a implementação nas diferentes fases do processo de planeamento. Os programas identificados no DECRP III são os mesmos programas a serem considerados no Quadro de Despesa de Médio Prazo (QDMP) e no Orçamento Geral de Estado (OGE) e assim os indicadores e as metas de cada programa permitem garantir a coerência plurianual do processo de planeamento. Adicionalmente, a óptica programática permitirá um acompanhamento dos programas do DECRP III através do Sistema de Seguimento e Avaliação.

A implementação do DECRP III sucede por objectivos a três níveis: DECRP, QDMP e OGE (Figura 5.1). Cada um destes níveis é enunciado pelo seu próprio objectivo e a respectiva concretização é verificada através de um sistema de indicadores e metas.

Figura 5.1 – Nova Estrutura Programática



A união dos orçamentos de investimento e funcionamento na óptica programática permite uma visão abrangente da totalidade das receitas e despesas do Estado, independentemente da sua origem ou aplicação. Na versão unificada do orçamento e conforme ilustrado na figura, é possível identificar três categorias distintas de programas:

1. Programas de Investimento;
2. Programas de Funcionamento ou Finalísticos;
3. Programas de Gestão e Apoio Administrativo.

Os programas de investimento são os que abrangem uma série de projectos que têm como objectivo central o incremento imediato da infra-estrutura ou capital fixo de um determinado sector. Estes programas têm um início e um fim e concorrem para um aumento quantitativo ou qualitativo dos serviços que vêm sendo prestados de forma rotineira.

Os programas finalísticos são aqueles que possibilitam a prestação dos serviços que são requeridos pela população de forma recorrente e contínua - saúde, educação, segurança, etc. O nome “finalístico” surge no âmbito da realização do fim das funções do Estado, que é o de prestar os serviços públicos necessários aos cidadãos.

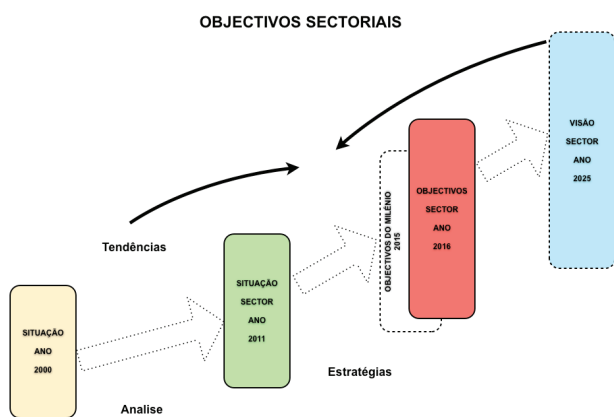
Por fim, os programas de gestão e apoio administrativo são os que fornecem os meios para que os programas de investimento e finalísticos possam ser executados. São actividades de natureza burocrática que não fornecem directamente serviços ao cidadão (“back office”).

O Quadro de Despesas de Médio Prazo (QDMP) e os Quadros de Despesa Sectorial de Médio Prazo (QDS-MP) constituem os principais instrumentos através dos quais o Governo toma as decisões em matéria de repartição e utilização dos recursos financeiros a nível de projecto e/ou unidades funcionais, facilitando o estabelecimento de um sistema de repartição dos recursos transparente e de acordo com as prioridades estratégicas do DECRP III. Ao QDMP cabe discutir e definir os limites de despesa (“plafonds”) para cada sector e para cada tipologia de programa. Também cabe ao QDMP articular os meios e as informações necessárias para definir as directrizes que devem ser observadas no processo de elaboração do orçamento anual.

Aos Orçamentos do Estado (OE) cabe, anualmente, atribuir a cada unidade orçamental os montantes de recursos necessários para que executem os seus programas, por intermédio de projectos e actividades, de forma a atingir as metas propostas. Nesse processo de planeamento-orçamento, o elo de ligação e articulação entre os vários níveis de planeamento é o programa, a ser processado no Sistema Integrado de Gestão Orçamental e Financeira (SIGOF) que permitirá uma agregação de orçamentos a vários níveis, na base de nomenclaturas normalizadas e de uma melhor identificação do circuito dos recursos públicos.

A definição dos indicadores sucede numa lógica top-down acompanhando o processo de planeamento, isto é: Visão, Eixos, Programas, Projectos/Unidades Funcionais e Actividades. O processo natural aponta a que inicialmente se defina um programa para logo proceder à definição dos projectos ou actividades finalísticas que constituem o programa. A definição dos indicadores a nível dos programas precede a definição dos indicadores dos projectos ou unidades funcionais. Este procedimento visa garantir o alinhamento e coerência dos indicadores nos vários níveis.

Figura 5.2 – Objectivos Sectoriais



A implementação e o seguimento e avaliação da estratégia serão realizados de acordo com a nova lógica programática. Ou seja, a implementação processar-se-á através dos planos de acção sectoriais e dos programas e projectos definidos nos QDMP e OGE a serem implementados no período de abrangência do DECRP III. O processo terá a intervenção de vários actores, nomeadamente o Ministério das Finanças e do Planeamento através da Direcção Nacional do Planeamento (DNP), o Sistema Estatístico Nacional, os ministérios sectoriais e respectivas estruturas desconcentradas, e as estruturas descentralizadas - Municípios, organizações da sociedade civil e o sector privado.

A lógica programática possibilita uma gestão centrada em resultados ao ligar os recursos alocados às metas dos indicadores de resultados esperados em cada programa. A apreciação do nível de execução do DECRP III não se fará somente no plano da execução financeira dos orçamentos, mas também em relação ao nível dos resultados atingidos e, mesmo da qualidade desses resultados. O processo de seguimento e avaliação deve ser entendido como um exercício contínuo, a ser alvo de um reforço progressivo e gradual. Uma abordagem modular e flexível permitirá produzir numa base regular relatórios de progresso da execução do DECRP III. O Governo dará continuidade à coordenação e participação dos parceiros de desenvolvimento junto do processo, convidando-os a participar activamente no seu desenvolvimento e a situar as respectivas intervenções e avaliações em torno das revisões anuais do DECRP III.

O objectivo do DECRP III requer um equilíbrio apropriado entre os programas de investimento que possibilitem o crescimento económico e os programas finalísticos centrados na redução da pobreza. Isto no sentido de possibilitar a concretização do objectivo de construir uma economia dinâmica, competitiva e sustentável, e cuja prosperidade seja partilhada por todos.

O equilíbrio apropriado diz respeito não somente ao nível de investimentos públicos e sua composição, mas também ao comportamento esperado dos investimentos privados. O acompanhamento do DECRP pelo sector privado e o engajamento deste na prossecução das metas traçadas afigura-se fundamental para o alcance dos objectivos definidos no Programa do Governo.

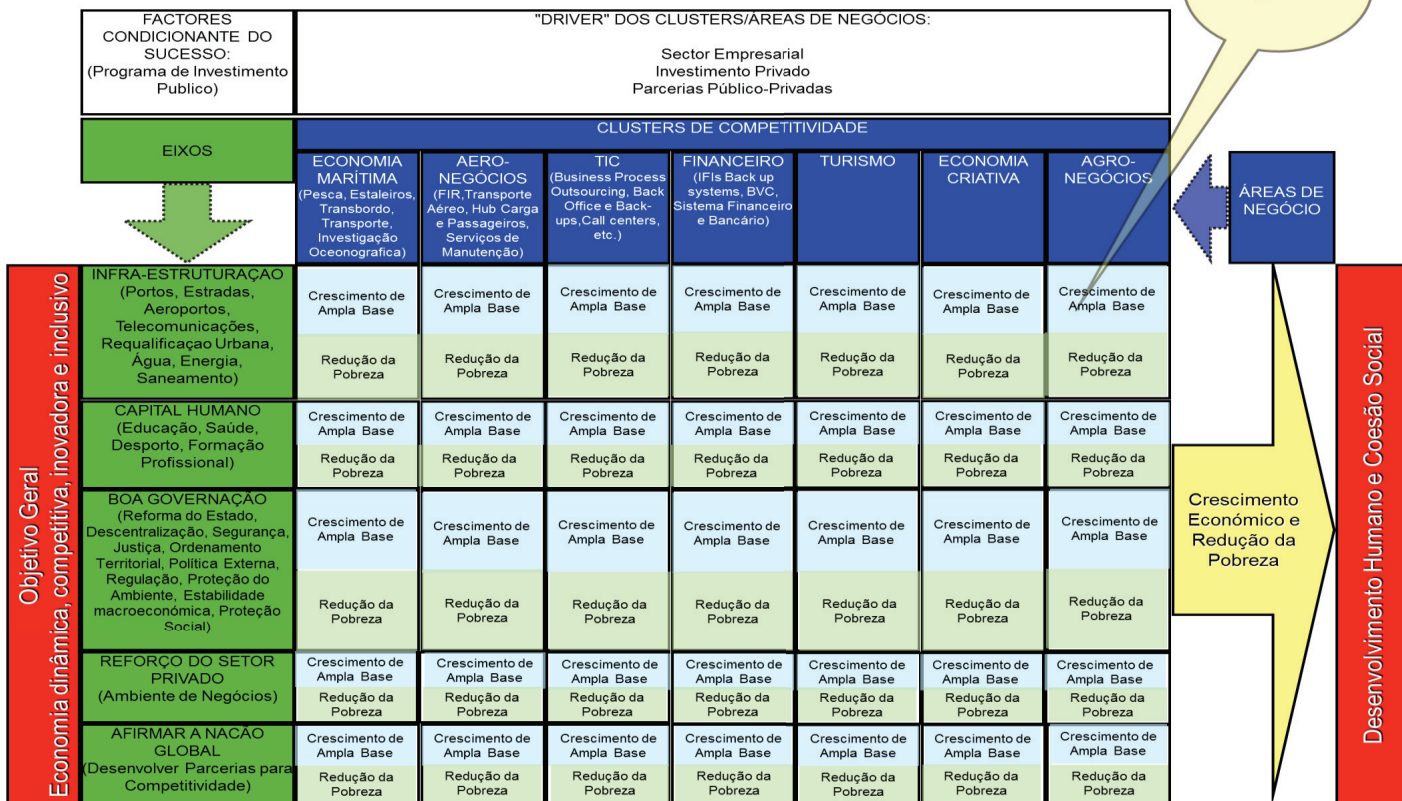
Os programas encaixam nos cinco eixos de intervenção estratégica que constituem, por sua vez, a substância da intervenção pública no domínio da estratégia de crescimento económico e combate à pobreza. O Quadro Lógico do DECRP descreve em síntese o alinhamento do Documento com a visão do Programa do Governo (Figura 5.3). O Quadro organiza as intervenções do Governo segundo os respectivos programas de investimento e finalísticos agrupados nos 5 Eixos Estratégicos e tendo em conta as prioridades na promoção dos 7 clusters de competitividade.

Os programas identificados vão procurar responder ao propósito de reduzir a pobreza através do crescimento económico inclusivo sem esquecer as camadas mais pobres da população não especificamente abrangidas pelo crescimento dos clusters. É importante lembrar que a programação dos recursos a serem alocados na fase do DECRP só considera o nível de “Programa”. O detalhe da alocação dos recursos ao nível de projectos unidades funcionais corresponde à elaboração do QDMP e OGE.

Figura 5.3 – Matriz Estratégica do DECRP III

MATRIZ ESTRATÉGICA DO DECRP III

Visão: Cabo Verde Centro Internacional de Prestação de Serviços



5.2 – Programas e Metas do DECRP III

Os seguintes subtópicos procedem a uma breve descrição das prioridades por eixo, remetendo no entanto para os quadros lógicos trabalhados em paralelo para uma exposição em maior detalhe dos objectivos e metas por programa finalístico e de investimento. A presente síntese de acções por eixo também não substitui a consulta dos respectivos documentos estratégicos sectoriais que conduzem a definição e condução de políticas específicas em mais detalhe e cujos objectivos estão reflectidos nos quadros lógicos.

A nova estratégia, contemplada no DECRP III, concretiza a aposta em investimentos no sector primário de forma significativa (construção de 17 barragens) e infra-estruturas portuárias (um porto moderno em cada ilha). Neste quadro, a dosagem apropriada no que diz respeito aos programas finalísticos visa a priorização da despesa recorrente na função educação, especialmente na formação técnico-profissional no sentido de alavancar no curto prazo os recursos humanos do sector primário, e também na educação pré-escolar no sentido de potenciar a melhoria do capital humano no longo prazo. A acção social escolar manter-se-á também como um dos vectores com vista a promover a equidade no acesso ao ensino independentemente do estrato socioeconómico do aluno.

Num cenário de lento crescimento económico mundial, a recuperação do sector turismo poderá ser tímida e portanto incapaz de absorver a crescente oferta de jovens a entrar no mercado de emprego. O sector terciário irá por isso manter a importância enquanto fonte de riqueza da economia cabo-verdiana sendo que, no entanto, o sector

primário deverá contribuir de forma mais significativa na geração de novos empregos, redução da pobreza e diminuição da desigualdade na distribuição do rendimento.

O equilíbrio óptimo entre programas de investimento e programas finalísticos nos diferentes sectores responde, em primeiro lugar, às características da pobreza em Cabo Verde. Tendo em conta que a pobreza extrema está concentrada no meio rural e que o desemprego tem maior incidência nas faixas etárias mais jovens, fica claro que o equilíbrio desejável deve conter um número de programas de investimento que visem apoiar o crescimento económico e incentivar a participação do investimento privado no sector primário por este sector ter uma maior elasticidade do que os sectores secundário e terciário na geração do emprego. Por outro lado, no que diz respeito à proporção ideal de programas finalísticos, a prioridade estará na educação técnico-profissional (e.g. técnicos agrícolas, hotelaria e informática) e desenvolvimento rural no sentido de assegurar o incremento da produtividade dos investimentos no sector primário.

A arquitectura do DECRP evidencia os programas que assumem um carácter prioritário no estabelecimento dos clusters que norteiam o crescimento económico, a geração de emprego e a redução da pobreza. Para o período do DECRP III, o Programa do Governo fixa como meta alcançar um crescimento robusto do PIB num ambiente de equilíbrio dos fundamentais da economia e controlo da inflação. Suportado numa economia dinâmica e forte crescimento do sector primário, o Governo trabalhará, em parceria com o sector privado, para continuar a reduzir o desemprego através da criação de postos de trabalho.

No âmbito da harmonização, alinhamento e eficácia da ajuda ao desenvolvimento segundo os princípios corporizados na Declaração de Paris e tendo em conta a oportunidade que se apresenta por ocasião da introdução do orçamento programático a todo o perímetro da despesa pública, importa que os parceiros de desenvolvimento conduzam a devida apropriação dos indicadores apresentados, especialmente em sede das convenções plurianuais de apoio ao orçamento a serem negociadas no quadro do apoio ao DECRP III. Desde já, a concepção da nova matriz conjunta de apoio orçamental deverá nascer da selecção de um subconjunto de indicadores listados, consoante a lógica de seguimento sectorial que conste no respectivo programa de cooperação plurianual de cada parceiro. O seguimento anual e a avaliação dos indicadores de efeito e impacto da estratégia estarão ancorados à Agenda Estatística e garantidos pelo INE.

Quadro 5.1 – Indicadores e Metas Globais do DECRP III (Cenários Base e Alternativo)

Indicadores e Metas Globais do DECRP III							
Área/Metas	Indicador	Ano Base 2011	2012	2013	2014	2015	2016
1. População							
Base	Efectivo da população	495,070	498,424	501,513	504,295	506,746	508,858
Alternativo		495,070	498,424	501,513	504,295	506,837	509,133
2. Crescimento Económico							
Base	Taxa de Crescimento Anual do PIB real (%)	4.0	3.4	3.1	4.3	4.8	5.2
Alternativo		4.0	4.6	4.8	5.5	5.5	6.5
3. Crescimento Económico Per Capita							
Base	Taxa de Crescimento Anual do PIB real per capita (%)	3.8	3.3	2.8	2.5	3.8	4.4
Alternativo		3.8	3.9	4.2	4.0	4.5	5.9
4. Pobreza							
Base	Índice de incidência da pobreza (%)	22.5	24.6	24.0	22.4	21.2	20.2
Alternativo		22.5	24.6	24.0	21.8	20.3	18.8
5. Pobreza Extrema							
Base	Índice de incidência da pobreza extrema (%)	12.0	11.6	11.5	11.0	10.6	10.2
Optimista		12.0	11.6	11.5	10.9	10.3	9.8
6. Desemprego							
Base	Taxa de Desemprego (%)	12.2	12.0	11.9	11.6	11.0	10.8
Alternativo		12.2	12.0	11.9	10.2	8.6	7.6
7. Desigualdade							
Base	Índice de GINI	45.7	45.2	45.3	45.4	45.7	46.1
Alternativo		45.7	45.2	45.3	45.3	45.5	45.7

Fontes: DNP, Modelo DECRP III

5.2.1 Programas do EIXO I: Infra-estruturação

Os programas abrangidos no DECRP III para o desenvolvimento das infra-estruturas englobam um conjunto de sectores cujos serviços têm impacto directo na qualidade de vida das famílias e na produtividade e competitividade da actividade económica do país. O Eixo é composto por 18 programas (6 finalísticos e 12 de investimento) agrupados em sete funções: 1) Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento; 2) Água e Saneamento; 3) Energia e Mineração; 4) Habitação, Urbanismo e Ordenamento do Território; 5) Transportes. Todos têm um contributo decisivo à dinamização dos clusters de competitividade considerados prioritários, nomeadamente Agro Negócios, Economia Marítima e Turismo. Os programas de infra-estruturação das funções Educação, Saúde e Agricultura não foram considerados no eixo I e formam parte dos eixos Capital Humano e Reforço do Sector Privado para facilitar o seguimento estratégico de seus respectivos eixos e funções. Os indicadores e metas do eixo para o período de implementação do DECRP III são as seguintes:

Quadro 5.2 - Indicadores e Metas Globais do Eixo Infra-estruturação

Indicadores e Metas do EIXO I: Infra-estruturação							
Área/Metas	Indicador	Ano Base 2011	2012	2013	2014	2015	2016
1. ÁGUA							
a. Agrícola		28	31	34	36	38,5	57
b. Distribuição de água potável							
b.1. % ligados a rede pública	% de domicílios ligados à rede pública de distribuição de água	57,0	59,9	62,9	66,0	69,3	72,8
b.2. % fonte melhorada água potável	Percentagem da população que utiliza uma fonte melhorada de abastecimento de água (exceptando auto tanque e outra fonte)	83,4	84,3	85,1	86,0	86,8	87,7
c. Dessalinizada	Quantidade de água dessalinizada produzida (milhões de metros cúbicos)	5,4	7,3	9,0	10,9	12,7	12,7
2. ENERGIA							
a. Rede de Electricidade	% de alojamentos com ligação à rede pública de distribuição de electricidade	84,0	87,1	90,4	93,6	96,9	100,0
b. Acesso a Electricidade	% de população que tem acesso a electricidade	84,0	87,0	89,9	92,9	95,9	98,8
c. Geração de Electricidade	Produção de energia eléctrica (MegaWh)	325.421	335.184	345.239	355.596	366.264	377.252
d. Consumo Gás para Cozinha	Proporção da população que utiliza o gás como principal fonte de preparação dos alimentos	70,7	71,2	71,8	72,4	72,9	73,5
e. Geração Energia Alternativa	Produção de energia eléctrica alternativa (MegaWh)	33,5	35,0	37,5	39,0	41,5	41,5
3. HABITAÇÃO, URBANISMO E ORDEN. TERRIT.							
a. Casas Entregues	número de casas entregues no âmbito dos programas do DECRP-III	146	147	1.765	3.615	3.622	277
b. Casas Reabilitadas	número de casas reabilitadas no âmbito dos programas do DECRP-III	--	60	250	300	300	450
4. SANEAMENTO							
a. Rede de Esgoto	% de alojamentos ligados à rede de esgoto	20,4	21,4	22,4	23,4	24,5	25,5
b. Fossa Séptica	% alojamentos ligados à fossa séptica	47,7	48,1	48,4	48,7	49,1	49,4
c. Instalação Sanitária Melhorada	Percentagem da população que utiliza instalações sanitárias melhoradas	67,2	71,2	74,8	77,8	80,5	82,9
d. Recolha Resíduos Sólidos	% agregados familiares que usam um sistema de recolha de lixo de forma adequada (carro de lixo, contentar)	73,0	73,9	74,8	75,7	76,6	77,6
5. TRANSPORTES RODOVIARIO							
a. Estradas Totais	Kms. estradas	437	561	700	957	1057	1057
b. Estradas Pavimentadas	Kms. de estradas pavimentadas	207	207	224	270	310	345
6. TRANSPORTE MARITIMO							
a. Passageiros	Número de passageiros de transporte marítimo	838.490	877.899	919.160	962.361	1.007.592	1.054.949
b. Carga	Carga mobilizada no transporte marítimo	828.987	869.607	912.218	956.917	1.003.806	1.052.992
7. TRANSPORTE AEREO							
a. Doméstico	Número de passageiros de voos domésticos	434.385	456.104	478.909	502.855	527.998	554.398
b. Internacional	Número de passageiros de voos domésticos	458.647	486.166	515.336	546.256	579.031	613.773

Desde logo, a questão do transporte surge como uma forte prioridade tendo em conta a condição arquipelágica do país e a importância de integrar e ligar os agentes económicos produtores e fornecedores de bens e serviços com os centros de consumo. O provimento de um sistema de transportes intermodal devidamente articulado e integrado e que possibilite serviços fiáveis de qualidade e com segurança é condição necessária para o desenvolvimento de todos os clusters. O DECRP III aposta nesta área em importantes investimentos desde logo em:

- Desenvolvimento de portos internacionais mais competitivos e adaptados às necessidades de desenvolvimento do transporte inter-ilhas e da internacionalização da economia, isto é, devidamente equipados com capacidade de logística satisfatória para carga e passageiros (destacando-se os investimentos em rampas roll-on e roll-off). Acresce referir os investimentos para aumento da segurança marítima, nomeadamente através da instalação do Sistema de Gestão de Tráfego de Navios e de outros instrumentos de apoio e suporte à monitoria das zonas marítimas;
- Consolidação e desenvolvimento de aeroportos modernos que assegurem os padrões mais exigentes de segurança, eficiência e conforto, e com especial atenção às exigências que uma crescente procura turística vão aportar para o desenvolvimento destas infra-estruturas;
- Desenvolvimento de infra-estruturas rodoviárias que garantam a circulação em cada ilha de pessoas e mercadorias em condições de segurança e conforto contribuindo assim decisivamente para o acesso das populações a serviços e mercados. A conservação do património rodoviário existente via a implementação de um sistema eficiente, transparente e sustentável para a gestão e manutenção da rede de estradas principais e locais, através da consolidação do Instituto de Estradas, é também fundamental.

Ainda na função transportes e de uma forma transversal, importa referir o plano de acção para o desenvolvimento do transporte inter-ilhas cujo objectivo passa por realizar reformas profundas de políticas estruturais e regulatórias, de forma a reduzir a burocracia e os encargos do sector dos transportes, fomentar a qualidade de serviço e proteger melhor os utentes. Estas reformas visam também facilitar a programação entre os diferentes meios de transportes.

No que toca à mobilização de recursos hídricos, que inclui a construção de barragens, diques, furos e reservatórios e o desenvolvimento das respectivas redes de adução, pretende-se que os programas associados criem condições para um incremento da produção agrícola e pecuária. A melhoria da gestão destes recursos e o respectivo ordenamento das bacias hidrográficas possibilitará um aumento da produtividade e o desejado impacto no aumento do rendimento e conseqüente redução da pobreza especialmente no meio rural. Para esse efeito, os programas estão em sintonia com os objectivos preconizados no Programa de Governo e estratégias sectoriais – Plano Nacional de Investimento Agrícola (Dezembro de 2010) e Plano Estratégico para o Desenvolvimento Agrícola (2005 - horizonte 2015).

Outro desafio fundamental no eixo é a melhoria do fornecimento de energia. A pouca fiabilidade e o alto custo do serviço representam constrangimentos sérios à competitividade e produtividade da economia. Em total convergência com os objectivos sectoriais preconizados na Estratégia e Plano de Acção Cabo Verde 50% renovável em 2020, os programas de energia do DECRP III providenciam uma abordagem multidimensional que aposta no aumento da capacidade de produção (com especial enfoque em fontes de energia renovável), melhoria do armazenamento e distribuição. A consolidação das reformas institucionais no sector, incluindo a conclusão do processo de reestruturação e de reengenharia da Electra

com vista entre outros à redução de perdas e aumento da qualidade de serviço, constituem também iniciativas prioritárias para ultrapassar o problema.

No sector da habitação, fundamental na luta contra a pobreza e na promoção de inclusão social, a dimensão dos desafios exigem respostas contundentes e decididas. O Governo, através da implementação do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social e especificamente o Programa Casa para Todos, propõe-se a reduzir em 20 por cento o défice habitacional quantitativo e na mesma percentagem o défice habitacional qualitativo, participando na construção e nos apoios à aquisição de habitação própria de até cerca de 8155 fogos habitacionais e contribuindo para a reabilitação de mais de 15 mil moradias. Os programas afectos a esta função, que buscam o forte envolvimento dos Municípios, pretendem actuar também no plano da sensibilização e introdução de técnicas para uma construção ambientalmente sustentável e devidamente enquadrada na ordem jurídica de ordenamento territorial e urbanismo.

Os investimentos no sector de água e saneamento, conjugados com a profunda reforma institucional de governação preconizada na Carta de Políticas⁴¹ para o sector, constituem também uma âncora para a melhoria do acesso seguro a fontes de água potável, melhoria das condições de higiene e de gestão dos resíduos sólidos. Os programas correspondentes a esta função corporizam as metas associadas à reestruturação prevista, apostando na criação da Agência Nacional de Águas e Saneamento e criação de sociedades intermunicipais para melhorar a prestação de serviços, reduzir as perdas na distribuição e alavancar a gestão dos recursos hídricos para os diversos fins. A prossecução das metas contempladas na reforma neste domínio é condição necessária para que Cabo Verde consiga atingir o Objectivo de Desenvolvimento do Milénio associado.

⁴¹New institutional direction for the water and sanitation sectors – Carta de Políticas - August 2011.

Quadro 5.3 – Resumo dos programas finalísticos e de investimento do eixo infra-estruturas 2012 - 2016

EIXO	FUNCAO	CAT	#	PROGRAMA	VALOR 2012-2016
I. INFRA - ESTRUTURACAO					
<i>FINALISTICOS</i>					
	AGUA E SANEAMENTO	DISTRIBUICAO DE AGUA SANEAMENTO URBANO	1	MELHORIA DE GESTAO DOS RECURSOS HIDRICOS	538.903.202
	ENERGIA E MINERACAO	ENERGIA ELETRICA	2	MELHORIA DA QUALIDADE DO SANEAMENTO BASICO	36.600.000
	HABITACAO, URBANISMO E ORDENAMENTO DO TERRITORIO	HABITACOES URBANAS	3	MELHORIA DE INFRA-ESTRUTURAS DE PRODUCAO ARMAZENAMENTO E DISTRIBUICAO DE ENERGIA	86.022.166
	TRANSPORTES	TRANSPORTE RODOVIARIO	4	PROMOCAO E REABILITACAO DA HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	1.038.010.053
			5	MELHORIA DA QUALIDADE DAS INFRAESTRUTURAS RODOVIARIAS	2.844.319.156
	TOTAL FINALISTICOS		6		57.093.672.826
<i>INVESTIMENTO</i>					
	AGRICULTURA, PECUARIA, PESCA E ABASTECIMENTO	ENGENHARIA RURAL E FLORESTAL	1	MOBILIZACAO DE AGUA E ORDENAMENTO DE BACIAS HIDROGRAFICAS	6.520.996.200
		PRESERVACAO E CONSERVACAO AMBIENTAL	2	MOBILIZACAO DE AGUA E ORDENAMENTO DE BACIAS HIDROGRAFICAS	53.563.116
	AGUA E SANEAMENTO	DISTRIBUICAO DE AGUA	3	INFRAESTRUTURAS DE PRODUCAO, TRANSPORTE E DISTRIBUICAO DE AGUA DESSALINIZADA	286.228.169
			4	MOBILIZACAO DE AGUA E REFORCO DA CAPACIDADE DE ABASTECIMENTO PUBLICO	5.311.780.371
	ENERGIA E MINERACAO	SANEAMENTO URBANO ENERGIA ELETRICA	5	PROMOCAO E DESENVOLVIMENTO DO SANEAMENTO BASICO	823.566.000
		ENERGIAS ALTERNATIVAS	6	INFRA-ESTRUTURAS DE PRODUCAO ARMAZENAMENTO E DISTRIBUICAO DE ENERGIA	9.941.337.553
	HABITACAO, URBANISMO E ORDENAMENTO DO TERRITORIO	HABITACOES URBANAS	7	PROMOCAO DO USO DE ENERGIA ALTERNATIVAS E EFICIENCIA ENERGETICA	1.237.527.892
	TRANSPORTES	PORTOS TRANSPORTE AEREO TRANSPORTE MARITIMO	8	CONSTRUCAO DE HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	2.364.596.979
			9	DESENVOLVIMENTO DAS INFRAESTRUTURAS PORTUARIAS	13.655.160.123
			10	DESENVOLVIMENTO DAS INFRAESTRUTURAS AEROPORTUARIAS	73.250.993
			11	DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA DE TRANSPORTES E SEGURANCA MARITIMA	298.518.596
		TRANSPORTE RODOVIARIO	12	DESENVOLVIMENTO DAS INFRAESTRUTURAS RODOVIARIAS	6.852.517.273
	TOTAL INVESTIMENTO				47.419.043.265

5.2.2 Programas do EIXO II: Capital Humano

O eixo Capital Humano é constituído por 35 programas, sendo 22 de carácter finalístico e 13 de cariz de investimento. A priorização das despesas orçamentais para as funções da educação; saúde; cultura lazer e desporto; justiça, cidadania e juventude; e trabalho e protecção social favorecem a qualificação do capital hu-

mano, condição necessária para o crescimento económico e aumento da produtividade. Para que este crescimento ocorra numa base de equidade, a alocação dos recursos financeiros nestes sectores procurará ter particular impacto nos estratos da população mais vulneráveis, em particular jovens e mulheres. Os indicadores e metas do eixo para o período de implementação do DECRP III são as seguintes:

Quadro 5.4 - Indicadores e Metas Globais do Eixo Capital Humano

Indicadores e Metas do EIXO II: Capital Humano

Área/Metas	Indicador	Ano Base 2011	2012	2013	2014	2015	2016
1. EDUCAÇÃO							
a1. Taxa Alfabetização da população de 15 ou mais anos	Taxa de alfabetização da população de 15 ou + anos por sexo - Total	83.6	84.4	85.2	86.0	86.8	87.6
-Masculino	MASC	88.9	89.4	89.9	90.4	90.9	91.4
-Feminino	FEM	78.4	79.5	80.5	81.6	82.6	83.7
a2. Taxa Alfabetização dos 15 aos 24 anos	Taxa de alfabetização da população dos 15 aos 24 anos por sexo - Total	97.1	97.2	97.4	97.6	97.7	97.9
-Masculino	MASC	96.4	96.6	96.7	96.9	97.0	97.2
-Feminino	FEM	97.6	97.8	97.9	98.1	98.3	98.5
b. Ensino Básico (EB)							
-Taxa Líquida de Escolarização	Taxa líquida de escolarização no EB por sexo	95.4	95.4	95.5	95.6	95.6	95.7
c. Ensino Secundário (ES)							
-Taxa Líquida de Escolarização	Taxa líquida de escolarização no ES por sexo	56.0	56.2	56.4	56.7	56.9	57.2
d. Abandono no Secundário							
- Taxa de Abandono	Taxa de Abandono Ensino Secundário	7.0	6.7	6.4	6.2	5.9	5.6
2. SAÚDE							
a. Mal Nutrição em crianças menores de 5 anos	Percentagem de crianças menores de 5 anos com mal nutrição	9.1	8.9	8.7	8.5	8.3	8.1
b. Acesso a Saúde Básica	% população com acesso à saúde básica (vivem a menos de 30 minutos de uma estrutura de saúde)	86.0	87.2	88.4	89.6	90.8	92.0
c. Mortalidade Infantil	taxa de mortalidade infantil (por mil)	14.9	17.4	16.7	16.0	15.4	14.8
d. Mortalidade Materna	taxa de mortalidade materna (por cem mil)	25.8	24.7	23.8	22.8	21.9	21.0
e. VIH SIDA	taxa de transmissão vertical do VIH (PTV)	10.0	6.0	5.0	3.0	3.0	0.0
f. Esperança de vida	esperança de vida Homens (anos)	69.9	70.3	70.7	71.1	71.5	71.8
	esperança de vida Mulheres (anos)	79.2	79.4	79.5	79.7	79.9	80.0
g. Médicos/Habitante	rácio médicos por habitante	5.2	5.2	5.3	5.5	5.8	6.0
h. Enfermeiros/Habitante	rácio enfermeiros por habitante	10.6	10.6	12.0	14.0	16.0	18.0
i. Habitantes/Cama	rácio habitantes por cama hospitalar	675.0	688.5	702.3	716.3	730.6	745.3
j. Crianças com vacinação completa	Taxa de cobertura vacinal em menores de 1 ano (DTC3)	94.0	94.0	97.0	98.0	98.0	98.0
3. DESPORTO							
a. Agentes desportivos formados	Número de agentes	125.0	125.0	169.0	213.0	256.0	300.0
b. Competições educativas	Número de competições organizadas (militares, universitárias e escolares)	4.0	4.0	5.0	6.0	7.0	8.0
4. EDUCAÇÃO SUPERIOR							
a. Estudantes Registados	Número de estudantes registados	13,417	15,027	16,529	17,852	18,923	19,679
b. Estudantes no último ano de curso	% de estudantes no último ano em relação ao número total de inscritos	60.0	60.0	62.0	65.0	68.0	70.0
5. FORMAÇÃO PROFISSIONAL							
a. Estudantes Registados	Número de estudantes matriculados	2,380	1,360	2,000	3,600	3,600	3,600
b. Inserção no Mercado de Trabalho	Proporção de inscritos nos Centros de Emprego e Formação Profissional durante mais de um ano	66	45	50	55	58	60
6. GÉNERO							
a. Violência contra mulheres	Percentagem de Processos de Violência Baseada no Género resolvidos	28.3	30.3	33.0	36.0	38.0	40.0
b. Mulher/Homem no Ensino Primário	Rácio raparigas/rapazes no ensino primário	0.9	0.9	0.9	0.9	0.9	1.0
c. Mulher/Homem no Ensino Secundário	Rácio raparigas/rapazes no ensino secundário	1.2	1.2	1.1	1.1	1.1	1.1
d. Mulher/Homem no Ensino Superior	Rácio raparigas/rapazes no ensino superior	1.4	1.3	1.3	1.2	1.2	1.1
7. CULTURA							
a. Museus criados	Número de museus criados	5.0	5.0	4.0	4.0	4.0	4.0
8. PROTECÇÃO SOCIAL							
a. População no INPS	Percentagem da População total que beneficia de uma protecção social no quadro do regime contributivo (INPS)	35.5	36.4	37.3	38.2	39.1	40.0
b. Empresas inscritas no INPS	Percentagem de empresas inscritas no INPS	37.0	38.0	39.0	40.0	41.0	42.0
c. População com Pensão Social	Número de beneficiários de uma pensão social	21,889	21,252	21,252	21,252	21,675	21,141
d. População activa no Sistema de Pensões	Percentagem da população economicamente activa que contribui para o sistema de pensões	33.7	34.8	35.8	36.9	37.9	39.0

Na última década a prioridade do Governo incidiu maioritariamente no desenvolvimento da infra-estrutura de educação e saúde assim como o reforço das actividades de alfabetização nas zonas mais pobres. Cabo Verde dispõe agora de estabelecimentos de ensino secundário em todos os Municípios. Existem actualmente também diversos centros de formação técnica e profissional e uma Universidade pública. O sistema de saúde conta também com hospitais regionais funcionais e centros de saúde na maioria dos Municípios.

Apesar da evolução positiva em muitos indicadores de desenvolvimento no plano do Capital Humano, a qualidade e equidade dos serviços de educação e saúde necessitam de esforços adicionais. Neste quadro, o DECRP III concretiza a evolução no plano das prioridades ao assumir uma mudança no sentido da melhoria da qualidade de prestação de serviços ao invés do desenvolvimento das infra-estruturas. Em decorrência da mudança de prioridades, as despesas em programas finalísticos tomam natural precedência e relevância em comparação com as despesas em programas de investimento.

A educação é fundamental para a redução de pobreza. Diversos estudos empíricos demonstram que a probabilidade de ser pobre aumenta em relação inversa ao nível de instrução. A melhoria da qualidade de educação tem por isso um papel fundamental no DECRP III e um impacto transversal em todos os clusters de competitividade.

Com vista a alcançar os objectivos preconizados, o DECRP III contempla de forma prioritária os programas finalísticos de melhoria da qualidade do ensino básico e secundário em conjunto com os programas de desenvolvimento do ensino técnico e profissional e reforço do pré-escolar. O objectivo passa por criar as condições para que a escolaridade obrigatória seja de doze anos e para o alargamento a todo o território nacional de creches e jardins infantis. A visão é de assegurar a melhoria da qualidade do ensino desde o pré-escolar até ao ensino técnico e profissional e ensino superior, implantando controlo de qualidade em todo o sistema. No plano do pré-escolar, aponta-se a uma reestruturação que melhore a qualidade e aumente a taxa de cobertura assim como a um programa de educação parental. As medidas associadas no plano do ensino básico passam por melhorar as condições institucionais e pedagógicas, assim como proceder à necessária revisão curricular. Destaca-se também a forte ênfase em novas tecnologias de informação e comunicação com vista a enriquecer a experiência educativa do Ensino Básico através do projecto “Mundu Novu” - um computador para cada professor e para cada aluno. O esforço incidirá também na governação e regulação do sector através da regulamentação das respectivas lei de bases e revisão e optimização da orgânica do Ministério da tutela.

No que respeita ao ensino secundário, o objectivo passa por privilegiar a aquisição de técnicas de aprendizagem que favoreçam uma base sólida de línguas, tecnologias e ciências. Adicionalmente, a forte articulação com a formação profissional e a necessária reformulação da estrutura curricular de cada um dos ciclos de ensino

superior à luz do reforço do alinhamento com a agenda de competitividade, constituem também prioridades. Especificamente sobre o ensino superior, atendendo ao crescimento exponencial da oferta e frequência de alunos neste nível em Cabo Verde – o número de estudantes por 100.000 habitantes passou de 164 em 2001 para 2364 em 2011 -, urge agora construir mecanismos de credenciação e de avaliação da qualidade da oferta, assim como formação e capacitação de docentes, com vista a garantir que os alunos ganham as devidas competências que os cursos advogam.

O Governo tem adoptado uma política de valorização progressiva dos recursos humanos provenientes de uma população jovem e dinâmica. A necessidade de qualificação de mão-de-obra é uma condição para poder estimular a instalação de empresas e conseqüente dinamização do mercado de emprego. É necessária uma aposta forte e decisiva na qualificação da educação, no alargamento e na diversificação da oferta de novas áreas de ensino técnico profissional (agro negócios, economia marítima, ambiente, saúde, energias renováveis e turismo) e da formação profissional, assim como a adequação/adaptação de mais escolas secundárias de via geral com ofertas em áreas de ensino técnico profissional, de modo a adequar o perfil formativo do país às reais necessidades do mercado de trabalho. A formação profissional será encarada de forma a priorizar a formação de técnicos nas áreas de hotelaria e agricultura, agro-negócios e economia marítima, em convergência com as áreas de competitividade identificadas na economia. A formação para o empreendedorismo e inovação será também uma vertente importante atendendo à importância que a criação de novos negócios tem para a revitalização contínua da competitividade do tecido empresarial do país.

Os programas na área da acção social escolar constituem um vector fundamental na política de educação uma vez que visam criar as condições para que todos os estratos populacionais, independentemente da condição socioeconómica, tenham condições de frequentar o sistema educativo. Procura-se para esse efeito a aplicação do regime de gratuidade na escolaridade obrigatória através de um sistema de apoios e complementos que possibilite o cumprimento integral da escolaridade obrigatória e a frequência de outros escalões de ensino. A cobertura total das cantinas escolares e de iniciativas de saúde escolar no ensino básico e correspondente extensão progressiva ao pré-escolar, assim como a concessão de bolsas de estudo a estudantes do ensino secundário, superior e técnico profissional, concorre também para aumentar a frequência e retenção de alunos no sistema educativo. Acresce também referir o programa de reforço da educação especial, que aponta a que mais instituições de ensino em mais concelhos possam acomodar alunos com necessidades educativas especiais.

Não obstante a priorização da vertente finalística de melhoria da qualidade da educação, mantém-se a construção e reabilitação de escolas, especialmente no ensino secundário. Nesta sentido, está em curso a

construção das Escolas Secundárias do Tarrafal de São Nicolau, da ilha do Maio, dos Mosteiros e Ponta Verde na ilha de Fogo e está em curso os preparativos para a construção do Complexo Educativo de Santa Maria na ilha do Sal, bem como a Escola de Formação de Professores do Ensino Básico de Santa Catarina. De igual modo, os projectos para a reabilitação e ampliação das Escolas Secundárias do paul, da Boa Vista e da Brava estão em fase final de elaboração, assim como a Escola de Formação de professores do Ensino Básico do Mindelo. Os investimentos vão adicionalmente incidir na capacitação das infra-estruturas do ensino superior com valências para investigação e no desenvolvimento e melhoria do parque de escolas do ensino Básico, no quadro da implementação do alargamento da escolaridade básica para 8 anos.

Na área da saúde, é possível aferir que a população cabo-verdiana tem assistido a uma diminuição gradual das doenças transmissíveis que, no entanto ainda persistem e por tendência crescente do peso das doenças não transmissíveis. As principais prioridades para o sector estão centradas na promoção da saúde materno-infantil, na vigilância integrada das doenças com potencial endémico, e na luta contra as doenças não transmissíveis. Estas linhas de orientação devem ser apoiadas pela estruturação do sistema de saúde e pelo desenvolvimento dos recursos humanos. A promoção da equidade no acesso a serviços de saúde por parte dos cidadãos constitui, igualmente, um pilar fundamental nas opções políticas do Governo.

O DECRP III aponta a continuar a solidificar os avanços de anos recentes. Desde logo uma das prioridades passa por alocar recursos ao desenvolvimento e capacitação da rede de atenção primária de saúde (centros, postos e sedes de delegacia de saúde). O desenvolvimento da rede, no plano das infra-estruturas e também da capacitação dos recursos humanos afectos, é importante para consolidar uma rede de resposta contínua de primeira linha e que complementa e alivia a pressão sobre a rede hospitalar. Outro dos aspectos fundamentais passa também por melhorar a acessibilidade aos medicamentos através de medidas para desenvolver o sector farmacêutico, procurando assim garantir acesso a fármacos seguros e eficazes para toda a população.

Os principais desafios que permanecem passam por melhorar a qualidade dos serviços prestados aos cidadãos e respectivo atendimento, promovendo, para isso, a implementação de modelos de gestão de qualidade total, nomeadamente pela melhor utilização das infra-estruturas existentes, a qualificação dos profissionais, e a criação de condições para a formação de médicos no país, sem descurar a sustentabilidade financeira do sistema nacional de saúde.

Em suma, o processo de reforma da saúde de Cabo Verde visa a materialização dos grandes objectivos do sector, nomeadamente: i) promoção de uma maior equidade nas oportunidades e nas prestações descentralizadas de cuidados de saúde, e reforço do conteúdo funcional das instituições de saúde; ii) garantia da qualidade técnica

crescente dos cuidados; iii) melhoria do acesso aos serviços, da humanização no atendimento e da satisfação do utente; iv) melhoria do desempenho do serviço nacional e da gestão dos recursos de saúde, com reforço da descentralização nas delegacias de saúde e regiões sanitárias, assim como uma maior diferenciação do nível central de prestação e de gestão.

No que respeita à promoção da prática do desporto, o DECRP III apostará em programas que vão construir e reabilitar infra-estruturas desportivas (principalmente no meio escolar), formar agentes desportivos e organizar competições de diversos escalões e modalidades. Procurar-se-á assim facilitar o acesso da população ao desporto fortalecendo os respectivos serviços públicos como forma de engajar a juventude para uma cidadania activa e saudável.

No campo da cultura e arte, o DECRP III incluirá programas que apontam à implementação do Plano Estratégico da Cultura (elaborado em 2011) que procura dinamizar de uma forma ampla todos os sectores que envolvem criação (artística ou intelectual), assim como os produtos e serviços ligados à fruição e difusão da cultura (museus, turismo cultural, património histórico, salas de espectáculo, etc.). A dinamização das economias criativas ganha ascendente até no âmbito da agenda de competitividade, na medida em que pode aportar ganhos substanciais no fortalecimento do valor acrescentado da actividade âncora da economia – turismo.

No que toca à protecção social e relativo ao eixo capital humano, destaca-se o programa afecto ao Ministério da Juventude, Emprego e Desenvolvimento dos Recursos Humanos e executado pelo Instituto Cabo Verdeano da Criança e Adolescente (ICCA) - organismo que exerce um papel fundamental de garante da protecção dos direitos e segurança das crianças e adolescentes em situação de risco, e sua posterior integração escolar, sociofamiliar e/ou profissional.

Apesar dos esforços prosseguidos, constata-se que muitas crianças e adolescentes continuam a enfrentar dificuldades económicas e sociais acrescidas. A pobreza e conseqüente agravamento das condições de vida condicionam a plena realização dos direitos e colocam estes grupos sociais em situação de risco e vulnerabilidade permanentes.

Atendendo à estrutura demográfica jovem de Cabo Verde, é imprescindível dispor de uma “safety Net” para este extracto da população. O objectivo do DECRP III passa por isso por expandir as actividades do ICCA de modo a abranger mais população neste segmento. Neste âmbito afigura-se fundamental o reforço das estruturas regionais de protecção e defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes, nomeadamente as delegações do ICCA, os Centros de Emergência Infantil, os Centros “Nos Kaza” – Crianças de/na rua, os Centros de Protecção e Reinserção Social, os Centros de Acolhimento Dia e todas as estruturas contempladas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, com vista à plena realização dos direitos associados.

Quadro 5.5 – Programas Finalísticos e de Investimento no Eixo Capital Humano 2012 - 2016

EIXO	FUNCAO	CAT	#	PROGRAMA	VALOR 2012-2016		
III. CAPITAL HUMANO							
<i>FINALISTICOS</i>							
	CULTURA, LAZER E DESPORTOS	DESPORTO COMUNITARIO	1	PROMOCAO DA PRATICA DE DESPORTO	2.000.000		
		DIFUSAO CULTURAL	2	MELHORIA DO ACERVO BIBLIOTECARIO, PATRIMONIAL E ARQUIVISTICO	374.172.551		
			3	PROMOCAO NACIONAL DAS ARTES	204.274.624		
	EDUCACAO		PATRIMONIO HISTORICO E ARTISTICO NACIONAL	4	MELHORIA DO ACERVO BIBLIOTECARIO, PATRIMONIAL E ARQUIVISTICO	38.425.387	
			APOIO AO EDUCANDO	5	ACAO SOCIAL E ESCOLAR	5.058.987.695	
			DESPORTO COMUNITARIO	6	PROMOCAO DA PRATICA DE DESPORTO	661.721.108	
			EDUCACAO BASICA	7	MELHORIA DA QUALIDADE DO ENSINO BASICO	15.356.287.443	
			EDUCACAO ESPECIAL	8	REFORCO DA EDUCACAO ESPECIAL	24.000.000	
			EDUCACAO PRE-ESCOLAR	9	REFORCO DA EDUCACAO PRE-ESCOLAR	41.286.708	
			ENSINO SECUNDARIO	10	MELHORIA DA QUALIDADE DO ENSINO SECUNDARIO	13.265.518.693	
			ENSINO SUPERIOR	11	FORMACAO E CAPACITACAO	4.004.416.178	
				12	MELHORIA DA QUALIDADE DO ENSINO SUPERIOR	398.072.021	
				13	DESENVOLVIMENTO DO ENSINO TECNICO E PROFISSIONAL	1.871.010.275	
	JUSTICA, CIDADANIA E JUVENTUDE SAUDE		ENSINO TECNICO E FORMACAO PROFISSIONAL	14	PROMOCAO DO EMPREGO E FROMACAO PROFISSIONAL	721.092.979	
			JUVENTUDE	15	PARTICIPACAO E REPRESENTACAO DOS JOVENS	561.910.876	
			ASSISTENCIA MEDICO- HOSPITALAR	16	PRESTACAO DOS CUIDADOS DE SAUDE NA REDE HOSPITALAR	8.349.055.561	
			ATENCAO PRIMARIA DE SAUDE	17	DESENVOLVIMENTO DO SECTOR FARMACEUTICO	1.163.486.742	
				18	PRESTACAO DOS CUIDADOS DE SAUDE NA REDE DE ATENCAO PRIMARIA	4.023.314.531	
				19	PROMOCAO DE SAUDE E INVESTIGACAO	175.044.945	
				20	REFORCO DA LUTA CONTRA SIDA	167.909.559	
			SUPORTE MEDICO ESPECIALIZADO	21	DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL	100.500.000	
	TRABALHO E PROTECAO SOCIAL	ASSISTENCIA A CRIANCA E AO ADOLESCENTE	22	MELHORIA DAS CONDICoes DE VIDA DAS CRIANCAS E ADOLESCENTES	531.184.950		
	TOTAL FINALISTICOS			23		57.093.672.826	
<i>INVESTIMENTO</i>							
	CULTURA, LAZER E DESPORTOS	PATRIMONIO HISTORICO E ARTISTICO NACIONAL	1	DESENVOLVIMENTO DAS INDUSTRIAS CRIATIVAS	27.046.916		
			2	VALORIZACAO DO PATRIMONIO CULTURAL E TURISMO	123.720.308		
EDUCACAO			3	REFORCO DA QUALIDADE DO SISTEMA EDUCATIVO E DESPORTIVO	540.751.974		
			4	CONSTRUCAO E REABILITACAO DE INFRAESTRUTURAS DESPORTIVAS	486.000.000		
			5	DESENVOLVIMENTO DE INFRAESTRUTURAS DE ENSINO BASICO	312.730.453		
			6	DESENVOLVIMENTO DE INFRAESTRUTURAS DE ENSINO SECUNDARIO	1.589.753.501		
			7	CONSOLIDACAO DO ENSINO SUPERIOR	144.871.152		
			8	INFRAESTRUTURAS DO ENSINO SUPERIOR	299.272.838		
			SAUDE	ASSISTENCIA MEDICO- HOSPITALAR	9	INFRA-ESTRUTURACAO DE REDE HOSPITALAR	311.043.001
				ATENCAO PRIMARIA DE SAUDE	10	INFRA-ESTRURACAO DE REDE DE ATENCAO PRIMARIA DE SAUDE	246.388.401
				SUPORTE MEDICO ESPECIALIZADO	11	DESENVOLVIMENTO DOS RECURSOS HUMANOS DE SAUDE	133.727.211
			TRABALHO E PROTECAO SOCIAL			12	SISTEMA INTEGRADO DE INFORMACAO PARA SAUDE
13	FORMACAO PROFISSIONAL DIRECCIONADA PARA O EMPREGO E INCLUSAO SOCIAL	1.715.954.384					
TOTAL INVESTIMENTO					6.041.260.139		

5.2.3 Programas do EIXO III: Boa Governação

A boa governação é uma necessidade básica para que qualquer transformação ocorra. No mundo actual, a transformação sustentável a longo prazo somente é possível com a presença de boas práticas de governação que facilitem a apropriação da política de redução da pobreza. O eixo de boa governação congrega todos os programas transversais e sectoriais que apontam a melhorar a quali-

dade de governação – cerca de 75 programas (45 finalísticos e 30 de investimento) que abarcam 16 funções de governação. Aqui constam os programas que pretendem implementar e avançar as reformas primordiais descritas em detalhe no capítulo 4. Neste eixo incluem-se também os programas de gestão e apoio administrativo para os diversos sectores (48 no total). Os indicadores e metas do eixo para o período de implementação do DECRP III são as seguintes:

Quadro 5.6 – Indicadores e Metas para o Eixo Boa Governação

Indicadores e Metas do EIXO III: Boa Governação

Área/Metas	Indicador	Ano Base 2011	2012	2013	2014	2015	2016
1. REFORMA DO ESTADO							
a. Relatório <i>Doing Business</i>	<i>Ranking no relatório de "Doing Business"</i>	129	119	122	119	116	110
b. Relatório <i>Competitiveness Report</i>	<i>Ranking no "world competitiveness report"</i>	117	119	120	121	122	123
c. Risco País	<i>Rating</i>	B	B	B	B	B	B
d. Reservas Internacionais Líquidas	<i>Reservas Internacionais Líquidas (milhões ECV)</i>	28,752	32,778	34,073	35,286	36,366	39,100
e. Défice Fiscal	<i>Percentagem do défice fiscal em relação ao PIB</i>	-7.3	-6.6	-7.4	-2.9	0.0	1.8
f. Receitas Tributárias	<i>Percentagem das receitas tributárias em relação ao PIB</i>	25.0	23.4	26.5	27.2	25.8	24.3
g. Inflação	<i>Taxa média anual de inflação</i>	4.5	2.4	2.5	2.6	2.5	2.5
h. Despesas Ambientais	<i>Percentagem de despesas ambientais no Orçamento do Estado</i>	0.9	0.4	1.0	1.2	1.3	1.4
i. Despesas Educação	<i>Percentagem das despesas de Educação no Orçamento do Estado</i>	5.1	5.0	5.4	5.9	6.5	7.2
j. Despesas de Saúde	<i>Percentagem das despesas de Saúde no Orçamento do Estado</i>	13	11	15	16	17	17
2. SEGURANÇA							
a. Crime Violento contra pessoas	<i>Percentagem das ocorrências de crimes violentos em relação ao total de crimes contra pessoas</i>	16.3	--	--	--	--	--
b. Crime Violento dos 16 aos 24 anos	<i>Taxa de variação anual das ocorrências de crimes violentos perpetuados por jovens de 16-24 anos</i>	0.0	-5.0	-5.0	-5.0	-5.0	-5.0
c. Crimes contra Património	<i>Variação anual de ocorrências de crime contra o património</i>	0.0	-2.0	-4.0	-4.0	-4.0	-4.2
d. Crimes Sexuais	<i>Taxa de evolução das ocorrências de crimes sexuais</i>	0.0	-3.0	-3.0	-3.0	-3.0	-3.0
e. Crime contra pessoas	<i>Variação anual de ocorrências de crimes contra pessoas</i>	0.0	-2.0	-2.0	-2.0	-2.0	-2.0
f. Força Policial	<i>Numero de agentes policiais por 10000 habitantes</i>	--	--	--	--	--	--
g. Acidentes Rodoviários	<i>Numero de mortos em acidentes rodoviários</i>	48	44	41	37	34	30
3. JUSTIÇA							
a. Processos Entrados	<i>Numero de processos crime entrados</i>	28463	--	--	--	--	--
b. Processos Transitados	<i>Percentagem de processos crime transitados</i>	63.0	--	--	--	--	--
c. Processos Concluídos	<i>Percentagem de processos crime resolvidos</i>	13.5	22	30	38	45	52
4. AMBIENTE							
a. Praias protegidas	<i>Número de praias protegidas</i>	20	20	33	50	65	70
b. Apanha de Areia	<i>% de areia origem legal</i>	75	75	80	85	90	100
5. TRABALHO E PROTECAO SOCIAL							
a. Desemprego Juvenil total	<i>Taxa desemprego nos jovens entre 15-24 anos por sexo- Total</i>	27.1	26.9	26.8	26.5	25.9	25.7
b. Desemprego Juvenil masculino	<i>Mas.</i>	22.1	21.9	21.9	21.6	21.1	21.0
c. Desemprego Juvenil feminino	<i>Fem</i>	33.5	32.9	32.8	32.4	31.6	31.3
d. Diálogo Social Sindicatos	<i>Taxa de sindicalização dos trabalhadores (%)</i>	18.9	--	--	--	--	--
6. ORDENAMENTO DO TERRITORIO							
a. Cadastros Informatizados	<i>Numero de cadastros informatizados</i>	0	0	0	1	1	2
7. DESCENTRALIZACAO							
a. Municípios com SIM	<i>Numero de Municípios com Sistema de Informação Municipal activo</i>	20	22	22	22	22	22

A agenda de reforma da Administração Pública do DECRP III contempla desde logo, no âmbito do Sistema Nacional de Planeamento (SNP) e especificamente na subcomponente de Seguimento e Avaliação, a adopção do orçamento baseado em resultados num contexto de planeamento estratégico. Pretende-se que este avanço, reflectido desde já na estrutura programática do DECRP III, contribua decisivamente para orientar a despesa pública numa lógica de gestão com base em resultados.

Adicionalmente, todas as grandes reformas no âmbito das finanças públicas, desde a bancarização do tesouro, o reforço na gestão da dívida, até ao reforço do sistema nacional de aquisições públicas, concorrem para o aumento da qualidade e eficiência da governação central e local.

Noutro plano, a racionalização das estruturas do Estado aposta em procurar sinergias e ganhos através da fusão/criação de distintas entidades da Administração

Central. Importa também alterar os valores que presidem à actuação dos diversos agentes da Administração Pública, investindo na cultura de excelência no trabalho e na produtividade com foco nas necessidades dos clientes/utentes, cidadãos e empresas. O Programa “Mudar para Competir” e a agenda da Reforma do Estado corporizam medidas neste sentido que procuram manter a boa dinâmica de reformas conducentes à melhoria do ambiente de negócios e correspondente melhoria da prestação dos serviços a todos os contrapartes da administração pública. A reforma e reforço do sistema de regulação, com o contributo importante do pilar de convergência técnico-normativa da Parceria Especial de Cabo Verde com a União Europeia, pretende elevar a qualidade e eficiência da supervisão económica e técnica em vários sectores económicos de Cabo Verde. O Sistema de Investimento Público, outro pilar do SNP, e as reformas preconizadas com vista à implementação de práticas melhoradas de avaliação e selecção de projectos de investimentos públicos, constitui também uma reforma prioritária tendo em conta o volume de despesa de investimento que o DECRP III contempla.

O Sistema Estatístico Nacional, terceira subcomponente do SNP, e especificamente a nova Agenda Estatística Nacional e a capacitação do INE enquanto actor central da produção oficial de estatísticas, constitui também uma prioridade fundamental com vista ao provimento, de forma regular e a todos os agentes económicos, do conjunto de informações necessárias para a avaliação do contexto socioeconómico. O INE terá também um papel fundamental no rastreio e acompanhamento de indicadores de seguimento e avaliação do DECRP III.

Sobre a temática de planeamento territorial, o DECRP III dará continuidade à regulamentação e aplicação dos normativos produzidos recentemente, encabeçados pela Directiva Nacional do Ordenamento Territorial, e dará procedência às reformas que apontam à melhoria do sistema de cadastro predial procurando o reforço da segurança jurídica nas transacções imobiliárias. Um sistema transparente e articulado de gestão territorial entre todos os actores envolvidos, com especial enfoque no papel dos Municípios, é condição necessária à indispensável melhoria do ambiente de negócios.

No que respeita à descentralização e ao reforço do municipalismo, o objectivo a alcançar é a busca de melhor eficácia na implementação de políticas públicas a todo o país, com qualidade e celeridade. Neste particular, a aposta é no contínuo ajuste do quadro legal aos novos desafios, mas também na mobilização de recursos humanos, tecnológicos (especialmente através da disseminação do Sistema de Informação Municipal) e financeiros para alavancar o desenvolvimento local e a capacitação da Administração Municipal no sentido de encontrar factores indutores ao desenvolvimento regional que potenciem os recursos de cada ilha.

As novas tecnologias de comunicação são hoje um pilar fundamental de qualquer economia de serviços e nesse sentido Cabo Verde não pode dissociar-se da aposta contínua na agenda de governação electrónica e de sociedade da informação tendo em conta os avanços

já concretizados nesta frente. Nesse sentido, o DECRP III dá continuidade à agenda através da solidificação, introdução e disseminação de novas tecnologias de informação em vários domínios, destacando-se com particular ênfase a educação e a melhoria da qualidade e eficiência da Administração Central e Local. O NOSI continuará a ser a âncora para a concretização da visão corporizada nos planos estratégicos associados – Plano Estratégico para a Sociedade de Informação (PESI) e Plano de Acção para a Governação Electrónica – e colaborará para materializar em Cabo Verde um centro de serviços nas TIC conforme descrito na agenda de competitividade.

A quantidade e importância dos programas afectos às funções segurança e justiça demonstram desde logo a forte aposta do DECRP III em melhorar a resposta nestas áreas. No plano da segurança interna, contemplam-se programas para a prevenção e repressão do crime nomeadamente a apreensão de armas ilegais, luta contra a delinquência juvenil e aumento da capacidade de combate a fenómenos de criminalidade organizada, especialmente de cariz urbano e mais violenta. A Polícia Nacional e a Polícia Judiciária vão ver as respectivas capacidades de intervenção e investigação reforçadas em linha aos objectivos propostos. A capacitação da vertente penitenciária através da construção e remodelação de infra-estrutura existente, formação de mais agentes penitenciários, assim como a promoção da integração social dos reclusos, serão também prioridades da função justiça. Procurar-se-á, através nomeadamente do recurso a meios tecnológicos, melhorar a celeridade e qualidade da resposta judicial em busca de uma maior eficácia no combate à criminalidade.

No plano da defesa nacional, a reforma e apetrechamento das Forças Armadas constituirá um reforço substancial para a garantia da segurança em domínios fundamentais tais como o patrulhamento e controlo da Zona Económica Exclusiva e a mitigação de riscos associados a fluxos e tráficos ilícitos. O reforço do número de horas de patrulhamento aéreo e marítimo com recurso a novos meios para a Guarda Costeira ganha especial relevo neste âmbito.

No que toca à governação ambiental, permanecem no horizonte importantes desafios. A articulação e implementação da segunda edição do Plano Nacional de Acção para o Ambiente entre a Administração Central e Municípios exigirá um aumento do nível de coordenação tendo em conta a importância de sustentar o equilíbrio ambiental face ao desenvolvimento económico desejado. O desenvolvimento dos clusters de competitividade não pode ser dissociado de medidas de salvaguarda dos recursos ambientais para benefício das gerações futuras. O DECRP III apostará por isso na implementação de programas de consolidação e requalificação ambiental com a elaboração dos correspondentes instrumentos de gestão (planos de gestão para áreas florestais, regulamentação das áreas protegidas, entre outros). O reforço do sistema de seguimento ambiental será também essencial para monitorar de forma regular a qualidade de vários parâmetros do sector e poder assim melhor informar o processo de tomada de decisão de políticas e medidas associadas.

O eixo contempla igualmente o reforço das capacidades endógenas de investigação e desenvolvimento em áreas críticas da agenda para a competitividade. Destaca-se neste âmbito a investigação ligada à pesca com vista ao melhor conhecimento e à utilização mais racional e sustentável dos recursos marinhos, e também a melhoria dos serviços de meteorologia e geofísica com vista à melhoria da modelização, previsão climática e mitigação dos riscos associados aos desastres naturais.

A promoção da equidade e igualdade do género continuará a encontrar no Instituto Cabo-verdiano para

a Igualdade e Equidade do Género o ponto nevrálgico para a implementação de políticas e actividades transversais. Pretende-se que o Instituto continue a apostar numa agenda ambiciosa com vista a conseguir mudanças qualitativas de comportamentos e atitudes face ao papel das mulheres no plano socioeconómico. A questão ganha relevância também na perspectiva da competitividade uma vez que os desafios do aumento da produtividade e crescimento económico só podem ser vencidos através da realização do pleno potencial contributo das mulheres à capacitação e desenvolvimento do capital humano do país.

Quadro 5.7 – Programas Finalísticos do Eixo Boa Governação 2012 - 2016

EIXO	FUNCAO	CAT	#	PROGRAMA	VALOR 2012-2016
II. BOA GOVERNACAO					
<i>FINALISTICOS</i>					
	ADMINISTRACAO	ADMINISTRACAO DO ESTADO ADMINISTRACAO GERAL	1	REFORCO DA PARTICIPACAO NA VIDA POLITICA	280.431.130
			2	MELHORIA DA QUALIDADE DOS RECURSOS HUMANOS	1.252.119
			3	MELHORIA DO SISTEMA DE AQUISICOES PUBLICAS	165.557.647
			4	REFORCO DA PARTICIPACAO NA VIDA POLITICA	80.229.504
			5	REFORCO DE COMPETENCIAS TECNICAS DO MFP	1.521.805.080
		ADMINISTRACAO LOCAL	6	GESTAO DO PROCESSO ELEITORAL	167.955.750
			7	MELHORIA DA DESCENTRALIZACAO E REFORCO DA	180.492.343
		COMUNICACAO SOCIAL	8	MELHORIA DA COMUNICACAO SOCIAL	99.903.934
		PLANEAMENTO E ESTATISTICA	9	MELHORIA DO SISTEMA ESTATISTICO NACIONAL	1.101.519.267
		REGULACAO E FISCALIZACAO	10	PROMOÇÃO DA EXCELENCIA E TRANSPARENCIA NA GESTAO DAS FINANÇAS PUBLICAS	525.400.368
	AGRICULTURA, PECUARIA, PESCA E ABASTECIMENTO	ASSISTENCIA ESPECIAL E COMUNITARIA	11	PROMOCAO DO DIREITO A ALIMENTACAO E ACESSO AOS SERVICOS SOCIAIS	48.000.000
		METEOROLOGIA E GEOFISICA	12	MELHORIA DOS SERVICOS DA METEOROLOGIA E GEOFISICA	832.843.223
		PESQUISA APLICADA AOS SERVIÇOS DO ESTADO	13	DESENVOLVIMENTO DA INVESTIGACAO AGRICOLA	294.373.293
		PLANEAMENTO E ESTATISTICA	14	MELHORIA DO SISTEMA ESTATISTICO NACIONAL	40.000.000
	CIENCIA E TECNOLOGIA	METEOROLOGIA E GEOFISICA	15	MELHORIA DOS SERVICOS DA METEOROLOGIA E GEOFISICA	12.500.000
		PESQUISA APLICADA AOS SERVIÇOS DO ESTADO	16	DESENVOLVIMENTO DA INVESTIGACAO APLICADA À PESCA	363.942.355
	CULTURA, LAZER E DESPORTOS	PATRIMONIO HISTORICO E ARTISTICO NACIONAL	17	INVESTIGACAO E GESTAO DO PATRIMONIO CULTURAL	332.763.455
	DEFESA NACIONAL	DEFESA NACIONAL	18	MELHORIA DA DEFESA NACIONAL	3.736.276.597
			19	MELHORIA DO PATRULHAMENTO AEREO MARITIMO E URBANO	273.388.652
	ENCARGOS ESPECIAIS	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	20	DESENVOLVIMENTO DAS ACTIVIDADES DE GESTAO DAS FINANÇAS PUBLICAS	30.643.041.378
		TRANSFERENCIAS	21	SUSTENTABILIDADE E EQUILIBRIO MUNICIPAL	15.603.303.958
	GESTAO AMBIENTAL	PRESERVACAO E CONSERVACAO AMBIENTAL	22	CONSOLICAO E REQUALIFICACAO AMBIENTAL	3.255.515.788
	HABITACAO, URBANISMO E ORDENAMENTO DO	INFRAESTRUTURA URBANA E PLANEAMENTO URBANISTICO	23	MELHORIA DO PLANEAMENTO E GESTAO DO TERRITORIO E DOS SOLOS	284.900.000
	JUSTICA, CIDADANIA E	ACCAO JUDICIAL	24	PROMOCAO DA JUSTICA CIVIL E CRIMINAL	973.067.317
			25	PROMOCAO DA LEGALIDADE DEMOCRATICA DO INTERESSE PUBLICO E DA ACCAO PENAL	960.937.541
			26	PROMOCAO JUSTICA SUPREMA	271.250.755
		CIDADANIA	27	MELHORIA DO SISTEMA JUDICIAL	939.681.749
		CUSTODIA E REINTEGRACAO SOCIAL	28	MELHORIA DO SISTEMA PRISIONAL E DE REINSERCAO SOCIAL DE ADULTOS E DE MENORES EM CONFLITO COM A LEI	1.240.956.581
			29	REINSERCAO SOCIAL DOS TOXICO-DEPENDENTES	168.138.945
		DEFESA DO INTERESSE COLETIVO	30	MELHORIA DOS SERVICOS DOS REGISTOS NOTARIADO E	1.191.175.277
			31	PROMOCAO DA DEFESA DO INTERESSE COLECTIVO	66.830.000
			32	PROTECCAO DOS DIREITOS DOS CIDAADOS	156.478.000
		GENERO	33	PROMOCAO DA IGUALDADE E EQUIDADE DO GENERO	62.514.591
		INVESTIGACAO CIENTIFICA E CRIMINAL	34	INVESTIGACAO CIENTIFICA E CRIMINAL	1.208.689.980
	LEGISLATIVA	REGULACAO E FISCALIZACAO	35	PROMOÇÃO DA EXCELENCIA E TRANSPARENCIA NA GESTAO DAS FINANÇAS PUBLICAS	58.124.541
	RELACOES EXTERIORES SEGURANCA E ORDEM	RELACOES DIPLOMATICAS	36	APROFUNDAR A INTEGRACAO REGIONAL DE CABO VERDE	6.286.152
		ADMINISTRACAO GERAL	37	REFORCO DA PARTICIPACAO NA VIDA POLITICA	830.367.475
		POLICIAMENTO	38	MELHORIA DA SEGURANCA INTERNA	10.288.319.830
		TRANSPORTE RODOVIARIO	39	MELHORIA DA SEGURANCA DOS TRANSPORTES RODOVIARIOS	45.500.000
			40	REFORCO DA SEGURANCA DOS TRANSPORTES RODOVIARIOS	44.000.000
	TRABALHO E PROTECAO SOCIAL	ASSISTENCIA ESPECIAL E COMUNITARIA	41	GARANTIA DO ACESSO A TODOS OS GRUPOS SOCIAIS E PROFISSIONAIS A PROTECCAO SOCIAL	1.767.537.389
		PROTECAO E ASSISTENCIA AO TRABALHADOR	42	MELHORIA DAS CONDICOES DE TRABALHO E DAS RELACOES ENTRE OS PARCEIROS SOCIAIS	135.442.788
	TRANSPORTES	TRANSPORTE MARITIMO	43	MELHORIA DO SISTEMA DE TRANSPORTES E SEGURANCA	605.032.482
	TURISMO, COMERCIO, INDUSTRIA E SERVICOS	REGULACAO E FISCALIZACAO	44	MELHORIA DA FUNCAO FISCALIZADORA E REGULADORA DO ESTADO	415.648.674
			45	MELHORIA DA PROTECAO E DEFESA DO CONSUMIDOR	30.640.000
TOTAL FINALISTICOS					81.312.015.908

Quadro 5.8 – Programas de Investimento do Eixo Boa Governação 2012 - 2016

EIXO	FUNCAO	CAT	#	PROGRAMA	VALOR 2012-2016
II. BOA GOVERNACAO					
<i>INVESTIMENTO</i>					
	ADMINISTRACAO	ADMINISTRACAO GERAL	1	SISTEMA INTEGRADO DE RH	15.000.000
		PLANEAMENTO E ESTATISTICA	2	DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA ESTATISTICO	356.233.156
		REFORMA DO ESTADO	3	MODERNIZACAO DA ADMINISTRACAO PUBLICA	845.526.080
		TECNOLOGIA DA INFORMACAO	4	GOVERNACAO ELECTRONICA	780.650.488
	AGRICULTURA, PECUARIA, PESCA E ABASTECIMENTO	METEOROLOGIA E GEOFISICA	5	REDUCAO DOS RISCOS DE CATASTROFES NATURAIS	86.000.000
	DEFESA NACIONAL	DEFESA NACIONAL	6	REQUALIFICAÇÃO DAS INFRAESTRUTURAS DA DEFESA NACIONAL	268.797.495
	GESTAO AMBIENTAL	PRESERVACAO E CONSERVACAO AMBIENTAL	7	REFORCO DA QUALIDADE AMBIENTAL	42.500.000
	HABITACAO, URBANISMO E ORDENAMENTO DO TERRITORIO	INFRAESTRUTURA URBANA E PLANEAMENTO URBANISTICO	8	CONSTRUCAO E REABILITACAO DE INFRAESTRUTURAS DO ESTADO	1.295.063.897
			9	REFORCO DO ORDENAMENTO DO TERRITORIO E PLANEAMENTO URBANISTICO	77.148.461
			10	SISTEMA NACIONAL DO CADASTRO PREDIAL	1.376.890.633
	JUSTICA, CIDADANIA E JUVENTUDE	ACCAO JUDICIAL	11	MODERNIZACAO DAS SECRETARIAS JUDICIAIS	295.000.000
		CIDADANIA	12	DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA PRISIONAL SEGURO E SUSTENTABILIDADE DAS CADEIAS	73.045.000
		CUSTODIA E REINTEGRACAO SOCIAL	13	PREVENCAO E COMBATE A DROGA	60.000.000
		DEFESA DO INTERESSE COLETIVO	14	PROMOCAO DOS SERVICOS DE REGISTO E NOTARIADO E IDENTIFICACAO	108.000.424
		GENERO	15	REFORCO DA IGUALDADE E EQUIDADE DE GENERO	21.735.000
		SERVICOS URBANOS	16	CONSTRUCAO E REQUALIFICACAO DAS CADEIAS E INFRAESTRUTURAS JUDICIAIS	916.200.000
	RELACOES EXTERIORES	TECNOLOGIA DA INFORMACAO	17	GOVERNACAO ELECTRONICA	30.000.000
	SAUDE	NORMALIZACAO E QUALIDADE	18	CERTIFICACAO DA QUALIDADE DOS SERVICOS DE SAUDE	320.000.000
	SEGURANCA E ORDEM PUBLICA	DEFESA CIVIL	19	REFORCO DA PROTECAO CIVIL	12.255.698
		INFRAESTRUTURA URBANA E PLANEAMENTO URBANISTICO	20	CONSTRUCAO E REABILITACAO DE INFRAESTRUTURAS DO ESTADO	89.059.700
		POLICIAMENTO	21	CONSTRUCAO E BENEFICIACAO DAS INFRAESTRUTURAS POLICIAIS	292.050.000
			22	MODERNIZACAO DOS SERVICOS DA ADMINISTRACAO INTERNA	36.592.014
			23	REFORCO DA SEGURANCA DA INTERNA	170.860.766
		PROTECAO CONTRA INCENDIO	24	REFORCO DA PROTECCAO CONTRA INCENDIO	20.006.400
		SERVICOS URBANOS	25	CONSTRUCAO E REQUALIFICACAO DAS CADEIAS E INFRAESTRUTURAS JUDICIAIS	6.000.000
		TRANSPORTE RODOVIARIO	26	REFORCO DA SEGURANCA DOS TRANSPORTES RODOVIARIOS	9.000.000
	TRABALHO E PROTECAO SOCIAL	ASSISTENCIA ESPECIAL E COMUNITARIA	27	ACESSO AOS POBRES DOS SERVICOS SOCIAIS DE BASE E AO RENDIMENTO	569.389.648
			28	PROGRAMA MAIS QUALIDADE MAIS COMUNIDADE E MICRO REALIZACOES	3.734.595.260
	TURISMO, COMERCIO, INDUSTRIA E SERVICOS	REGULACAO E FISCALIZACAO	29	FUNCAO FISCALIZADORA E REGULADORA DO ESTADO	1.890.000
			30	RACIONALIZACAO DAS ESTRUTURAS	28.201.500
TOTAL INVESTIMENTO					11.937.691.620

Quadro 5.9 – Programas de Gestão e Apoio Administrativo do Eixo Boa Governação 2012 - 2016

EIXO	FUNCAO	CAT	#	PROGRAMA	VALOR 2012-2016
II. BOA GOVERNACAO					
<i>GESTAO E APOIO ADMINISTRATIVOS</i>					
	ADMINISTRACAO	ADMINISTRACAO DO ESTADO	1	PROGRAMA DA PRESIDENCIA DA REPUBLICA	1.273.816.084
		ADMINISTRACAO FINANCEIRA, ORCAMENTAL E PATRIMONIAL	2	ADMINISTRACAO FINANCEIRA ORCAMENTAL E PATRIMONIAL MAHOT	69.692.676
			3	ADMINISTRACAO FINANCEIRA ORCAMENTAL E PATRIMONIAL MFP	899.848.572
			4	ADMINISTRACAO FINANCEIRA ORCAMENTAL E PATRIMONIAL MJEDRH	206.907.855
			5	ADMINISTRACAO FINANCEIRA ORCAMENTAL E PATRIMONIAL- CHEFIA GOV	218.842.703
			6	ADMINISTRACAO FINANCEIRA ORCAMENTAL E PATRIMONIAL- MComunidades	37.636.391
			7	ADMINISTRACAO FINANCEIRA ORCAMENTAL E PATRIMONIAL- MDN	28.830.864
		ADMINISTRACAO GERAL	8	ADMINISTRACAO FINANCEIRA ORCAMENTAL E PATRIMONIAL MIEM	157.154.840
			9	GESTAO E ADMINISTRACAO GERAL MAHOT	540.301.575
			10	GESTAO E ADMINISTRACAO GERAL- MAPM	65.037.500
			11	GESTAO E ADMINISTRACAO GERAL- MCOMUNIDADES	145.820.107
			12	GESTAO E ADMINISTRACAO GERAL- MDN	202.165.890
			13	GESTAO E ADMINISTRACAO GERAL MDR	17.255.712
			14	GESTAO E ADMINISTRACAO GERAL MFP	8.710.036.761
			15	GESTAO E ADMINISTRACAO GERAL MIEM	518.565.056
			16	GESTAO E ADMINISTRACAO GERAL MJEDRH	730.523.470
			17	GESTAO E ADMINISTRACAO GERAL MTIE	439.226.720
			18	GESTAO E ADMINISTRACAO GERAL- PCM	461.236.149
			19	GESTAO E ADMINISTRACAO GERAL-GMRE	870.808.590
			20	GESTAO E ADMINISTRACAO GERAL-GPM	1.193.199.341
			21	GESTAO E ADMINISTRACAO GERAL-SEAP	189.346.350
	AGRICULTURA, PECUARIA, PESCA E ABASTECIMENTO	ADMINISTRACAO FINANCEIRA, ORCAMENTAL E PATRIMONIAL ADMINISTRACAO GERAL	22	ADMINISTRACAO FINANCEIRA ORCAMENTAL E PATRIMONIAL MDR	273.252.555
			23	GESTAO E ADMINISTRACAO GERAL MDR	444.830.839
			24	GESTAO E ADMINISTRACAO GERAL MIEM	43.168.750
	CIENCIA E TECNOLOGIA CULTURA, LAZER E DESPORTOS	ADMINISTRACAO GERAL ADMINISTRACAO FINANCEIRA, ORCAMENTAL E PATRIMONIAL ADMINISTRACAO GERAL	25	GESTAO E ADMINISTRACAO GERAL MIEM	112.038.016
			26	ADMINISTRACAO FINANCEIRA, ORCAMENTAL E PATRIMONIAL MCULTURA	30.272.834
			27	GESTAO E ADMINISTRACAO GERAL - MCULTURA	254.939.985
	EDUCACAO	ADMINISTRACAO FINANCEIRA, ORCAMENTAL E PATRIMONIAL	28	ADMINISTRACAO FINANCEIRA ORCAMENTAL E PATRIMONIAL - MED	1.751.677.510
			29	ADMINISTRACAO FINANCEIRA ORCAMENTAL E PATRIMONIAL - MESCI	56.122.157
		ADMINISTRACAO GERAL	30	GESTAO E ADMINISTRACAO GERAL - MED	871.880.924
			31	GESTAO E ADMINISTRACAO GERAL - MESCI	196.079.863
	ENCARGOS ESPECIAIS	ADMINISTRACAO GERAL SERVICO DA DIVIDA	32	GESTAO E ADMINISTRACAO GERAL MFP	10.000.000
			33	GESTAO DA DIVIDA PUBLICA	19.420.517.305
	HABITACAO, URBANISMO E ORDENAMENTO DO TERRITORIO	ADMINISTRACAO GERAL	34	GESTAO E ADMINISTRACAO GERAL MAHOT	105.461.969
	JUSTICA, CIDADANIA E JUVENTUDE	ACCAO JUDICIAL	35	ADMINISTRACAO E GESTAO DOS TRIBUNAIS E SECRETARIAS JUDICIAIS	514.281.646
			36	PROMOCAO DA LEGALIDADE DEMOCRATICA DO INTERESSE PUBLICO E DA ACCAO PENAL	210.553.789
		ADMINISTRACAO FINANCEIRA, ORCAMENTAL E PATRIMONIAL	37	ADMINISTRACAO FINANCEIRA ORCAMENTAL E PATRIMONIAL - MJ	502.920.558
		ADMINISTRACAO GERAL	38	GESTAO E ADMINISTRACAO GERAL - MJ	447.503.282
	LEGISLATIVA	ACCAO LEGISLATIVA	39	PROGRAMA DE ACCAO PARLAMENTAR	3.773.940.126
	RELACOES EXTERIORES	ADMINISTRACAO FINANCEIRA, ORCAMENTAL E PATRIMONIAL ADMINISTRACAO GERAL	40	ADMINISTRACAO FINANCEIRA ORCAMENTAL E PATRIMONIAL - MIREX	711.492.032
			41	GESTAO E ADMINISTRACAO GERAL - MIREX	498.580.368
	SAUDE	ADMINISTRACAO FINANCEIRA, ORCAMENTAL E PATRIMONIAL ADMINISTRACAO GERAL	42	ADMINISTRACAO FINANCEIRA ORCAMENTAL E PATRIMONIAL - MS	2.979.299.050
			43	GESTAO E ADMINISTRACAO GERAL - MS	173.971.508
	SEGURANCA E ORDEM PUBLICA	ADMINISTRACAO FINANCEIRA, ORCAMENTAL E PATRIMONIAL ADMINISTRACAO GERAL	44	ADMINISTRACAO FINANCEIRA ORCAMENTAL E PATRIMONIAL - MAI	89.436.013
			45	GESTAO E ADMINISTRACAO GERAL - MAI	787.718.178
	TRANSPORTES	ADMINISTRACAO GERAL	46	GESTAO E ADMINISTRACAO GERAL MIEM	73.000.003
	TURISMO, COMERCIO, INDUSTRIA E SERVICOS	ADMINISTRACAO FINANCEIRA, ORCAMENTAL E PATRIMONIAL ADMINISTRACAO GERAL	47	ADMINISTRACAO FINANCEIRA ORCAMENTAL E PATRIMONIAL MTIE	163.680.842
			48	GESTAO E ADMINISTRACAO GERAL MTIE	20.730.251
<i>TOTAL GESTAO E APOIO ADMINISTRATIVOS</i>					51.493.603.559

5.2.4 Programas do EIXO IV: Reforço do Sector Privado

O crescimento económico não é somente produto da acumulação de capital, físico e humano, mas também de ganhos de produtividade. Afigura-se essencial que se desenvolvam as competências de gestão das cadeias de valor tendo em vista o provimento de produtos e serviços marca Cabo Verde que se consigam afirmar pela qualidade/preço. Tendo em conta a pequena dimensão de Cabo Verde e os constrangimentos que tal facto implica em matéria de dotação de recursos para produção e exportação, os esforços do Governo pretendem concentrar sobre áreas em que foram identificadas vantagens com-

parativas e competitivas – os clusters de competitividade que correspondem aos sectores de actividade económica susceptíveis de ter um impacto maior no crescimento e no combate à pobreza, destacando-se Agro Negócios, Economia Marítima e Turismo. Além destes com maior impacto previsto no crescimento económico, o DECRP III prioriza também outras áreas que contribuem para o aumento da competitividade do país no mercado internacional, nomeadamente Aero Negócios, TIC, Finanças e Economia Criativa. Identificam-se para esse efeito no eixo reforço do sector privado 20 programas – 16 de cariz finalístico e 4 de investimento. Os indicadores e metas do eixo para o período de implementação do DECRP III são as seguintes:

Quadro 5.10 – Indicadores e Metas do Eixo Reforço do Sector Privado

Indicadores e Metas do EIXO IV: Reforço do Sector Privado

Área/Metas	Indicador	Ano Base 2011	2012	2013	2014	2015	2016
1. AGRO-NEGÓCIOS							
a. PIB Agrícola	PIB Agrícola	10,597	11,198	12,222	13,720	14,615	15,753
b. Rega gota a gota	Hectares cobertos	600	800	1,000	1,250	1,400	3,000
c. Terras de sequeiro	Hectares cobertos(milho e feijão)	55,263	61,170	60,558	59,953	59,353	58,760
d. Terras irrigadas	Hectares cobertos	2,400	2,600	2,800	3,050	3,200	5,000
e. Exportações Agrícolas	Volume das Exportações Agrícolas (milhões de ECV)	77.7	78.5	79.3	80.0	80.8	81.7
f. Promoção do Sector	Fileiras Agropecuárias Organizadas	2	2	3	5	8	10
2. ECONOMIA MARÍTIMA							
a. PIB Pesca	PIB Pesca	1,005	1,062	1,159	1,301	1,386	1,494
b. Exportações Pesca	Volume das Exportações Produtos do Mar (M ECV)	4,318	4,513	4,743	5,045	5,236	5,520
c. Promoção do Sector	% de operadores de pesca formados em novas técnicas de pesca	10	10	20	20	20	20
3. TURISMO							
a. PIB Alojamento e restauração	PIB Alojamento e Restauração	5,896	6,402	6,969	7,615	8,347	9,182
b. Turistas	Número de hóspedes nos estabelecimentos hoteleiros	475,294	519,397	567,591	620,258	677,812	740,706
c. Hospedagem	Número de camas	14,076	15,638	17,359	19,268	21,388	23,740
d. Promoção do Sector	Número de empresas do sector turístico criadas	5	7	9	12	14	16
4. TIC							
a. Telefone Celular	% de população que dispõe de telefone celular	396,056	403,723	411,240	418,565	425,667	428,458
b. Telefone Fixo	% de população com acesso a telefone fixo	72,198	72,270	72,343	72,415	72,487	72,560
c. Internet	% de população com acesso à internet no alojamento	49,094	67,453	86,009	104,725	123,562	142,480
d. Promoção do Sector	Número de empresas no sector	87	89	91	93	96	99
5. AERO-NEGÓCIOS							
a. PIB Transporte Aéreo	PIB Transporte Aéreo (CN)	4,749	5,148	5,662	6,281	7,058	7,856
b. Voos	Numero de voos domésticos	16,701	17,369	18,064	18,786	19,538	20,319
6. FINANÇAS							
a. Actividades financeiras e seguros	PIB Actividades financeiras e seguros	5,077	5,534	6,023	6,582	7,214	7,937
b. Crédito Sector Privado	Taxa crescimento anual do crédito ao sector privado	11	3	4	3	4	4
7. ECONOMIA DA CULTURA							
a. PIB Lazer, TV, Música	Taxa Anual Cresc. PIB Lazer, TV, Música	--	--	--	--	--	--
b. Apoio à Cultura	Empréstimos concedidos pelo fundo autónomo de apoio à cultura	--	--	--	--	--	--

Pretende-se adoptar uma abordagem pragmática que enfatize oportunidades de negócio, cadeias de valores e medidas concretas que sejam implementáveis, para facilitar o comércio, impulsionar a produção e a qualidade, e fomentar novas oportunidades de negócios. Importa que o desenvolvimento do comércio em Cabo Verde aumente a competitividade internacional do país, diversifique e amplie a base produtiva, posicione o país como uma plataforma internacional para serviços de alta qualidade.

O país encontra-se numa nova fase de desenvolvimento que ocorre num ambiente externo complexo, gerando um novo conjunto de prioridades e requerendo um diferente foco das políticas públicas. Tal contexto impõe reformas institucionais e reformas do lado da oferta, destinadas a unificar o mercado nacional e a reforçar a competitividade internacional do país. As reformas identificadas pretendem ser capazes de potenciar as oportunidades que se oferecem, explorando-as para melhorar a produção,

umentar a competitividade, criar empresas e negócios orientados para a exportação, desenvolver produtos de nicho destinados à exportação nos sectores identificados como prioritários.

No quadro do DECRP III, o papel do sector privado é por isso fulcral na criação e instalação de empresas e na promoção de parcerias com investidores externos. Pelo seu lado, o Estado tem um papel como facilitador e regulador através da implementação de um quadro institucional que assegure a adequação das estruturas administrativas, que promova a reforma da legislação laboral, e que aposte fortemente no desenvolvimento da formação técnica e profissional nas áreas identificadas. A formação para o empreendedorismo e a implementação de políticas activas de emprego especialmente para os mais jovens concorrem também para alinhar o capital humano com os propósitos do desenvolvimento do sector privado.

Para corporizar esta agenda ambiciosa, o DECRP III apostará em qualificar e fortalecer a gestão das cadeias de valor associadas aos clusters prioritários. A organização das fileiras agro-pecuárias e o desenvolvimento de uma pesca competitiva e sustentável tomam especial importância neste eixo com vista ao fortalecimento do sector privado nestas áreas chave em que convergem uma parte importante dos recursos plurianuais durante o período de vigência do DECRP III. No que toca à pesca, procurar-se-á trabalhar com os operadores nacionais com acções de formação em gestão de negócio e também com medidas para melhoria do acesso ao crédito. A implementação de um sistema sólido de certificação e segurança

segundo os melhores critérios internacionais é também essencial para alavancar a base exportadora. Nos agropnegócios, e para poder rentabilizar o grande esforço de investimento realizado para mobilização de recursos hídricos, afigura-se essencial gerir de forma sustentável os novos perímetros irrigados para desenvolver fileiras de produtos agrícolas de alto valor acrescentado.

O desenvolvimento de um modelo de turismo mais diversificado e sustentável constitui também um dos objectivos primordiais conforme descrito no Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo (2010-2013). As políticas para o sector económico mais importante do país ganham relevo em diversas frentes, desde o aumento da capacidade de regulação e fiscalização de operadores, até à melhoria da capacidade de produção de informação estatística sobre o sector. A diversificação do produto turístico, especificamente novos nichos distintos do produto sol e praia, é também fundamental para aumentar a resiliência do sector e realizar o seu pleno potencial.

A Agência para o Desenvolvimento Empresarial e Inovação e a Cabo Verde Investimentos serão peças chave no apoio aos agentes económicos privados na busca de know-how em modelos de negócio competitivos e de parcerias e investimento directo estrangeiro para os sectores chave. Pretende-se que os sectores público e privado trabalhem em sintonia com vista à criação e valorização do produto marca Cabo Verde para efeitos de promoção do mercado interno e de exportação.

Figura 5.11 – Programas de Investimento e Finalísticos Eixo Reforço do Sector Privado 2012 - 2016

EIXO	FUNCAO	CAT	#	PROGRAMA	VALOR 2012-2016
IV. REFORCO DO SECTOR PRIVADO					
<i>FINALISTICOS</i>					
	ADMINISTRACAO	REFORMA DO ESTADO	1	MELHORIA DO AMBIENTE DE NEGOCIOS	520.142.439
	AGRICULTURA, PECUARIA, PESCA E ABASTECIMENTO	DESENVOLVIMENTO E EXTENSAO RURAL	2	MELHORIA DO AGRO-NEGOCIO E DAS FILEIRAS AGRO-PECUARIAS	2.533.244.834
			3	MELHORIA E VALORIZACAO DOS RECURSOS NATURAIS E DESENV. AGRO - SILVO - PASTORIL	557.685.588
		INDUSTRIA PESQUEIRA	4	GESTAO DOS RECURSOS HALIEUTICOS PARA UMA PESCA SUSTENTAVEL	830.004.078
			5	GESTAO INTEGRADA DA PESCA ARTESANAL E INDUSTRIAL	371.325.226
			6	GESTAO INTEGRADA DA QUALIDADE E AGREGACAO DE VALORES DOS PRODUTOS DA PESCA	178.835.762
	CIENCIA E TECNOLOGIA	PESQUISA APLICADA AOS SERVICOS DO ESTADO	7	INVESTIGACAO AGRICOLA APLICADA E TRANSFERENCIA DE CONHECIMENTO E TECNOLOGIAS	229.000.000
	CULTURA, LAZER E DESPORTOS	DIFUSAO CULTURAL	8	DESENVOLVIMENTO DA MICROECONOMIA ATRAVES DA CULTURA	75.724.500
	JUSTICA, CIDADANIA E JUVENTUDE	CIDADANIA	9	ADMINISTRAÇÃO CIDADAO E EMPRESA	466.063.189
	TRABALHO E PROTECAO SOCIAL	PROMOCAO DO EMPREGO	10	MODERNIZAR PARA COMPETIR-PCM	133.816.263
	TURISMO, COMERCIO, INDUSTRIA E SERVICOS	PROMOCAO DO TURISMO	11	AMBIENTE ECONOMICO FAVORAVEL A CRIACAO DE EMPREGO	351.915.000
		PROMOCAO INDUSTRIAL	12	MELHORIA DA QUALIDADE DOS PRODUTOS E SERVICOS DO TURISMO	109.321.626
			13	INTEGRACAO DA INDUSTRIA NA POLITICA DO DESENVOLVIMENTO	10.409.460
			14	PROMOCAO DO INVESTIMENTO DE CABO VERDE	803.617.418
		REFORMA DO ESTADO	15	MELHORIA DO AMBIENTE DE NEGOCIOS	14.526.089
		SISTEMA FINANCEIRO	16	PROMOCAO DA CAPACITACAO DAS MPMS E CONSTRUÇÃO DOS CLUSTERS ESTRATÉGICOS	508.566.544
TOTAL FINALISTICOS					7.694.198.016
<i>INVESTIMENTO</i>					
	TURISMO, COMERCIO, INDUSTRIA E SERVICOS	COMERCIALIZACAO	1	INSERCAO NA ECONOMIA MUNDIAL	99.027.984
		NORMALIZACAO E QUALIDADE	2	IMPLEMENTACAO E DINAMIZACAO DO SISTEMA NACIONAL DE QUALIDADE	45.500.000
		PROMOCAO DO TURISMO	3	RECURSOS TURÍSTICOS DE QUALIDADE EM CABO VERDE	76.556.397
		PROMOCAO INDUSTRIAL	4	IMPLEMENTACAO E DINAMIZACAO DO SISTEMA NACIONAL DE QUALIDADE	2.332.312
TOTAL INVESTIMENTO					223.416.693

5.2.5 Programas do EIXO V: Nação Global

A evolução de Cabo Verde é indissociável do contexto externo e neste âmbito é essencial que Cabo Verde continue a desenvolver de forma pragmática os laços político-económicos no plano bilateral e multilateral. As secções anteriores já focaram a importância das trocas comerciais com o espaço da União Europeia e nesse sentido a aposta na Parceria Especial e na convergência técnico-normativa com este bloco deverá permanecer um pilar da política externa do País.

Adicionalmente, Cabo Verde tem a particularidade de contar com mais cabo-verdianos ou descendentes de cabo-verdianos fora do que dentro do país. Os emigrantes na Diáspora foram e continuam a ser uma importante alavanca para o desenvolvimento das ilhas via transferência de remessas, investimentos e também como fonte de recursos humanos qualificados que aportam ao país uma mais-valia em termos de liderança nos sectores público e privado.

Neste quadro, o DECRP III contempla acções a serem levadas a cabo para materializar a agenda do Governo de uma Nação Global sem fronteiras. A diáspora cabo-verdiana será considerada um vector importante das políticas internas e externas da governação. Os programas do DECRP III neste âmbito – 6 no total de carácter finalístico - vão procurar manter e reforçar a ligação às comunidades no estrangeiro, especificamente entre outros através de acções de sensibilização, realização de estudos sobre as características da emigração e sua descendência, criação de uma base de dados sobre emigrantes, e também instalação de serviços públicos de referência nos países de acolhimento (balcões Casa do Cidadão). Os indicadores e metas do eixo para o período de implementação do DECRP III são as seguintes:

Quadro 5.12 – Indicadores e Metas para o Eixo Afirmar a Nação Global

Indicadores e Metas do EIXO V: Afirmar Nação Global							
Sector/metas	Indicador	Ano Base 2011	2012	2013	2014	2015	2016
1. IMIGRAÇÃO							
a. Imigrantes Número	Número de imigrantes legais	1.806	2.167	2.817	3.662	4.761	6.189
b. Imigrantes Processos	Porcentagem de Processos de autorização de residência pendentes	24,0	20	16	13	9	5,0
2. REMESSAS							
a. Remessas dos emigrantes	Remessas de emigrantes (ECV milhões)	13.523	13.820	14.235	14.844	15.586	16.366
3. INVESTIMENTOS DA DIÁSPORA EM CV							
a. Depósitos em Bancos	Depósitos de emigrantes em bancos no território nacional (ECV milhões)	36.906	39.120	41.467	43.955	46.592	49.388

O propósito da Nação Global não acaba somente na gestão dos fluxos migratórios externos. Importa também gerir e alavancar da melhor forma os fluxos cujo destino é Cabo Verde. Para esse efeito, a implementação da Estratégia Nacional de Imigração e respectivo Plano de Acção assim como a criação das instâncias de coordenação (Conselho Nacional de Imigração) encontram relevo neste eixo. Atendendo aos fluxos migratórios que se têm verificado para Cabo Verde, principalmente nas ilhas com maior massa crítica de turismo, importa accionar uma política que regule na íntegra a entrada, permanência, mobilidade interna, saída, trabalho e previdência de cidadãos não nacionais.

Figura 5.13 – Programas Finalísticos Eixo Afirmar Nação Global 2012 - 2016

EIXO	FUNCAO	CAT	#	PROGRAMA	VALOR 2012-2016
V. AFIRMAR A NAÇÃO GLOBAL					
FINALISTICOS					
	ADMINISTRACAO	CIDADANIA	1	MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA DOS EMIGRANTES	211.597.387
		RELAÇÕES DIPLOMATICAS	2	MELHORIA DE QUALIDADE DOS SERVIÇOS CONSULARES E TRATADOS	73.721.360
	AGRICULTURA, PECUARIA, PESCA E ABASTECIMENTO	CIDADANIA	3	MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA DOS EMIGRANTES	25.000.000
	JUSTICA, CIDADANIA E JUVENTUDE	CIDADANIA	4	MELHORIA DA POLITICA DE IMIGRACAO	81.774.541
			5	MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA DOS EMIGRANTES	160.899.778
	RELAÇÕES EXTERIORES	RELAÇÕES DIPLOMATICAS	6	MELHORIA DE REDE DE REPRESENTACAO DIPLOMATICAS E CONSULARES	3.042.592.766
TOTAL FINALISTICOS					3.595.585.832

5.3 O Enquadramento Macroeconómico do DECRP III

O desempenho da economia cabo-verdiana no período de execução do DECRP III estará fortemente condicionado pelas incertezas advindas da evolução da crise económica e financeira global. A gestão macroeconómica será condicionada por este contexto, o que põe em causa a realização das metas estipuladas para o período. A necessidade de fontes de financiamento e a priorização dos programas de investimento são factores cruciais para atingir as respectivas metas.

Face às incertezas em relação à economia mundial, o DECRP III contempla dois cenários. O primeiro - Cenário Base - refere-se a um panorama com uma lenta recuperação da economia mundial e com reduzida disponibilidade de recursos financeiros; recuperação progressiva do sector do turismo; incremento limitado do investimento directo estrangeiro; incremento da dívida pública. O segundo - Cenário Alternativo - refere-se a um cenário com uma melhoria da economia mundial; maior disponibilidade de recursos financeiros; crescimento das remessas de emigrantes; aceleração do investimento directo estrangeiro; recuperação mais significativa do sector do turismo; retoma da ajuda pública ao desenvolvimento. Neste segundo cenário o nível de investimento público é ajustado a novos patamares em linha com o maior nível das receitas e o maior espaço para o endividamento.

O crescimento económico é resultado de um conjunto de factores que incluem entre outros, a entrada de turistas, os investimentos públicos e privados, o nível de poupança externa, impulsionado pelas remessas dos emigrantes e o nível de investimento directo estrangeiro, o nível da produtividade dos factores nos sectores primário, secundário e terciário, o impacto dos preços internacionais e a taxa de câmbio.

Os diferentes pressupostos definidos no âmbito internacional e nacional para os dois cenários considerados foram alimentados no Modelo de Coerência Macroeconómica do DECRP III, conjuntamente com os dados consolidados dos programas de investimento e finalísticos de ambos os cenários. De seguida, apresentam-se os principais resultados obtidos das simulações de cada cenário no modelo do DECRP III.

População

Os resultados do Recenseamento Geral da População de 2010 mostram uma significativa desaceleração da taxa de crescimento da população em relação a décadas passadas. As projecções apontam para uma continuação desta

tendência no cenário base e para uma estabilização no caso do cenário alternativo (ver Gráfico 5.3.1). O número de filhos médio por mãe caiu de 6,3 no início dos oitenta para 2,3 em 2010 (ver Gráfico 5.3.2). As projecções, no caso do Cenário Base, apontam para uma continuação da tendência observada nos últimos anos em decorrência de factores tais como o maior nível de educação das mulheres.

No Cenário Alternativo, o modelo assume que o número de filhos por mãe será idêntico aos níveis observados no cenário base e que os investimentos em saúde e educação melhoram as taxas de sobrevivência líquida em todas as faixas etárias. No Gráfico 5.3.3 é possível observar as projecções da população total nos dois cenários até 2016.

Figura 5.3.1 – Taxa de Crescimento Anual da População (%)

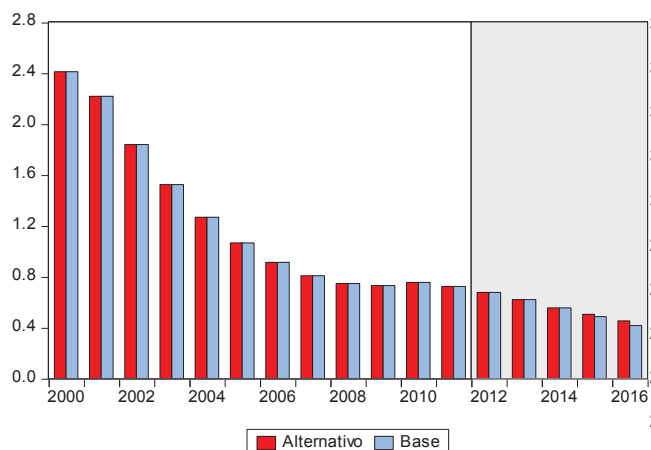


Figura 5.3.2 – Número Médio de filhos por Mulher

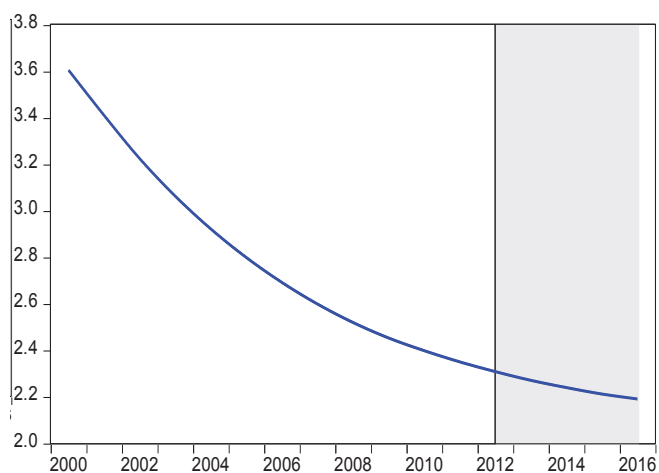
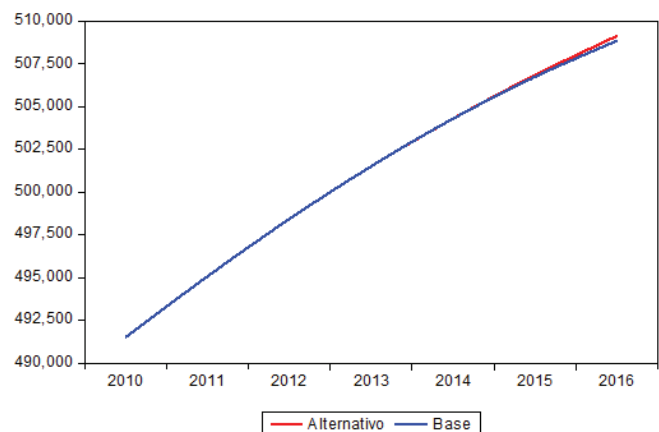


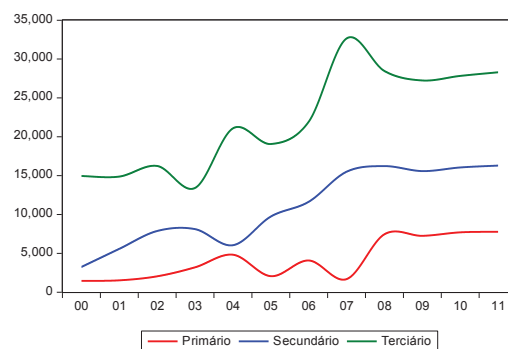
Figura 5.3.3 – População Total



Investimentos

Os níveis de investimento público e privado constituem contributos decisivos para o crescimento económico. A principal hipótese de trabalho do DECRP III é de que o investimento privado acompanhará a tendência do investimento público. Neste quadro, até 2008 os investimentos públicos e privado estiveram maioritariamente direccionados ao sector terciário, mais concretamente com foco no turismo e serviços governamentais (ver Gráfico 5.3.4).

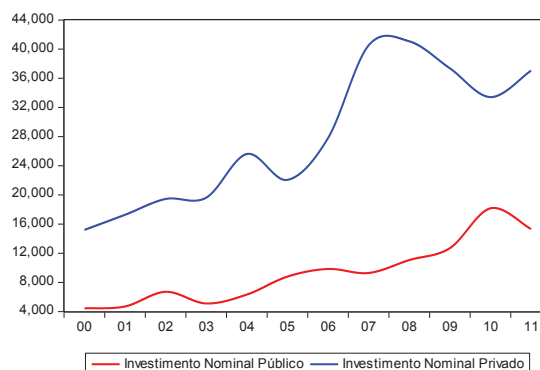
Figura 5.3.4 – Investimento Total Nominal por sector (milhões ECV)



Os investimentos em aeroportos, estradas e hotéis conjuntamente com o investimento em escolas e centros de saúde, todos eles pertencentes ao sector terciário, possibilitaram o rápido crescimento económico da década passada, em detrimento do sector primário, cuja participação no PIB total decresceu. Em decorrência da crise mundial e da graduação de Cabo Verde da lista dos PMA em 2008, o Governo acelerou a mobilização de recursos para implementação de projectos estruturantes. Os investimentos privados registaram uma queda significativa e os investimentos públicos incrementaram para compensar a queda do investimento privado (ver Gráfico 5.3.5).

O acréscimo de investimento público caracterizou-se também por uma mudança de foco a favor de áreas com maior impacto na redução do desemprego e da pobreza. Estudos econométricos mostram de modo conclusivo que, no caso de Cabo Verde, 1000ECV de investimento adicional no sector primário (nomeadamente agricultura e pescas) têm um impacto ligeiramente inferior sobre o crescimento económico quando comparado com um investimento similar no sector terciário. Porém, no que respeita ao impacto na geração de emprego e diminuição da pobreza, os investimentos no sector primário têm um efeito superior ao efeito de um investimento semelhante no sector terciário.

Figura 5.3.5 – Investimento Público e Privado (milhões ECV)



No caso do DECRP III, o Cenário Base assume que os investimentos públicos estão direccionados prioritariamente para os sectores da agricultura e da pesca (maioritariamente barragens e portos), porém o nível de investimento total é limitado pelas restrições financeiras decorrentes da crise mundial assumida neste cenário. Para o investimento privado é assumida uma tendência similar à do investimento público. No caso do Cenário Alternativo, o volume de investimento tanto público como privado é maior (ver Gráfico 5.3.6 e 5.3.7).

Figura 5.3.6 – Investimento Total Nominal por Sector – Cenário Base (mil ECV)

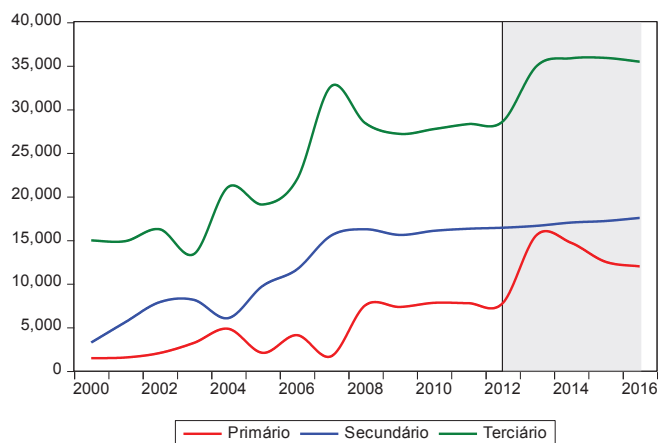
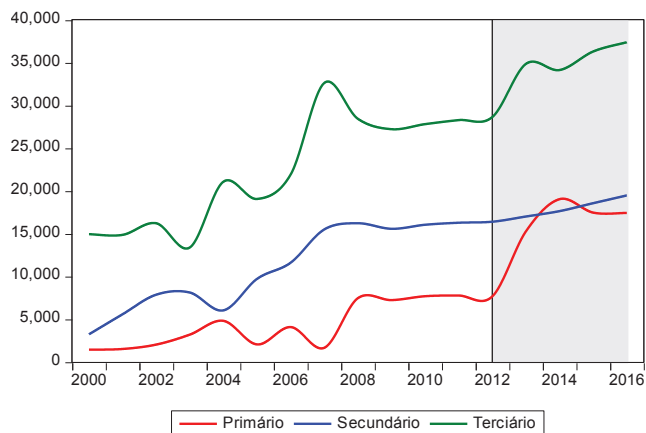


Figura 5.3.7 – Investimento Total Nominal por Sector – Cenário Alternativo (milhões ECV)



O contributo do investimento do sector privado para o crescimento económico será decisivo. O investimento do sector público apontará, de forma preferencial, para as áreas com maior impacto na redução da pobreza, como sejam a infra-estrutura agrícola, pesca e educação. A mobilização da água nas bacias hidrográficas e a capacitação de técnicos agrícolas e de pesca deverá incrementar a produtividade destes sectores e incentivar a cultura de agro-negócios e economia marítima, com vista a provocar um aumento significativo do investimento privado nestas áreas (e promoção de técnicas que aumentem a produtividade - rega gota a gota, estufas, hidroponia e novas fileiras).

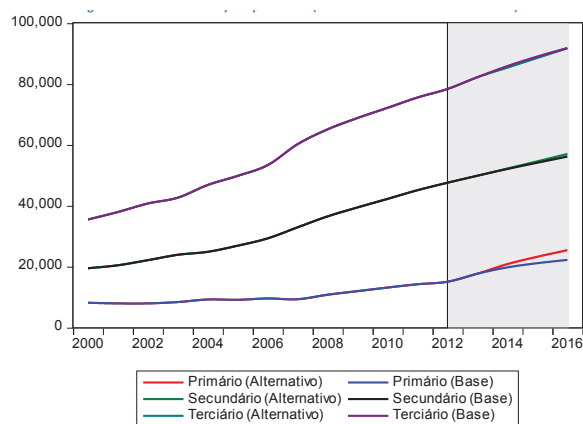
Stock de Capital e Geração de Emprego

As projecções do crescimento económico no modelo DECRP III estão baseadas em funções de produção Cobb-Douglas para os três sectores económicos considerados no modelo, nomeadamente Primário, Secundário e Ter-

ciário. Os factores de produção considerados nas funções Cobb-Douglas são o stock de capital sectorial e a população empregada em cada sector. O direccionamento dos investimentos público e privado definirá a evolução do stock de capital em cada sector.

Na década passada os investimentos apostaram no sector terciário em detrimento do sector primário. Em decorrência da crise de 2008, registou-se a inversão de tendências observada nos stocks de capital sectorial. O DECRP III pressupõe dar prioridade aos investimentos no sector primário e portanto esperar que as tendências observadas nos stocks de capital nos últimos anos se extrapolem para o período 2012–2016. No caso do cenário alternativo, e em função de maiores níveis de investimento, espera-se uma aceleração do ritmo de crescimento dos stocks de capital sectorial (ver Figura 5.3.8).

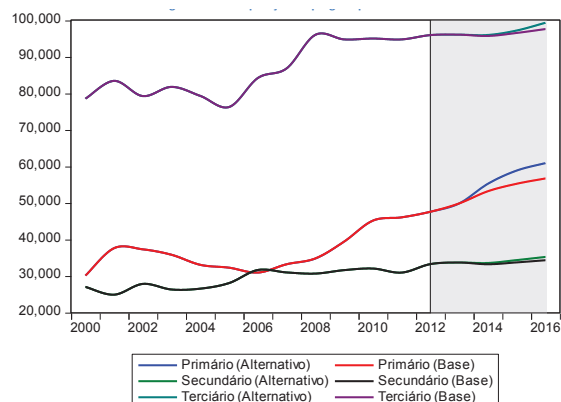
Figura 5.3.8 – Stocks de capital por sector (milhões de ECV constantes de 1980)



No que diz respeito ao outro factor de produção, a população empregada por sector, o modelo estima que os níveis de emprego sejam baseados no nível do stock de capital sectorial e no nível de utilização do capital que por sua vez vai depender do nível de procura em cada sector, nomeadamente o nível do consumo das famílias, das exportações de bens e serviços, das importações de bens e serviços, investimentos públicos e privados, nível do consumo corrente do Governo e do consumo intermediário em cada sector.

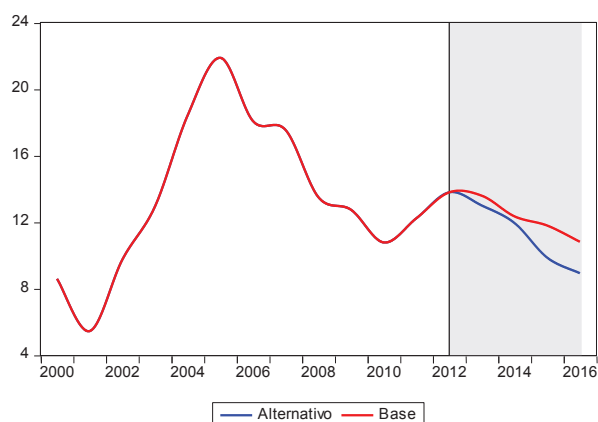
Até 2006, a participação da população empregada no sector primário apresentou uma tendência descendente. Com a construção da barragem de Poilão e novas actividades na pesca, verifica-se recentemente um aumento do número de empregados no sector primário (ver Gráfico 5.3.9).

Figura 5.3.9 – População Empregada por Sector



Tendo em conta a evolução esperada da população activa total da economia, o modelo projecta uma diminuição da taxa de desemprego no período de vigência do DECRP III. No Gráfico 5.3.10 apresentam-se as evoluções projectadas da taxa de desemprego em ambos os cenários.

Figura 5.3.10 – Evolução da Taxa de Desemprego



Crescimento Económico

A taxa média anual de crescimento do PIB real no período 2012—2016 deverá situar-se à volta de (4%) no cenário base e de (5%) no cenário alternativo. Porém, o crescimento dos sectores primário, secundário e terciário serão diferenciados em decorrência dos diferentes níveis de investimento sectorial. No caso do sector primário, o modelo projecta um crescimento mais dinâmico que os restantes sectores. O cenário base contempla um crescimento anual médio de 6.6% para o período em análise. No caso do cenário alternativo a taxa média subirá para os 8.3%.

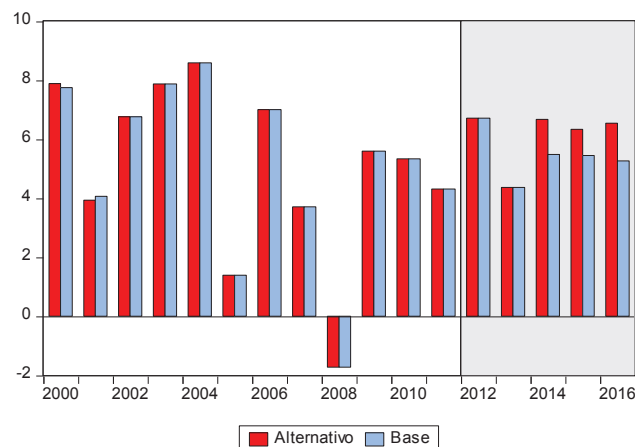
Para o sector secundário a projecção no caso do cenário base aponta para um crescimento anual médio de 4.1%. No caso do cenário alternativo a taxa passa para 4.7%. O crescimento do sector secundário estará baseado no dinamismo das actividades de construção e na transformação dos produtos agrícolas e piscatórios.

Para o sector terciário projecta-se uma taxa média de crescimento de 5.4% no cenário base e de 5.8% no cenário alternativo. O crescimento esperado do sector terciário reflecte a dinâmica do aumento do volume de turistas que estará fortemente associado ao desempenho das economias europeias.

Consumo das Famílias

Do lado da procura, o crescimento económico deverá resultar de um conjunto variado de factores. O consumo privado será um factor importante no crescimento económico conjuntamente com as exportações e importações de bens e serviços. Um aumento do rendimento per capita constituirá o principal factor do dinamismo do consumo privado. No período de vigência do DECRP III espera-se um crescimento similar à evolução do PIB com taxas de crescimento médio 5.5 % e 6.1% nos cenários base e alternativo, respectivamente.

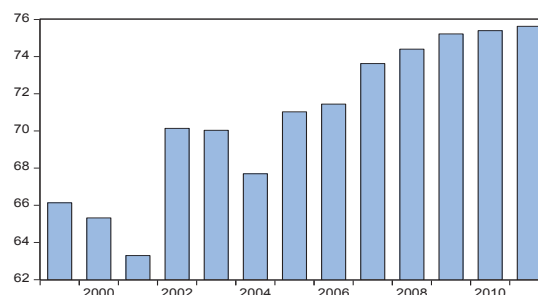
Figura 5.3.11 – Crescimento Real do Consumo das Famílias 2012 – 2016 (%)



Consumo Intermediário

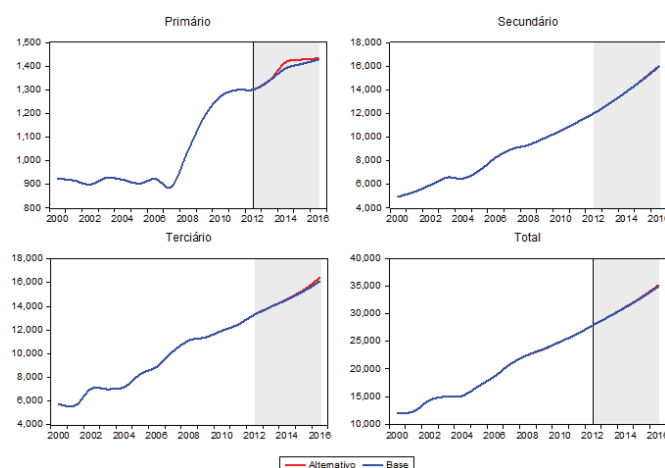
Conjuntamente com o consumo privado e o investimento, o consumo intermédio é um dos componentes mais importantes da procura agregada. Na década passada, o consumo intermédio representava em média cerca de 70% do PIB real (ver gráfico 5.3.12). Os bens de consumo são os que contribuíram com uma maior fatia para o consumo intermédio entre 2005 e 2008.

Figura 5.3.12 – Percentagem do Consumo Intermédio Real no PIB



Ao longo da última década, o sector secundário e terciário contribuíram com mais de 80% do consumo intermédio total. A taxa de crescimento do consumo intermédio esperada para o período da vigência do DECRP III situar-se-á no intervalo entre 5% a 6%.

Figura 5.3.13 – Consumo Intermédio por sector e total entre 2000 e 2016



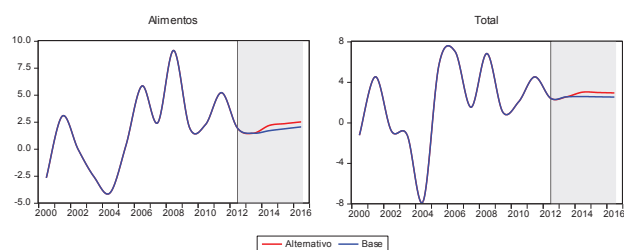
Preços e deflatores

A importância da estabilidade dos preços para a economia cabo-verdiana num contexto internacional de subida

dos preços de produtos agrícolas e petrolíferos tornou-se mais evidente. Cabo Verde, devido à sua dependência externa, é um país vulnerável a choques exógenos. A inflação em Cabo Verde é na quase totalidade uma inflação importada devido ao peso que os produtos importados, principalmente bens alimentares e petrolíferos, têm na economia.

O modelo explica uma forte interligação entre as mudanças nos preços do petróleo e produtos agrícolas no mercado internacional e as mudanças nos preços nacionais. Os preços dos bens alimentares e bebidas não alcoólicas no mercado nacional têm sido muito voláteis, mas espera-se que no período de vigência do DECRP III, fruto dos investimentos realizados em construções de barragens, os preços nacionais de produtos agrícolas dependa menos dos preços internacionais e a respectiva variação assuma valores próximos dos 2% (ver gráfico 5.3.14).

Figura 5.3.14 – Inflação do Índice de Preços ao Consumidor em bens de alimentos e bebidas não alcoólicas e total

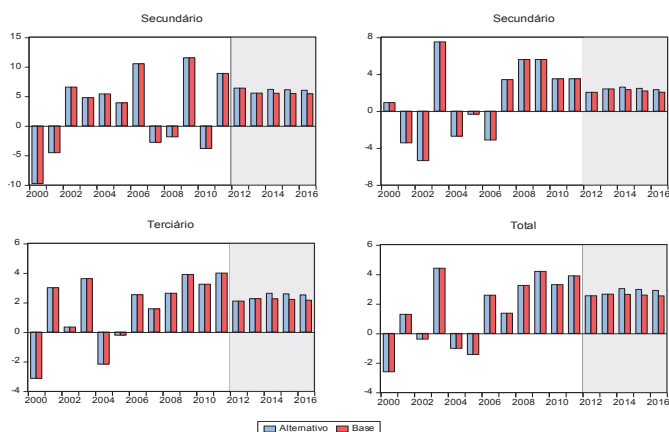


A inflação, medida pelo índice de preços no consumidor nas várias categorias de bens e serviços, registou na última década uma taxa média de 2%. A variação é influenciada sobretudo pelas variações dos preços dos produtos alimentares e bebidas alcoólicas, contribuindo ambas estas categorias para mais de metade das variações do índice total.

Durante esse período, o deflator do PIB total cresceu a uma taxa média de aproximadamente 1.5% com o sector terciário a contribuir mais para essa variação. As projecções para o período de vigência do DECRP III apontam para uma estabilização da inflação muito próxima dos 3%, compatível com o objectivo de estabilidade da política monetária (com a defesa do peg nominal com o euro) e melhoria da competitividade da economia cabo-verdiana.

No que diz respeito aos deflatores dos PIBs sectoriais e total, no período 2008-2011 situaram-se nos 3% e no período da vigência do DECRP III não se espera que ultrapassem os 4%. Para o deflator do PIB total contribui maioritariamente o deflator do sector terciário com cerca de 70%.

Figura 5.3.15 – Deflator do PIB por Sector e Total

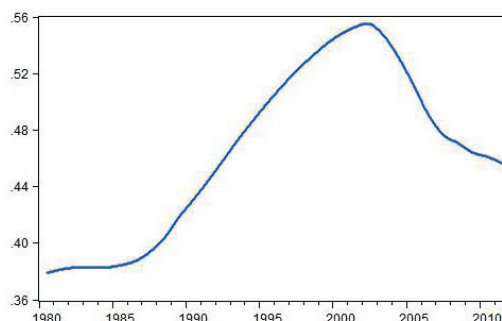


Rendimento, Pobreza e Desigualdade

O crescimento em Cabo Verde até 2002 foi acompanhado por um aumento da desigualdade na repartição do rendimento, conforme expresso na evolução do índice de Gini (figura 5.3.16). Os resultados do QUIBB 2007 revelaram que a partir de 2002 as reformas económicas permitiram uma significativa redução da desigualdade até 2008. No entanto, a crise económica mundial, o menor nível de remessas de cabo-verdianos no exterior e a desaceleração do crescimento económico fizeram que a redução da desigualdade apresentasse sinais de desaceleração após 2008.

As causas da pobreza em Cabo Verde estão vinculadas às características do sector agrícola. O papel dominante da pobreza rural levanta um conjunto de questões sobre o sector primário (agricultura e pesca essencialmente) e a respectiva capacidade de oferecer aos trabalhadores deste sector um nível de rendimentos que lhes permita sair da pobreza.

Figura 5.3.16 – Índice de Gini



Apesar da melhoria significativa de produtividade verificada no sector hortícola, os ganhos de produtividade no sector primário como um todo ainda são muito baixos. A redução da emigração para o estrangeiro vem a reforçar o processo gerador de pobreza no meio rural. Contudo, o forte crescimento económico na década 2000 – 2010 vem permitindo uma redução significativa do número de pobres e extremamente pobres no país.

A migração, que tradicionalmente se dirigia para o exterior do país, começou a orientar-se também para as zonas urbanas em busca de melhores condições de vida e oportunidades de trabalho. Esta migração interna coloca aos centros urbanos novos problemas em termos de saneamento, habitação, educação e saúde, e modifica também o perfil da pobreza. Por outro lado, o valor das remessas de emigrantes enviadas às famílias contribui com uma quota importante para o rendimento total das camadas mais pobres da população.

Para o período do DECRP III espera-se que a pobreza continue a descer cumprindo os limites do Objectivo de Desenvolvimento do Milénio. Espera-se também uma tendência similar com o número de pessoas em pobreza extrema.

Figura 5.3.17 – Pobreza e Pobreza Extrema (número de pessoas) cenário base

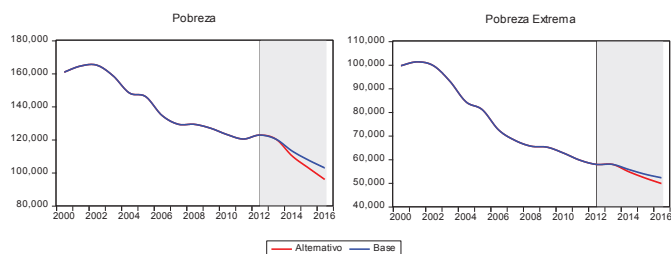
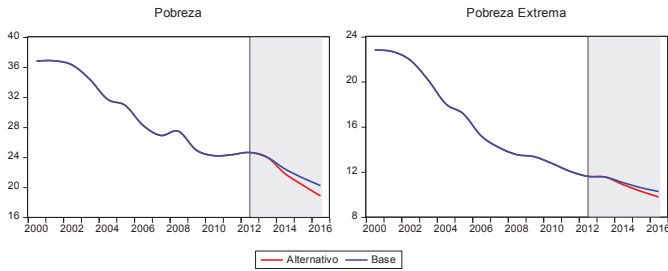
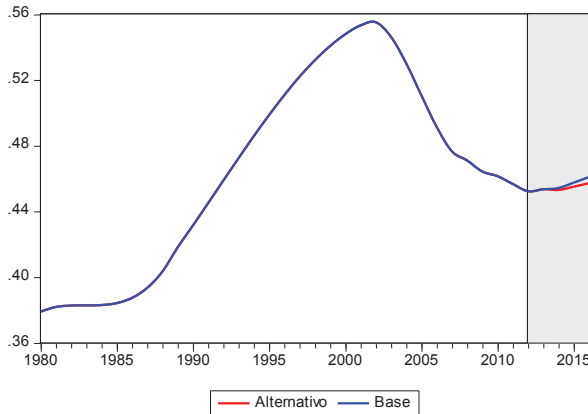


Figura 5.3.18 – Pobreza e Pobreza Extrema (% população total)



No que diz respeito à desigualdade, as projecções apontam para uma desaceleração da redução da desigualdade registrada no período 2000 – 2008, reflectida na evolução do Índice Gini para 2012 – 2016 (ver figura 5.3.19). O crescimento do sector primário criará um maior número de empregos contribuindo para a redução do número de pobres e extremadamente pobres, mas a desaceleração do envio de remessas por parte dos emigrantes cabo-verdianos no exterior e a desaceleração do crescimento do sector terciário não vão permitir uma queda significativa na desigualdade no período do DECRP III.

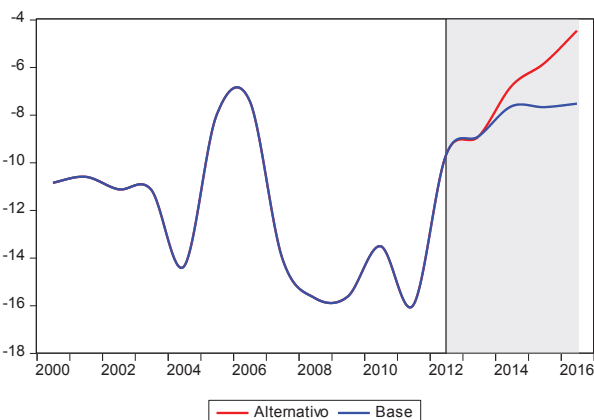
Figura 5.3.19 – Índice Gini Projecções 2012 - 2016



Balança de Pagamentos

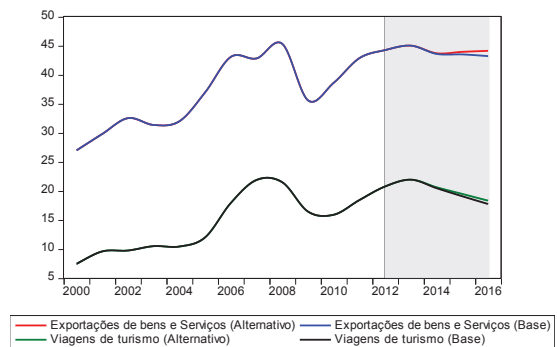
Relativamente ao sector externo, os pressupostos foram assumidos tendo em conta a necessidade de reduzir o défice da conta corrente e manter um nível adequado de reservas cambiais. A evolução prevista para a produção derivada do sector primário e para as receitas de turismo devem contribuir significativamente para o aumento das exportações de bens e serviços, e por conseguinte, conjugado com um aumento relativo das importações, para a melhoria do saldo deficitário na conta corrente.

Figura 5.3.20 – Evolução do défice da conta corrente (em percentagem do PIB nominal)



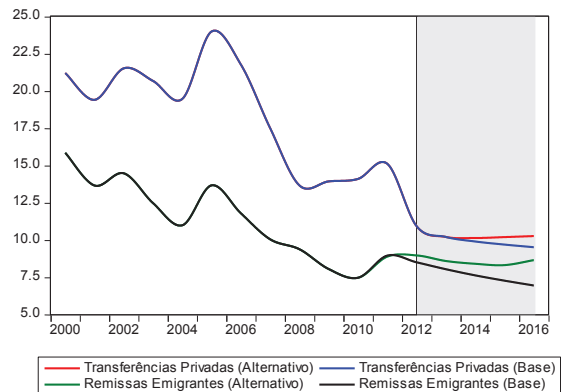
As exportações de bens e serviços devem crescer em média cerca de 9.5% e 10.8%, nos cenários base e alternativo, respectivamente. Estas evoluções resultam, em particular, da performance das exportações dos serviços ligados ao turismo. No primeiro cenário, as receitas turísticas crescem em média 8.8% e, no segundo, 10.2%. O aumento destas receitas resulta do aumento do número de turistas. No que toca às importações de bens e serviços, devem atingir em média cerca de 57% do PIB, em ambos os cenários.

Figura 5.3.21 – Evolução das exportações e das receitas do turismo (em % do PIB nominal)



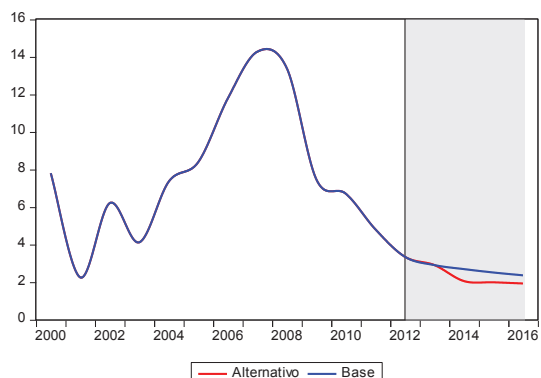
Relativamente às transferências correntes, prevê-se um crescimento mais optimista no cenário alternativo, resultado do aumento das transferências privadas, com as remessas dos emigrantes a desempenhar um papel determinante na redução do nível da pobreza.

Figura 5.3.22 – Evolução das remessas dos emigrantes (em % do PIB nominal)



O investimento directo estrangeiro (IDE) deverá evidenciar um crescimento moderado, sendo a sua evolução crucial para o melhor desempenho da balança financeira. Assim, o IDE deverá representar em média cerca de 2% do PIB, em ambos os cenários.

Figura 5.3.23 – Evolução do Investimento Directo Estrangeiro (em % do PIB)



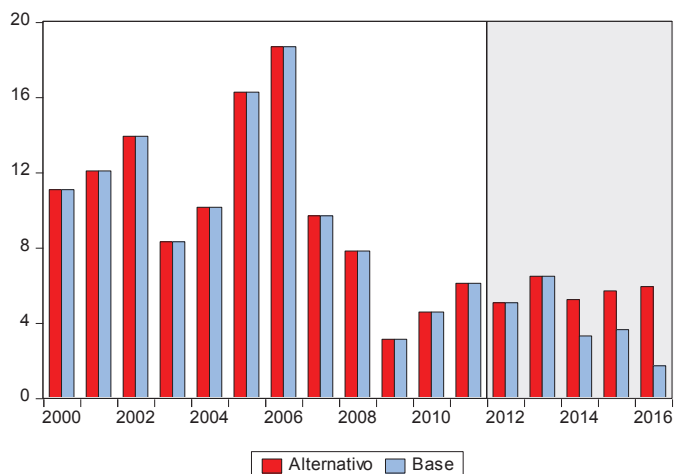
Em suma, espera-se do saldo da conta corrente uma evolução favorável, explicada pelas variações das importações e das exportações ao longo do período, traduzindo o desempenho da economia e sua relação com o exterior. Projecta-se também que as reservas internacionais líquidas projectadas possam regressar ao patamar dos 4 meses de importação de bens e serviços.

Situação monetária

Os pressupostos assumidos no que se refere à evolução dos principais indicadores monetários e financeiros são consistentes com a preservação da estabilidade de preços e da credibilidade do regime cambial, reflectida no reforço do nível de reservas em relação às importações de bens e serviços, e com a disponibilização de recursos internos para o financiamento da actividade económica.

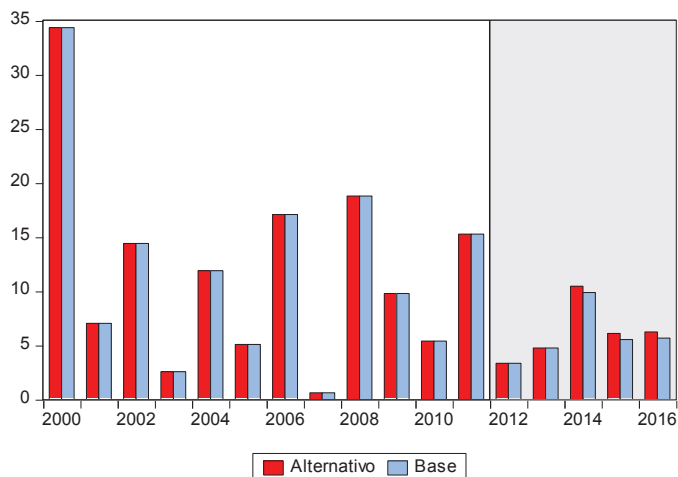
A massa monetária (M2) deverá evidenciar uma variação global em linha com a do PIB, esperando-se assim um crescimento médio de cerca de 4% no cenário base e 5.7% no alternativo.

Figura 5.3.24 – Evolução da Massa Monetária (em %)



A dinâmica do crédito interno líquido (CIL) deverá contribuir para a evolução da massa monetária, prevendo-se um crescimento médio anual de 5.8% e 6.2% nos cenários base e alternativo, respectivamente.

Figura 5.3.25 – Evolução Anual do Crédito Interno

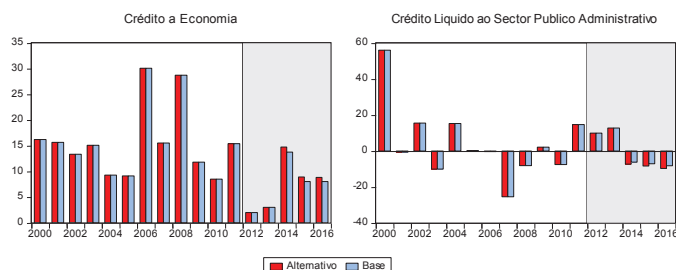


Um melhor desempenho da actividade económica deverá impactar na redução do nível de aversão ao risco do sistema bancário, viabilizando a canalização dos recursos

para o sector privado, o deverá permitir que o crédito à economia cresça em média 6.9% e 7.5%, nos cenários base e alternativo, respectivamente.

O crédito líquido ao sector público administrativo deverá registar um perfil descendente, com o crédito ao sector privado a representar uma maior percentagem do crédito interno.

Figura 5.3.26 – Evolução Anual do Crédito à Economia e Crédito ao SPA



6. Custos e Financiamento da Estratégia de Crescimento e Redução da Pobreza

Finanças Públicas

O comportamento das finanças públicas deverá pautar-se pela continuação de uma gestão prudente, em concordância com a política global de estabilidade macroeconómica, crescimento sustentável e redução da pobreza.

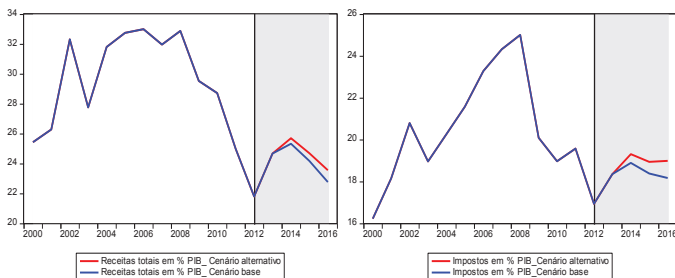
Para a realização das metas propostas no DECRP III será determinante a mobilização de recursos externos, para além dos que estão garantidos até 2016 (cenário base), com o fim de garantir o nível de investimento necessário para a prossecução dos objectivos propostos. Com efeito, não obstante o esforço de contenção das despesas correntes com vista a libertar recursos para o investimento público, a mobilização de recursos externos continua a revelar-se imprescindível à concretização do programa do investimento público, especialmente à luz dos limites ao endividamento interno que a sustentabilidade da política monetária exige.

As projecções apontam que um maior nível de investimento público e privado (cenário alternativo), estrategicamente alocado entre os sectores primário, secundário e terciário, resultam num impacto positivo no crescimento nominal e real do PIB. Este crescimento mais robusto da actividade económica, associado a uma melhoria da eficiência da administração tributária, confere espaço para um maior nível de arrecadação de receitas, levando a que as receitas de imposto se situem em 19% do PIB em 2016, sem incluir a maioria das taxas, dado que estas são consideradas nas receitas não fiscais.

As receitas totais, durante o período de 2012 a 2016, deverão atingir em média de 24.1% do PIB no cenário alternativo, contra 23.7% do PIB no cenário base. Em relação às receitas dos impostos, o valor médio para o período deverá situar-se em torno de 18.5% do PIB no cenário alternativo e 18.1% do PIB no cenário base, o que sugere que os investimentos a realizar darão um impulso

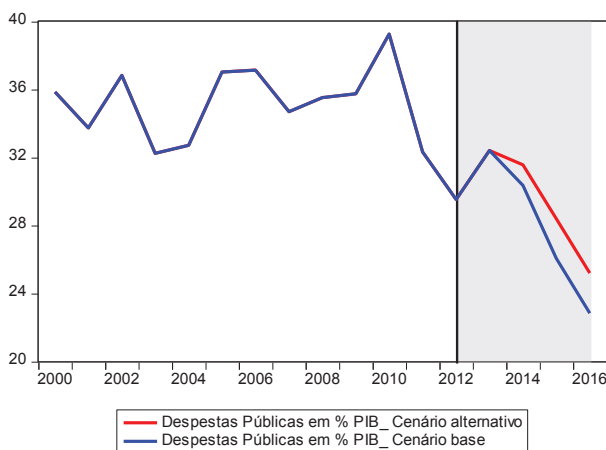
ao crescimento económico, com impactos positivos no nível de fiscalidade, não obstante o denominador ser superior no cenário alternativo. Estima-se que os donativos poderão registar uma média de 2.7% do PIB, nos dois cenários, com uma tendência decrescente nesse período.

Figura 6.0.1 – Evolução das Receitas Totais e de Imposto



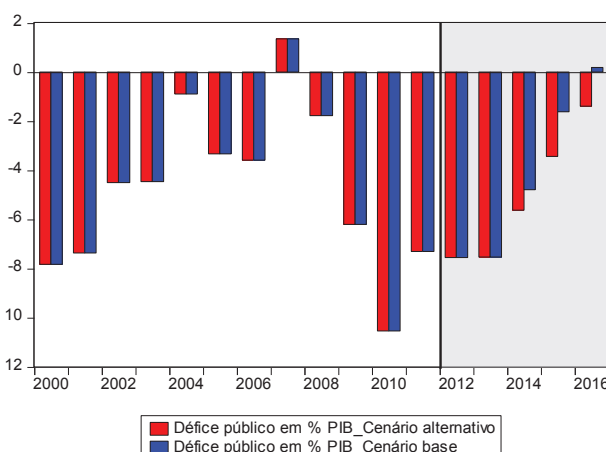
Para a implementação da estratégia de crescimento e redução da pobreza a despesa pública (incluindo investimento) deverá atingir em média 29.6% do PIB, no cenário alternativo. O cenário base aponta para despesas públicas em torno de 28.2%, para o período. O investimento do sector público empresarial, via Orçamento do Estado, representará em média 4.8% do PIB, nos dois cenários.

Figura 6.0.2 – Evolução das Despesas Públicas



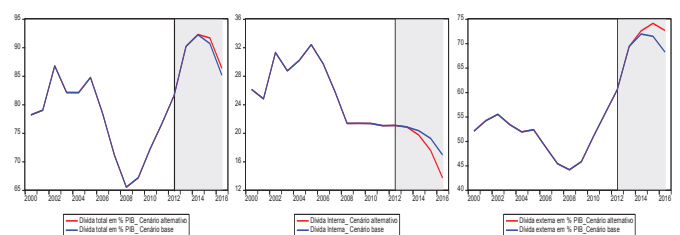
O saldo orçamental global, incluindo donativos, durante o período deverá em média atingir cerca de -5.1% do PIB, enquanto o saldo corrente primário durante o período deverá rondar em média 1.9% do PIB, de acordo com a estratégia. O cenário base implicaria um saldo orçamental global de -4.3% do PIB, em termos médios, e um saldo corrente primário médio de 1.7% do PIB.

Figura 6.0.3 – Evolução do Saldo Global



A dívida pública total deverá atingir 88.4 % do PIB, sendo 18.6% referentes à dívida interna e 69.8% à dívida externa, mantendo-se a natureza essencialmente concessional da carteira de financiamento externo. No cenário base a dívida total ascende a 88% do PIB, com 19.7% do lado interno e 68.3% do lado externo, ligeiramente inferior ao cenário alternativo. Entretanto, neste último, prevê-se uma menor pressão sobre o endividamento interno, dando margem para a sustentabilidade da política monetária e maior espaço para o engajamento do sector privado na estratégia de crescimento económico, para além dos ganhos em termos dos impactos do maior volume de investimentos, em sectores prioritários, a nível do crescimento real da economia e da redução da pobreza.

Figura 6.0.4 – Evolução da Dívida Pública

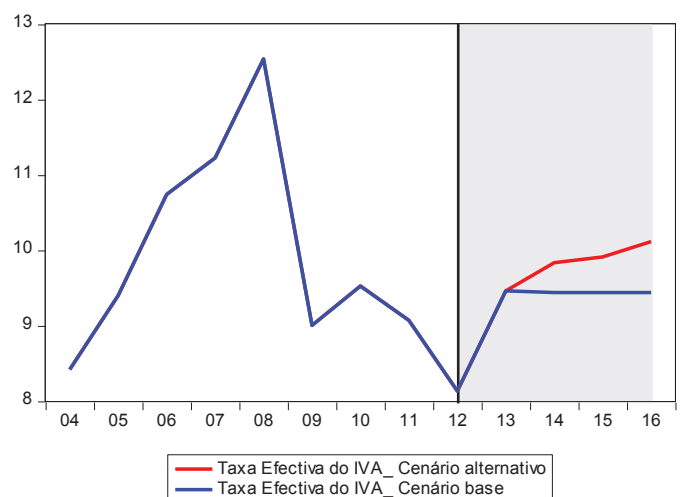


6.1 Quadro Fiscal do DECRP III

Os impostos indirectos deverão representar a maioria das receitas fiscais arrecadadas no período, 70%, com o IVA a destacar-se como a maior fonte de receitas. Do lado dos impostos directos, o Imposto Único sobre o Rendimento – Pessoas Singulares deverá ter uma melhor performance que o Imposto Único sobre Rendimento – Pessoas Colectivas.

As medidas de reforma da administração tributária deverão permitir alcançar taxas efectivas dos impostos mais elevados, como reflexo da melhoria da eficiência tributária. Entretanto, tendo em conta o contexto económico externo e interno menos favorável, não se prevê que as taxas efectivas venham a registar, até 2016, os níveis máximos registados no passado.

Figura 6.1.1 – Taxa Efectiva do IVA



Quadro 6.1.1 – Estrutura das receitas fiscais no cenário alternativo

	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Impostos (Receitas Fiscais Totais - RFT)	100	100	100	100	100	100	100	100
Impostos Directos	32	30	29	32	30	30	29	29
Imposto Unico sobre Rendimentos	32	30	29	32	30	30	29	29
IUR-PS	17	18	16	19	17	17	17	16
IUR-PC	14	12	13	14	13	13	13	12
Outros Impostos sobre Rendimentos	0	0	0	0	0	0	0	0
Impostos Indirectos	68	70	71	68	70	70	71	71
Impostos sobre Bens e Servicos	43	46	47	44	48	47	48	49
Sobre Bens e Servicos	38	40	39	37	40	38	38	38
Imposto Sobre o Valor Acrescentado	38	40	39	37	40	38	38	38
IVA DGA	23	24	26	24	22	20	19	18
IVA DGCI	15	17	14	13	17	18	19	20
Sobre Consumo	4	5	6	5	6	7	9	9
Imposto Consumo Especial	4	5	6	5	6	7	9	9
Outros Impostos	1	1	2	2	2	2	2	2
Taxa Ecologica	1	1	2	2	2	2	2	2
Outros	0	0	0	0	0	0	0	0
Impostos Sobre Transacoes Internacionais	21	21	21	21	19	18	18	18
Direitos de Importacao	20	21	20	20	18	17	17	18
Taxa Comunitaria CEDEAO	1	1	1	1	1	1	1	1
Outros Impostos	4	3	3	3	3	4	4	4
Imposto de Selo	4	3	3	3	3	4	4	4
Imposto Especial sobre Jogos	0	0	0	0	0.5	0.5	0.6	0.6
Outros	0	0	0	0	0	0	0	0

Quadro 6.1.2 – Nível de fiscalidade (imposto em % PIB) – cenário alternativo

	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Imposto único sobre rendimento	6.4	5.8	5.8	5.5	5.5	5.8	5.6	5.4
Imposto sobre bens e serviços	8.8	8.8	9.2	7.5	8.7	9.2	9.1	9.3
Imposto sobre comercio internacional	4.3	4.1	4.1	3.5	3.5	3.5	3.4	3.5
Outros impostos indirectos	0.8	0.5	0.6	0.5	0.6	0.8	0.8	0.8
Impostos totais	20.2	19.3	19.6	16.9	18.4	19.3	18.9	19.0

A não materialização dos pressupostos assumidos no cenário alternativo, implicam um cenário de crescimento económico menos favorável, patente no cenário base e que conduz a níveis de fiscalidade inferiores.

Quadro 6.1.3 – Estrutura das receitas fiscais – cenário base

	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Impostos (Receitas Fiscais Totais - RFT)	100	100	100	100	100	100	100	100
Impostos Directos	32	30	29	32	30	31	30	30
Imposto Unico sobre Rendimentos	32	30	29	32	30	31	30	30
IUR-PS	17	18	16	19	17	18	17	17
IUR-PC	14	12	13	14	13	13	13	13
Outros Impostos sobre Rendimentos	0	0	0	0	0	0	0	0
Impostos Indirectos	68	70	71	68	70	69	70	70
Impostos sobre Bens e Servicos	43	46	47	44	48	47	47	47
Sobre Bens e Servicos	38	40	39	37	40	38	37	36
Imposto Sobre o Valor Acrescentado	38	40	39	37	40	38	37	36
IVA DGA	23	24	26	24	22	20	19	18
IVA DGCI	15	17	14	13	17	18	18	19
Sobre Consumo	4	5	6	5	6	7	9	9
Imposto Consumo Especial	4	5	6	5	6	7	9	9
Outros Impostos	1	1	2	2	2	2	2	2
Taxa Ecologica	1	1	2	2	2	2	2	2
Outros	0	0	0	0	0	0	0	0
Impostos Sobre Transacoes Internacionais	21	21	21	21	19	18	18	19
Direitos de Importacao	20	21	20	20	18	17	18	18
Taxa Comunitaria CEDEAO	1	1	1	1	1	1	1	1
Outros Impostos	4	3	3	3	3	4	4	4
Imposto de Selo	4	3	3	3	3	4	4	4
Imposto Especial sobre Jogos	0	0	0	0	0.5	0.5	0.6	0.6
Outros	0	0	0	0	0	0	0	0

Quadro 6.1.4 – Nível de fiscalidade (imposto em % do PIB) – cenário base

	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Imposto único sobre rendimento	6.4	5.8	5.8	5.5	5.5	5.8	5.5	5.4
Imposto sobre bens e serviços	8.8	8.8	9.2	7.5	8.7	8.8	8.7	8.6
Imposto sobre comercio internacional	4.3	4.1	4.1	3.5	3.5	3.5	3.4	3.4
Outros impostos indirectos	0.8	0.5	0.6	0.5	0.6	0.8	0.8	0.8
Impostos totais	20.2	19.3	19.6	16.9	18.4	18.9	18.4	18.2

6.2 Quadro Despesas do DECRP III

Durante o período de vigência do DECRPIII, as despesas totais verão atingir em média 29.6% do PIB, repartidos em 21.5% para as rubricas das despesas correntes e 8.1% para os activos não financeiros. Importa referir que 2013 coincide com pico máximo de realização de despesas, passando, a partir de 2014, a assumir um comportamento decrescente. Os investimentos do sector público empresarial correspondem aos empréstimos retrocedidos pelo Governo a empresas públicas e deverão atingir em média cerca de 4.8% do PIB, entre 2012 e 2016.

Quadro 6.2.1 – Despesas Públicas – cenário alternativo

Rubrica	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Despesas com Pessoal	14,207	14,810	15,616	16,755	17,768	18,988	19,856	20,271
Aquisicao de Bens e Servicos	5,294	5,171	4,697	5,587	6,828	7,564	7,344	7,195
Juros Correntes Total	1,861	2,173	2,256	2,470	3,681	3,941	4,277	4,524
Juros Divida Interna	1,271	1,460	1,404	1,410	1,850	1,806	1,772	1,676
Juros Divida Externa	547	699	852	1,000	1,753	2,109	2,474	2,815
Outros Encargos da Divida	43	14	0	60	78	25	30	34
Subsidios	874	752	1,020	439	450	622	637	654
Transferencias Correntes	3,781	4,939	4,710	4,022	4,637	5,155	5,393	5,500
Beneficios Sociais	2,890	2,893	3,551	3,620	3,852	4,638	5,039	5,150
Outras Despesas Correntes	3,252	2,362	2,052	2,468	2,524	3,338	3,700	3,474
Despesas Correntes Totais	32,159	33,099	33,901	35,361	39,740	44,266	46,247	46,768
Compra de Activos não Financeiros	13,268	21,214	14,923	12,632	17,663	18,052	16,045	14,860
Total das Despesas	45,427	54,313	48,824	47,993	57,403	62,317	62,292	61,628
Investimento do sector público empresarial (ISPE)	836	1,430	5,331	5,449	11,279	11,002	11,680	7,400
Total incluindo ISPE	46,262	55,743	54,156	53,442	68,682	73,319	73,973	69,028

A não-mobilização de recursos adicionais, para viabilizar a implementação da estratégia, resultaria, no actual cenário de despesas, em impactos negativos a nível do crescimento económico. No cenário base, as despesas totais atingem em média 28.2% do PIB, assumindo as rubricas das despesas correntes 21.3% do PIB e a compra de activos não financeiros 7%. Os activos não financeiros desempenham um importante papel na formação bruta de capital fixo, daí que este cenário estaria menos propenso a contribuir para o crescimento real da economia.

Quadro 6.2.2 – Despesas Públicas (cenário base)

Rubrica	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Despesas com Pessoal	14,207	14,810	15,616	16,755	17,768	18,988	19,856	20,271
Aquisicao de Bens e Servicos	5,294	5,171	4,697	5,587	6,828	7,032	6,279	5,917
Juros Correntes Total	1,861	2,173	2,256	2,470	3,681	3,890	4,110	4,222
Juros Divida Interna	1,271	1,460	1,404	1,410	1,850	1,806	1,772	1,676
Juros Divida Externa	547	699	852	1,000	1,753	2,059	2,310	2,518
Outros Encargos da Divida	43	14	0	60	78	24	28	29
Subsidios	874	752	1,020	439	450	619	632	648
Transferencias Correntes	3,781	4,939	4,710	4,022	4,637	5,076	5,235	5,311
Beneficios Sociais	2,890	2,893	3,551	3,620	3,852	4,600	4,924	5,012
Outras Despesas Correntes	3,252	2,362	2,052	2,468	2,524	3,285	3,595	3,348
Despesas Correntes Totais	32,159	33,099	33,901	35,361	39,740	43,491	44,631	44,728
Compra de Activos não Financeiros	13,268	21,214	14,923	12,632	17,663	15,657	11,244	9,105
Total das Despesas	45,427	54,313	48,824	47,993	57,403	59,148	55,874	53,833
Investimento do sector público empresarial (ISPE)	836	1,430	5,331	5,449	11,279	11,002	11,680	7,400
Total incluindo ISPE	46,262	55,743	54,156	53,442	68,682	70,150	67,555	61,233

6.3 O Orçamento da Estratégia de Crescimento e de Redução da Pobreza

A implementação do DECRP III será o quadro de referência para a afectação de recursos ao longo do período de 2012 a 2016, e implicará um esforço considerável de mobilização de recursos externos. Os custos da implementação da estratégia estão sintetizados no quadro seguinte e totalizam nesse período 291.634 milhões de escudos, dos quais 79.252 milhões de escudos em activos não financeiros e 212.383 milhões de escudos em despesas correntes, decorrentes das medidas e actividades específicas associadas à implementação do DECRP III. O investimento do sector público empresarial mobilizado pelo Governo totaliza 46.810 milhões de escudos nesse período.

Quadro 6.3.1 – Tabela de Operações Financeiras do Estado do DECRP III (Cenário Alternativo)

	em milhões de escudos							Taxa de crescimento em %								% do PIB Projectado MFP							
	Execução		Est	Reprog.	Projeção																		
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016		
Receitas Totais	39,725	37,746	35,431	43,707	50,739	54,170	57,617	6%	-5%	-6%	23%	16%	7%	6%	29.2%	25.1%	21.8%	24.7%	25.7%	24.7%	23.6%		
Receitas correntes	30,239	33,547	31,553	38,738	43,849	47,870	53,451	1%	11%	-6%	23%	13%	9%	12%	22.2%	22.3%	19.4%	21.9%	22.2%	21.8%	21.9%		
Receitas fiscais - Impostos	26,241	29,563	27,513	32,513	38,121	41,547	46,443	3%	13%	-7%	18%	17%	9%	12%	19.3%	19.6%	16.9%	18.4%	19.3%	18.9%	19.0%		
Outras Receitas	3,998	3,984	4,040	6,224	5,728	6,323	7,008	-10%	0%	1%	54%	-8%	10%	11%	2.9%	2.6%	2.5%	3.5%	2.9%	2.9%	2.9%		
Receitas de capital	9,486	4,199	3,879	4,970	6,890	6,299	4,166	26%	-56%	-8%	28%	39%	-9%	-34%	7.0%	2.8%	2.4%	2.8%	3.5%	2.9%	1.7%		
Donativos	9,486	4,199	3,879	4,966	6,890	6,299	4,166	26%	-56%	-8%	28%	39%	-9%	-34%	7.0%	2.8%	2.4%	2.8%	3.5%	2.9%	1.7%		
Despesas Totais	33,099	33,901	35,361	39,740	44,266	46,247	46,768	3%	2%	4%	12%	11%	4%	1%	24.3%	22.5%	21.8%	22.4%	22.4%	21.1%	19.1%		
Despesas correntes	33,099	33,901	35,361	39,740	44,266	46,247	46,768	3%	2%	4%	12%	11%	4%	1%	24.3%	22.5%	21.8%	22.4%	22.4%	21.1%	19.1%		
Despesas com pessoal	14,810	15,616	16,755	17,768	18,988	19,856	20,271	4%	5%	7%	6%	7%	5%	2%	10.9%	10.4%	10.3%	10.0%	9.6%	9.1%	8.3%		
Aquisição de Bens e Serviços	5,171	4,697	5,587	6,828	7,564	7,344	7,195	-2%	-9%	19%	22%	11%	-3%	-2%	3.8%	3.1%	3.4%	3.9%	3.8%	3.3%	2.9%		
Juros da dívida	2,173	2,256	2,470	3,681	3,941	4,277	4,524	17%	4%	9%	49%	7%	9%	6%	1.6%	1.5%	1.5%	2.1%	2.0%	1.9%	1.8%		
Subsídios	752	1,020	439	450	622	637	654	-14%	36%	-57%	3%	38%	2%	3%	0.6%	0.7%	0.3%	0.3%	0.3%	0.3%	0.3%		
Transferências correntes	4,939	4,710	4,022	4,637	5,155	5,393	5,500	31%	-5%	-15%	15%	11%	5%	2%	3.6%	3.1%	2.5%	2.6%	2.6%	2.5%	2.2%		
Benefícios Sociais	2,893	3,551	3,620	3,852	4,658	5,039	5,150	0%	23%	2%	6%	21%	8%	2%	2.1%	2.4%	2.2%	2.2%	2.4%	2.3%	2.1%		
Outras despesas Correntes	2,362	2,052	2,468	2,524	3,338	3,700	3,474	-27%	-13%	20%	2%	32%	11%	-6%	1.7%	1.4%	1.5%	1.4%	1.7%	1.7%	1.4%		
Resultado Operacional Bruto	6,626	3,845	71	3,967	6,473	7,922	10,848	-	-	-	-	-	-	-	4.9%	2.6%	0.0%	2.2%	3.3%	3.6%	4.4%		
Activos não Financeiros	21,209	14,881	12,348	17,313	17,583	15,458	14,260	60%	-30%	-17%	40%	2%	-12%	-8%	15.6%	9.9%	7.6%	9.8%	8.9%	7.0%	5.8%		
Compra de activos não Financeiros	21,214	14,923	12,632	17,663	18,052	16,045	14,860	60%	-30%	-15%	40%	2%	-11%	-7%	15.6%	9.9%	7.8%	10.0%	9.1%	7.3%	6.1%		
Venda de activos não Financeiros	4	42	284	350	469	587	600	-77%	886%	577%	23%	34%	25%	2%	0.0%	0.0%	0.2%	0.2%	0.2%	0.3%	0.2%		
Saldo global	-14,584	-11,036	-12,277	-13,346	-11,109	-7,536	-3,412	-	-	-	-	-	-	-	-10.7%	-7.3%	-7.6%	-7.5%	-5.6%	-3.4%	-1.4%		
Saldo Corrente	-2,860	-354	-3,808	-1,003	-417	1,623	6,682								-2.1%	-0.2%	-2.3%	-0.6%	-0.2%	0.7%	2.7%		
Saldo global primário	-12,411	-8,780	-9,807	-9,665	-7,168	-3,259	1,113								-9.1%	-5.8%	-6.0%	-5.5%	-3.6%	-1.5%	0.5%		
Saldo primário corrente	-687	1,902	-1,338	2,678	3,524	5,900	11,207								-0.5%	1.3%	-0.8%	1.5%	1.8%	2.7%	4.6%		
Financiamento	14,066	10,913	12,277	13,346	11,109	7,536	3,412	-	-	-	-	-	-	-	10.3%	7.3%	7.6%	7.5%	5.6%	3.4%	1.4%		
Activos Financeiros	-1,445	-5,378	-6,426	-13,841	-11,788	-11,951	-7,521								-1.1%	-3.6%	-4.0%	-7.8%	-6.0%	-5.4%	-3.1%		
Empréstimo concedidos	-1,430	-5,331	-5,426	-11,279	-11,002	-11,680	-7,400								-1.1%	-3.5%	-3.3%	-6.4%	-5.6%	-5.3%	-3.0%		
Acções e outras Participações	-15	-46	-1,000	-1,500	0	0	0								0.0%	0.0%	-0.6%	-0.8%	0.0%	0.0%	0.0%		
Outros Activos	0	0	0	-1,062	-786	-271	-121																
Passivos Financeiros	15,512	16,291	18,703	27,187	22,897	19,487	10,932								11.4%	10.8%	11.5%	15.3%	11.6%	8.9%	4.5%		
Interno Líquido	988	2,119	5,008	2,699	1,283	-1,124	-5,660								0.7%	1.4%	3.1%	1.5%	0.6%	-0.5%	-2.3%		
Externo Líquido	14,524	14,172	13,695	24,488	21,614	20,611	16,592								10.7%	9.4%	8.4%	13.8%	10.9%	9.4%	6.8%		
Erros e Omissões	-517	-123	0	0	0	0	0								-0.4%	-0.1%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%		
Saldo global (em % do PIB)	-10.7	-7.3	-7.6	-7.5	-5.6	-3.4	-1.4																
Crédito Interno Líquido	0.7	1.4	3.1	1.5	0.6	-0.5	-2																
Saldo corrente (em % do PIB)	-2.1	-0.2	-2.3	-0.6	-0.2	0.7	2.7																
Saldo global primário (em % do PIB)	-9.1	-5.8	-6.0	-5.5	-3.6	-1.5	0.5																
Saldo primário corrente (em % PIB)	-0.5	1.3	-0.8	1.5	1.8	2.7	4.6																
Interno Líquido (em % PIB)	0.7	1.4	3.1	1.5	0.6	-0.5	-2.3																
Externo Líquido (em % PIB)	10.7	9.4	8.4	13.8	10.9	9.4	6.8																
PIB Nominal_Cenário alternativo	136,173	150,471	162,509	177,135	197,452	219,386	244,589																

No cenário base, as despesas públicas totalizam 274.252 milhões de escudos, dos quais 66.300 milhões de escudos em activos não financeiros e 207.952 milhões de escudos em despesas correntes. O investimento do sector público empresarial mobilizado pelo Governo totaliza 46.810 milhões de escudos nesse período.

Quadro 6.3.2 – Tabela de Operações Financeiras do Estado (cenário base)

	em milhões de escudos							Taxa de crescimento em %								% do PIB Projectado MFP					
	Execução		Est	Reprog.	Projeção			Taxa de crescimento em %								% do PIB Projectado MFP					
	2010	2011	2012	2013	2014	2015		2016	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Receitas Totais	39,725	37,746	35,431	43,707	49,344	51,824	53,673	5.9%	-5.0%	-6.1%	23.4%	12.9%	5.0%	3.6%	29.2%	25.1%	21.8%	24.7%	25.3%	24.2%	22.8%
Receitas correntes	30,239	33,547	31,553	38,738	42,454	45,525	49,507	0.8%	10.9%	-5.9%	22.8%	9.6%	7.2%	8.7%	22.2%	22.3%	19.4%	21.9%	21.8%	21.2%	21.0%
Receitas fiscais - Impostos	26,241	29,563	27,513	32,513	36,804	39,405	42,828	2.8%	12.7%	-6.9%	18.2%	13.2%	7.1%	8.7%	19.3%	19.6%	16.9%	18.4%	18.9%	18.4%	18.2%
Outras Receitas	3,998	3,984	4,040	6,224	5,650	6,120	6,679	-10.3%	-0.3%	1.4%	54.1%	-9.2%	8.3%	9.1%	2.9%	2.6%	2.5%	3.5%	2.9%	2.9%	2.8%
Receitas de capital	9,486	4,199	3,879	4,970	6,890	6,299	4,166	25.9%	-55.7%	-7.6%	28.1%	38.6%	-8.6%	-33.9%	7.0%	2.8%	2.4%	2.8%	3.5%	2.9%	1.8%
Donativos	9,486	4,199	3,879	4,966	6,890	6,299	4,166	25.9%	-55.7%	-7.6%	28.0%	38.7%	-8.6%	-33.9%	7.0%	2.8%	2.4%	2.8%	3.5%	2.9%	1.8%
OFN	0	0	0	4	0	0	0														
Despesas Totais	33,099	33,901	35,361	39,740	43,491	44,631	44,728	2.9%	2.4%	4.3%	12.4%	9.4%	2.6%	0.2%	24.3%	22.5%	21.8%	22.4%	22.3%	20.8%	19.0%
Despesas correntes	33,099	33,901	35,361	39,740	43,491	44,631	44,728	2.9%	2.4%	4.3%	12.4%	9.4%	2.6%	0.2%	24.3%	22.5%	21.8%	22.4%	22.3%	20.8%	19.0%
Despesas com pessoal	14,810	15,616	16,755	17,768	18,988	19,856	20,271	4.2%	5.4%	7.3%	6.0%	6.9%	4.6%	2.1%	10.9%	10.4%	10.3%	10.0%	9.7%	9.3%	8.6%
Aquisição de Bens e Serviços	5,171	4,697	5,587	6,828	7,032	6,279	5,917	-2.3%	-9.2%	18.9%	22.2%	3.0%	-10.7%	-5.8%	3.8%	3.1%	3.4%	3.9%	3.6%	2.9%	2.5%
Juros da dívida	2,173	2,256	2,470	3,681	3,890	4,110	4,222	16.7%	3.8%	9.5%	49.0%	5.7%	5.7%	2.7%	1.6%	1.5%	1.5%	2.1%	2.0%	1.9%	1.8%
Interna	1,460	1,404	1,410	1,850	1,806	1,772	1,676	14.8%	-3.8%	0.4%	31.2%	-2.3%	-1.9%	-5.4%	1.1%	0.9%	0.9%	1.0%	0.9%	0.8%	0.7%
Externa	699	852	1,000	1,753	2,059	2,310	2,518	27.8%	21.8%	17.5%	75.3%	17.5%	12.2%	9.0%	0.5%	0.6%	0.6%	1.0%	1.1%	1.1%	1.1%
Outros Encargos	14	0	60	78	24	28	29	-68.3%	-100.0%	+100%	30.0%	-69.1%	14.2%	3.6%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%
Subsídios	752	1,020	439	450	619	632	648	-14.0%	35.7%	-57.0%	2.7%	37.5%	2.0%	2.6%	0.6%	0.7%	0.3%	0.3%	0.3%	0.3%	0.3%
Transferências correntes	4,939	4,710	4,022	4,637	5,076	5,235	5,311	30.6%	-4.6%	-14.6%	15.3%	9.5%	3.1%	1.4%	3.6%	3.1%	2.5%	2.6%	2.6%	2.4%	2.3%
Benefícios Sociais	2,893	3,551	3,620	3,852	4,600	4,924	5,012	0.1%	22.8%	2.0%	6.4%	19.4%	7.0%	1.8%	2.1%	2.4%	2.2%	2.2%	2.4%	2.3%	2.1%
Outras despesas Correntes	2,362	2,052	2,468	2,524	3,285	3,595	3,348	-27.4%	-13.1%	20.3%	2.3%	30.1%	9.4%	-6.9%	1.7%	1.4%	1.5%	1.4%	1.7%	1.7%	1.4%
Resultado Operacional Bruto	6,626	3,845	71	3,967	5,853	7,193	8,945	-	-	-	-	-	-	-	4.9%	2.6%	0.0%	2.2%	3.0%	3.4%	3.8%
Activos não Financeiros	21,209	14,881	12,348	17,313	15,188	10,657	8,505	60.1%	-29.8%	-17.0%	40.2%	-12.3%	-29.8%	-20.2%	15.6%	9.9%	7.6%	9.8%	7.8%	5.0%	3.6%
Compra de activos não Financeiros	21,214	14,923	12,632	17,663	15,657	11,244	9,105	59.9%	-29.7%	-15.4%	39.8%	-11.4%	-28.2%	-19.0%	15.6%	9.9%	7.8%	10.0%	8.0%	5.2%	3.9%
Venda de activos não Financeiros	4	42	284	350	469	587	600	-76.9%	885.9%	576.6%	23.1%	34.0%	25.2%	2.2%	0.0%	0.0%	0.2%	0.2%	0.2%	0.3%	0.3%
Saldo global	-14,584	-11,036	-12,277	-13,346	-9,335	-3,464	440	-	-	-	-	-	-	-	-10.7%	-7.3%	-7.6%	-7.5%	-4.8%	-1.6%	0.2%
Saldo Corrente	-2,860	-354	-3,808	-1,003	-1,037	894	4,779								-2.1%	-0.2%	-2.3%	-0.6%	-0.5%	0.4%	2.0%
Saldo global primário	-12,411	-8,780	-9,807	-9,665	-5,445	646	4,662								-9.1%	-5.8%	-6.0%	-5.5%	-2.8%	0.3%	2.0%
Saldo primário corrente	-687	1,902	-1,338	2,678	2,852	5,004	9,001								-0.5%	1.3%	-0.8%	1.5%	1.5%	2.3%	3.8%
Financiamento	14,066	10,913	12,277	13,346	9,335	3,464	-440	-	-	-	-	-	-	-	10.3%	7.3%	7.6%	7.5%	4.8%	1.6%	-0.2%
Activos Financeiros	-1,445	-5,378	-6,426	-13,841	-11,002	-11,680	-7,400								-1.1%	-3.6%	-4.0%	-7.8%	-5.6%	-5.4%	-3.1%
Empréstimo concedidos	-1,430	-5,331	-5,426	-11,279	-11,002	-11,680	-7,400								-1.1%	-3.5%	-3.3%	-6.4%	-5.6%	-5.4%	-3.1%
Acções e outras Participações	-15	-46	-1,000	-1,500	0	0	0								0.0%	0.0%	-0.6%	-0.8%	0.0%	0.0%	0.0%
Outros Activos	0	0	0	-1,062	0	0	0														
Passivos Financeiros	15,512	16,291	18,703	27,187	20,337	15,144	6,959								11.4%	10.8%	11.5%	15.3%	10.4%	7.1%	3.0%
Interno Líquido	988	2,119	5,008	2,699	1,933	876	-2,085								0.7%	1.4%	3.1%	1.5%	1.0%	0.4%	-0.9%
Externo Líquido	14,524	14,172	13,695	24,488	18,404	14,267	9,045								10.7%	9.4%	8.4%	13.8%	9.4%	6.7%	3.8%
Erros e Omissões	-517	-123	0	0	0	0	0								-0.4%	-0.1%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%
Saldo global (em % do PIB)	-10.7	-7.3	-7.6	-7.5	-4.8	-1.6	0.2														
Crédito Interno Líquido	0.7	1.4	3.1	1.5	1.0	0.4	-1														
Saldo corrente (em % do PIB)	-2.1	-0.2	-2.3	-0.6	-0.5	0.4	2.0														
Saldo global primário(em % do PIB)	-9.1	-5.8	-6.0	-5.5	-2.8	0.3	2.0														
Saldo primário corrente (em % PIB)	-0.5	1.3	-0.8	1.5	1.5	2.3	3.8														
Interno Líquido (em % PIB)	0.7	1.4	3.1	1.5	1.0	0.4	-0.9														
Externo Líquido(em % PIB)	10.7	9.4	8.4	13.8	9.4	6.7	3.8														
PIB Nominal_ Cenário base	136,173	150,471	162,509	177,135	194,848	214,333	235,767														

6.4 Financiamento do DECRP III

O DECRP III será financiado com recursos internos e recursos externos, estes últimos provenientes da ajuda bilateral e multilateral ao desenvolvimento. Cada fonte de financiamento depende de vários factores, entre os quais se destaca a capacidade de mobilizar a comunidade de países e organizações de doadores, face aos objectivos de crescimento, desenvolvimento e redução da pobreza em Cabo Verde.

Preconiza-se que o financiamento da estratégia seja realizado maioritariamente com recurso a empréstimos externos concessionais. A mobilização de recursos internos e externos deverá resultar numa acumulação do stock da dívida de 88.4% do PIB em termos médios, entre 2012-2016, sendo 18.6% referentes à dívida interna e 69.8% à dívida externa e registando uma tendência decrescente.

Quadro 6.4.1 – Evolução das Operações de Financiamento do COMP (cenário alternativo)

Rubrica	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Financiamento	7,782	14,066	10,913	12,277	13,346	11,109	7,536	3,412
Activos Financeiros	-836	-1,445	-5,378	-6,426	-13,841	-11,788	-11,951	-7,521
Reembolso de Empréstimo de Retrocesso	24	29	31	23	238	216	217	218
Investimento do sector público empresarial	-860	-1,459	-5,362	-5,449	-11,516	-11,218	-11,897	-7,617
Accoes e Outras Participações	0	-15	-46	-1,000	-1,500	0	0	0
Outros Activos					-1,062	-786	-271	-121
Passivos Financeiro	8,618	15,512	16,291	18,703	27,187	22,897	19,487	10,932
Interno Líquido	2,317	988	2,119	5,008	2,699	1,283	-1,124	-5,660
Amortizações	0	0	0	-3,435	-5,718	-3,430	-3,677	-5,660
Empréstimos Obtidos	0	0	0	6,417	8,417	4,713	2,553	0
Externo Líquido	6,301	14,524	14,172	13,695	24,488	21,614	20,611	16,592
Desembolsos	8,248	16,498	15,987	15,278	26,488	23,745	22,883	18,983
Amortizações Programadas	-1,947	-1,975	-1,815	-1,582	-2,001	-2,131	-2,272	-2,391

A predominância do financiamento externo maioritariamente concessional mantém-se igualmente no cenário base, associado a um stock da dívida externa de 68.3% do PIB, em termos médios. A dívida total deverá atingir 88% do PIB, em termos médios, e a interna 19.7%.

Quadro 6.4.2 – Evolução das Operações de Financiamento do COMP (cenário base)

Rubrica	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Financiamento	7,782	14,066	10,913	12,277	13,346	9,335	3,464	-440
Activos Financeiros	-836	-1,445	-5,378	-6,426	-13,841	-11,002	-11,680	-7,400
Reembolso de Empréstimo de Retrocesso	24	29	31	23	238	216	217	218
Investimento do sector público empresarial	-860	-1,459	-5,362	-5,449	-11,516	-11,218	-11,897	-7,617
Accoes e Outras Participações	0	-15	-46	-1,000	-1,500	0	0	0
Outros Activos					-1,062	0	0	0
Passivos Financeiro	8,618	15,512	16,291	18,703	27,187	20,337	15,144	6,959
Interno Líquido	2,317	988	2,119	5,008	2,699	1,933	876	-2,085
Amortizações	0	0	0	-3,435	-5,718	-3,430	-3,677	-3,085
Empréstimos Obtidos	0	0	0	6,417	8,417	5,363	4,553	1,000
Externo Líquido	6,301	14,524	14,172	13,695	24,488	18,404	14,267	9,045
Desembolsos	8,248	16,498	15,987	15,278	26,488	20,535	16,540	11,435
Amortizações Programadas	-1,947	-1,975	-1,815	-1,582	-2,001	-2,131	-2,272	-2,391

A possibilidade de cumprir na íntegra as metas preconizadas nos quadros lógicos dos programas e as metas globais de efeito e impacto apresentadas no capítulo 5 está intrinsecamente ligada à implementação do cenário alternativo. Para além de um melhor desempenho das receitas internas que permita um maior financiamento interno, a implementação do cenário alternativo estará condicionada pela mobilização adicional de donativos e empréstimos nas modalidades de apoio orçamental e apoio a projectos. Neste quadro, o gap de financiamento é representado pela diferença entre o cenário alternativo e o cenário base. O gap é também influenciado significativamente pelo impacto do contexto externo na economia nacional.

7. DECRP III: Riscos na Implementação

A implementação, seguimento e avaliação do DECRP III é um exercício complexo e comporta diversos riscos. Os riscos podem dividir-se em três categorias: Externos, Domésticos e Operacionais. Os Riscos Externos estão associados à evolução da crise económica mundial, à disponibilidade da ajuda orçamental, à mobilização de investimento directo estrangeiro e ao volume de remessas de cabo-verdianos residentes no exterior. Os Riscos Domésticos estão associados ao comportamento do sector privado e às incertezas climáticas. Os Riscos Operacionais estão associados à disponibilidade dos elementos técnicos e quadro institucional necessários para a implementação do DECRP III e à montagem de um sistema apropriado de seguimento e avaliação.

Riscos Externos

As estimativas apontam que a economia cabo-verdiana continue a crescer a ritmo relativamente moderado, não obstante a condição externa globalmente adversa. O desempenho da economia cabo-verdiana no período de execução do DECRP III estará fortemente condicionado pelas incertezas advindas da evolução económico-financeira global. A gestão macroeconómica será condicionada por este contexto, pondo em causa a realização das metas estipuladas para o período.

Os desenvolvimentos da conjuntura internacional vão determinar a evolução da ajuda orçamental, do Investimento Directo Estrangeiro (IDE) e das exportações de serviços, movidas pela evolução das receitas de turismo. Do mesmo modo, a evolução da crise internacional determinará a evolução das remessas dos cabo-verdianos no exterior.

Para acautelar e mitigar risco nesta frente, o DECRP III contempla conforme descrito dois cenários que definem as acções do Governo face à evolução da economia mundial. O cenário base assume que a economia mundial cumpre as perspectivas económicas do Fundo Monetário Internacional (FMI) de Abril de 2012. Neste cenário, as economias da zona euro deverão registrar taxas de crescimento nula com especial ênfase nos países afectados pela crise da dívida soberana. A economia portuguesa

deverá contrair 3,3% em 2012, devendo depois registrar um leve crescimento ao longo do período do DECRP III. As perspectivas do FMI apontam para uma redução do IDE em Cabo Verde e uma desaceleração das remessas provenientes de cabo-verdianos no exterior. No que diz respeito aos preços internacionais, o FMI alertou para o risco das tensões geopolíticas no Médio Oriente que podem ter um impacto nefasto no aumento dos preços de petróleo.

O cenário alternativo ou optimista contemplado pelo DECRP III é já um cenário que assume uma superação da crise económica financeira mundial. Neste cenário, as economias da Zona Euro deverão registrar taxas de crescimento superiores em 2 pontos percentuais às taxas definidas no cenário base a partir de 2014. O IDE em Cabo Verde registraria uma recuperação significativa à semelhança das remessas dos cabo-verdianos no exterior. Em decorrência do retomar do crescimento da economia mundial, esse cenário assumiria um aceleração de inflação nos países da Zona Euro.

A consideração de dois cenários permitirá ao DECRP III definir um espectro de opções estratégicas que vão contribuir para mitigar o risco das incertezas associadas ao desenvolvimento da economia mundial ao longo do período de implementação.

Riscos Domésticos

No plano doméstico o maior risco na implementação do DECRP III corresponde ao engajamento apropriado do sector privado com os objectivos do plano tendo em conta que o sucesso de implementação da estratégia aposta no envolvimento destes agentes económicos e também em empresas públicas e organizações da sociedade civil.

Neste quadro, um suposto fulcral do DECRP III é a participação do sector privado na mobilização de recursos em cada um dos “clusters” identificados. Em particular, a mobilização do investimento privado nos clusters de Agro Negócios, Economia Marítima e Turismo será fulcral para atingir os objectivos do Programa do Governo e consequentemente do DECRP III. Os níveis significativos de investimento público em infra estruturação contemplados no DECRP III para estes clusters necessitam de ser replicados com um igual acréscimo na dinâmica do investimento privado no sentido de se poderem atingir as metas definidas no DECRP III.

Um segundo desafio do DECRP III é o envolvimento do Sector Empresarial do Estado cujas acções reflectidas nos respectivos planos de negócio devem convergir e ser coerentes com as metas e iniciativas com a implementação da estratégia. As empresas públicas (ENAPOR, ASA, IFH, e ELECTRA, entre outras) vão assumir parte dos investimentos públicos a serem financiados com empréstimos garantidos com o aval do Governo a serem pagos com as receitas geradas pelas próprias empresas

públicas. Neste quadro, a reestruturação administrativa e a saúde financeira das empresas públicas será garantia da concretização dos investimentos contemplados no DECRP III nas aéreas de actuação de cada empresa pública.

A área de actuação do DECRP III concentra-se nas actividades da Administração Central e não inclui as actividades das empresas públicas. No futuro, e no intuito de garantir a abrangência do sistema de planeamento, será preciso incorporar na esfera de análise as actividades das empresas públicas e as actividades do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS).

Riscos Operacionais

A execução do DECRP III é baseada em reformas profundas dos sistemas de planeamento, de orçamentação, e de execução e controlo dos programas públicos. Apesar das reformas terem já sido identificadas e iniciadas, subsistem riscos associados à capacidade institucional para a implementação dos programas, projectos e unidades finalísticas. A Administração Pública necessita de apoio e reforço na consolidação de instrumentos como o QDMP, os QDS-MP, o Sistema de Seguimento e Avaliação, bem como para a elaboração e implementação do Sistema Nacional de Investimento Público.

Para mitigar o risco operacional, o Governo adoptará uma abordagem gradual para o estabelecimento dos indicadores e metodologia programática baseada em resultados de modo a permitir uma boa apropriação pelos quadros nacionais destes novos instrumentos, dando aos ministérios envolvidos o tempo necessário para se adaptarem às mudanças institucionais exigidas.

O Governo reconhece que o processo de seguimento e avaliação do DECRP III constitui um exercício complexo e difícil que comporta alguns riscos e pressupõe não somente o seguimento dos indicadores mas igualmente o estabelecimento de mecanismos funcionais de avaliação. Isto significa dispor de um sistema de informação capaz de fornecer informações de qualidade em tempo oportuno.

A estrutura de indicadores adoptados é determinante para o sucesso da implementação do DECRP III. Uma estrutura muito detalhada e rígida poderá confrontar problemas de implementação considerando a falta de experiência com a metodologia de orçamentação baseada em resultados. Uma estrutura muito simples e não estruturada para alinhar os indicadores do DECRP com os indicadores do QDMP e OE poderá gerar vácuos no seguimento e avaliação do processo de planeamento.

A credibilidade do DECRP, QDMP e OE depende da existência de um sistema de planeamento global que disponha de um eficiente sistema de informações. A disponibilidade do modelo macro económico de equilíbrio geral que permite gerar projecções de diversos indicadores macroeconómicos – e.g. PIB, população, emprego, perfil de distribuição do rendimento, pobreza e pobreza extrema, execução fiscal - é um elemento fulcral.

Adicionalmente, para reduzir o risco de que o seguimento e avaliação seja ineficiente, o Governo garantirá o necessário reforço institucional do Sistema Estatístico Nacional e do Instituto Nacional de Estadística com vista à mobilização de recursos para garantir a realização efectiva da Agenda Estatística.

Anexo I – Apresentação Síntese do Modelo de Programação Macroeconómica

O modelo de coerência do DECRP III

1. O Modelo de coerência do DECRP é um modelo de simulação simplificado, baseado numa Matriz de Contabilidade Social, que permite realizar projecções macroeconómicas e sectoriais, incorporando as principais variáveis da política de longo prazo incluindo: i) evolução da população; ii) produtividade total dos factores; iii) distribuição do rendimento; e iv) equilíbrio poupança e investimentos. É, por conseguinte, um modelo adequado para apoiar a elaboração do DECRP.

2. No modelo de base o utilizador apoia-se numa base de dados sobre a situação económica de referência para o conjunto das variáveis do modelo, nomeadamente a taxa de crescimento económico e as principais variáveis definidas no contexto da Contabilidade Nacional. Os dados do modelo até 2007 (Contas Nacionais) são do INE. De 2008 até 2011 foram elaboradas estimativas no seio do Modelo DECRP III. Estas estimativas foram calibradas para reproduzir as estimativas do PIB por parte do INE. As projecções foram feitas para o período de vigência do DECRP III (2012-2016).

3. Um elemento importante na calibragem do modelo, definido pelo utilizador, é o índice de eficiência do capital, a nível sectorial, medido pelo coeficiente marginal capital-produto (ICOR), o qual reflecte o nível de investimento que é necessário assegurar para se atingir uma dada taxa de crescimento do produto. Este índice é desfasado de um ano (t-1) atendendo à natureza recursiva do modelo.

4. No modelo, o consumo é a variável residual que assegura uma solução de equilíbrio, uma vez fixadas a taxa de crescimento do PIB e o valor do ICOR. Uma vez que o consumo se divide em duas componentes, consumo privado e consumo público, é necessário escolher o método de fecho do modelo (fecho ‘público’ ou ‘privado’). Ao escolher o ‘fecho público’, então o consumo privado é pré-determinado e o consumo público torna-se a variável residual. Inversamente, quando o fecho é ‘privado’, o consumo privado torna-se a variável residual.

5. O modelo dispõe de flexibilidade suficiente para se adaptar às condições prevalecentes em Cabo Verde. Por exemplo, um certo número de indicadores económicos utilizados no país podem ser explicitamente considerados no modelo. As equações podem ser modificadas para se atender à disponibilidade de informação, sempre mantendo a lógica interna do modelo.

6. Finalmente, uma das principais vantagens do modelo é a de que não é exigente em séries cronológicas, nem

requere estimativas econométricas de comportamento dos agentes económicos. Trata-se na verdade de um modelo sintético que assenta sobre os valores de um ano de referência e sobre os parâmetros de algumas variáveis de crescimento definidas pelo utilizador. Porém, deve ter-se em atenção que esta é também a grande fraqueza do modelo, na medida em que as projecções ficam muito dependentes da arbitrariedade do utilizador no estabelecimento das hipóteses e ainda sobre a representatividade dos valores do ano de base.

Os elementos de base do modelo

7. Os elementos de base do modelo macroeconómico utilizado na elaboração do DECRP incluem as identidades orçamentais dos diferentes sectores económicos, as relações de equilíbrio do mercado, e as hipóteses de projecção das variáveis e de calibragem do modelo. As duas primeiras garantem os equilíbrios contabilísticos do modelo. As identidades orçamentais asseguram que os recursos disponíveis de cada sector são iguais à despesa desse sector. As equações de equilíbrio dos mercados asseguram, por outro lado, que a oferta de bens e de capitais é igual à soma das procuras sectoriais correspondentes.

8. O processo de modelização requer a definição das hipóteses de projecção e a escolha do método de calibragem do modelo. As hipóteses de projecção ligam a evolução temporal de uma variável (exemplo, as transferências do governo para o sector privado) com uma variável global (por exemplo, o PIB). Outras variáveis do modelo (por exemplo, a taxa de juro internacional) são totalmente exógenas, isto é, a sua evolução não é determinada ou afectada por nenhuma outra variável do modelo.

9. As hipóteses da projecção dependem do tipo de calibragem escolhida para o modelo, ou, por outras palavras, da escolha das variáveis que serão determinadas de modo endógeno, pelas restrições orçamentais e pelas relações de equilíbrio do modelo. Como se verá adiante, a calibragem do modelo depende essencialmente das questões de política económica às quais pretendemos dar resposta através das simulações do modelo.

As restrições orçamentais consideradas no modelo

10. As restrições orçamentais sectoriais reflectem o simples facto de que as despesas totais (correntes e de capital) de cada sector devem ser iguais aos recursos totais disponíveis para o sector. O número de restrições orçamentais do modelo depende portanto do número de sectores económicos considerados no modelo. No caso de Cabo Verde, a economia é decomposta em quatro grandes sectores: 1) Governo; 2) sector privado; 3) sector monetário; 4) sector externo. Por consequência, há quatro equações orçamentais sectoriais no modelo.

11. Para se compreender o modelo, é necessário definir as identidades das Contas Nacionais. Para uma melhor compreensão, separa-se em geral cada equação

orçamental numa equação para a conta corrente e uma outra para a conta de capital. Descrevem-se em seguida as restrições orçamentais de cada um dos sectores considerados, seguido das identidades das contas nacionais.

- a. Governo: As receitas correntes do Governo compõem-se de doações, rendimentos de factores, e impostos directos e indirectos, bem como de receitas não fiscais e subsídios. As receitas são usadas para financiar o pagamento de juros sobre a dívida interna e a dívida externa, as transferências correntes para os outros sectores da economia, os gastos públicos, bem como para poupança do Governo. Esta última, bem como o aumento da dívida pública líquida (interna ou externa), financiam o investimento bruto do governo mais as transferências de capitais para os restantes sectores da economia.
- b. Sector privado: A última restrição orçamental é a do sector privado. As receitas correntes compõem-se do seu próprio rendimento dos factores, mais as receitas relativas a juros sobre a dívida interna ao governo, as transferências correntes para o governo e para o exterior, bem como os lucros e remessas do estrangeiro. Essas receitas são utilizadas para pagar impostos directos e indirectos ao Governo, os juros sobre a dívida privada externa, os lucros e remessas, as despesas de consumo e, finalmente, a poupança privada.
- c. Sector monetário. O rendimento do sector monetário consiste nos créditos do sector externo, os depósitos do sector privado, e as transferências de capital do sector privado. É utilizado para financiar o crédito líquido ao governo, as reservas de divisas e o crédito líquido ao sector privado.
- d. Sector externo (balança de pagamentos): As receitas correntes do sector externo são os pagamentos correntes ao estrangeiro por parte dos sectores económicos internos. Assim, aqueles incluem a balança comercial, a balança de serviços não relativos aos factores produtivos, bem como os pagamentos líquidos dos factores de produção, desagregados em pagamentos de juros e de lucros relativos às transferências. Igualmente, as despesas correntes do sector externo são iguais às exportações mais as transferências correntes para os sectores económicos internos. A conta de capital da balança de pagamentos mostra claramente que a poupança externa (o défice da balança de transacções correntes) deve ser igual aos fluxos líquidos da dívida externa (variação das reservas em divisas), as transferências líquidas de capital ao sector monetário, e o investimento privado.

12. Para a conta de capital, o financiamento total é igual à soma das transferências de capital do governo, fluxo de investimento directo estrangeiro, investimento e doações de capital do exterior, crédito líquido do sector monetário e poupança privada. Estes recursos são utilizados para financiar a dívida pública interna pelo sector privado, a aquisição de divisas, a transferência líquida de capital para o sector monetário e o investimento privado.

13. As equações finais representam os equilíbrios das contas nacionais a preços correntes. O PIB é igual ao consumo total mais a poupança total. Esta última é igual ao investimento total.

As hipóteses de projecção

14. Para algumas variáveis do modelo (por exemplo, investimento público), as hipóteses de projecção dependem da escolha feita quanto à calibragem do modelo, ou seja, o fecho do modelo. Por exemplo, no caso da calibragem do sector privado, o rácio do investimento público em relação ao PIB é fixado e utilizado como hipótese de projecção para o investimento. O modelo calcula o stock de activos financeiros juntando o fluxo de activos de cada período ao stock do ano precedente. O pagamento de juros sobre os capitais internos e externos são calculados como produto do stock de activos do período precedente pela taxa de juro nominal.

15. Algumas hipóteses de projecção são também necessárias para algumas variáveis orçamentais e externas. Na maior parte dos casos, as hipóteses de projecção ligam simplesmente a variável considerada a uma variável de escala (por exemplo, o PIB). Entre as variáveis fiscais, os impostos indirectos e directos, os subsídios e as transferências correntes para o sector privado são projectadas em percentagem do PIB. As transferências de capital do governo para o sector privado são uma percentagem das respectivas despesas de investimento. O consumo do governo é também expresso em percentagem do PIB.

A calibragem do modelo

16. Para completar a rodagem do modelo é necessário escolher todas as variáveis que são determinadas de modo endógeno (ou residuais) através das restrições orçamentais e das condições de equilíbrios do mercado. A escolha das variáveis endógenas depende principalmente do objectivo específico do exercício de simulação. Por outro lado, a escolha das variáveis endógenas determina igualmente o método (recursivo ou simultâneo) do cálculo do modelo. A escolha das variáveis retidas levou a considerar a solução recursiva. Trata-se de uma calibragem de tipo positivo.

17. O modelo pode simular os efeitos de uma política económica sobre um conjunto de variáveis macroeconómicas (crescimento do PIB, inflação, nível de reservas externas, etc.). Neste caso, as variáveis de política económica (despesa pública, crescimento da oferta de moeda, etc.), são determinadas de modo exógeno e o modelo calcula os

valores das outras variáveis alvo. O modelo pode igualmente indicar qual a política económica a estabelecer de modo a atingir-se os objectivos fixados em termos de inflação, de crescimento, etc. Assim, os valores destas variáveis-alvo são fixadas de modo exógeno e o modelo determina os valores das variáveis de política orçamental, monetária e cambial. Trata-se neste caso, de uma calibragem normativa.

18. A calibragem normativa permite encontrar os valores de um conjunto de variáveis económicas do sector público (consumo e investimento público, variáveis de financiamento do sector público e de política monetária) necessárias para atingir as metas macroeconómicas fixadas. Assim, a primeira etapa consiste em determinar as metas macroeconómicas a fim de fixar a evolução da taxa de inflação, da taxa de crescimento do PIB real, da taxa de câmbio real, e igualmente do nível de reservas requerido, medido em meses de importações. A evolução dos preços e do PIB real são também determinadas directamente. Dado o valor do ICOR, será possível deduzir igualmente o investimento real necessário para se atingir o nível de crescimento previsto.

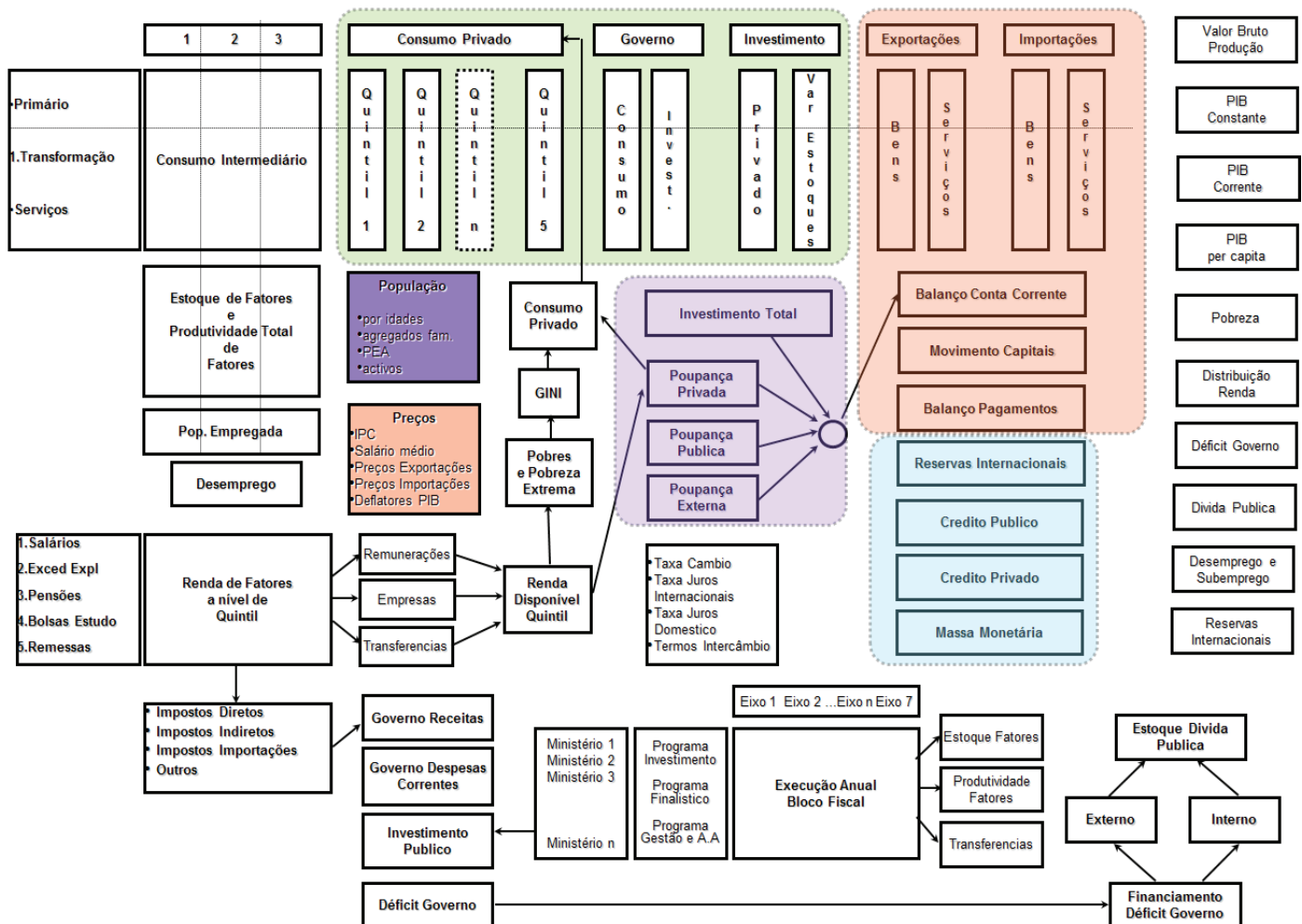
19. O investimento privado é projectado como proporção do PIB real. O investimento do Governo é ajustado face ao nível de investimento das empresas públicas. O consumo privado é determinado na base do rendimento

disponível. Por consequência, o consumo público é uma variável endógena que é ajustada de modo a assegurar o equilíbrio do mercado de bens e serviços.

20. A partir dos valores da inflação e da taxa de câmbio real, calcula-se o valor da taxa de câmbio nominal. No que respeita à balança de pagamentos, as transferências com o exterior e o investimento directo estrangeiro são exógenos, e o pagamento de juros sobre a dívida externa é determinado pelo stock de dívida do período anterior. Assim, a variável residual é a variação líquida da dívida externa líquida. Esta determina o valor do stock total líquido dos activos externos disponíveis no mercado de capitais externos. A partir das procuras sectoriais determinadas do modo acima descrito, e os valores das variáveis alvo das reservas externas, obtêm-se, de um modo residual, o stock da dívida pública externa do governo.

21. No que se refere ao mercado monetário, a taxa de inflação e a taxa de juro determinam a taxa de juro nominal e o nível dos preços. O PIB real é determinado, como vimos acima, com base nas hipóteses de crescimento económico. No conjunto, essas variáveis determinam a evolução da procura de moeda. Esta permite determinar a evolução do stock de moeda, e através do multiplicador, o valor de M1. Finalmente, a restrição orçamental do sector privado determina o stock total da dívida pública que o sector privado pode fornecer.

Coerência Macroeconómica: Modelo do DECRP III



Acrónimos e Abreviações

APD – Ajuda Pública ao Desenvolvimento	ODM – Objectivos de Desenvolvimento do Milénio
CAT – Código de Articulação Transversal	OGE – Orçamento Geral de Estado
CEDEAO – Comunidade Económica de Estados da África Ocidental	OMC – Organização Mundial do Comércio
CGE – Conta Geral do Estado	PDM – País de Desenvolvimento Médio
COMP - Cenário Orçamental de Médio Prazo	PIB – Produto Interno Bruto
DECRP – Documento de Estratégia de Crescimento e Redução da Pobreza	PMA – País Menos Avançado
DGPOG – Direcção Geral de Planeamento, Orçamento e Gestão	PNB – Produto Nacional Bruto
DNP – Direcção Nacional do Planeamento	PNIA – Plano Nacional de Investimento Agrícola
FAO – Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação	PNLP – Programa Nacional de Luta contra a Pobreza
FMI – Fundo Monetário Internacional	PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
ICOR – Incremental Capital-Output Ratio (Rácio Incremental de Produtividade do Capital)	QDMP – Quadro de Despesa a Médio Prazo
IDE – Investimento Directo Estrangeiro	QUIBB – Questionário Unificado para os Indicadores Básicos de Bem-estar
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano	SIGAE – Sistema Integrado de Gestão e Acompanhamento de Estudantes
IDRF – Inquérito às Despesas e Receitas Familiares	SIGE – Sistema de Informação sobre a Gestão da Educação
INE – Instituto Nacional de Estatísticas	SIGOF – Sistema Integrado de Gestão Orçamental e Financeira
INPS – Instituto Nacional de Previdência Social	SIM – Sistema de Informação Municipal
iPRSP - Interim Poverty Reduction Strategy Paper (Documento Interino de Estratégia para a Redução da Pobreza)	SISP – Sociedade Interbancária e Sistemas de Pagamento
MDR – Ministério de Desenvolvimento Rural	SMART – sigla para Specific, Measurable, Achievable, Relevant, Timebound (Específico, Mensurável, Realístico, Relevante, Temporizado)
MFP – Ministério das Finanças e Planeamento	TACV – Transportes Aéreos de Cabo Verde
NOSI – Núcleo Operacional para a Sociedade de Informação	TIC – Tecnologias de Informação e Comunicação



I SÉRIE
**BOLETIM
OFICIAL**

Registo legal, nº 2/2001, de 21 de Dezembro de 2001

Endereço Electronico: www.incv.cv



Av. da Macaronésia, cidade da Praia - Achada Grande Frente, República Cabo Verde
C.P. 113 • Tel. (238) 612145, 4150 • Fax 61 42 09
Email: kioske.incv@incv.cv / incv@incv.cv

I.N.C.V., S.A. informa que a transmissão de actos sujeitos a publicação na I e II Série do Boletim Oficial devem obedecer as normas constantes no artigo 28º e 29º do Decreto-Lei nº 8/2011, de 31 de Janeiro.